Revista Contraponto
RC

EDIÇÃO ESPECIAL

TRABALHOS DESTAQUES NO IX SEMINÁRIO DISCENTE DO PPGS/UFRGS

Sociologias Multifacetadas: pluralidades de atuações para o novo presente

v.8, n.2
Outubro 2021
issn: 2358-3541

REVISTA CONTRAPONTO

Revista discente semestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS.
ISSN 2358-3541

Porto Alegre – RS
UFRGS
2021/2

EXPEDIENTE

Volume 8, n. 2, ago/dez, 2021
Porto Alegre, PPGS-UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Reitor: Carlos André Bulhões Mendes
Vice-Reitora: Patrícia Helena Lucas Pranke

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Diretora: Hélio Ricardo do Couto Alves
Vice-Diretor: Alex Niche Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Coordenadora: Letícia Maria Schabbach
Coordenador-Substituto: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Conselho Editorial

André Luis Pereira
Ângela Camana
Anselmo Chizenga
Camila Dellagnese Prates
Cíndia Brustolin
Felipe Vargas
Fernando de Gonçalves
Julio Souto Salom
Lizandro Lui
Marcelo Seráfico
Marcielle Vasconcellos
Matheus Mazzilli
Thays Wolfarth Mossi
Pâmela Marconatto Marques

Equipe Editorial

Editoria-Chefe
Daniela Damion

Editoria-Executiva
Aline Radaelli
Arthur Saldanha dos Santos
Débora Fogliatto
Júlia Menin
Leonardo Van Leeuven
Nina Fola
Rodrigo Campos Dilelio
Vitor Martins Ferreira

Edição especial IX Seminário Discente (2020)

Organização
Equipe Editorial

Editoração
Aline Radaelli

Projeto Gráfico
Carolina Fernandes

Equipe de Revisão
Yana Martinez
Júlia de Campos
Osmar Belusso Junior

SUMÁRIO

Editorial

Apresentação 5
Daniela Damion, Editora-chefe

Artigos

Guinada conservadora e mudanças políticas de acesso à terra no Brasil: uma análise do período entre 2015 e 2020 9
Camila Penna de Castro, Carolina Martinelli dos Santos, Nelise Giuliane Ragagnin e Stéphani Schuetz Ramos

A dualidade hierarquia e igualdade na modernidade brasileira e indiana: a experiência das ações afirmativas..... 26
Lidia Bueno Pereira

Entre o neoinstitucionalismo e a democracia digital? A participação social no processo legislativo brasileiro através da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados 48
Licemar Vieira Melo

Ação sindical bancária e repertórios de mobilização na pandemia do COVID-19 67
Carilo Marzari Machado

Flexibilização e precariedade: a realidade laboral das trabalhadoras do complexo energético em Quevedos (RS) 85
Giovana Duarte e Laura Senna Ferreira

O mineiro de todos os bastidores: Aparecido de Oliveira na gênese do Prêmio Camões, IILP e CPLP 106
Marcello Giovanni Pocai Stella

Influência do contexto escolar sobre o envolvimento parental em nível de ensino médio em Fortaleza-CE 128
Harlon Romariz Rabelo Santos

Percursos do marxismo weberiano: das primeiras formulações à sua fortuna crítica na sociologia brasileira 149
Lucas Fiaschetti Estevez

Seriam os *goblins*, na verdade, humanos? Colonização, racismo e barbárie em *Dragon's Dogma* 169
Euge Helyantus Stumm

Masculinidades na seleção de parceiros entre usuários do Grindr na cidade de Santa Maria - RS 186
Daniel da Silva Stack

Sobre as lógicas de aquisição de valor monetário dos bens ambientais no mercado segurador e no poder judiciário 203
Anne Brandalise

Enquadramentos sobre o crime, a periferia e seus moradores em um processo de homicídio 225
Juliano Lobato Colla

EDIÇÃO ESPECIAL
IX Seminário Discente do PPGS-UFRGS

A Revista Contraponto traz nesta nova Edição os artigos selecionados como destaque no IX Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFRGS, realizado no ano de 2020.

O Seminário, realizado anualmente pelo corpo discente do PPGS, tem como propósito divulgar a produção científica produzida pelos graduandos e pós-graduandos em Sociologia e áreas afins, além de promover e compartilhar saberes, resultados de pesquisa, agendas, desafios e propostas de investigação ou intervenção social. Em sua nona edição (2020), o Seminário teve como temática **"Sociologias Multifacetadas: pluralidades de atuações para o novo presente"**, buscando gerar reflexões sobre a atuação sociológica em meio aos desafios contemporâneos impostos pelo "novo presente" que nos cerca desde o surgimento da pandemia de covid-19.

A edição se inicia com o trabalho das graduandas em Políticas Públicas Stépanhi Ramos e Nelise Ragagnin em conjunto com a graduanda em Ciências Sociais Carolina Martineli, que apresentam em *Guinada conservadora e mudanças políticas de acesso à terra no Brasil: uma análise do período entre 2015 e 2020* uma discussão a respeito das transformações nas políticas de acesso à terra, mais especificamente a disputa em torno da redefinição de regras para a regularização fundiária, a partir do impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

Em *A dualidade hierarquia e igualdade na modernidade brasileira e indiana: a experiência das ações afirmativas*, Lidia Bueno Pereira, graduanda em Ciências Sociais, reflete sobre as políticas de ações afirmativas implantadas no Brasil e na Índia buscando apresentar como a persistência do modelo hierárquico constitui um dos eixos estruturantes das relações sociais nas formações socioculturais e econômicas destes países.

Inserindo-se no debate sobre novas práticas democráticas contemporâneas a partir do conceito de "democracia digital", a doutoranda em Ciências Sociais Licemar Vieira Melo analisa em *Entre o neoinstitucionalismo e a democracia digital? A*

participação social no processo legislativo brasileiro através da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados se novos "desenhos democráticos" como o encaminhamento de sugestões de projetos de lei à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados através de dispositivos tecnológicos digitais promove maior interação entre Estado e Sociedade diminuindo déficits da democrática representativa.

No trabalho *Ação sindical bancária e repertórios de mobilização na pandemia do COVID-19*, Carilo Marzari Machado, graduando em Ciências Sociais, analisa as condições impostas aos(as) trabalhadores(as) bancários(as) no Brasil no contexto da pandemia de Covid-19 através das modalidades "teletrabalho" e "serviços essenciais". Partindo de uma abordagem microssociológica das relações de poder, o estudo acompanhou eventos e assembleias envolvendo os sindicatos local, regional e nacional e as administrações bancárias, buscando analisar as práticas sindicais desenvolvidas em função da pandemia.

Ainda no campo da Sociologia do Trabalho, a mestranda em Ciências Sociais Giovana Duarte e a Doutora em Sociologia Laura Senna Ferreira apresentam o trabalho *Flexibilização e precariedade: a realidade laboral das trabalhadoras do complexo energético em Quevedos (RS)*, parte de pesquisa a respeito do Complexo Energético Toropi-Guassupi no Rio Grande do Sul, que tem como objetivo a partir da cidade de Quevedos- RS, entre os anos de 2018 a 2021, compreender em que medida a precariedade laboral tem marcado as transformações referentes ao trabalho feminino e a formação de um território de gênero, entre os espaços das usinas hidrelétricas e o prostíbulo local.

Em O *mineiro de todos os bastidores: Aparecido de Oliveira na gênese do Prêmio Camões, IILP e CPLP*, Marcello Giovanni Pocai Stella, doutorando em Sociologia, reconstitui a partir de um olhar sociológico a trajetória do primeiro Ministro da Cultura do Brasil, José Aparecido de Oliveira e sua atuação destacada, no período dos anos de 1985 a 1994, na criação de instituições como o Prêmio Camões, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. No trabalho, o autor analisa como tais instituições são produto de estratégias de cristalização das fontes de capital social, cultural e político do então ministro e seu grupo político que garantiram a estas posições privilegiadas no interior da classe dirigente.

Já em *Influência do contexto escolar sobre o envolvimento parental em nível de ensino médio em Fortaleza-CE*, o doutorando em Sociologia Harlon Romariz Rabelo Santos apresenta uma análise a respeito da influência do contexto escolar sobre as práticas e ações de envolvimento parental a partir do conceito de "escolas diferenciadas", ou seja, escolas públicas que possuem boa reputação, estrutura curricular diversa e algum processo de seleção. Tendo como objeto estudantes de Ensino Médio da rede pública de Fortaleza, Ceará, o autor argumenta que tais escolas produzem efeitos positivos sobre o envolvimento parental, potencializando a experiência educacional e arrefecendo a reprodução da desigualdade escolar.

Em *Percursos do marxismo weberiano: das primeiras formulações à sua fortuna crítica na sociologia brasileira*, o mestrando em Sociologia Lucas Fiaschetti Estevez soma-se às abordagens que buscam uma aproximação entre os legados de Karl Marx e Max Weber buscando compreender como a sociologia brasileira se debruçou sobre ambas tradições sociológicas e a partir destas tentou tecer sua complementariedade.

Seriam os goblins, na verdade, humanos? Colonização, racismo e barbárie em Dragon's Dogma, de autoria da mestranda em Psicologia Euge Helyantus Stumm, nos apresenta um estudo a respeito dos processos de racismo e colonialidade das relações que se dão de forma naturalizada na vida cotidiana a partir do jogo eletrônico de Role-Playing Gaming (RPG) "Dragon's Dogma". Para isso, e autore desenvolve o estudo através da análise da representação dos personagens da trama denominados "goblins", seres de aparência grotesca que vivem especialmente na natureza e, ao entrarem em contato com humanos, demonstram agressividade.

Investigando como o campo das mídias digitais proporciona novas experimentações da sexualidade, do corpo e dos desejos, no artigo *Masculinidades na seleção de parceiros entre usuários do Grindr na cidade de Santa Maria – RS*, Daniel S. Stack, mestrando em Ciências Sociais, busca identificar como homens que se relacionam com homens, no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, agenciam seu corpo, masculinidade e sexualidade através do aplicativo de relacionamentos Grindr, a fim compreender como as interações no aplicativo se desdobram nos encontros presenciais.

Em *Sobre as lógicas de aquisição de valor monetário dos bens ambientais no mercado segurador e no poder judiciário*, a doutoranda em Sociologia Anne Brandalise traz uma contribuição sobre as possibilidades de redução de riscos ambientais através

da contratação de seguros, partindo da Sociologia Econômica, propõe um estudo que busca compreender a perspectiva da demanda no mercado de seguros ambientais costurando interseccionalidades entre Economia e Meio Ambiente.

Finalmente, o mestrando em Sociologia Juliano Lobato Colla reflete, a partir dos autos processuais, a atuação e percurso dos enquadramentos sobre o crime nas diversas formas de produção de verdade de um processo judicial de homicídio no artigo *Enquadramentos sobre o crime, a periferia e seus moradores em um processo de homicídio*, a partir da análise de quatro processos de homicídio na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Por fim, agradecemos às autoras e autores que fizeram parte desta Edição pelos trabalhos que contribuíram em mais uma publicação que reúne estudos de relevância e qualidade, seguindo o histórico dos números destinados ao Seminário Discente em nossa Revista. Também agradecemos aos colegas das diferentes universidades e áreas de estudos sociais que organizaram e participaram da IX edição deste evento, que é fundamental para o fortalecimento da pesquisa e debate democrático para a Sociologia e áreas afins. A Revista Contraponto tem orgulho de apoiar esta iniciativa discente e divulgar seus frutos.

Ótima leitura!

Daniela Damion
Editora-Chefe
Porto Alegre, outubro de 2021

GUINADA CONSERVADORA E MUDANÇAS POLÍTICAS DE ACESSO À TERRA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PERÍODO ENTRE 2015 E 2020

CONSERVATIVE TURN AND POLITICAL CHANGES IN ACCESS TO LAND IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE PERIOD BETWEEN 2015 AND 2020

TURNO CONSERVADOR Y CAMBIOS POLÍTICOS EN EL ACCESO A LA TIERRA EN BRASIL: UN ANÁLISIS DEL PERÍODO ENTRE 2015 Y 2020

Camila Penna de Castro[1]
Carolina Martinelli dos Santos[2]
Nelise Giuliane Rocha Ragagnin[3]
Stéphani Schuetz Ramos[4]

Resumo
O presente artigo se propõe a contribuir com o atual panorama de reflexões acerca das políticas de acesso à terra no Brasil, tendo como foco principal a guinada conservadora na qual a política brasileira tem se deparado nos últimos anos. Para isso foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, sendo de base qualitativa e com caráter indutivo. Os resultados se dão através de análise em três diferentes níveis. No primeiro foi feito o levantamento da temperatura da controvérsia; em um segundo nível, destaca-se a mudança de termos nos últimos anos: a escolha pelo termo "regularização fundiária" em detrimento de "reforma agrária"; e por último, no terceiro nível, foi possível observar a formação de uma eventual aliança entre setores heterogêneos, que nem sempre se articulam em coalizões, e que se colocaram contra a MP 910 em manifestações virtuais organizadas. Nossos achados demonstram que o avanço do paradigma neoliberal nas políticas de acesso à terra gerou impactos nas legislações do tema, bem como possibilitaram uma maior privatização das terras, ampliando a visão desta como mercadoria.
Palavras-Chave: Conservadorismo; Regularização fundiária; Reforma agrária.

[1] Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, camila.pennac@ufrgs.br.
[2] Estudante de Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, martinelliecarolina@gmail.com.
[3] Graduanda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, neliserocha@outlook.com.
[4] Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, stephanischuetz@gmail.com.

Abstract
This article intends to contribute to the current panorama of reflections on land access policies in Brazil, having as its focus the conservative turn that Brazilian politics has faced in recent years. For this, bibliographical and documental research were carried out, with a qualitative and inductive character. The results are given through analysis at three different levels. In the first level, the temperature of the controversy; on a second level, the change in the choice of term in recent years of land regularization to the detriment of agrarian reform; finally, on the third level, it was possible to observe the formation of an eventual alliance between heterogeneous sectors, which are not always articulated in coalitions, and which opposed MP 910 in organized virtual demonstrations. Our findings demonstrate that the advance of the neoliberal paradigm in land access policies generated impacts on legislation on the subject, as well as enabling greater privatization of land and a vision of it as a commodity.
Keywords: Conservatism; Land regularization; Land reform.

Resumen
Este artículo tiene como objetivo contribuir al panorama actual de reflexiones sobre las políticas de acceso a la tierra en Brasil, con el foco principal en el giro conservador al que se ha enfrentado la política brasileña en los últimos años. Para ello se realizaron investigaciones bibliográficas y documentales, de carácter cualitativo e inductivo. Los resultados se dan mediante análisis en tres niveles diferentes. En el primero, se relevó la temperatura de la polémica; en un segundo nivel, destaca el cambio en la elección de plazo en los últimos años de regularización agraria en detrimento de la reforma agraria; finalmente, en el tercer nivel, se pudo observar la formación de una eventual alianza entre sectores heterogéneos, que no siempre se articulan en coaliciones, y que se opusieron al MP 910 en manifestaciones virtuales organizadas. Nuestros hallazgos demuestran que el avance del paradigma neoliberal en las políticas de acceso a la tierra generó impactos en la legislación en la materia, además de posibilitar una mayor privatización de la tierra y una visión de esta como un commodity.
Palabras clave: Conservatismo; Regularización de tierras; Reforma agraria.

INTRODUÇÃO

A destituição da presidenta Dilma Rousseff teve forte efeito no cenário político brasileiro em 2016. Após as manifestações de 2013, o governo da ex-presidente teve queda significativa no percentual de apoiadores, o que possibilitou a abertura do processo de impeachment e a guinada conservadora do país. Esse movimento produziu mudanças em diversas áreas de políticas públicas, dentre elas a estudada neste artigo: a política fundiária. Sabe-se que diversos fatores aconteceram a partir

desta mudança, como a incapacidade do governo em propor políticas estruturantes, as negociações realizadas com o objetivo de obter apoio político para a destituição da ex-presidente, a paralisação de uma importante política de acesso à terra no país, como é o caso da Reforma Agrária, entre outras.

Para compreender as transformações nas políticas de acesso à terra, nos inspiramos no método da cartografia de controvérsias (LATOUR, 2005; VENTURINI, 2010) e na sociologia das capacidades críticas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999) para analisar as mudanças a partir de três níveis. No primeiro nível, fizemos um levantamento da temperatura da controvérsia por meio da análise de matérias em veículos de notícias brasileiros; em um segundo nível, olhamos especificamente para as mudanças nas legislações relacionadas à regularização fundiária, em específico as três últimas Medidas Provisórias que regulam o tema, fazendo a comparação destas e, por fim, analisamos a disputa pública em torno da última Medida Provisória (MP 910/19), na rede social Twitter. Nosso objetivo com esse processo foi compreender como as mudanças de cenário político impactaram as políticas de acesso à terra no Brasil, e como os discursos em torno dessa disputa foram mudando ao longo dos governos.

O artigo se organiza da seguinte forma: na primeira seção apresentamos, de forma não exaustiva, os trabalhos que vêm tratando as mudanças que as políticas de acesso à terra têm sofrido nos últimos anos. Após, expomos a metodologia utilizada para realizar esta pesquisa. Na sequência, debatemos os três níveis de análises realizados e os resultados obtidos em cada um dos níveis de análise, respeitando a ordem do primeiro nível ao terceiro. Por fim, são apresentadas as considerações finais e indicações de observações futuras para interessados na agenda de pesquisa.

GUINADA CONSERVADORA: UM ESTADO DA ARTE

A destituição da presidenta Dilma Rousseff teve forte efeito no cenário político brasileiro em 2016, e deu início, assim, a mudanças nas políticas de acesso à terra. A partir de então, o neoliberalismo foi novamente conduzido para a agenda agrária, o que fez parte do pagamento de apoios políticos ao governo Temer (LEITE, CASTRO e SAUER, 2018). Estudos recentes têm analisado as mudanças ocorridas a partir deste momento político brasileiro e a sua interface com políticas públicas fundiárias. Dentre os desdobramentos apontados estão o desmonte institucional, a diminuição de políticas

públicas, a privatização das terras, entre outros. Estas são apontadas como resultado da incapacidade do Estado em promover ações estruturantes de desenvolvimento no campo, ou seja, são resultados da

> fragilização de políticas públicas (estruturantes) de acesso à terra e a ampliação da oferta de terras públicas (titulação e formalização do mercado), mas também muitas benesses (perdão de dívidas, por exemplo) à Bancada Ruralista e ao agronegócio (LEITE, CASTRO e SAUER, 2018, p. 247).

Cleps Júnior (2018) apresenta os principais marcos políticos e institucionais das mudanças ocorridas na legislação agrária nos últimos anos. Estes que, segundo o autor, atingem principalmente a Reforma Agrária e a função social da terra, podem ser observados através do desmonte dos principais órgãos e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Além disso, observa-se o aumento da violência contra trabalhadores e lideranças, ocasionando massacres, assassinatos, despejos e prisões, e a paralisia da Reforma Agrária, representada pela política de assentamento, desde 2015. As forças que empreenderam estas mudanças e retrocesso político “resultam e personificam as contradições da grave crise política e institucional e do pacto que sustenta o atual governo” (CLEPS JÚNIOR, 2018, p. 649). Ademais, tais mudanças

> visam assegurar a titulação, tanto de terras urbanas como rurais, condições para as transações de terras no mercado, além de causar a reconcentração fundiária e dificultar a realização da Reforma Agrária (e Urbana). (CLEPS JÚNIOR, 2018, p. 649)

A partir desta mudança de cenário político institucional, foi possível analisar e perceber nas diferentes áreas uma progressiva inclinação aos ideais do neoliberalismo. No que tange ao meio rural, essa "onda neoliberal” foi sentida a partir da “diminuição e finalização de políticas públicas destinadas para a população pobre e o crescimento de políticas públicas para as corporações, com destaque para a bancada ruralista que forma a base de sustentação do governo (...)” (FERNANDES *et al*, p. 2, 2018). A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), logo após o impeachment, a exclusão do campesinato, dos povos indígenas e tradicionais do censo agropecuário em 2018 e a Medida Provisória 759/2017 convertida na Lei nº 13.465/17 são exemplos disso. Esta última, objeto de análise deste trabalho, favoreceu a ocupação ilegal de terras, a grilagem e o agronegócio. Dentre as mudanças que a MP apresentou, o aumento da área possível a ser titulada, passando de apenas terras da Amazônia Legal

(MP 458/2008) para as terras do INCRA em todo território nacional, expondo uma das principais características do neoliberalismo: a privatização.

Ainda neste sentido, os achados demonstrados pelos autores são aprofundados pelo governo Bolsonaro. O mesmo, em seu primeiro ano de mandato, emitiu mais de quarenta e oito Medidas Provisórias (SAUER *et al*, 2019). Entre elas, o governo emitiu a MP 910/2019 com objetivo de alterar dispositivos de leis anteriores e dispor sobre novas regras para a regularização de terras no país, estas facilitando a privatização de terras públicas em todo território nacional. A MP tem como foco a titulação de grandes lotes de terra, de até 2.500 hectares, e a legalização da grilagem, visto que aumenta o marco temporal para até 2018 em caso de pagamento integral (SAUER *et al*, 2019).

Para compreender as transformações nas políticas de acesso à terra, olhamos para as mudanças a partir de três níveis de observação: em um nível mais abrangente fizemos um levantamento da temperatura da controvérsia por meio da análise em veículos de notícias brasileiros; em um segundo nível, olhamos especificamente para as mudanças nas legislações relacionada à regularização fundiária e, por fim, olhamos mais especificamente para a disputa, nas redes sociais, em torno de uma Medida Provisória. O presente trabalho toma um escopo mais amplo para compreender como se deu o tema da política fundiária no debate público (temperatura), o conteúdo da disputa política (legislações) e a natureza da disputa pública que se deu no Twitter no dia em que a MP 910 chegou ao Plenário para votação. O objetivo é contribuir para o entendimento de como se deu esse processo de avanço da agenda neoliberal sobre as políticas de acesso à terra, bem como os desafios presentes na agenda para o futuro.

METODOLOGIA

A construção da pesquisa que deu origem a este artigo iniciou-se no final do ano de 2019, com o objetivo de responder à seguinte pergunta: como a ruptura política ocorrida a partir do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, afetou a política de acesso à terra no Brasil? Como forma de responder a esta pergunta, tomamos como foco as disputas públicas (Bolstanski e Thévenot, 1999) em torno da redefinição das políticas de reforma agrária e de regularização fundiária, tomando como recorte temporal o período entre 2015 e 2020. Acompanhamos o desenrolar dessa disputa no debate público, por meio da averiguação de como ambos os temas apareciam em

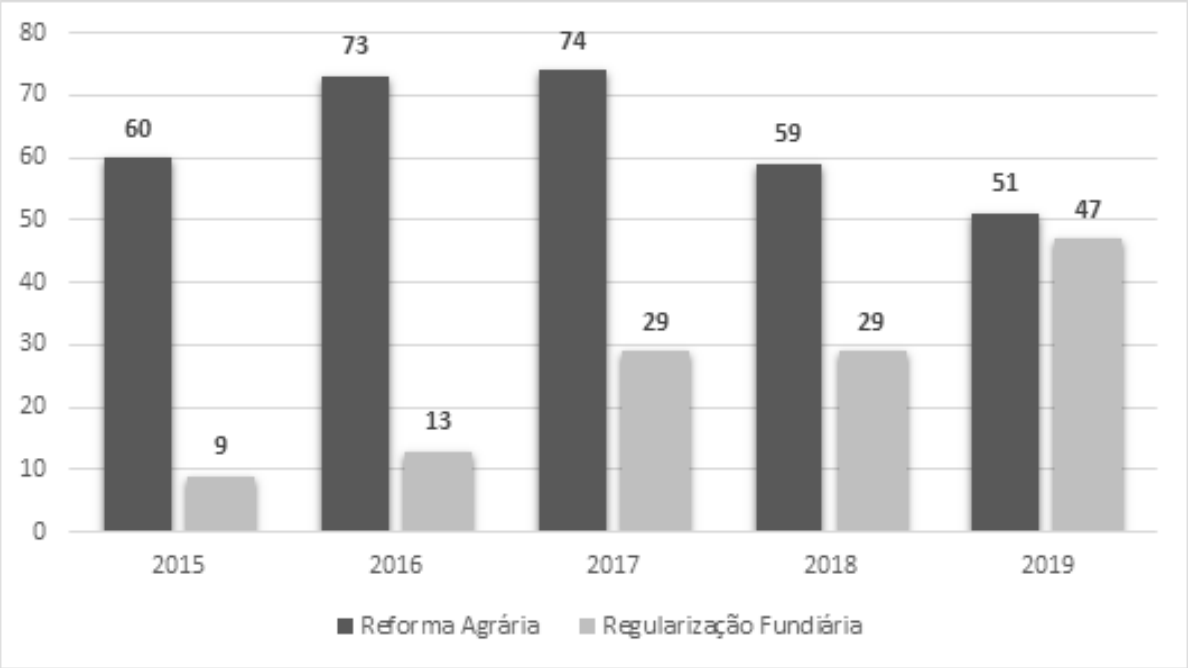
jornais de grande circulação, o que nos deu uma ideia da temperatura da controvérsia nesse período e nos permitiu verificar as flutuações nos mediadores conectados às políticas de acesso à terra no período (Latour, 2005; Venturini, 2010). Posteriormente, a investigação é aprofundada sobre os temas, bem como acerca da natureza da disputa, cotejando as diferenças na legislação e as conexões e redes construídas por cada parte na disputa. As análises do presente trabalho se centraram em três níveis que serão devidamente explicados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No primeiro nível de análise, mais abrangente, contamos com o levantamento da temperatura da controvérsia por meio da análise em veículos de notícias brasileiros. Para a análise de materiais dos meios de comunicação, além de efetuar uma revisão bibliográfica acerca do tema, realizou-se a coleta e análise de dados a partir de jornais utilizando as palavras-chave “reforma agrária” e “regularização fundiária”. Aqui, os esforços se concentraram em analisar de que forma as mudanças na agenda política relacionadas ao tema fundiário repercutiram no debate público. Isto foi possível por meio de pesquisa em três jornais de grande circulação no país, sendo eles: o Estadão, a Folha de São Paulo e o jornal G1, para os anos de 2015 a 2019.

Os dados demonstram que durante o governo petista houve um quantitativo maior de notícias relacionadas à reforma agrária. Isso acontece até o ano de 2017, momento em que Michel Temer, ex-vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff, assume a presidência. Após este período, tivemos uma queda do quantitativo de notícias relacionadas a esse tema, bem como um aumento das notícias relacionadas a regularização fundiária, como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 – Número de matérias por palavra-chave de 2015 a 2019.



Fonte: Elaboração das autoras.

Além disso, a partir deste levantamento, realizou-se a análise da frequência de palavras noticiadas a fim de observar as alterações ocorridas ao longo do tempo. Através do mesmo banco de dados gerado em uma planilha no Excel, onde constavam todas as notícias levantadas, com ajuda do software Nvivo, identificaram-se as palavras mais frequentes ao longo dos anos, e, através destes resultados, concebemos nuvens de palavras por meio do software. As nuvens de palavras demonstraram um pouco do que foi visto no levantamento realizado através das palavras-chave. Além de perceber um destaque relacionado à reforma agrária, como já demonstrado anteriormente na Figura 1, no ano de 2016, verificamos um destaque para palavras como “Incra”, “presidente”, “governo”, “terras”,” MST”, “nacional”, dentre outras. Enquanto isso, palavras como “regularização” e “fundiária” aparecem com menos destaque do que o observado na Figura 2.

Figura 2 – Nuvem de palavras ano de 2016.

Fonte: Elaboração das autoras, com o uso do software Nvivo.

Diferentemente, no ano de 2019, foi constatado um amplo destaque para palavras como “regularização fundiária”, “terras”, “federal”, “propriedade”, dentre outras, como observado na Figura 3. A semelhança entre as duas nuvens pode ser observada através de palavras como “governo”, “Incra”, “presidente”, mas estas demonstram, sobretudo, os diferentes caminhos seguidos para a política de terras ao longo dos governos. Além disso, no ano de 2016, observamos destaque para nomes relacionados a presidente e vice-presidente, enquanto, no ano de 2019, além desse destaque já observado para a figura do presidente, houve também destaque para a figura do então Secretário Fundiário, Nabhan Garcia.

Figura 3 – Nuvem de palavras ano de 2019.

Fonte: Elaboração das autoras, com o uso do software Nvivo.

Essas mudanças no espaço que os temas “reforma agrária” e “regularização fundiária” ganharam no debate público ao longo dos últimos anos refletem mudanças de prioridade na agenda de políticas públicas. Conforme documentado em outros levantamentos e pesquisas sobre o tema (SAUER *et al.*, 2019), com a entrada do governo Temer, e mais recentemente com o governo Bolsonaro, há um avanço na agenda de regularização fundiária, com legislações cada vez mais abrangentes, como veremos a seguir.

No segundo nível de análise da pesquisa, manteve-se o foco na disputa em torno de políticas de regularização fundiária ao longo do período analisado e em como as mudanças no governo impactam as políticas fundiárias. Através do banco de dados levantado para a pesquisa, constataram-se duas questões importantes: o destaque nos últimos anos da regularização fundiária em detrimento da reforma agrária, e a existência das três medidas provisórias de regularização fundiária a MP 458/09, a MP 759/17 e a MP 910/19 e todo o campo de disputa em torno delas. Nesse momento, a análise se concentrou em observar a influência do contexto político na formulação e proposição de políticas fundiárias, além disso, observamos o conteúdo de cada uma das medidas provisórias a fim de fazer uma comparação entre elas nas seguintes áreas: tamanho da área a ser titulada, tamanho da área destinada a titulação, marco

temporal da titulação, forma de pagamento e processo de titulação. Para isso, foi criada uma planilha e relacionada cada uma das áreas escolhidas.

A Medida Provisória 458 foi a primeira criada no país, no ano de 2009, no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A MP deu origem ao Programa Terra Legal (Lei nº 11.952/2009), que permitia a titulação de terras públicas federais localizadas na Amazônia Legal, aproximadamente 670 mil quilômetros de terra (OLIVEIRA; UCHOA; FRANDIQUE, 2011). Para ser beneficiário do programa, o posseiro precisava ser brasileiro e não ser servidor público, estar ocupando a terra antes do ano de 2004, a área da localidade não poderia ultrapassar 15 módulos fiscais, ou seja, a área não poderia ser maior que 1.500 hectares. Além disso, o programa possuía cinco etapas. A primeira era a identificação das terras públicas na região da Amazônia Legal, na segunda etapa ocorria a medição da área propriamente dita, o georreferenciamento, após isso acontecia o geocadastro, a identificação de quem ocupa a terra e posteriormente a consulta de interesse de alguns órgãos públicos (FUNAI, Incra, SPU, SFB e o ICMBio). Caso nenhum deles demonstrasse interesse, ocorria a emissão da titulação.

A Medida Provisória 759 de 2017 foi proposta no governo do ex-presidente Michel Temer. Essa MP permitiu a possibilidade de titulação de todas as terras da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no território nacional e não mais apenas na Amazônia Legal. Além disso, ampliou o marco temporal para possibilidade de titulação de terras ocupadas até o ano de 2008, possibilitou a titulação de até 2.500 hectares em terras do Incra no território nacional e permitiu que as famílias beneficiárias do programa pudessem ceder ou dar o direito de uso a terceiros,

> atividade econômica exercida em imóvel rural e gerenciada diretamente pelo ocupante com o auxílio de seus familiares, com a ajuda de terceiro, ainda que sob assalariados, ou por meio de pessoa jurídica de cujo capital social ele seja titular majoritário ou integral (SAUER e LEITE, 2017, p. 30).

Por fim, o pagamento seria feito a partir do valor da terra nua do Incra e caso fosse feito integralmente num prazo de trinta dias, o posseiro receberia o desconto de vinte por cento no valor final. Esta medida, assim como a MP 458/09, foi convertida na Lei nº 11.952/2009. A legislação da MP sofreu algumas alterações quando convertida para lei, dentre elas a possibilidade de venda de terras para estrangeiros.

A Medida Provisória 910 de 2019 foi proposta no governo de Jair Bolsonaro e foi a única entre as três que caducou. Em 2020, o então presidente da Câmara dos

Deputados, Rodrigo Maia, decidiu, após pressão popular, não colocar em votação a Medida Provisória dando como justificativa o contexto da pandemia. Apesar disso, ela se tornou o Projeto de Lei nº 2633/2020, que se encontra em tramitação até a publicação deste artigo.

A partir da Medida Provisória 910 era possível titular terras públicas da União, do Incra e de todo o território brasileiro, cerca de 65 a 70 milhões de hectares. Além disso, o marco temporal foi estendido, passando de ocupações feitas até o ano de 2008 para até o ano de 2014, com a possibilidade de titular ocupações feitas até 2018 caso fosse feito o pagamento integral. Nas questões de módulos fiscais de terra, forma de pagamento e possibilidade de venda de terras públicas para estrangeiros, a MP 910 não difere da sua antecessora.

O processo de titulação da terra foi modificado, passando a ser feito via internet, os requerentes enviaram os documentos necessários para o Sigef (Sistema de Gestão Fundiária), o qual cruzaria as informações georreferenciadas com outros bancos de dados. Dentre os documentos, a declaração mansa do pretenso proprietário sem a necessidade de vistoria até os 15 módulos fiscais permitidos, a proposta defendia que a partir de sensoriamento remoto seria possível verificar a existência de sobreposição a territórios indígenas e quilombolas e áreas do Ministério do Meio Ambiente, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), parcelas embargadas do Ibama e outras.

Na comparação das legislações das Medidas Provisórias (MP), Quadro 1, é possível acompanhar a mudança que cada MP trouxe e perceber a tendência neoliberal cada vez mais presente nas propostas de lei. Todas as Medidas Provisórias ampliaram o marco temporal, facilitando a privatização de terras públicas e beneficiando grileiros. A área destinada à titulação seguiu essa mesma lógica: todas as MPs aumentaram a área que inicialmente eram somente terras da Amazônia Legal, passando na MP 759 para as terras públicas federais pertencentes ao INCRA em todo território nacional para a proposta de todas as terras públicas federais pertencentes à União ou ao INCRA em todo território nacional. O tamanho da área a ser titulada aumentou da MP 458 para a MP 759, mas se manteve no limite de 2.500 hectares na MP 910.

Na questão do pagamento, nota-se com a comparação uma facilitação: na primeira Medida Provisória, o pagamento se fazia através do valor de terra nua, abaixo do valor de mercado, e estipulado pelo INCRA; nas suas sucessoras, além do valor

abaixo do mercado, o pagante que fizesse o pagamento de forma integral poderia receber até 20% de desconto. Por fim, o processo para a titulação passou por uma "modernização" da primeira MP para a última. Como tendência do neoliberalismo, essa modernização facilitaria ainda mais a titulação de terras indígenas e quilombolas, por dispensar a vistoria e passar essa função para o pretenso proprietário através de autodeclaração.

Quadro 1 – Comparação das Medidas Provisórias de Regularização Fundiária.

Comparações	**MP 458/09**	**MP 759/17**	**MP 910/19**
Marco Temporal	Terras ocupadas até o ano de 2003	Terras ocupadas até o ano de 2008	Terras ocupadas até o ano de 2014, com possibilidade de ser até o ano de 2018 caso fosse feito o pagamento integral da terra.
Área destinada a titulação	Terras públicas federais localizadas na Amazônia Legal	Terras públicas federais pertencentes ao INCRA em todo o território nacional.	Terras públicas federais pertencentes ao INCRA e a União em todo o território nacional.
Limite do tamanho da área a ser titulada	Até 1.500 hectares.	Até 2.500 hectares.	Até 2.500 hectares.
Pagamento	Valor de terra nua estipulado pelo INCRA	Valor de terra nua estipulado pelo INCRA, em caso de pagamento integral 20% de desconto.	Valor de terra nua estipulado pelo INCRA, em caso de pagamento integral 20% de desconto.
Processo para a titulação	Cinco etapas: A primeira é a identificação das terras públicas federais na região da Amazônia Legal, a segunda é o georreferenciamento, ou seja, a própria medição da área. A terceira etapa é o geocadastro, a identificação de quem ocupa a terra. A quarta etapa é a consulta de interesse, na qual órgãos como FUNAI Incra, SPU, SFB E ICMBio podem	--	Os próprios requerentes poderiam enviar, por meio da internet, os documentos necessários à instrução do processo administrativo, através de autodeclaração, com declaração mansa do pretenso proprietário, sem vistoria até 15 módulos fiscais. O Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) promoveria o cruzamento das informações das áreas georreferenciadas com outros bancos de dados governamentais. Com a utilização de sensoriamento remoto seria possível verificar se existe sobreposição a áreas da Secretaria de Patrimônio da União

	demonstrar interesse sobre a terra ocupada. E por fim a emissão do título.		(SPU); Ministério do Meio Ambiente; Funai; territórios quilombolas, parcelas embargadas pelo Ibama, além de terras sob gestão da autarquia.

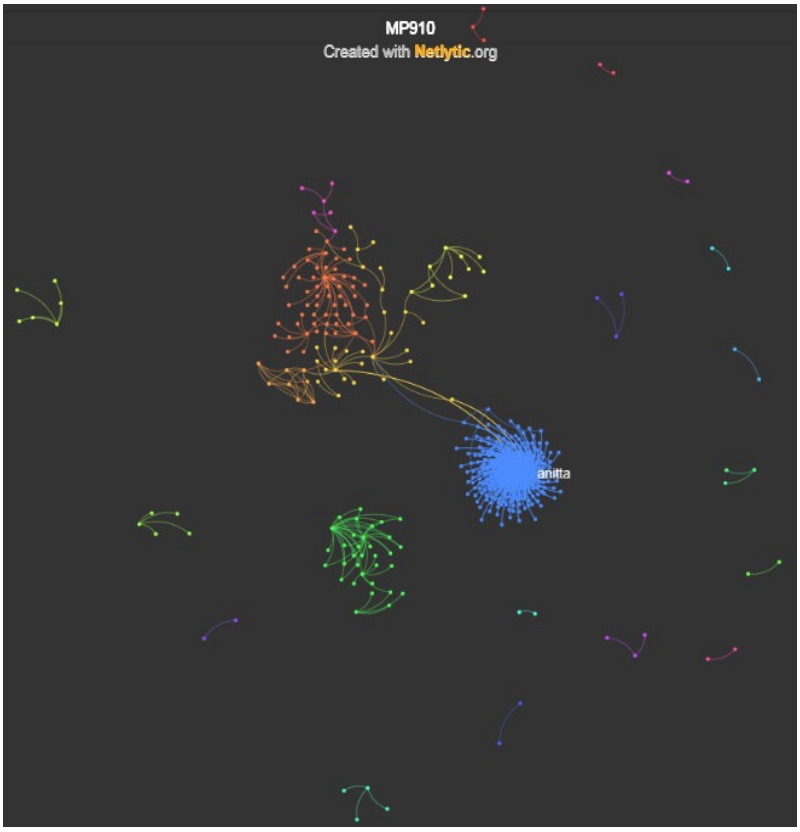
Fonte: Elaboração das autoras.

Em um terceiro nível de análise da controvérsia foi adotado um olhar mais aprofundado para a disputa em torno da Medida Provisória 910/19. Foram acompanhadas as audiências públicas da Comissão específica no Legislativo e também a campanha virtual dos agentes políticos contrários à aprovação da legislação.

No dia em que a MP 910 chegou ao Plenário da Câmara, 12 de maio de 2020, já no contexto de isolamento social devido à pandemia de Covid-19, esses agentes políticos, que estavam articulados e já haviam tomado outras iniciativas, organizaram uma transmissão ao vivo no YouTube da Mídia Ninja, com a presença de diversos atores como políticos e movimentos sociais ligados à defesa do meio ambiente e à luta pela reforma agrária ambientalistas, artistas e ONGs. Além da transmissão no YouTube, a campanha contra a MP articulou um “tuitaço” que mobilizou diversos perfis contrários à MP, chegando inclusive nos assuntos mais comentados do dia, com a *hashtag* #MP910Nao.

Com o intuito de observar de que maneira essa disputa se deu no ambiente virtual, identificando os atores centrais e suas ações, coletamos os dados das manifestações realizadas no Twitter por meio do software *Netlytic*. Este funciona como um analisador de redes sociais baseado em nuvem que pode descobrir redes de comunicação automaticamente a partir de postagens recentes utilizando uma *hashtag* específica. Através dele, geramos uma rede de atores com base na sua relevância na rede, no que diz respeito ao número de seguidores e influência que seu tweet exerceu nos demais atores da rede com a *hashtag* #MP910.

Figura 4 - Rede de atores com base na #MP910



Fonte: Elaboração das autoras, com o uso do software *Netlytic.*

Nesse movimento, foram os mais diferentes atores que se mobilizaram para falar sobre esta MP e os possíveis impactos que ela causaria. Com toda essa mobilização, e considerando o contexto da pandemia, o Presidente da Câmara não colocou a MP 910 para votação (RODRIGUES, BAIÃO, 2020). Como era o último dia de validade da MP, foi encaminhada pela Mesa Diretora da Câmara uma solução para transformá-la em Projeto de Lei, a ser tramitado por meio do procedimento ordinário.

Por meio da análise da disputa nas redes sociais, foi possível observar que se formou uma aliança eventual entre setores heterogêneos, que nem sempre se articulam em coalizões, e que se colocaram contra a MP 910. Os sociogramas construídos por meio da análise de redes permitem visualizar *clusters* formados por diferentes grupos, conectados entre si. Entre estes atores está a cantora Anitta, que neste dia promoveu transmissões ao vivo em suas redes sociais com a participação de especialistas no assunto, foi o perfil com o maior número de engajamentos relacionados a essa *hashtag*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um potencial inovador em se analisar mudanças em políticas públicas por meio da análise de disputas e controvérsias em torno da definição de uma política. Nossos achados, a partir dessa abordagem teórica, demonstram de que forma ocorreu o avanço do paradigma neoliberal nas políticas de acesso à terra, que tiveram impacto nas legislações, possibilitando uma maior privatização e uma visão da terra como mercadoria. É importante fazer a análise das disputas que estão na origem das legislações que orientam políticas, pois estas nos permitem analisar a dinâmica existente no processo de alteração das políticas públicas existentes. Também é importante realizar a análise de redes, pois esta pode ser utilizada para observar como se realizam as disputas públicas nas redes sociais, cada vez mais utilizadas como forma de influenciar o processo político.

Analisar as medidas provisórias existentes de regularização fundiária, juntamente com o contexto político em que cada uma foi proposta, a partir da análise de controvérsias permitiu a essa pesquisa expor de forma mais explícita a mudança no discurso e na proposição de políticas, que se desenrolou juntamente com a mudança de contexto político. Conforme o esperado no início da pesquisa, quanto mais à direita do espectro político o governo federal – a partir do governo do ex-presidente Michel Temer e depois com seu sucessor Jair Bolsonaro –, mais traços do neoliberalismo a legislação proposta foi ganhando, privilegiando a venda de terras públicas, o alargamento do marco temporal de possibilidade dessa venda, e o discurso individualista da questão agrária. No mesmo sentido, as questões do uso social da terra, da reforma agrária e o direito dos povos tradicionais foram ficando esquecidas.

Apesar de muitos dos discursos analisados nas assembleias públicas da MP 910 trazerem o pequeno agricultor como alvo principal da política, ele não se traduz na proposta de lei. Na análise do texto das legislações, é possível perceber o favorecimento de grandes proprietários quando o tamanho da propriedade a ser titulada é ampliado nas medidas provisórias do governo Michel Temer e de Bolsonaro. A mesma lógica acontece referente ao pagamento: em caso de pagamento integral da terra é possível ser titulada propriedades ocupadas até 2018, na MP 910. As etapas para a titulação também demonstram essa tendência, visto que nesta última medida provisória, o pretenso proprietário faria uma autodeclaração da propriedade e ficaria

responsável pelas partes que antes eram de responsabilidade do INCRA, como o georreferenciamento, processo custoso que muitos pequenos proprietários não teriam condições de acesso.

Por fim, sugerimos a trabalhos futuros que tenham como objetivo o presente tema de pesquisa a ampliação do escopo de análise. Entender de forma mais detalhada como os atores e grupos se organizaram antes da janela de oportunidade gerada através do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff irá contribuir para compreender as mudanças geradas, bem como incluir na análise todo o governo de Bolsonaro.

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L., 1999, “The sociology of critical capacity”, **European Journal of Social Theory**, vol. 2, pp. 359–378.

BRASIL. Lei N.º 458, de 10 de fevereiro de 2009. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Mpv/458.htm, acessado em 17/08/2021.

BRASIL. Lei Nº 759, de 22 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759.htm, acessado em: 17/08/2021.

BRASIL. Lei N.º 910, de 10 de dezembro de 2019. Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv910.htm, acessado em: 17/08//2021.

CLEPS JUNIOR, J. Descaminhos da reforma agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise político-institucional no Brasil. **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 649-663, 2018.

DICKEL, Simone Lopes. **A Medida Provisória nº 759/2016 e a Reforma Agrária no Contexto Do Golpe 2016.** ANPUH-RS. XV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH-RS. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano; PEREIRA, D. V.; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; LIMA, D. M. D. F.; IZA, L.; SILVA, F. A. **O golpe na questão agrária brasileira: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo.** Boletim DATALUTA, v. 1, p. 2-29, 2018.

LATOUR, B., 2005, Reassembling the Social: an introduction to actor-network-theory, Oxford, University Press.

LEITE, A. Z.; CASTRO, L. F. P.; SAUER, S. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 247-274, 2018.

OLIVEIRA, B.; UCHÔA, Y.; FRADIQUE, A. Relatório de Atividades 2010. Belém, **Imazon**, p. 54, 2011.

RODRIGUES, L.; BAIÃO, Bárbara. **Após pressão nas redes, Câmara fecha acordo para deixar caducar MP sobre terras**: Oposição diz que a medida incentiva a grilagem e por isso trabalhou para retirar a matéria da pauta. CNN, Brasília, p. 1-1, 12 maio 2020. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/13/apos-pressao-nas-redes-camara-fecha-acordo-para-deixar-caducar-mp-sobre-terras. Acesso em: 14 abr. 2021.

SAUER, et. al. Governo Bolsonaro amplia a grilagem de terras com mais uma medida provisória. **NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária** – Artigo DATALUTA: dezembro de 2019.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio; TUBINO, Nilton Godoy. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 285-318, dez. 2020.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**. 2010;19 (3):258-273

* Artigo recebido em 30 de junho de 2021,
aprovado em 30 de agosto de 2021.

A DUALIDADE HIERARQUIA E IGUALDADE NA MODERNIDADE BRASILEIRA E INDIANA: A EXPERIÊNCIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

THE DUALITY OF HIERARCHY AND EQUALITY IN BRAZILIAN AND INDIAN MODERNITY: THE EXPERIENCE OF AFFIRMATIVE ACTIONS

LA DUALIDAD DE LA JERARQUÍA Y LA IGUALDAD EN LA MODERNIDAD BRASILEÑA E INDIA: LA EXPERIENCIA DE ACCIONES AFIRMATIVAS

Lidia Bueno Pereira[1]

Resumo
Brasil e Índia adotam as políticas de ações afirmativas, dispositivos que têm como finalidade a diminuição da diferença entre castas e classes nos contextos contemporâneos desses países. Em termos sociológicos, torna-se importante indicar a persistência do modelo hierárquico, entendido como um dos eixos estruturantes para compreender o universo das relações sociais nas formações socioculturais e econômicas dos dois países. A construção deste trabalho teve como objetivo a reflexão sobre o modelo de modernização clássico hegemônico, o conceito de hierarquia e o papel das ações afirmativas na dualidade entre hierarquia e igualdade. A partir de uma abordagem comparada sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil e na Índia, utilizo os referenciais das políticas públicas, da teoria das modernidades múltiplas, das análises sobre a ordem global e dos estudos inspirados na obra clássica de Dumont (1997) que focaliza os discursos de modernização versus hierarquia, e hierarquia versus igualdade. O diálogo com os diferentes autores possibilitou uma construção reflexiva sobre as repercussões da teoria da modernização clássica, adotada pelos países considerados em desenvolvimento, e como as políticas públicas de ações afirmativas operam nesse cenário. O paradoxo da noção de igualdade e hierarquia apresenta-se potencialmente fértil para entender o processo histórico das tentativas de mitigação das desigualdades sociais que afetam estes países, a partir das políticas públicas igualitárias de natureza reparatória, as ações afirmativas.
Palavras-Chave: Ações Afirmativas; Hierarquia; Igualdade.

Abstract
Brazil and India use affirmative action policies, devices that aim to reduce the difference between castes and classes in the contemporary contexts of these countries. In sociological terms, it is important to indicate the persistence of the hierarchical model,

[1] Graduada em Ciências Sociais (2020), Mestranda PPGAS (UFRGS). E-mail: lidiabuenop@gmail.com.

understood as one of the structuring axes to understand the universe of social relations in the social and economic formations of both countries. The construction of this paper sought to reflect on the hegemonic classical modernization model, the concept of hierarchy and the function of affirmative actions in the duality between hierarchy and equality. From a comparative approach on affirmative action policies in Brazil and India, I decided to use the frameworks of public policies, the theory of multiple modernities, analyzes of the global order and studies inspired by the classic work of Dumont (1997) that focuses on the discourses of modernization versus hierarchy, and hierarchy versus equality. The dialogue with the different authors allowed for a reflective construction on the repercussions of the classical modernization theory, adopted by countries considered to be developing, and how public affirmative action policies operate in this scenario. The paradox of the notion of equality and hierarchy is potentially fertile for understanding the historical process of attempts to mitigate social inequalities that affect these countries, based on public policies of a reparatory nature, and affirmative actions.
Keywords: affirmative actions; hierarchy; equality.

Resumen
Brasil e India adoptan políticas de acción afirmativa, dispositivos que apuntan a reducir la diferencia entre castas y clases en los contextos contemporáneos de estos países. En términos sociológicos, es importante señalar la persistencia del modelo jerárquico, entendido como uno de los ejes estructurantes para comprender el universo de las relaciones sociales en las formaciones socioculturales y económicas de ambos países. La construcción de este trabajo tuvo como objetivo reflexionar sobre el modelo de modernización clásico hegemónico, el concepto de jerarquía y el papel de las acciones afirmativas en la dualidad entre jerarquía e igualdad. Desde un enfoque comparativo de las políticas de acción afirmativa en Brasil e India, usó los marcos de las políticas públicas, la teoría de las múltiples modernidades, análisis del orden global y estudios inspirados en el trabajo clásico de Dumont (1997) que se centra en los discursos de modernización versus jerarquía y jerarquía versus igualdad. El diálogo con los diferentes autores permitió una construcción reflexiva sobre las repercusiones de la teoría clásica de la modernización, adoptada por países considerados en desarrollo, y sobre cómo operan las políticas públicas de acción afirmativa en este escenario. La paradoja de la noción de igualdad y jerarquía es potencialmente fecunda para comprender la mitigación de las desigualdades sociales que afectan a estos países, a partir de políticas públicas igualitarias de carácter reparador y acciones afirmativas.
Palabras clave: acciones afirmativas; jerarquía; igualdad.

INTRODUÇÃO

O construto deste artigo tem como objetivo refletir sobre o modelo de modernização clássico eurocêntrico, o conceito de hierarquia e o papel das ações afirmativas na dualidade entre hierarquia e igualdade. Brasil e Índia adotam as políticas de ações afirmativas, dispositivos que funcionam como plano de encurtamento da diferença entre castas e classes nos contextos contemporâneos desses países. Do ponto de vista sociológico, torna-se importante mencionar a persistência do modelo hierárquico, entendido como um dos eixos estruturantes para compreender o universo das relações sociais nas formações socioculturais e econômicas dos países. Pretende-se compreender aqui como funciona a tentativa da mitigação e/ou superação das desigualdades sociais que impactam esses dois universos, por meio de políticas públicas igualitárias de natureza reparatória, as ações afirmativas (AAs).

Opto por pensar as repercussões da teoria da modernização clássica, adotada pelos países considerados em desenvolvimento, e como as políticas públicas de ações afirmativas atuam nesse processo, entendendo que a modernização pode se utilizar do paradoxo da noção de igualdade e hierarquia. Isso faz com que haja uma possível crítica às sociedades hierárquicas. Com uma abordagem comparada sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil e na Índia, utilizo os referenciais das políticas públicas, da teoria das modernidades múltiplas, das análises sobre a ordem global e dos estudos inspirados na obra de Dumont (1997), que focaliza os discursos de modernização versus hierarquia, e hierarquia versus igualdade. O estudo das ações afirmativas e seus desdobramentos no universo social tem ocupado um lugar de notoriedade nas ciências sociais nos últimos anos. Pensar a forma como essas políticas públicas são inseridas nas sociedades e, mais além, em como o estudo das múltiplas modernidades, igualdade e hierarquia podem ser úteis para o aprimoramento dessas discussões é primordial para evidenciar diferenças e desigualdades existentes e para buscarmos políticas públicas mais abrangentes e singulares no sentido de abarcar um maior número de indivíduos e suas especificidades e individualidades.

Este artigo se insere na corrente dos estudos contra-hegemônicos, ao buscar compreender o papel do sistema hierárquico e o modelo moderno de igualdade nas sociedades brasileira e indiana, bem como procura entender como funcionam as políticas públicas de ações afirmativas nesses contextos. O artigo faz uma introdução,

expondo como o Brasil e a Índia se localizam no sistema mundo, quais suas importâncias e potencialidades, separadamente e em conjunto. Apresenta o debate sobre a teoria da modernidade e das múltiplas modernidades para introduzir a discussão e a conceituação de igualdade. Examina o conceito de hierarquia, traçando um paralelo entre a dualidade hierarquia versus o conceito de igualdade. Subsequentemente aborda as particularidades do processo de modernização na Índia e no Brasil, compreendendo a importância de pensar a modernização de forma diferenciada, desassociando esse conceito da lógica hegemônica. Em seguida, reflete sobre as desigualdades do sistema de castas indiano e de classes do brasileiro, avaliando que são características fundamentais para o entendimento das sociedades contemporâneas desses países. A partir dos referenciais teóricos, apresenta o tema das políticas de ações afirmativas e faz uma reconstrução histórica dos processos de inserção das políticas públicas na Índia e no Brasil. Por último, estabelece considerações finais com possíveis desdobramentos e enquadramentos futuros da temática.

CONTEXTUALIZAÇÃO RELAÇÃO ÍNDIA x BRASIL

Brasil e Índia se constituem em duas potências emergentes no sistema mundo (WALLERSTEIN, 2004, p. 76) e assim são consideradas por organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). O ideário de modernidade faz parte da agenda pública e ambiente político-cultural desses países, desde o final da Segunda Guerra Mundial. Os governos do Brasil e da Índia costumam afirmar sua relevância para a ordem internacional. Após o fim da bipolaridade mundial entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), nos dois países houve discussão sobre seus modelos de desenvolvimento que, em consequência, mudaram as suas estratégias, passando a priorizar a formação de alianças regionais ou multicontinentais, como no caso dos BRICSs (NASCIMENTO, 2009 apud STUENKEL, 2014). Os dois países apresentam aspirações comuns, como serem reconhecidos como potências hegemônicas, em um mundo multipolar. Os países compartilham desafios comuns, como os problemas estruturais de desigualdade social e econômica, além de problemas estruturais de desenvolvimento.

Apesar do interesse mundial recente no crescimento econômico da Índia, seu relativo sucesso foi antecedido por um processo lento desde sua independência da Grã-

Bretanha, em 1947. Somente a partir da década de 1980 o país experimentou um crescimento econômico constante e significativo. Entre 1980 e 2019, o crescimento médio anual foi de 6,12%, na última década (2010-2019) obteve um crescimento médio de 6,7%, chegando em 2015 ao maior crescimento anual deste período chegando a 7,99%. Este alto e constante crescimento fez o país chegar ao patamar de uma das economias mais bem-sucedidas nos últimos 40 anos (DATA WORLD BANK, 2020). Os dados do Banco Mundial de 2019 demostram que a população indiana chega a 1.366.417.756 habitantes, representa o sétimo maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo e um PIB per capita de 2.104 US/ano em 2019. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está em 0,647 (considerado médio desenvolvimento). A taxa de alfabetização entre adultos (maiores de 15 anos) chega a 75% (2018) e a expectativa de vida ao nascer é de 69 anos (2018). A Índia está tentando efetivar uma transformação que poucas nações na história moderna conseguiram realizar com sucesso: liberalizar a economia dentro de uma ordem democrática estabelecida (VARSHNEY, 2007, p. 73 apud STUENKEL, 2014).

Existem múltiplos aspectos que dificultam a implementação da democracia liberal na Índia, sendo um dos fatores primordiais o sistema de castas e suas complexidades, entre elas a dificuldade de uma eventual mobilidade econômica e social dos indivíduos. Seguidamente as políticas reformistas indianas são divididas em duas categorias: políticas para as elites e políticas para as massas (VARSHNEY, 2007, p. 80 apud STUENKEL, 2014). A distinção das reformas para as elites e para as massas é crucial para entendermos a realidade indiana. Enquanto para as elites o futuro da Índia nunca pareceu tão promissor, para o restante a realidade não parece ser a mesma. A população com menor poder econômico do país possui algumas restrições quanto à implementação de medidas neoliberais e reformas econômicas. Essa disputa pelas políticas reformistas é um plano de fundo essencial para a compreensão de categorias importantes do tecido social indiano neste trabalho. A Índia tornou-se uma grande potência, com grande parte da população na pobreza (MENON, 2013, p. 96). Os desdobramentos das questões sociais e das desigualdades ajudam a entender seu lugar na ordem global.

Desde o início dos anos 1950, estudiosos europeus constituíram o campo da chamada sociologia da Índia, que veio a ser integrado pelos os estudos “nativos” (PEIRANO, 2006). Os principais protagonistas, quando se pensa em pioneirismo dessa

discussão, do ponto de vista europeu, foram Louis Dumont e David Pocock, fundadores do periódico “Contributions of Indian Sociology”, que publicou uma série de estudos sobre a Índia. As problemáticas do universo sociopolítico indiano e suas particularidades, em especial o sistema de castas, têm sido objeto de estudo constante, pois continua a ser uma tarefa desafiadora entender esse universo (MADAN apud PEIRANO, 2006). Quando comparada à brasileira, observa-se que a sociedade indiana urbana tem despertado mais interesse dos estudiosos europeus.

O Brasil tornou-se pobre em “exotismo” para comparações com a sociedade Ocidental, gerando bem menos interesse do que no caso indiano (PEIRANO, 2006, p. 115). A sociedade brasileira tem sido vista como parte do Ocidente, não haveria assim uma contraposição não ocidental como no caso da Índia. Peirano (2006), estudiosa do tema, afirma o papel pouco interessante de subdesenvolvimento assumido pelo Brasil como um país que aspira o desenvolvimento e a modernidade. Para a autora, chamamos a atenção do continente europeu quando desafiamos seus modelos analíticos, como no caso da teoria da dependência ou da teologia de libertação, mas essas foram exceções. Contudo, essa condição propiciou que o Brasil desenvolvesse suas próprias ideias sobre sua sociedade, no que Otávio Velho (1982) chama de “privilégio do subdesenvolvimento” (PEIRANO, 2006, p. 116). Na Índia, em diversos momentos, seus problemas sociais foram definidos por um olhar europeu.

O Brasil obteve um crescimento econômico anual médio entre 1980 e 2019 de 2,41%. Nas últimas quatro décadas o país se consolidou de forma estática, tendo um pico de crescimento entre 2005 e 2010 com uma média de 4,28%, tendo seu auge no ano de 2010 com um crescimento anual de 7,52% Os dados do Banco Mundial 2019 indicam que a população brasileira chega a 211.049.519 milhões de habitantes, com o nono maior PIB do mundo. A renda per capita anual em 2019 foi de 8.717 US e o Brasil mantem um IDH de 0,76 (considerado de alto desenvolvimento). A taxa de alfabetização entre adultos (maiores de 15 anos) chega a 93% da população e a expectativa de vida ao nascer é de 76 anos (2018) (DATA WORLD BANK).

MODERNIDADES

O eurocentrismo é uma categoria que implica na construção de discursos, saberes e criação de um “outro” inferiorizado para que a Europa emerja como lócus de

uma enunciação da aparência universal, atópica e verdadeira. Portanto, enquanto a Europa se constitui como centro emissor da história, constitui o "outro subalternizado" (NOPES, 2013). O eurocentrismo apresenta-se como universalista quando produz regras e discursos que todos os povos devem seguir, nos termos simbólicos e nos princípios de realidade multifacetados, determinando qual é a expressão moderna de existir (NOPES, 2013).

Modernidade e modernização são noções embrionárias do discurso eurocêntrico. O processo de modernização é uma etapa da modernidade cujas bases são estruturadas a partir do final do século XV, precisamente em 1492. Para Dussel (apud NOPES, 2013), as diferenças entre sociedades e a diferença colonial empiricamente surgem naquela data, quando a modernidade apresenta condições históricas para "[...] sua empírica mundialização, a organização de um mundo colonial e o usufruto da vida de suas vítimas, num nível pragmático e econômico" (DUSSEL, 2005, p. 66).

O processo de modernização é de hierarquização e dominação. Trata-se da classificação entre os bárbaros/selvagens e civilizados, entre sociedades tradicionais e modernas – nesse segundo caso, principalmente, vinculado às questões de urbanização e industrialização. Nada mais é do que a legitimação de um único e verdadeiro saber científico europeu. No século XX, as relações de hierarquia modificam-se e ganham novos rótulos. Noções para diferenciar países desenvolvidos e subdesenvolvidos surgem, para confirmar a ascensão dos Estados Unidos como potência, e uma nova organização geopolítica do planeta, o Norte e o Sul Global. Desse caminho surge o projeto de modernização universal sob os pressupostos eurocêntricos, com discurso de um crescimento tecnológico que poderia se estender para todos os povos de maneira igualitária, diminuindo as desigualdades do sistema mundo (NOPES, 2013).

O conceito de colonialidade, elaborado por Mignolo (2005), representa o outro lado da modernidade, o que foi negado, invisibilizado, inferiorizado, violentado pelo pensamento eurocêntrico. Esse pensamento tem como principal característica a rejeição do diverso, das possibilidades do heterogêneo (NOPES, 2013). As categorias "colonialidade do poder" e "colonialidade do saber", elaboradas por Quijano (1997), representam estratégias e dispositivos de controle, dominação e exploração humana como práticas hegemônicas euro centradas (NOPES, 2013). A colonialidade do saber

nos países colonizados se consolidará no processo das formações nacionais. Para Quijano (2005), o processo histórico da modernidade desenvolve-se pela imagem de superioridade da Europa, que é sustentada pela "colonialidade do poder", a partir do reconhecimento dos conceitos ocidentais de civilidade, progresso e desenvolvimento. A Europa traça as normas sociais em que se deve viver. Tudo que foge da norma é diretamente ou indiretamente datado como ultrapassado. É um processo cruel e difícil de se desvincular. As antigas colônias não foram apenas influenciadas pelo sistema econômico, político, social e cultural ocidental, os seus saberes foram colonizados. A "colonialidade do saber", segundo Porto-Gonçalves (2005), revela que, além do legado das desigualdades e das injustiças sociais, vindas do colonialismo e do imperialismo, questões salientadas pela teoria da dependência e outras já desenham como existe um legado epistemológico eurocêntrico, que nos impede de ver o mundo de outra forma, distante do horizonte europeu, não nos permitindo ver o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos.

O projeto de modernização elaborado para as antigas colônias europeias na América não observava as diversas possibilidades de existência de cada sociedade, seus contextos distintos e suas diversidades locais. Quijano (2005) havia refletido como o local colonial era parte do poder ao mesmo tempo físico e imaginário, onde atua a colonialidade do poder e a colonialidade do saber. Trata-se de impossibilidades de outras formas de existir, de saber, de viver. Os países não pertencentes ao norte global dominante ficam à mercê de uma interpretação da realidade que não é a sua. A eterna sensação de que falta algo, um projeto que está por vir, a modernização que vai chegar ou, melhor dizendo, que precisa chegar. Ao contrário da visão europeia, os processos de modernização não acontecem de forma linear e igualitária para todas as sociedades (NOPES, 2013).

Desde o final do século XIX e início do XX, a ciência moderna tornou-se o saber dominante no Ocidente, e os saberes foram minuciosamente articulados e organizados para que fossem tratados como verdades absolutas e universais. Contudo, novas abordagens, a partir da metade do século XX, inauguraram os "estudos periféricos", que fogem da perspectiva eurocêntrica e colonial. Duas das obras principais dessa nova abordagem é "Pele Negra, Máscaras Brancas", de Frantz Fanon (1952), e "Orientalismo – A Invenção do Oriente pelo Ocidente", de Edward Said (1978). Fanon salientava como a invenção do racismo era uma peça fundamental para a manutenção

da dominação europeia sobre os povos. Said analisava a invenção do Ocidente sobre o Oriente, como o Ocidente criou uma representação reduzida do Oriente (NOPES, 2013).

A modernização vem sendo questionada ao longo dos anos, especialmente por seu caráter universalizante, não considerando que as sociedades estão em lugares diferentes no sistema econômico mundial e, consequentemente, não têm o mesmo poder de desenvolvimento. Para o sistema, é interessante que determinadas sociedades permaneçam em seus lugares na ordem mundial, dependentes e relativamente fracas, as chamadas sociedades não industriais. A teoria da dependência tem uma relação importante com as questões da teoria da modernização. Ela explica o porquê de os países do Terceiro Mundo acabarem por não conseguir se desenvolver economicamente como as potências globais do chamado mundo do norte. Nas décadas pós-Segunda Guerra Mundial, o que determinava o desenvolvimento econômico das nações era, justamente, a modernização, os valores chamados de modernos. O sistema econômico mundial tem um caráter altamente desigual na distribuição de poder e de recursos, o que coloca a maioria das nações em uma situação de dependência em relação às potências globais industriais.

Este artigo usa a ideia de modernidades múltiplas para compreender a realidade social dos dois países emergentes, Brasil e Índia, entendendo que essa pode ser uma alternativa interessante para compreender as nuances do mundo contemporâneo. Uma das questões de maior utilidade da ideia de modernidades múltiplas para os fins deste estudo é a separação entre modernidade e ocidentalização. Os padrões ocidentais de modernidade não constituem as únicas formas autênticas de modernidade, mesmo que historicamente tenham sido consideradas o padrão universal, um ponto de referência básico para os restantes (EISENTADT, 2001, p. 139).

> Uma das implicações mais importantes do termo “modernidades múltiplas” é que a modernidade e a ocidentalização não são idênticas; os padrões ocidentais de modernidade não constituem as únicas modernidades “autênticas”, apesar de gozarem de precedência histórica e de continuarem a ser um ponto de referência básico para os restantes. (EISENSTADT, 2001, p. 140).

Utilizar-se da ideia de modernidades múltiplas é assumir que a melhor forma de entender o mundo contemporâneo é considerar um leque de possibilidades de entendimento do que pode ser modernidade, em que cada sociedade pode se

desenvolver de forma singular. Uma das características que pode ser observada nesse processo é o entendimento que a modernidade é simplesmente seu potencial de autocorreção, sua capacidade de enfrentar os problemas nunca imaginados no seu programa original. Ao lidar com problemas distintos, as sociedades contemporâneas podem utilizar-se cada vez mais de possibilidades, modos e recursos culturais das suas respectivas tradições civilizacionais (WEIMING, 2000 apud EISENSTADT, 2007). A perspectiva elucida o caráter essencialmente moderno dos novos movimentos sociais, identidades coletivas, ultrapassando o modelo clássico do Estado, territorial, nacional ou revolucionário, e traçando um diálogo contínuo entre forças de reconstrução moderna e forças tradicionais (EISENSTADT, 2001).

DESIGUALDADES BRASIL E ÍNDIA

A herança colonial no Brasil se expressa nas questões raciais que estão ligadas ao processo de transformações sociais que reproduziram o racismo, ainda que ressignificado, ao longo da história do país mesmo depois da independência de Portugal. As desigualdades raciais, que se expressam na pobreza, desemprego, falta de acesso à educação, são muitas vezes entendidas como consequência da falta de mérito dos indivíduos (ALMEIDA, 2018). A meritocracia manifesta-se por meio de mecanismos seletivos institucionais, tais como processos seletivos nas universidades e concursos públicos. No Brasil, a negação do racismo e o mito da democracia racial sustentaram um discurso meritocrático. Se não existe racismo, a culpa da falta de êxito das pessoas negras seria delas mesmas que, supostamente, não fizeram o suficiente para aproveitar as oportunidades que estavam ao seu alcance.

Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial (ALMEIDA, 2018, p. 56).

A herança colonial na Índia teve severas consequências para seu tecido social contemporâneo. Os britânicos criaram estruturas de desigualdade em todos os domínios da vida social. Após o processo de independência da Índia, o país passou por um caminho de desassociação de um sistema totalmente estranho de governança legal e moralmente.

A casta era, originalmente, um fenômeno principalmente social e religioso, mas os britânicos instituíram a casta como um critério de organização da política. A casta como hierarquia ritual foi transformada em uma hierarquia de poder. Com o passar do tempo, a casta tornou-se sinônimo de estratificação social. A hierarquia e a desigualdade passaram a ser determinadas por valores e normas, e pela distribuição de recursos e oportunidades da vida social. O fato é que, em qualquer ponto da história de uma sociedade, a estratificação social é a produção e a reprodução de um sistema de valores e forças estruturais. Diferentemente dos exemplos europeus, a Índia não contava com duas classes, o proletariado e a burguesia, os fatores econômicos, por si só, não causam desigualdade e hierarquia (PEILIN et al., 2013).

A classe média indiana surgiu no pós-independência junto aos processos de urbanização, modernização e globalização, porém ela se constituiu em uma pequena parte da sociedade. O desenvolvimento não atingiu os mais pobres e, consequentemente, as castas mais baixas. Apesar da persistência de formações sociais tradicionais ao lado de instituições novas ou modernas, uma nova classe dominante emergiu na Índia pós-independência, e essa classe lançou um desafio à hierarquia persistente e aos arranjos socioculturais. A rigor, hoje, “diferença social” e “poder” são mais valorizados que a hierarquia ritual. A estratificação social é um fenômeno multifacetado e multicausal. “Casta”, por si só, não explica sozinha o universo complexo das diversas relações sociais na Índia, embora seja um pano de fundo importante social e historicamente para entendê-la (PEILIN et al., 2013). Reconceituar a relação casta-classe-poder é importante para lidar com as diferenças sociais emergentes e as distâncias entre diferentes partes da sociedade, famílias e indivíduos. A estratificação social na Índia deixou de ser estática e fechada, como era na época colonial, e status e poder passaram a ser levados em conta na para estratificação social. Podemos, de forma sintética, resumir em três pontos principais o sistema de castas indiano. O primeiro deles é a relação entre puro e impuro, a questão de valores e normas, que são a base do surgimento do sistema de castas. A segunda é a casta como um fenômeno econômico que se justifica para o domínio, exploração e as disparidades baseadas nesse sistema, tornando-se mais uma forma de hierarquia político-econômica. Por último, a casta virou um fenômeno cada vez mais imperceptível. A diferenciação de papéis, a importância da família e do indivíduo na mobilidade social, as hierarquias de status e o prestígio tornaram o uso da casta algo

flexível. Casta refere-se a uma racionalidade intencional, mas também fornece descrição e explicação dos problemas políticos e economicos da Índia moderna (SHARMA, 2001 apud PEILIN et al., 2013)

AÇÕES AFIRMATIVAS BRASIL E ÍNDIA

As ações afirmativas (AAs) podem ser definidas como um conjunto de políticas focais que beneficia pessoas pertencentes a minorias sociais, grupos discriminados e vítimas de exclusão social e econômica no passado ou no presente, servindo como meio de reparação histórica. As ações afirmativas são todo programa, público ou privado, que tem como objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas ao bem-estar coletivo (FERES JÚNIOR et al., 2018). São políticas públicas que têm como objetivo combater discriminações, sejam elas étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação desses grupos nos processos educacionais, políticos, no acesso à saúde, bens materiais etc.

A rigor, as ações afirmativas têm sido aplicadas em diversos países como resposta a pressões de movimentos sociais pela elevação da qualidade de vida e das condições de mobilidade social de grupos historicamente desprivilegiados (CAHN, 2002; ROBINSON, 2001 apud FERES JÚNIOR et al., 2018). Um dos diferenciais das políticas de ação afirmativa é seu impacto positivo na coletividade e para indivíduos discriminados, podendo ser utilizada como um instrumento de mudança social e reparação de processos históricos discriminatórios contra determinados indivíduos de certos grupos sociais.

Uma das dificuldades de equiparar o sistema de castas indiano e suas políticas de reserva com o universo das ações afirmativas, como no caso do Brasil ou dos EUA, é a inexistência das noções/termos de etnia e raça para escolha dos beneficiados. Mesmo que a noção de etnia seja utilizada na Índia, está longe de ser o delimitador da posição social do indivíduo indiano (FERES JÚNIOR et al., 2018).

No debate sobre essas políticas públicas em sociedades pós-coloniais ocidentais, frequentemente se acionam três argumentos fundamentais como justificativa: reparação, justiça distributiva e diversidade. Nas sociedades orientais, como no caso da Índia, utilizam-se quatro principais justificativas: compensação

histórica de determinado grupo social, proteção de segmentos mais fracos da população, como prevê a Constituição indiana, igualdade proporcional e justiça social, que é a simples constatação de que existem grupos específicos que sofrem mais com as desigualdades sociais. As justificativas sociais e institucionais, no Brasil e na Índia, são distintas, mas a convergência de categorias que permeiam o campo da mitigação das desigualdades econômicas e sociais é significativa (FERES JÚNIOR et al., 2018). Um dos pontos consensuais, nas trajetórias sociais históricas de Brasil e Índia, que impulsiona a construção das políticas públicas das ações afirmativas nos dois países, é o reconhecimento da prevalência de imensas desigualdades sociais e econômicas. Nesse contexto, fica evidente a existência de uma diferença significativa entre as noções de classes sociais, no caso do Brasil, e sistema de castas, no caso da Índia. Existem características em ambas as sociedades que se manifestam no plano das representações coletivas inconscientes, uma espécie de naturalização de certas ações nessas sociedades, que discriminam determinados grupos sociais - no caso do Brasil, os negros, e, no caso da Índia, os indivíduos das castas subalternizadas. Pode-se afirmar que existem condições factuais e contextuais na sociedade brasileira e indiana que buscam caminhar no sentido do achatamento das disparidades nos dois países, contudo, as desigualdades sociais e econômicas em ambos os países permanecem.

A Índia apresenta a mais duradoura experiência com ações afirmativas de que se tem registro (DAFLON, 2008). Apresentar o modelo indiano de ações afirmativas, chamadas de "*reservation policies*", auxilia na comparação das AAs desenvolvidas no contexto brasileiro. Medidas que visavam favorecer as minorias discriminadas na Índia começaram a serem implantadas desde a época dos colonizadores britânicos, ao final do século XIX, e tiveram sua continuidade assegurada pela Assembleia Geral Constituinte, após o processo de independência, em 1947 (DAFLON, 2008). Um dos maiores desafios das políticas públicas de ações afirmativas na Índia é a multiplicidade de beneficiários. Existem minorias culturais (tribos), grupos estigmatizados (intocáveis) e grupos discriminados, que sofrem mais de uma privação econômica (denominados "*other backward classes*").

Os atuais beneficiários das políticas de reserva na Índia compõem 74,5% da população, dividida em três grupos. São eles: os intocáveis, que receberam, na época da colonização britânica, a denominação de "*Scheduled Classes*" (SCs), que representam cerca de 15% da população; as tribos ou "*Scheduled Tribes*" (STs), que

constituem 7,5% da população e sendo consideradas tribos as sociedades que dependem suas subsistência de áreas florestais; e por último os "*Other Backward Classes*" (OBCs), que são as castas consideradas baixas, que são desprivilegiadas social e economicamente e compõem quase 52% da população (TUMMALA, 1999). Mesmo depois da criminalização da diferenciação entre indivíduos pela casta, esses grupos sociais têm uma maior incidência de pobreza que o restante da população, assim como uma menor mobilidade social e retorno de investimentos educacionais (MADHESWARAN; ATTEWELL, 2007).

As questões que cercam as ações afirmativas na Índia são bastante controversas no país, mesmo com a tradição de mais de 70 anos. Esse universo manipula relações de poder importantes, e a bandeira das ações afirmativas é defendida, principalmente, pelos movimentos sociais dos grupos minoritários socialmente, como no caso do *Dalit Panthers*. O caso indiano mostra-se desafiador pela diversidade linguística, cultural, religiosa e territorial do país. (COSTA; SAXENA, 2007).

A ideologia da homogeneidade moderna em torno de valores universais e liberais se fez presente nas discussões indianas pré-Constituição de 1949, o que corroborou com a ideia ocidental de que o sistema de castas, com o tempo, se tornaria um sistema de classes. Contudo, na Assembleia Nacional Constituinte do país não foram essas as interpretações que prevaleceram (DAFLON, 2008). O que prevaleceu no texto da constituinte foi o reconhecimento do modelo de cidadania individual universal que não teria dado conta da heterogeneidade do país e das desigualdades dos sistemas de castas (DAFLON, 2008,). Em suma, nas grandes cidades, as noções tradicionais de hierarquia permanecem, ainda que a crença nas noções de puro e impuro estejam relativamente enfraquecidas (SHAH, 2002).

Em um primeiro momento, a implantação de tais políticas não suscitou grande reação da sociedade, que parece ter compreendido como justa a iniciativa de promover grupos discriminados. Contudo, em 1990, após um longo processo político liderado por movimentos sociais indianos, que começou em 1970 com a instauração de uma comissão para estudar as condições das minorias indianas, capitaneada por lideranças políticas em conjunto com os movimentos sociais, como o caso do B. P. Mandal, o Estado indiano estendeu suas políticas de tratamento preferencial aos postos do governo para as "*Other Backward Classes*" and "*Castes*" ou OBCs (SHARMA, 2005).

É interessante notar que os debates sobre AAs na Índia precederam em sete décadas aqueles que vieram a ser travados no Brasil bem mais tarde. São discussões sobre as possíveis contradições entre os princípios modernos de igualdade, entre os direitos do grupo e direitos individuais, bem como questões sobre mérito e eficiência das políticas ou até sobre grupos chamados de "*creamy layer*", que seriam uma parcela dos grupos subalternizados que não precisaria das vagas de AAs e estariam monopolizando suas vagas na rede de ensino e a centralizar esses benefícios. Os pesquisadores indianos estudam todos esses temas pelo menos, meio século antes dos brasileiros (DAFLON, 2008,).

As políticas públicas de ações afirmativas no Brasil são bem mais recentes, sendo o primeiro caso em favor da população preta e parda. O Brasil tem uma longa trajetória, desde a época colonial, de ausência de leis que possam reparar ou mitigar as consequências históricas do processo de escravização dos africanos no Brasil desde o século XVI. A ausência de políticas públicas reparatórias intensificaram as desigualdades sociais em detrimento desse grupo em particular, fazendo com que a população brasileira se estratificasse por cor. A participação na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, foi considerada um marco histórico do início da inserção do tema das ações afirmativas na agenda das políticas públicas no Brasil.

O Brasil tem suas políticas públicas de AAs disseminadas a partir dos anos 2000, por meio da aprovação do sistema de cotas nas universidades públicas, que ganhou nova densidade na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e das leis nos 12.711/2012 e 12.990/2014, que tornaram obrigatória para toda rede federal de ensino técnico, médio e superior e para serviço público federal.

Em 2003, durante o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, tendo em vista as demandas do Movimento Negro, foi lançado o primeiro programa de ação afirmativa para estudantes pobres, pretos, pardos e com deficiência para o ensino superior privado, o ProUni. O ProUni constitui-se em uma parceria da esfera pública estatal com o setor privado, em que as universidades privadas recebiam isenção de tributos em troca do oferecimento de bolsas de estudos parciais ou integrais para os alunos representados pelas ações afirmativas. Além disso, a expansão da política de financiamento estudantil, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) contribui para a

ampliação do acesso ao ensino superior, contribuindo para aumentar as chances desta parcela da população alcançar melhores posições na sociedade, interrompendo um ciclo de vulnerabilização da população negra.

As universidades federais não tinham a obrigatoriedade de adoção de cotas até então. A pressão dos movimentos sociais sobre o Governo foram essenciais para a adoção das ações afirmativas em todo o território nacional, que variam entre cotas, reservas de vagas, bônus etc.; e contemplam uma variedade de beneficiários (negros, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiências físicas e alunos egressos de escolas públicas). Em 2011, 9,3% de todas as vagas existentes nas universidades públicas eram reservadas para candidatos pretos e pardos, 11,3% para alunos egressos de escolas públicas (o que no Brasil constitui indicativo de desvantagem socioeconômica) e 2% para outros (FERES; DAFLON; CAMPOS, 2011).

Em 2015, a participação relativa dos negros aumentou tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas. O peso relativo dos negros nas universidades públicas passou para 45,1% e, nas universidades privadas, passou para 43,3%. O acesso ao ensino superior isoladamente não acaba com as desigualdades raciais, porém contribui para aumentar as chances dessa parcela da população alcançar melhores posições sociais e consequentemente interromper este processo de vulnerabilização. No caso brasileiro, temos a especificidade do movimento negro bastante ativo nas questões de manutenção e reconhecimento da reserva de vagas para a população negra, inclusive participando ativamente da validação dos processos de autodeclaração em algumas universidades federais (GEMAA, 2020). Vale ressaltar que as ações afirmativas não são resumidas apenas à entrada no ensino superior, mas também na continuação dos beneficiários na universidade, com a garantia de iniciativas de permanência estudantil.

Podemos considerar que, para uma política pública de ação afirmativa obter êxito, ela precisa ter uma relativa aceitação pública, com justificativas bem definidas e defensáveis socialmente. Sendo assim, as questões que as AAs pretendem solucionar devem ser claras e encontrar suporte em um diagnóstico relativamente preciso da sociedade em que ela será aplicada, e seu desenho institucional deve ser coerente e corresponder às reflexões mais abstratas que possam surgir (DAFLON, 2007). Todos esses fatores facilitam a aceitação pública e, consequentemente, abrem caminho para que essas políticas sejam contempladas na agenda governamental.

A aplicação efetiva das AAs em sociedades desiguais, como Brasil e Índia, dependerá de uma aceitação coletiva da história de cada um destes países. No caso indiano, depende da aceitação das desigualdades inerentes ao sistema de castas, principalmente após o processo de colonização, e, no caso brasileiro, da aceitação de que existe racismo estrutural e institucional que percorrem toda a história do Brasil desde a colonização. A partir dessa interpretação histórica dos países, pode-se manejar a questão da reparação histórica de diferentes grupos sociais subalternizados. Em ambos os países não foi uma discussão fácil. A democracia liberal e que foca em direitos civis foi amplamente convocada nas discussões sobre o tema, e argumentos relacionados à questão da meritocracia e do mérito foram acionados para contestá- las.

Na discussão brasileira, a negação de um preconceito de cor é frequente, alegando-se que o Brasil, por ser um país miscigenado, não poderia adotar o modelo norte-americano de brancos e não brancos, que seria inadequado na nossa realidade social. Essa argumentação ignora completamente as interações raciais no sentido sociológico. Na Índia, não foi diferente em relação às castas, pois intelectuais indianos alegavam que esse sistema acentuaria a diferenciação de castas no país, reforçando a desigualdade. Alegavam que não se poderia promover justiça social se utilizando de discriminação. Contudo, entre os maiores êxitos das políticas de reserva de vagas na Índia, por exemplo, foi a ocupação de indivíduos dos grupos chamados intocáveis e OBCs em altas posições de prestígio social.

A cultura democrática liberal difunde princípios normativos de igualdade, de dignidade e de cidadania (DAFLON, 2008), que participa de um domínio hegemônico, que integra uma justificativa do modelo político adotado pelo Ocidente como justificativa de um modelo político que é frequentemente utilizado como forma de manipular uma linguagem de direitos, servindo como forma de problematização dos posições sociais e para possíveis reivindicações. Por outro lado, esse mesmo Estado democrático não considera certos grupos, como os beneficiários das AAs, para que sejam percebidos como indivíduos que detêm direitos (DAFLON, 2008).

É possível perceber que, tanto no caso indiano como no caso brasileiro, o recurso da igualdade e da universalidade é manipulado como argumento. Ao mesmo tempo que o discurso ocidental reconhece que é fundamental para a superação das sociedades hierárquicas a igualdade, este discurso torna-se controverso quando existe uma crítica sobre a adoção das AAs e como elas podem ter um caráter antiuniversalista

e não igualitário. Esse tipo de recurso argumentativo parece não levar em conta como historicamente castas na Índia e classes, e principalmente raça, no Brasil foram categorias decisivas para negar um status integral de indivíduo para as pessoas pertencentes a esses grupos. São esses grupos que são destituídos de individualidade e, portanto, de direitos (GUIMARÃES, 1998).

As posições sobre o tema das ações afirmativas são controversas. Mesmo na Índia, em que as AAs estão presentes há mais de sete décadas, argumenta-se que existem pressões políticas contra elas. No entanto, no âmbito acadêmico, tanto no Brasil quanto na Índia, dificilmente se observam argumentos contra ou que não as consideram como positivas.

A Índia tem dilemas parecidos com os do Brasil, além do discurso da democracia liberal e a meritocracia, a experiência do país mostra um caminho com os efeitos das AAs a longo prazo. O que a experiência indiana pode nos mostrar é como as ações afirmativas isoladamente não parecem ser uma alternativa para reduzir a pobreza de países continentais, como é o caso dos dois países, mas ao mesmo tempo esse tipo de política pública tem uma força multiplicadora, além de modificar de forma considerável o perfil das classes médias, interferindo nos seus planos de representações sociais e gerando repercussões políticas.

A Índia pode nos mostrar como as AAs, aliadas a políticas de combate às desigualdades sociais, principalmente de castas no caso indiano e de raça no caso brasileiro, servem como elevação do status econômico dos grupos beneficiados e geram a diminuição do estigma que historicamente recai sobre esses grupos. Fundamental é não cobrar da ação afirmativa um papel que não deve ser desempenhado por ela, mas sim por outro tipo de política pública, que é a erradicação das desigualdades sociais (DAFLON, 2006).

Um campo de disputas dessas AAs no Brasil e na Índia refere-se a como será determinada a identidade nacional, como serão encaixadas as questões de castas e as questões raciais nessa nova construção histórica, em que os grupos subalternizados podem ter papéis novos na sociedade, acessar espaços antes impossíveis. Isso mostra a força do grupo, em que o êxito individual não chama tanta atenção, mas, quando um grupo ou uma parcela significativa do grupo consegue esse acesso, há um peso maior e uma possibilidade de mudança social muito mais significativa e potente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um esforço de síntese, considero que a noção de modernidade e o modelo de igualdade clássicos evidenciam um paradoxo em relação ao conceito de hierarquia (DUMONT, 1997). Esses dois modelos - igualitário e hierárquico - apresentam-se histórica e logicamente antagônicos. Nesse sentido, as experiências históricas de Brasil e Índia com seus processos de modernização e a busca de assumirem a ideia de modernidade clássica constituem bons exemplos para se refletir sobre esta dualidade.

Contudo, o que vimos ao longo deste artigo, no qual buscamos comparar as AAs em duas potências emergentes, é que a modernização em países do Sul global historicamente tem retroalimentado um sistema de desigualdades sociais que, em boa medida, acaba permitindo a presença de características do modelo hierárquico nesses países.

Um dos papéis importantes das políticas públicas de AAs nos contextos brasileiro e indiano contemporâneos consiste na formulação de alternativa à modernização dominante, conforme o modelo clássico, possibilitando um conjunto de ações e potencialidades de modernidades múltiplas de cada sociedade.

Como demonstra a literatura consultada para realização deste trabalho, o processo temporal de longa duração de consolidação da modernidade, pautado pelo eurocentrismo, colonialidade e, posteriormente, pelo imperialismo e pela globalização, constituiu um caminho que iniciou na colonização e na exploração das colônias pelas metrópoles europeias, no final do século XV e primeiras décadas do seculo XVI. Já os vários movimentos de modernização apresentam-se como resultantes contemporâneos da modernidade, que têm consequências na formação de valores sociais e projetos de desenvolvimento pelo mundo, que passam pela reprodução de padrões e normas desenhados pelos países hegemônicos (EUA e Europa Ocidental).

O reconhecimento da importância das AAs por parte de uma determinada sociedade ou Estado Nação parece constituir-se em uma forma clara de evidenciar a coexistência dos ideais de igualdade e de hierarquia. Para que ocorra esse caminho, o universo social tem esse horizonte imaginário da busca da igualdade e da superação da hierarquia, de forma consciente ou não.

Nas sociedades indiana e brasileira, da mesma forma que existem desigualdades sociais importantes e estruturais, a busca pela igualdade (pelo menos

em uma esfera pública e de direitos civis de acesso) mostra-se crescente com a adoção dessas medidas. Ao mesmo tempo em que as AAs são formas lógicas que correspondem a uma literatura igualitária clássica moderna, mostram-se capazes de possibilitar modos de modernidade distintos em outras sociedades, não necessariamente correspondendo a uma expectativa moderna habitual. Simultaneamente, pode ter correspondência com a lógica moderna e corresponder a outras possibilidades de existência. Os significados sociais da participação dessas camadas beneficiadas pelas AAs têm várias interpretações sobrepostas, não podendo ser pensada em uma relação única e simples.

Outra reflexão importante do trabalho diz respeito a como as estruturas sociais dos dois países têm diferenças e similitudes. No caso do Brasil, o racismo estrutural aparece como alicerce fundamental das desigualdades sociais, enquanto na Índia o fundamento do sistema é a discriminação contra as castas mais baixas. Nos dois casos, os beneficiários das AAs serão os indivíduos pertencentes a esses grupos subalternizados. No plano ideal, as sociedades modernas não deveriam possuir em sua estrutura social esse tipo de desigualdade, dado que o processo que leva à efetivação da igualdade de acesso às oportunidades é um pilar da modernidade. A partir dessa percepção, considero que existe a prevalência de traços do modelo hierárquico na Índia e no Brasil contemporâneos.

O artigo teve como aspiração a contraposição da ideia de superação das sociedades hierárquicas, por vezes chamadas de tradicionais, para sociedades modernas e igualitárias, como um processo universalizante pelo qual todas as sociedades deveriam passar, na lógica eurocêntrica e estadunidense. Teve como objetivo a reflexão sobre como essas duas noções, hierarquia e igualdade, são utilizadas nesses dois países emergentes do Sul global, como forma de manutenção e ao mesmo tempo da alteração das realidades sociais, sendo percebida a influência que a modernidade exerce globalmente.

Em síntese, a partir da análise do conhecimento para o melhor entendimento das AAs indianas, vislumbro uma perspectiva de futuro para as políticas públicas brasileiras direcionadas para grupos sociologicamente minoritários, visto que as AAs indianas têm quase 70 anos de história e traçam um caminho interessante. Ao mesmo tempo que percebo desafios cada vez maiores e mais complexos, as possibilidades de mudanças são promissoras e atentam para uma realidade favorável para novas

maneiras de reconhecimento da importância de AAs em países emergentes, como Brasil e Índia, fugindo da lógica da modernidade clássica e das consequências do processo de modernização. Outro questão relevante é entender que os desdobramentos da modernização não são apenas a dependência econômica dos países do Sul global em relação aos países do Norte global. É a dependência social, econômica, institucional, política e científica, entre outras, sobre as possibilidades de existência que nos são dadas pelo sistema capitalista, que o local originalmente nos foi reservado e como podemos nos reposicionar.

As reflexões deste artigo pretendem contribuir para o aprofundamento dos estudos contra hegemônicos na perspectiva das múltiplas modernidades nos países emergentes, principalmente em relação aos processos distintos dessas formas de modernidades. Contribuição para contrapor a lógica ocidental e produzir epistemes do Sul sobre o Sul, estabelecendo possíveis desdobramentos para os futuros da temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Feminismos plurais**: Racismo estrutural. [S.l.]: Polén, 2018.

DAFLON, V. Ação afirmativa em perspectiva comparada: uma discussão sobre o modelo indiano e o brasileiro *In*: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 32o encontro, Anais de evento., Caxambu (MG), 2008.

DAFLON, V. Políticas de reserva: o modelo indiano de ação afirmativa. Dissertação (Mestrado no Programa de Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPRJ). Rio de Janeiro, 2007.

DAFLON, V. T. ***Homo Hierarchicus*: a trajetória de um clássico da antropologia francesa na Índia**. BIB, São Paulo, p. 5-18, out. 2016.

DUMONT, L. **Homo Hierarchicus o sistema de castas e suas implicações**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

EISENSTADT, S. N. Modernidades múltiplas. Sociologia, problemas e práticas, n. 35, p. 139- 163, 2001.

EISENSTADT, S. N. Múltiplas modernidades: ensaios. **Estudos políticos**, Lisboa, p. 649-655, 2007.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERES JÚNIOR, J. *et al*. **Ação Afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V.; CAMPOS, L. A. **A ação afirmativa no ensino superior brasileiro (2011). Levantamento das políticas de ação afirmativa** (GEMAA), IESP-UERJ, 2011, p. 1-20.

GUIMARÃES, S. P. Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia. **Bras. Polít.**, p. 109-132, 1998.

Indicators | Data. Worldbank.org. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator>. Acesso em: 11 Nov. 2020.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103

National Sample Survey Office (NSSO) | Ministry of Statistics and Program Implementation | Government Of India. Mospi.nic.in. Disponível em: <http://mospi.nic.in/NSSOa>. Acesso em: 15 Nov. 2020.

NOPES, A. **Eurocentismo e o projeto de modernização do Brasil**: uma análise sociológica a partir da fala dos engenheiros professores da UFSC (1960-1980). Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2013.

PEILIN, L. *et al*. **Handbook on social stratification the BRIC countries change and perspective**. Singapore: World Scientific Publishing co pte.Ltd, v. 1, 2013.

PEIRANO, M. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SHARMA, K. N. For a sociology of India on the word (varna). **Contributions to indian sociology**, v. 9, n. 2, p. 293-298.

STUENKEL, O. **A Índia na ordem global** - série entenda o mundo. 1. ed. Rio de Janeiro. FGV, v. 32, 2014.

WALLERSTEIN, I. **World Sistems Analysis**. 4. ed. [S.l.]: Duke University Press, 2004.

* Artigo recebido em 31 de julho de 2021,
aprovado em 22 de setembro de 2021.

ENTRE O NEOINSTITUCIONALISMO E A DEMOCRACIA DIGITAL? A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO LEGISLATIVO BRASILEIRO ATRAVÉS DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

BETWEEN NEOINSTITUTIONALISM AND DIGITAL DEMOCRACY? SOCIAL PARTICIPATION IN THE BRAZILIAN LEGISLATIVE PROCESS THROUGH THE PARTICIPATORY LEGISLATION COMMITTEE OF THE CHAMBER OF DEPUTIES

¿ENTRE EL NEOINSTITUCIONALISMO Y LA DEMOCRACIA DIGITAL? PARTICIPACIÓN SOCIAL EN EL PROCESO LEGISLATIVO BRASILEÑO A TRAVÉS DEL COMITÉ DE LEGISLACIÓN PARTICIPATIVO DE LA CÁMARA DE LOS DIPUTADOS

Licemar Vieira Melo[1]

Resumo

Este artigo divulga dados preliminares de uma pesquisa, em andamento, que está analisando a participação social no processo legislativo brasileiro sob a ótica do Neoinstitucionalismo e da Democracia Digital. Para isso, voltamos o olhar para a Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados que, desde 2001, se configura em um espaço institucionalizado de participação social e, portanto, de interações socioestatais. Essa comissão recebe sugestões de projetos de lei enviadas por organizações da sociedade civil como ONGs, sindicatos, associações e órgãos representativos de classe, e, nesse sentido, se configura como um ponto de acesso dos atores coletivos ao Estado, especificamente ao Poder Legislativo Federal. Nessa pesquisa estamos identificando os atores sociais que estão encaminhando sugestões legislativas à CLP e suas demandas. Também estamos identificando os Dispositivos Tecnológicos Digitais disponibilizados pela CLP, para, posteriormente, buscarmos perceber se e como eles impactam na participação social no processo legislativo, através da CLP. Essa pesquisa utiliza método quali-quantitativo e se configura em um estudo de caso. Os resultados parciais obtidos a partir de uma coleta de dados piloto, de maio de 2021, apontam que a maioria das 186 sugestões legislativas que foram aprovadas na CLP - entre 2001 e 2020 - e tramitam na Câmara Federal como projetos de lei, foram apresentadas por 76 diferentes organizações da sociedade civil. A maioria dessas sugestões se referem às temáticas de: a) Política e Administração Pública; b) Direitos Humanos; c) Trabalho, Previdência e Assistência. Ainda não é possível perceber se os DTDs influenciam na participação social no processo legislativo através da CLP.

[1] Mestre em Ciências Sociais. Doutoranda no PPG em Ciências Sociais da UNISINOS/São Leopoldo-RS. E-mail: licemarvm@gmail.com

Palavras-chave: Neoinstitucionalismo histórico; Democracia digital; Processo legislativo; Participação *online.*

Abstract
This article discloses preliminary data from ongoing research that is analyzing social participation in the Brazilian legislative process. For this, we turn our gaze to the Participatory Legislation Commission (CLP) of the Chamber of Deputies, which, since 2001, has been configured as an institutionalized space for social participation and, therefore, for socio-state interactions. This commission receives suggestions for bills sent by civil society organizations such as NGOs, unions, associations and class representative entities, and, in this sense, is configured as an access point for collective actors to the State, specifically to the Federal Legislative Power. In this research, we are identifying the social actors that are forwarding legislative suggestions to the CLP, based on which guidelines. We are also identifying the Digital Technological Devices made available by the CLP, in order, later, to seek to understand if and how they impact social participation in the legislative process, through the CLP. This research uses a quali-quantitative method and is configured in a case study. The partial results obtained from a pilot data collection, from May 2021, indicate that most of the 186 legislative suggestions that were approved in the CLP - between 2001 and 2020 - and are being processed in the Federal Chamber as bills of law, were presented by 76 different civil society organizations. Most of these suggestions refer to the themes of a) Public Policy and Administration; b) Human Rights; c) Work, Welfare and Assistance. It is still not possible to see whether DTDs influence social participation in the legislative process through the CLP.
Keywords: Historical neoinstitucionalism; Digital democracy; Legislative process; Online participation.

Resumen
Este artículo revela datos preliminares de una investigación en curso que analiza la participación social en el proceso legislativo brasileño. Para ello, dirigimos nuestra mirada a la Comisión de Legislación Participativa (CLP) de la Cámara de Diputados, que, desde 2001, se ha configurado como un espacio institucionalizado de participación social y, por tanto, de interacciones socio-estatales. Esta comisión recibe sugerencias de proyectos de ley enviadas por organizaciones de la sociedad civil como ONG, sindicatos, asociaciones y órganos de representación de clase, y, en este sentido, se configura como un punto de acceso de actores colectivos al Estado, específicamente al Poder Legislativo Federal. En esta investigación, estamos identificando a los actores sociales que están remitiendo sugerencias legislativas al CLP, en base a qué lineamientos. También estamos identificando los Dispositivos Tecnológicos Digitales puestos a disposición por el CLP, para, posteriormente, buscar entender si y cómo impactan en la participación social en el proceso legislativo, a través del CLP. Esta investigación utiliza un método cuali-cuantitativo y se configura en un estudio de caso. Los resultados parciales obtenidos de una recolección de datos piloto, a partir de mayo de 2021, indican que la mayoría de las 186 sugerencias legislativas que fueron aprobadas en el CLP -entre 2001 y 2020- y están siendo procesadas en la Cámara Federal como proyectos de ley, fueron presentadas por 76 organizaciones diferentes de la sociedad civil. La mayoría de estas sugerencias se refieren a los temas de: a) Política y Administración Pública; b) Derechos humanos; c) Trabajo, Bienestar y Asistencia. Aún no es posible ver si los DTD influyen en la participación social en el proceso legislativo a través del CLP.

Palabras Clave: Neoinstitucionalismo histórico; Democracia digital; Proceso legislativo; Participación online.

INTRODUÇÃO

Um novo espaço de participação social no processo legislativo brasileiro, assim podemos nos referir à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. A CLP, criada em 2001 como uma comissão permanente, tem a finalidade de promover a participação da sociedade no processo legislativo brasileiro e recebe – por meio de organizações da sociedade civil como ONGs, sindicatos, associações, órgãos de classe, portanto de atores coletivos –sugestões legislativas como propostas de leis ordinárias.

Essa comissão acaba se configurando em um ponto de acesso dos atores sociais ao Estado, especificamente ao Poder Legislativo Federal brasileiro, e, portanto, se apresenta como um espaço de interações socio-estatais e de novas práticas democráticas. Quem são os atores sociais que ocupam esse ponto de acesso? A partir de que pautas? Essas são algumas questões norteadoras da investigação aqui divulgada.

Em outra medida, não deixamos de considerar que vivemos um contexto em que as Tecnologias da Informação e Comunicação estão mediando as relações sociais, inclusive na esfera política. Nesse sentido, percebemos que a CLP conta com dispositivos tecnológicos digitais, considerados, nessa pesquisa, como todos os recursos e ferramentas da internet que podem ser utilizados para promover a participação social, no processo legislativo, e, em última análise, interações socio-estatais.

Seguramente, a internet tem se apresentado como mais um canal de interação entre o Estado e a sociedade capaz de propiciar novas práticas democráticas contemporâneas. Esse fenômeno tem sido estudado no Brasil a partir do conceito de democracia digital (cf. GOMES; MAIA, 2008; SILVA; BRAGATTO; SAMPAIO, 2016), que contempla a relação entre a comunicação, através do uso de dispositivos tecnológicos, e a democracia.

Os fenômenos associados à democracia digital têm sido impulsionados pelo desenvolvimento das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs), especificamente a Internet, e pressionados por uma suposta crise da democracia

representativa (cf. BONAVIDES, 2006). A partir disso surgem novos "desenhos democráticos". (ARAÚJO; PENTEADO; SANTOS, 2015), propostos pela sociedade civil ou pelos próprios Poderes do Estado.

Nesse artigo, apresentamos alguns dados preliminares coletados sobre a participação das organizações da sociedade civil no processo legislativo brasileiro, a partir da CLP, bem como identificamos os dispositivos tecnológicos digitais disponibilizados pela comissão, no intuito de facilitar essa participação. Numa fase posterior vamos buscar analisar as implicações desses dispositivos tecnológicos na participação social.

O marco teórico dessa investigação é o Neoinstitucionalismo Histórico e, como a abordagem também vislumbra o uso de dispositivos tecnológicos digitais como potenciais promotores da participação social no processo legislativo, também discutimos a democracia digital. Esses conceitos são revisitados, na parte inicial deste artigo. Na sequência, discorremos sobre a Comissão de Legislação Participativa e, por fim, apresentamos e discutimos alguns achados preliminares desta investigação.

REVISITANDO CONCEITOS: O NEOINSTITUCIONALISMO HISTÓRICO

A escola de pensamento denominada Neoinstitucionalismo é recente: surgiu na década de 1970 e se expandiu nas duas décadas seguintes, como uma forma de superação do velho institucionalismo, vigente desde as primeiras décadas do século. XX, que observava as instituições a partir das estruturas, sem considerar os atores sociais (cf. CAVALCANTE, 2011; ROCHA, 2005; HALL e TAYLOR, 2003; LEONE, 2003).

O institucionalismo clássico, tradicional, teve um enfoque formal e legal, de influência positivista ("dever ser"), influenciado pelo Direito e pela Filosofia Política; com grandes referências da Ciência Política britânica. Seu enfoque estava na lei e na constituição[2] – como evoluíram em suas diferentes formas o Estado, a soberania, as jurisdições, e os instrumentos legais e legislativos – e se valia dos modelos pluralista[3]

[2] Peres (2008) enfatiza que os aspectos normatizador e formalista, do velho institucionalismo, passaram a se mostrar ineficientes para explicar os fenômenos políticos que surgiram a partir da década de 1930, como o nazismo, o fascismo, as crises do liberalismo e da representação.

[3] Concebia a distribuição do poder como um aspecto permanente das sociedades, que são vistas como se formadas por diversos centros de poder, nenhum deles soberano; adota o conceito de grupos de interesse ou grupos de pressão para o processo de decisão política, possibilitando coalizões em busca de certos objetivos. O Estado é visto como algo neutro, com a função de promover a conciliação dos distintos interesses presentes na sociedade. (Dahl *apud* ROCHA, 2005)

e marxista[4] para realizar as análises sociais e políticas. Apesar de se colocarem em lados opostos do debate, o pluralismo e o marxismo unem-se na ênfase analítica centrada na sociedade. Para ambas as perspectivas, a ação estatal é sempre resposta a estímulos vindos da sociedade (cf. LEONE, 2003; ROCHA, 2005).

É, portanto, como um contraponto a esses dois modelos – pluralismo e marxismo – que o Neoinstitucionalismo[5], busca se consolidar como uma referência entre as teorias sociais contemporâneas. Nesse sentido, ele representa um ressurgimento da preocupação com as instituições – numa perspectiva que parte do Estado - agora entendidas não apenas como estrutura, mas também numa relação de interação socio-estatal, ou seja, do Estado com os demais atores sociais.

Nesse novo panorama a relevância das instituições está relacionada não somente ao sistema político, a democracia: “mas também, e, especialmente, nas nossas práticas políticas, comportamentos, regras, normas, rotinas, códigos e naturalmente os processos de socialização, participação e interação social e política” (LEONE, 2003, p. 37, tradução nossa).

As bases da teoria neoinstitucionalista são apresentadas pela socióloga norte-americana Theda Skocpol nas décadas de 1980 e 1990. Em um primeiro momento, Skocpol parte da ideia geral da autonomia dos Estados em relação às demandas sociais (*State centered*) e numa segunda fase ela amplia a abordagem do neoinstitucionalismo que deixa de ser centrado no Estado para centrar na política (*polity-centered*), que pressupõe um processo de interação socioestatal.

O neoinstitucionalismo, enquanto teoria social, se apresentada como uma unidade de análise multidisciplinar e que, portanto, pode estudar a realidade social a partir de diferentes enfoques entre eles o sociológico, o econômico, o político ou o histórico (cf. HALL; TAYLOR, 2003; LEONE, 2003; PÉREZ; ESCAMILLA, 2004).

Nessa pesquisa utilizamos o viés histórico, perspectiva na qual as instituições englobam “os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes a estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 196). Portanto, se relaciona aos procedimentos – formais e

[4] Análises centradas nas relações entre economia, classes sociais e Estado. As relações de classe são essencialmente relações de poder, constituindo o instrumento analítico para a interpretação das transformações sociais e políticas. As políticas estatais, nesse sentido, aparecem como reflexo dos interesses do capital.

[5] Conforme Pérez e Escamilla (2004) a retomada da preocupação com as instituições foram identificadas por March e Olsen (1997) como Neoinstitucionalismo.

informais – enraizados na estrutura do Estado e compreende a ação dominadora deste ator social e a sua estrutura burocrática, sendo que a associação de ambas (ação e estrutura) molda, norteia e influencia o comportamento dos demais atores sociais.

A opção pela vertente histórica do Neoinstitucionalismo se dá pelo fato da investigação aqui divulgada buscar perceber quais são os canais – dispositivos tecnológicos digitais – através dos quais os atores sociais buscam institucionalizar, ou seja, fazer chegar ao Estado – Poder Legislativo Federal – numa perspectiva de interação socio-estatal. Também, buscamos identificar quais são as reivindicações sociais dos atores que estão conseguindo ocupar esse espaço, nesse contexto histórico específico, no qual as Tecnologias da Informação passam a mediar as relações sociais.

PONTOS DE ACESSO, ENCAIXE E DOMÍNIO DE AGÊNCIA

Ao abordar a teoria neoinstitucionalista de enfoque histórico, três conceitos chaves são pertinentes a esse estudo que busca identificar as implicações da participação social, via dispositivos tecnológicos, no processo legislativo brasileiro, são eles: pontos de acesso, encaixe institucional e domínio de agência.

O conceito de pontos de acesso *(points of access)* apresentado em Skocpol (1992) diz respeito aos espaços abertos pelo Estado através do qual este emana poder de influência sobre os atores sociais e, ao mesmo tempo, pode ser influenciado por eles, ou seja, se refere aos espaços (num sentido de estrutura burocrática/ação) que viabilizam as interações socioestatais.

Outro conceito lançado por Skocpol (1992) e mencionado em Lavalle et al. (2019) é o de encaixe institucional *(institucional fit).* Os encaixes são definidos como

> sedimentações institucionais de processos de interação socioestatal que ganham vida própria (artefatos: instrumentos, regras, leis, programas, instâncias, órgãos) e mediante as quais atores sociais são, em alguma medida, bem-sucedidos em dirigir de modo contínuo a seletividade das instituições políticas ao seu favor, ampliando sua capacidade de agir (LAVALLE et al., 2019, p. 47).

O conceito de encaixe está relacionado, portanto, a ocupação dos pontos de acesso, abertos pelo Estado, por parte dos atores sociais e a implicação desse processo no que se refere às interações socioestatais.

Já o conceito de domínios de agência se apresenta como decorrência das interações socioestatais, já referidas, com enfoque "dinâmico e relacional dos processos políticos, cujas condições são apreendidas como mecanismo interveniente, simultaneamente produtor e produto das interações socioestatais" (LAVALLE et al., 2017, p. 23). Esses mesmos autores definem domínios de agência como

> produto de histórias de conflito, aprendizagem e cooperação (...) cada domínio responde a uma articulação de elementos produzidos em diferentes momentos: regulações, repertório de atuação considerados legítimos e capacidades de ação dos atores sociais e do Estado (LAVALLE et al., 2019, p. 26).

Quando, a partir da ocupação dos pontos de acesso e da ocorrência de encaixes, os atores sociais têm o domínio da ação, ou seja, conseguem a permanência de suas pautas sociais, que podem se transformar em políticas públicas de Estado, por exemplo, independentes do governo e de questões eleitorais tem-se o que Skocpol (1992) denomina de domínio de agência. Para que ele ocorra, pressupõe-se capacidades de ação específicas tanto dos atores sociais, quanto do próprio Estado[6].

Nessa investigação especificamente, estamos entendendo a CLP como um ponto de acesso ao Estado, aqui entendido como o Poder Legislativo em nível federal. A partir disso, estamos procurando identificar: quem são os atores sociais (organizações da sociedade civil) que têm procurado ocupar esses espaços? A partir de que demandas sociais?

Também, nesta pesquisa, estamos considerando como encaixe institucional o momento em que os atores sociais coletivos têm as suas sugestões legislativas aprovadas na CLP e, a partir disso, essas sugestões participarão, efetivamente do processo legislativo, tramitando como Projetos de Lei nas outras comissões da Câmara e do Senado. O encaixe, portanto, acontece quando essas sugestões se transformam em Projetos de Lei. Estamos verificando quais são os dispositivos tecnológicos digitais disponibilizados pela CLP, para, posteriormente, identificarmos como esses dispositivos influenciam (se influenciam) na participação das OSC no processo legislativo.

[6] Lavalle et al. (2017) citam como exemplos de domínio de agência, no Brasil, no período pós-transição democrática, os relativos à área da saúde, especificamente nos campos da atenção básica, da saúde da população negra, da política do HIV/AIDS e do ensino e pesquisa da medicina social.

TICS E PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS: DEMOCRACIA DIGITAL E OUTROS CONCEITOS

Abordar o uso de Dispositivos Tecnológicos Digitais para a participação no processo legislativo remete a temática – ou conforme defende Wilson Gomes (2016) a um campo de pesquisa, claramente delimitado e autônomo – sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em práticas democráticas. Esse tema faz parte de um debate nacional e internacional, a partir de distintos conceitos, entre esses: democracia eletrônica (e-democracia), ciberdemocracia, teledemocracia e democracia digital.

O conceito de *democracia eletrônica* (e-democracia) é referido por Martin Hagen (1997)[7], Steven Clift (2003)[8] e Joan Subrats (2016)[9]. Hagen relaciona a democracia eletrônica a qualquer sistema político democrático no qual os computadores passam a desempenhar funções cruciais no processo democrático como: informação e comunicação; articulação; agregação de interesses e tomada de decisão. Clift (2003) relaciona a democracia eletrônica ao uso das TICs e estratégias por setores democráticos dentro dos processos políticos em diferentes níveis – do local ao global. E Subrats defende que essa se refere à "intenção de melhorar, usando a internet, a política, quer dizer, a forma concreta do sistema ou regime político e as relações entre instituições e cidadania" (SUBRATS, 2016, p. 59).

Pierre Lévy (1999)[10] utiliza o conceito de *ciberdemocracia* para se referir ao uso das tecnologias da informação e comunicação, na promoção da democracia, a partir do incentivo à participação popular. Lévy propõe, nesse sentido, a criação de uma "ágora virtual", que, para Angelo et al. (2014) se configura em uma "hipótese utópica de uma plataforma virtual de democracia direta" (p. 15), capaz de explorar as potencialidades do ciberespaço na busca dos problemas, na promoção de debates

[7] Cientista político italiano.
[8] Norte-americano que em 1994 criou o site E-democracy.org, tido como o primeiro site sobre eleições do mundo. Discute a participação aberta do governo e da sociedade, através da internet, para fortalecimento da democracia em nível local. Disponível em: https://obamawhitehouse.archives.gov/champions/civic-hacking-and-open-government/steven-clift. Acesso: 17 jun. 2021.
[9] Professor de Ciência Política, investigador e diretor do Programa de Doutorado do Instituto de Governo e Políticas Públicas da Universidade Autônoma de Barcelona – Espanha. Disponível em: https://www.cidob.org/expertos/joan_subirats. Acesso: 18 jun. 2021.
[10] Filósofo e sociólogo francês, pesquisador da área de Ciência da Informação e Comunicação, que estuda a cibercultura, o ciberespaço e os impactos da internet na vida social.

pluralistas, na tomada de decisão coletiva e na avaliação dos resultados, aproximando as comunidades envolvidas.

Kenneth L. Hacker e Jan Van Dijk[11], apresentaram a *democracia digital* como o uso da tecnologia da informação e comunicação (TIC) e da comunicação mediada por computador (CMC) "com o objetivo de melhorar a democracia política ou a participação dos cidadãos na comunicação democrática" (cf. HACKER; DIJK, 2000, p. 01). Esses autores enfatizam a preferência pelo uso do termo democracia digital, em detrimento de outros semelhantes, pelo fato deste estar claramente relacionado ao uso da TIC e da CMC nas práticas democráticas e a definem como "uma reflexão de tentativas de praticar a democracia sem os limites de tempo, espaço e outras condições físicas" (*Ibidem*), embora tenham destacado que o uso da TIC e da CMC não substitui as práticas políticas tradicionais 'analógicas'.

Encerrando o panorama do debate internacional temos a discussão de Antonio-Enrique Pérez Luño[12], que, por sua vez, opta por utilizar o termo *teledemocracia* – expressão já utilizada em Hagen (1997), que relacionou esse termo a um tipo específico de democracia eletrônica. Pérez Luño se referiu à teledemocracia como o conjunto de teorias e fenômenos referentes

> à incidência das Novas Tecnologias na política. Em sua acepção mais ampla e genérica, a teledemocracia pode definir-se como a projeção das Novas Tecnologias aos processos de participação política nas sociedades democráticas" (PÉREZ LUÑO, 2014, p. 13, tradução nossa).

A partir dos conceitos aqui apresentados que integram o debate internacional, percebemos que a discussão sobre o uso de dispositivos tecnológicos em práticas democráticas é interdisciplinar – proposta por pesquisadores de diversas áreas - e reitera o surgimento de novos espaços para participação política e engajamento dos cidadãos.

O DEBATE BRASILEIRO

O debate em torno dos dispositivos tecnológicos em práticas democráticas, entre os pesquisadores brasileiros, é mais recente do que o debate internacional e com menor diversidade de expressões para se referir a esse fenômeno já que, aqui, o termo recorrente é democracia digital. No Brasil, a principal referência nessa

[11] Pesquisadores da área da comunicação - norte-americano e neerlandês, respectivamente.
[12] Pesquisador da área do Direito, da Universidade de Sevilha, na Espanha.

discussão é Wilson Gomes[13]. Para Gomes, a *democracia digital* corresponde "à experiência da internet e de dispositivos que lhe são compatíveis, todos eles voltados para o incremento das potencialidades de participação civil na condução dos negócios públicos". (GOMES, 2005, p. 217).

As primeiras discussões teóricas em torno da democracia digital no Brasil são da primeira década do século XXI[14] e também foram marcadas pela alusão à participação da sociedade na esfera política, através da internet. Nesse caminho Rafael Sampaio define a democracia digital como "o uso das tecnologias para energizar a vida política e democrática da nação, buscando modernização constitucional, tomada de decisões descentralizadas, aumento da transparência e dos direitos dos cidadãos" (SAMPAIO, 2013, p. 59).

Sivaldo Silva et al. (2016, p. 17) afirmam que a democracia digital se refere à uma "complexa relação entre tecnologias digitais de comunicação e as práticas democráticas" e destacam que a noção de democracia digital historicamente reforçou o imaginário das "potencialidades técnicas dos recursos digitais para resolver problemas ou melhorar o desempenho das democracias modernas" (SILVA et al., 2016, p. 17). Segundo Sampaio et al. (2019), em termos de abordagem, a literatura brasileira sobre democracia digital contempla três aspectos: a e-participação, a deliberação *online* e a transparência digital (SAMPAIO et al., 2019). Gomes propõe uma ampliação da abordagem da democracia digital, que não fica mais restrita à participação social, mas passa a se referir a própria interlocução entre o Estado e a sociedade, mediada pelo processo comunicativo (internet), e aos potenciais ganhos democráticos advindos desse processo. Assim, a democracia digital passou a ser entendida como

> qualquer forma de emprego de dispositivos (computadores, celulares, smartphones, *palmtops, ipads*...), aplicativos (programas) e ferramentas (fóruns, sites, redes sociais, mídias sociais...) de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos em benefício do teor democrático da comunidade política (GOMES, 2011, p. 27-28).

[13] Wilson Gomes é pesquisador no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea na Universidade Federal da Bahia (UFBA). É autor e coautor de artigos e livros sobre o tema e coordena o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD) que envolve pesquisadores 51 pesquisadores brasileiros, de 20 Programas de Pós-graduação nas áreas de Ciência Política, Comunicação, Administração, Direito, Ciência da Computação e Interdisciplinar e 36 pesquisadores estrangeiros, de 23 instituições. Informação disponível em: https://inctdd.org/institucional/#sobre. Acesso: 17 set. 2019.

[14] Nessa revisão de literatura, a primeira discussão teórica encontrada sobre o conceito de democracia digital, no Brasil, é de Gomes (2005).

Mais recentemente, Gomes sintetizou a democracia digital definindo-a como "simplesmente o conjunto dos recursos, ferramentas, projetos, experimentos, experiências e iniciativas em que se usam tecnologias para produzir mais democracia e melhores democracias" (GOMES, 2018, p. 98).

A partir dessas abordagens que integram o debate brasileiro sobre o uso de dispositivos tecnológicos em práticas democráticas e da utilização aparentemente consensual do conceito de democracia digital, percebemos que, além do aspecto relacionado ao surgimento de novos espaços para a participação política e engajamento cívico dos cidadãos, as questões relacionadas ao acesso às informações públicas (e-transparência) e a deliberação *online* também são evidenciados.

TEMÁTICA ABRANGENTE

São várias as possibilidades de práticas democráticas a partir dos dispositivos tecnológicos. No debate nacional Silva et al. (2016), numa referência ao pensamento de Gomes (2007) destacam que nos estudos de democracia digital há uma distinção entre iniciativas de ênfase social e de ênfase institucional, conforme o(s) ator(es) social(is) que a(s) propõe(m).

A ênfase social abrange "questões como o engajamento político, o fortalecimento da esfera pública, a apropriação política das ferramentas digitais; a relação entre novas tecnologias e capital social" (SILVA et al., 2016, p. 20). É nessa perspectiva que se localizam as ações de ativismo digital, ou ciberativismo, que se referem às "práticas comunicacionais que, utilizando plataformas, redes e suportes digitais, sobretudo na internet, visam entrosar e dar maior visibilidade às lutas no interior da sociedade" (EISENBERG, 2015, p. 131). Um exemplo recente de iniciativa de democracia digital com ênfase social foi a petição *online* em defesa da Amazônia que, em agosto de 2019, através da plataforma *Change.org*, conseguiu 4 milhões de assinaturas[15].

As iniciativas de democracia digital de ênfase institucional abrangem, por sua vez:

[15] Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/amazonia-abaixo-assinado_br_5d5dccc5e4b02cc97c8803d3. Acesso: 08 jul. 2020.

> (a) o estudo sobre a conformação digital das instituições da democracia em sentido estrito (cidades e governos digitais, parlamentos online) ou lato (partidos políticos online); (b) as iniciativas institucionais no vetor que vai do Estado aos cidadãos (como a prestação de serviços públicos *online* e governo eletrônico); (c) iniciativas institucionais no vetor cidadãos-Estado (oportunidades de participação ou de oferta de inputs por parte da cidadania na forma de votos, respostas a sondagens, decisões ou sugestões orçamentárias, registro e discussão de opiniões em fóruns eletrônicos, etc) (GOMES *apud* SILVA et. al., 2016, p. 20-21).

Como exemplos de iniciativas de democracia digital com ênfase institucional temos, entre outros: as consultas públicas *online,* por parte de agências reguladoras do Estado, ou do próprio parlamento; os *websites* do Governo Federal, Governos Estaduais, do Parlamento (Câmara Federal e Senado), das Prefeituras, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, que disponibilizam informações que permitem a transparência pública e a prestação de contas por parte dos agentes públicos; e as iniciativas de Orçamento Participativo Digital.

No debate internacional, a utilização de ferramentas tecnológicas, através da internet, nos regimes democráticos, aparece associada à promoção do engajamento cívico pela abertura de novos espaços institucionalizados de participação social, como já referido, mas também, como apontam autores como Musso et al. (2000), Schneider e Moreira (2016) e Subtrats (2016) servem para a oferta de serviços públicos *online* e melhoria da gestão pública.

Os aspectos acima corroboram com o fato de que a temática da democracia digital é muito abrangente pois abarca uma multiplicidade de subtemas que estão imbricados a partir da utilização de dispositivos tecnológicos em contextos democráticos e que, portanto, permeiam as relações entre o poder público, em diferentes esferas, e os distintos atores sociais; contemplando tanto os novos espaços de interação entre o Estado e a Sociedade Civil, a partir do incentivo à participação, à deliberação *online*, a transparência pública e accountability, mas também a prestação de serviços públicos através da internet.

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

A Comissão de Legislação Participativa (CLP) é uma comissão permanente da Câmara dos Deputados. Criada pela resolução 21/2001, por iniciativa do então Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves (PSDB-MG), e instalada em 08 de agosto de 2001, a CLP surgiu com o propósito de

> facilitar a participação da sociedade no processo de elaboração legislativa. Através da CLP, a sociedade, por meio de qualquer entidade civil organizada, ONGs, sindicatos, associações, órgãos de classe, apresenta à Câmara dos Deputados suas sugestões legislativas. Essas sugestões vão desde propostas de leis complementares e ordinárias até sugestões de emendas ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Por meio desta Comissão, a Câmara dos Deputados abre à sociedade civil um acesso ao sistema de produção das leis do País, chamando o cidadão a levar diretamente ao Parlamento sua percepção dos problemas e demandas da vida real e cotidiana[16].

A CLP é, portanto, um espaço aberto pelo Estado – Poder Legislativo Federal – para promover a participação social de atores coletivos no processo legislativo[17]. A Comissão conta com 18 titulares e 18 suplentes, entre deputados federais de diferentes partidos e blocos políticos e tem os trabalhos coordenados pela presidência da Comissão, da qual fazem parte um Presidente e três Vice-presidentes. No início de cada novo ano legislativo, no mês de fevereiro, novos parlamentares passam a integrar a CLP.

Para enviar sugestões legislativas à CLP, as entidades da sociedade civil devem preencher um cadastro e anexar a documentação da entidade como Estatuto ou Registro no Ministério do Trabalho, comprovação legal da diretoria e ata da reunião em que a entidade decidiu enviar a sugestão legislativa[18.] É necessário também preencher um formulário, disponível no website da Câmara dos Deputados, identificando a entidade proponente, informando a ementa do projeto, explicando a sugestão legislativa e apresentando uma justificativa.

O envio das sugestões legislativas pode ser feito por e-mail ou por meio de correspondência. Pelo *website* da Câmara dos Deputados é possível acompanhar a tramitação das sugestões legislativas, na CLP, onde elas são apreciadas por um relator que dá o seu parecer favorável ou contrário à aprovação da sugestão e o parecer é votado pelos demais membros da comissão em reunião ordinária. Quando as sugestões são aprovadas na CLP elas passam a tramitar em outras comissões da Câmara dos Deputados, como projetos de lei, não mais de autoria da organização da sociedade civil que a encaminhou, mas a própria CLP passa a ser considerada a

[16] Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/atribuicoes Acesso: 29 jul. 2021.
[17] A Constituição Federal de 1988 prevê a participação dos cidadãos no processo legislativo a partir de referendos, plebiscitos e iniciativas populares de lei.
[18] Disponível em: https://www2.camara.leg.br/participacao/sugira-um-projeto Acesso: 29 jul. 2021.

autora. Se aprovado na Câmara Federal o projeto de lei é votado no Senado e, se aprovado, passa pela sanção ou veto do Presidente da República.

A CLP conta com dispositivos tecnológicos digitais (DTDs) com potencial de promover a participação social no processo legislativo e, portanto, uma interação socioestatal. Até o momento foram identificados como DTDs: o e-mail institucional, o *website* da Câmara dos Deputados, fóruns *online e* enquetes *online.*

ALGUNS ACHADOS PRELIMINARES

Uma coleta de dados piloto realizada em maio de 2021 no *website* da Câmara dos Deputados, demonstra que 186 projetos de lei que estão tramitando na Câmara dos Deputados, atualmente, se originaram de sugestões legislativas encaminhadas por Organizações da Sociedade Civil (OSC) a CLP, entre 2001 e 2019[19]. Essas sugestões foram aprovadas na Comissão de Legislação Participativa e, agora, tramitam como projetos de lei, em outras comissões da Câmara dos Deputados. Nesse caso, quando já aprovadas na CLP e transformadas em Projetos de Lei (PL), a matéria passa a tramitar em outras comissões da Câmara como sendo de autoria da CLP e não da OSC que a apresentou.

As 186 sugestões, transformadas em projetos de lei, foram encaminhadas por 76 OSC, a maioria delas identificadas como Institutos, Conselhos, Associações, Sindicatos e Federações. Ou seja, a CLP, enquanto ponto de acesso ao Estado - Poder Legislativo Federal - tem sido ocupada por diferentes atores sociais coletivos, de todas as regiões do país. A maior parte desses atores, entretanto, é da região sudeste e do Distrito Federal, responsáveis respectivamente por 144 e 25 projetos de lei, de um total de 186, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Atualmente há 111 sugestões legislativas tramitando na Comissão de Legislação Participativa. Elas foram apresentadas entre 2009 e 2021[20]. Ou seja, há atores sociais que, a partir da apresentação de sugestões legislativas estão buscando

[19] Disponível em: https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=data&abaEspecifica=true&filtros=%5B%7B%22emTramitacao%22%3A%22Sim%22%7D%5D&q=autores.codOrgao%3A5438 Acesso em 31 jul. 2021.

[20] Disponível em: https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=relevancia&abaEspecifica=true&filtros=%5B%7B%22emTramitacao%22%3A%22Sim%22%7D%5D&q=estados.codOrgao%3A5438 Acesso em 31 jul. 2021.

ocupar o ponto de acesso aberto através da CLP. Mas essa ocupação, que se refere a participação no processo legislativo em si, implica que as sugestões legislativas apresentadas pelas OSC a CLP sejam aprovadas nessa comissão, para daí se transformarem em projeto de lei e seguirem a tramitação nas duas casas legislativas – Câmara e Senado Federal,

Os 186 projetos de lei, originários de sugestões legislativas encaminhados à CLP, representam um encaixe, ou seja, os atores sociais proponentes dessas sugestões estão ocupando o ponto de acesso, representado pela CLP e conseguindo participar, de forma ativa, do processo legislativo. Alguns atores, todavia, têm participado de forma reiterada do processo legislativo, enviando mais de uma sugestão legislativa, ou seja, tem ocupado, com mais frequência esse ponto de acesso. Um exemplo disso é o fato de que desses 186 projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados, originários de sugestões legislativas enviadas à CLP por OSC, dois atores sociais – Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – MG e o Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Gerais Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus – RJ – responsáveis, respectivamente, pelo envio de 35 e de 13 sugestões que se tornaram projetos de lei. As pautas desses 186 projetos de lei são variadas, mas a maioria deles aborda questões relativas: a) Política e Administração Pública; b) Direitos Humanos; c) Trabalho, Previdência e Assistência.

Em relação ao *domínio de agência,* como nesses 20 anos de existência da CLP apenas duas sugestões legislativas apresentadas pelo mesmo ator social, a Associação de Juízes Federais do Brasil (AJUFE), completaram a tramitação nas duas casas legislativas e se transformaram, efetivamente, em Lei Federal – a Lei 11.419/2006 que aperfeiçoa as regras sobre a informatização do processo judicial (processo eletrônico) e a Lei 12.694/2012 que permite a formação do colegiado de juízes para julgamento de crimes hediondos cometidos por grupos organizados – ainda não percebemos a ocorrência de domínio de agência.

Quanto aos Dispositivos Tecnológicos Digitais disponibilizados pela CLP para promover a participação social, encontramos o website da Câmara dos Deputados, um e-mail institucional e audiências públicas interativas (por videoconferência). Entretanto, não conseguimos identificar, até o momento, qual o real impacto deles na participação das OSC no processo legislativo, através de envio de sugestões legislativas a CLP. Ou seja, se esses dispositivos realmente impactam, são

determinantes na ocupação do ponto de acesso aberto pelo Estado, nesse caso específico representado pela CLP.

Verificamos, todavia, que, através do *website* os atores podem obter informações sobre como enviar as sugestões legislativas (através do e-mail ou por correspondência, a documentação necessária, o cadastro prévio da entidade) e conseguem acompanhar a tramitação das sugestões na CLP e, quando aprovada por essa, na Câmara dos Deputados e posteriormente no Senado Federal. Entretanto não conseguimos perceber a disponibilização de recursos permanentes de comunicação através do qual os atores consigam dialogar (deliberar) com os Deputados da Comissão de Legislação Participativa, sobre as propostas por eles (atores coletivos) enviadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerramos esse artigo percebendo como viável a análise da participação dos atores sociais coletivos, no processo legislativo brasileiro, especificamente no que tange ao envio de sugestões legislativas ordinárias a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, a partir da teoria Neoinstitucionalista na sua perspectiva histórica.

Conseguimos perceber que, ao apresentarem sugestões legislativas à CLP, distintos atores sociais estão buscando ocupar esse ponto de acesso aberto pelo Estado. Também percebemos que o encaixe institucional acontece a partir do momento em que as sugestões legislativas são aprovadas na CLP e passam a tramitar nas outras comissões da Câmara dos Deputados. Isso significa que, efetivamente, as demandas enviadas por essas Organizações da Sociedade Civil, em forma de sugestão legislativa, efetivamente passam a se submeter ao processo legislativo e podem, caso sejam aprovadas nas outras comissões da Câmara dos Deputados, no Senado Federal e sancionadas pelo Presidente da República, se transformar em Lei Federal.

Não percebemos, entretanto, que tenha ocorrido domínio de agência, pois os atores sociais enviaram sugestões legislativas sobre diversos temas, nenhum deles podendo ser considerado referência absoluta em uma determinada área temática.

Já quanto a opção de analisar a CLP também pelo viés da democracia digital, já que há dispositivos tecnológicos digitais disponibilizados pela comissão para incentivar a participação das entidades da sociedade civil organizada – website, e-

mail institucional, audiências públicas interativas – avaliamos que precisamos repensar esse caminho. Até o momento não conseguimos encontrar elementos que demonstrem que esses dispositivos sejam determinantes para que os atores sociais coletivos ocupem o ponto de acesso aberto pelo Estado, representado pela CLP, já que as sugestões legislativas podem ser enviadas a essa comissão através por correspondência.

Também evidenciamos que, apesar dos dispositivos tecnológicos digitais, isso não representa a inclusão de espaços permanentes para discussões deliberativas entre as entidades autoras das sugestões legislativas e os Deputados Federais que integram a CLP. Ou seja, os dispositivos conseguem garantir a e-transparência, novos espaços de e-participação, mas a possibilidade de promover deliberação *online,* que é outro viés da democracia digital, ainda não é percebida na prática, especificamente no objeto de estudo dessa investigação, que é a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rafael. de Paula A.; PENTEADO, Cláudio Luis C.; SANTOS, Marcelo Burgos P. dos. Democracia digital e experiências de e-participação: *webativismo* e políticas públicas. **Revista História, Ciências, Saúde**. Manguinhos-RJ, v. 22, dez. 2015. p. 1597-1619.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Ed. Malheiros, 2006.

CAVALCANTE, Pedro. Descentralização de políticas públicas sob a ótica neoinstitucional: revisão de literatura. **Revista de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro, n. 45 (6), nov./dez. 2011. p. 1781-1804.
EINSENBERG, José. Ciberativismo. In: GIOVANNI, G. Di & NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. 2v. São Paulo: Fundap / Imprensa oficial, 2015.

GOMES, Wilson. **A democracia no mundo digital: história, problemas e temas**. Organização de Sergio Amadeu da Silveira. São Paulo: Edições Sesc, 2018. Disponível em: https://storage.googleapis.com/stateless-inctdd-website/2019/03/e2a3d5ec-a-democracia-no-mundo-digital-wilson-gomes.pdf.

____. 20 anos de política, Estado e democracia digitais. In: SILVA, S. P.; BRAGATTO, R. C. e SAMPAIO, R. C. **Democracia digital, comunicação política e redes**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016, p. 39-77.

____. Participação política *online*: Questões e hipóteses de trabalho. In.: MAIA, R. C. M., GOMES, W. e MARQUES, F. P. J. A. (Org.). **Internet e participação política no Brasil.** Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-45.

GOMES, W. **Democracia Digital: que democracia?** In: Encontro Anual da Compolítica, 2007. *Anais ... 2.*, Belo Horizonte -MG. Disponível em: http://compolitica.org/novo/artigo/democracia-digital-que-democracia/.

_____. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras:** estudos midiáticos. Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo, RS, v.II, n 3, set.dez.2005, p. 214-222.

GOMES, Wilson.; MAIA, Rouseley. **Comunicação e Democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

HACKER, Kenneth. L.; DIJK, Jan.A. G. M. V. What is Digital Democracy? In: **Digital Democracy, Issues of Theory and Practice**. London: SAGE Publications, 2000.

HAGEN, Martin. **A tipology of eletronic democracy**. Article online. Germany, Justus Liebeg University Giessen, 1997.

HALL, Peter. A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neoinstitucionalismo. In: **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, nº 58, 2003. p. 193-223.

LAVALLE, Adrian.; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO José. (Org.). **Movimentos sociais e institucionalização***: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. 1. ed. Rio de Janeiro: IESP/EduERJ/CEM, 2019.

_____. **Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência**. Textos para Discussão CEM (Online), v. 19, p. 1-40, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/35085950/Movimentos_sociais_institucionaliza%C3%A7%C3%A3o_e_dom%C3%ADnios_de_ag%C3%AAncia

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1999.

LEONE, José Antônio Rivas. El neoinstitucionalismo y la revalorizacion de las instituciones. In: **Revista Reflexion Política. Universidade Autonoma de Bucaramanga (UNAB)** – Colombia. Año 5, n.9, junio 2003, p. 36-46. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/110/11000903.pdf

MUSSO, Juliet; WEARE, Christopher; HALE, Matt. **Designing web technologies for local governance reform: Good management or good democracy?** Political Communication, 17 (1), 1-19, 2000.

PERES, Paulo Sérgio. **Comportamento ou instituições?** A evolução histórica no neoinstitucionalismo da Ciência Política. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 23, n. 68, outubro 2008, p. 53-71.

PÉREZ, Gabriel; ESCAMILLA., Laura Valencia. El Neoinstitucionalismo como Unidad de Análisis Multidisciplinario. **Revista Actualidad Contable Faces**, Universidade de los Andes – Merida, Venezuela, vol. 7, núm. 8, enero-junio, 2004, pp. 85-95. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=25700808

PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. Teledemocracia, ciberciudadania y derechos humanos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília, v. 4, n. 2, p. 8-46, jul./dez. 2014.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas: algumas observações. In: **Revista Civitas**. Porto Alegre-RS. v. 5, n. 1. Jan-jun. 2005, p. 11 a 28.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio Cunha; BRUM, Murilo; BORGES, Tiago. Estado da arte da democracia digital no Brasil: oferta e sobrevivência das iniciativas (1999-2016). In: **Revista do Serviço Público (online)**, v. 70, p. 693-734, 2019.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. Democracia Digital no Brasil: uma prospecção das iniciativas relevantes. **Revista Eletrônica de Ciência Política**. Vol. 4, n. 1-2, 2013, p. 55-79. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/33449/21574. Acesso em: 20 set. 2019.

SCHNEIDER, Cecília. e MOREIRA, Micaela Fernanda. Alcanzar la Sociedad Red: un desafio para el desarrollo com equidade. In: SCHNEIDER, Cecília. (Org). **Democracia Digital:** cambios en la gestión, el gobierno y la política en América Latina y España. 1 ed. Avellaneda: Undav Ediciones, 2016.

SKOCPOL, Theda. **Protecting soldiers and mothers** – The political origins of social policy. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

SUBIRATS, Joan. *¿Podemos seguir haciendo lo que hacíamos?* Elementos de debate sobre democracia y Administración Pública para la nueva época. In: SCHNEIDER, C. (Org). **Democracia Digital:** câmbios em la gestion, el gobierno y la politica en América Latina y España. 1 ed. Avellaneda: Undav Ediciones, 2016.

SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai. e SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Democracia digital, comunicação política e redes**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.

* Artigo recebido em 31 de julho de 2021,
aprovado em 08 de setembro de 2021.

AÇÃO SINDICAL BANCÁRIA E REPERTÓRIOS DE MOBILIZAÇÃO NA PANDEMIA DO COVID-19[1]

BANKING TRADE UNION ACTION AND MOBILIZATION REPERTORIES IN THE COVID-19 PANDEMIC

ACCIÓN SINDICAL BANCARIA Y REPERTORIOS DE MOVILIZACIÓN EN LA PANDEMIA DE COVID-19

Carilo Marzari Machado[2]

Resumo

A pandemia do COVID-19 e o inesperado distanciamento social impuseram muitos constrangimentos e desafios à atuação política e reivindicatória do movimento sindical em 2020. Nesse sentido, o estudo se baseia em uma pesquisa de campo etnográfica junto aos dirigentes sindicais bancários do interior do Rio Grande do Sul, para analisar os repertórios de mobilização colocados em prática pelo sindicalismo bancário, durante o primeiro ano de pandemia, bem como as possibilidades e desafios da atuação sindical. Os resultados mostraram que os confrontos do sindicato não se restringiram às pautas habituais, como garantir salários e condições de trabalho, havendo um deslocamento dos repertórios de mobilização para a defesa da saúde e da própria vida dos trabalhadores. Portanto, apesar do distanciamento social imprevisto e consequentes restrições à atuação sindical, o processo de mobilização continuou, de forma predominante, pelos meios digitais. Por fim, observou-se que a pandemia do COVID-19 também possibilitou o reinventar da ação sindical, com foco na segurança e proteção da vida dos bancários e de suas famílias.

Palavras-Chave: Sindicalismo; Repertórios de mobilização; Pandemia.

Abstract

The COVID-19 pandemic and the unexpected social distancing have imposed many restrictions and challenges on the political and claimant action by the trade union movement in 2020. In this regard, the study is based on ethnographic fieldwork with banking trade union representatives in the Rio Grande do Sul state's countryside, Brazil. The mobilization repertoires of these actors were analysed during the first year of the COVID-19 pandemic, as well as the new possibilities and challenges of the trade union movement. The results showed that the trade union's confrontations, during this

[1] Este artigo origina-se de pesquisa empírica realizada durante o ano de 2020, para o trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, intitulado *"Um exército de mascarados": aprendizados e engajamento sindical em tempos de pandemia*, sob orientação da professora Dra. Virginia Vecchioli. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/20293. Agradeço aos esforços empreendidos pela professora Virginia na condução desta pesquisa; às contribuições do grupo de estudos organizado por ela; e aos comentários da professora Thays Mossi, debatedora do grupo *"Trabalho e Justiça Social"* do IX Seminário Discente PPGS/UFRGS.

[2] Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PPGCS/UFSM, Universidade Federal de Santa Maria, carilomachado@yahoo.com.br

period, were not restricted only to the usual agendas such as guaranteeing fair wages and working conditions but having a notable change in the repertoires of mobilization giving rise to new forms of action addressing the life and health of banking workers. Therefore, despite the unforeseen social distancing and consequent restrictions on trade union action, the mobilisation process continued, predominantly through digital media. Finally, it was observed that the COVID-19 pandemic also enabled the reinvention of trade union action, focusing on the safety and protection of the lives of banking workers and their families.
Keywords: Banking unions, Mobilization repertoires, Pandemic

Resumen
La pandemia de COVID-19 y el tiempo imprevisto de distanciamiento social impusieron muchas limitaciones y desafíos a la actuación política y reivindicatoria del movimiento sindical en 2020. En este contexto, el presente estudio está basado en una investigación etnográfica de campo con dirigentes sindicales bancarios del interior de Rio Grande do Sul, Brasil, para analizar los repertorios de movilización puestos en práctica por el sindicalismo bancario durante el primer año de la pandemia, así como las posibilidades y desafíos de la acción sindical. Los resultados mostraron que los enfrentamientos del sindicato no se limitaron a las agendas habituales, como la garantía de salarios y condiciones adecuadas de trabajo, pero también a través de un cambio en los repertorios de movilización hacia la defensa de la salud y de la vida de los trabajadores bancarios. Por lo tanto, a pesar del imprevisto distanciamiento social y las consiguientes restricciones a la acción sindical, el proceso de movilización continuó predominantemente a través de los medios digitales. También se observó que la pandemia de COVID-19 permitió reinventar la acción sindical, centrándose en la seguridad y la protección de la vida de los trabajadores bancarios y de sus familiares.
Palabras clave: Sindicatos bancarios; Repertorios de movilización; Pandemia.

INTRODUÇÃO

Este estudo discute as possibilidades de ações coletivas colocadas em prática pelo movimento sindical bancário durante o ano de 2020, a partir das restrições e oportunidades impostas pelo contexto sanitário, político e econômico da pandemia do COVID-19. Os movimentos sociais atuam empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva quando se alteram os padrões de oportunidade e restrições do contexto em que se dão (TARROW, 2009).

A pandemia, enquanto “evento crítico” (DAS, 1995) representa uma quebra abrupta no cotidiano das relações sociais do mundo inteiro, de forma nunca vista anteriormente (RIBEIRO, 2021). No mundo do trabalho, para aqueles trabalhadores definidos como “essenciais” a pandemia representa o risco permanente de perda da

própria vida, enquanto para os outros em teletrabalho, representa uma alteração radical do cotidiano laboral.

Por outro lado, para as lideranças sindicais, a pandemia trouxe inúmeros desafios: Como levar à frente as demandas que surgem dos trabalhadores? Como defender a saúde e a própria vida dos bancários em um contexto de grande risco? O movimento sindical, questionado e fragilizado pela ofensiva neoliberal (a partir, principalmente, da reforma trabalhista de 2017[3]), tem procurado reativar seu status de representante legítimo da classe trabalhadora, enquanto busca influenciar na correlação de forças atual para proteger o emprego e a saúde dos trabalhadores (CAMPOS, 2020).

Desta forma, este artigo busca analisar os repertórios de mobilização colocados em prática pelo sindicalismo bancário durante o primeiro ano de pandemia, 2020, que a partir das restrições e oportunidades do cenário sanitário, políticos e econômico significaram desafios para a atuação sindical. Na análise cobraram destaque os repertórios de mobilização, os capitais militantes e as inovações no saber fazer dos dirigentes na defesa dos direitos à vida e à saúde dos trabalhadores.

Este estudo destina-se a refletir sobre as possibilidades da ação sindical em tempos de pandemia e sobre os diversos "saber fazer" militantes que se articularam para levar à frente as inúmeras reivindicações surgidas a partir do COVID-19, como campanhas de denúncia, acionadas através do *Twitter*, e a ocupação de uma agência bancária, mesmo que a ação tenha acontecido de forma presencial. Esta análise permitiu mostrar a conjunção entre "velhos" e "novos"[4] "saber fazer" que são acionados para levar à frente as reivindicações sindicais.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de campo etnográfica realizada durante o ano de 2020 junto aos dirigentes sindicais do interior do Rio Grande do Sul. A coleta de dados foi realizada, em sua maior parte, de forma virtual, a partir da

3 A reforma trabalhista, lei nº 13.467/2017, que altera 201 dispositivos da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), levou à fragilização da ação sindical a partir de diversos dispositivos: prevalência do negociado sobre o legislado; regulamentação da representação sindical do local de trabalho; homologações deixam de ser assistidas pelo sindicato; e fim das contribuições sindicais obrigatórias e resultantes da negociação coletiva, afetando o financiamento ao sindicalismo (KREIN, 2018).

4 Serão utilizadas aspas, em todo o texto, para identificar os termos nativos e as declarações dadas por interlocutores no decorrer do trabalho de campo. "Novos" e "velhos" são categorias nativas entre os bancários para designar os que estão há muitos anos no trabalho bancário e os que ingressaram mais recentemente. Essa distinção é imposta muitas vezes por caracterizações das próprias instituições financeiras. São evidenciadas também no movimento sindical para designar os "velhos" que estão no movimento há muitos anos, em distinção aos que não participam ou que recentemente ingressaram no sindicato.

participação em reuniões, assembleias e encontros de bancários que se realizavam igualmente de forma remota, mas, também, da participação em uma ação sindical presencial. Mais do que "observar" os eventos sindicais, o lugar ocupado por mim, como pesquisador, bancário e dirigente sindical, permite-me "participar", virtualmente e presencialmente, de grande parte dos eventos analisados neste estudo. Além disso, utilizou-se depoimentos de sindicalistas publicados em sites dos sindicatos, federações e confederação.

Como resultados gerais, tem-se que os confrontos do sindicato não se restringiram às pautas habituais em torno do salário ou das condições de trabalho, havendo, no ano de 2020, um deslocamento dos repertórios de mobilização para os territórios de disputas do corpo e da própria vida dos trabalhadores. Desta forma, houve uma "biologização" da ação sindical, na qual a proteção à vida dos bancários esteve na pauta central. Enquanto isso, o meio virtual foi utilizado como forma preponderante de mobilização do movimento sindical, mesmo que ainda subsistissem ações presenciais de mobilização.

Este artigo divide-se em três partes. Primeiro são apresentadas as possibilidades de mobilização do movimento sindical e os repertórios utilizados durante o tempo de distanciamento social. Na sequência são descritos e analisados três repertórios de mobilização colocados em prática no ano de 2020. Por fim, são tecidas algumas considerações finais.

O SINDICATO DOS BANCÁRIOS E OS REPERTÓRIOS DE MOBILIZAÇÃO

As recomendações sanitárias desafiaram a capacidade de diálogo e representação do movimento sindical, pois impuseram limitações ao funcionamento das entidades, que precisaram se manter fechadas, e ao trabalho de base de suas lideranças relacionadas às restrições à circulação de pessoas. Com as adequações digitais para manter as mobilizações e o atendimento à base filiada, a utilização de campanhas *online* voltadas para a sociedade, e os sindicatos se reunindo em salas virtuais de plataformas *online*, as entidades têm buscado adequar a forma de realizar o trabalho para manter o funcionamento das organizações (CAMPOS, 2020). A ação sindical do Sindicato bancário insere-se nessa perspectiva, onde a atuação sindical atravessada pela pandemia exige dos dirigentes sindicais inovarem os repertórios e os meios de levarem à frente uma ação sindical.

Para Charles Tilly a palavra repertório "identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha", desta forma, os repertórios "são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta" (TILLY, 1995, p. 26, *apud* ALONSO, 2012, p.26).

A pandemia impôs muitos desafios para a atuação do movimento sindical no geral. Diante da inovação e da urgência das pautas do mundo do trabalho, que tiveram na proteção à vida dos trabalhadores seu foco, sobretudo dos bancários que estiveram expostos ao COVID-19 a partir do serviço essencial ou em teletrabalho*,* implantado sem regulamentação, a ação sindical apresentou uma série de inovações, aprendizados e adaptações.

Enquanto o "serviço essencial"[5] representou a exposição de centenas de milhares de trabalhadores bancários que permaneceram em atendimento presencial e que enfrentaram um incremento na demanda de serviços bancários, devido à implementação de políticas públicas como o Auxílio Emergencial ou pela não revogação das metas de 2020, apesar da situação extrema da pandemia. Diante disto, alguns bancos determinaram o rodízio de funcionários, colocaram grupos de risco em teletrabalho, restringiram acesso de clientes nas agências, impuseram atendimento por agendamento, mas continuam negligenciando a necessidade de proteção de seu quadro de empregados, além de descumprir os decretos de vários níveis que determinava o funcionamento apenas de serviços essenciais.

Por outro lado, o teletrabalho[6] implantado de forma emergencial durante o mês de março de 2020 e sem a devida regulamentação prevista pelo Ministério Público do

5 O "serviço essencial" foi imposto aos bancários por meio do Decreto Federal nº 10.282 de 20 de março de 2020, pelo qual ficou estabelecido que as instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil deveriam manter-se em funcionamento mesmo durante o período de distanciamento social. O inciso XX do artigo 3º do decreto define como essencial os "serviços de pagamento, de crédito e de saque e aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil", o que obrigou os trabalhadores bancários a continuar prestando serviços nos locais de trabalho (BRASIL, 2020).

6 O Teletrabalho regulamentado pela lei nº 13.467 de 2017, também denominada por Reforma Trabalhista, a qual alterou mais de 200 dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (DIEESE, 2017), de acordo com o artigo 75 significa "a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação" (BRASIL. 2017).

Trabalho (MPT)[7] foi utilizado pela primeira vez no ramo financeiro, de forma intensiva, no contexto da pandemia, quando segundo a Confederação dos Bancários mais de 300 mil bancários encontravam-se em trabalho remoto[8]. A Reforma Trabalhista, que visou a flexibilização de direitos, adicionada ao cenário da pandemia, significou a aceleração da implantação desta forma de trabalho nas instituições financeiras, como mostra a fala de um bancário: "infelizmente o teletrabalho veio para ficar. Cabe a nós lutar por uma regulamentação justa. Os bancos só aceleraram o que iam fazer ao longo dos próximos anos."[9]

Os repertórios de mobilização foram atualizados e a utilização das redes sociais, em especial o *Twitter*, foi meio indispensável para as ações que envolveram a denúncia contra as demissões dos bancários durante a pandemia. A produção de dados através de um questionário relativo ao teletrabalho, por parte do movimento sindical, foi a base utilizada para pleitear demandas, como uma regulamentação justa do teletrabalho. Essa produção de dados é considerada como um repertório de mobilização que requer o conhecimento especializado, como o empreendido pelo DIEESE[10].

Por repertório de mobilização entende-se um conjunto de formas de ação que, em um dado ponto do tempo, são surpreendentemente limitados dadas as diversas maneiras pelas quais as pessoas podem empreender seus recursos ao perseguir fins comuns, ou as muitas formas pelos quais os grupos existentes perseguem seus próprios fins comuns num tempo ou noutro (TILLY, 1978 *apud* ALONSO, 2012).

Neste sentido, os repertórios, ao mesmo tempo que são aprendidos no passado, são transformados pelos atores no presente. Estas transformações se dão influenciadas pelo contexto, onde as respostas que são produzidas são oriundas em parte da capacidade de agência do movimento reivindicatório, mas, também, dos constrangimentos do cenário atual (TATAGIBA *et al*, 2012).

7 Prevê a necessidade de regulamentação através de contrato aditivo por escrito, onde seja especificado a duração do contrato, a responsabilidade e a infraestrutura para o trabalho remoto, e o reembolso de despesas realizadas pelo empregado nos termos da legislação trabalhista (MPT, 2020).
8 Comando negocia com Fenaban cláusula sobre teletrabalho. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/comando-negocia-com-fenaban-clausula-sobre-teletrabalho/>. Acesso em: 28 dez 2020.
9 22º Conferência Estadual dos Bancários do Rio Grande do Sul, realizada em 04 julho 2020 pelo Zoom.
10 Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Entidade criada em 1955 e mantida pelo movimento sindical com o objetivo de desenvolver pesquisas que subsidiassem as demandas dos trabalhadores.

A atividade dos movimentos sociais é “uma escolha estratégica entre outras feitas pelos atores quando é a resposta mais apropriada aos seus recursos, oportunidades e restrições” (MCADAM, *et al,* 2009, p.33), assim a atividade do movimento social é determinada pela situação em que se desenvolve. A ação reivindicatória do sindicato bancário insere-se nessa perspectiva, na qual a atuação sindical atravessada pela pandemia exige dos dirigentes sindicais inovarem os repertórios e os meios de levarem à frente uma ação sindical.

Nas seções seguintes serão analisados três repertórios de mobilização colocados em prática pelo movimento sindical durante o tempo imprevisto da pandemia, no ano de 2020: a produção de dados na reivindicação de uma regulamentação do teletrabalho; campanhas desenvolvidas por meio de tuitaços para denunciar as demissões; e a ocupação de uma agência para negociar o cumprimento dos protocolos de saúde determinados por um banco em caso de infecção de bancários por COVID-19.

A PRODUÇÃO DE DADOS NA REIVINDICAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO

Uma das estratégias empreendidas pelo movimento sindical bancário a nível nacional, capitaneada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT), foi a produção de dados sobre os milhares de bancários que se encontravam em teletrabalho, para que se pudesse subsidiar a definição das ações reivindicatórias dos mesmos. A pedido da Confederação, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realizou um levantamento da situação de mais de 11 mil bancários em teletrabalho durante a pandemia, entre os dias 1º e 12 de julho de 2020.

A pesquisa versou sobre tópicos como: avaliação dos equipamentos e mobiliário disponível para cada trabalhador (mesa, cadeira, computador, internet); disponibilidade de lugar adequado ao trabalho; fornecimento de melhorias de estrutura por parte do banco; aumento ou redução de horas trabalhadas e recebimento ou não de horas extras ou participação de banco de horas; impactos ocasionados à saúde (cansaço, medo de ser esquecido, dores musculares e nas articulações, dificuldade de concentração, ansiedade, desmotivação); retirada de direitos em razão do regime

de teletrabalho; alteração dos gastos com contas de consumo e prioridades para a negociação sobre teletrabalho[11].

Para a socióloga do DIEESE Barbara Vallejos[12], responsável pela análise da pesquisa no contexto da Conferência Nacional dos Bancários em 2020, o teletrabalho afetou a rotina familiar e o trabalho doméstico, com a transformação do quarto ou da sala em estação de trabalho, pois 81% dos respondentes não tinham um lugar adequado para trabalhar. Barbara salientou em sua fala que "essas mudanças afetaram ainda mais as mulheres", quando tem que conciliar as relações familiares, domésticas e cuidado com filhos em idade escolar. A socióloga destaca, em sua fala na conferência, que é "importante verificar que 26% deles não estavam recebendo hora extra e nem participavam de banco de horas", ratificando que um terço dos respondentes tinham dificuldade de controle de jornada e desconexão do trabalho.

Ao comentar a implantação do teletrabalho, a sindicalista Caroline Heidner afirma que "a imposição do teletrabalho na pandemia não pode servir de desculpa para a deterioração das condições de trabalho"[13]. Juvandia Moreira, presidenta da CONTRAF-CUT, ao se pronunciar na 22ª Conferência Nacional dos Bancários afirmou que o objetivo da ação sindical é "impedir que os bancos decidam, unilateralmente, colocar os trabalhadores em trabalho remoto" e não se responsabilizem pelos "custos e o fornecimento de todos os equipamentos necessários, inclusive mesas e cadeiras ergonômicas, para evitar o adoecimento dos trabalhadores"[14]. Além disso, foi pleiteado que não houvesse cortes de benefícios ou redução de rendimentos, defendendo a pauta de que os bancários têm direito à desconexão evitando o excesso da jornada de trabalho.

---

11 Formulário da pesquisa. Disponível em: <https://lime.dieese.org.br/index.php/245671>. Acesso em: 25 nov 2020.

12 Estas falas foram extraídas da minha participação na 22º Conferência Nacional dos Bancários, ocorrida em 18 de julho de 2020. Se o leitor desejar recuperar na íntegra encontram-se na notícia: Conferência reflete sobre home office e tendências do sistema financeiro. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/conferencia-reflete-sobre-home-office-e-tendencias-do-sistema-financeiro/>. Acesso em: 12 fev 2021.

13 Fala extraída da notícia: Teletrabalho bancário, uma realidade em debate. Disponível em: <https://www.sindbancarios.org.br/index.php/teletrabalho-bancario-uma-realidade-em-debate/>. Acesso em: 28 dez 2020.

14 Estas falas foram extraídas da minha participação na 22º Conferência Nacional dos Bancários, ocorrida em 18 de julho de 2020. Se o leitor desejar recuperar na íntegra encontram-se na notícia: Bancários aprovam minuta de reivindicações. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/bancarios-aprovam-minuta-de-reivindicacoes/>. Acesso em: 12 jan 2021.

Diante disso, fica evidenciada uma série de inadequações na implementação do teletrabalho de urgência por parte dos bancos, no contexto da pandemia, e a necessidade de regulamentação desta modalidade de prática laboral.

A 22ª Conferência Nacional dos Bancários, instância responsável por definir a pauta de negociação para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho, que ocorreu durante o mês de agosto, de forma virtual, pela primeira vez, teve como foco as discussões sobre a proteção à vida dos bancários e a regulamentação do teletrabalho. Os dados da pesquisa deram sustento à inclusão da cláusula de teletrabalho na renovação do acordo coletivo. A partir disso, a regulamentação do desta forma de trabalho foi definida como um tema central para a Campanha Nacional dos Bancários em 2020 e incluída na negociação com os bancos.

Desta forma, a realização da pesquisa sobre as condições do trabalho bancário no contexto da pandemia mostra que o movimento sindical também produz estudos e informações estatísticas, e que o DIEESE tem papel fundamental nestas conduções. É o reconhecimento no movimento sindical da importância dos dados na hora de pleitear e negociar com os bancos e governos[15]. O uso de dados e números é utilizado como parte do repertório de luta sindical, numa verdadeira disputa pelos números com os bancos, como será visto a seguir em relação às demissões.

O TUITAÇO COMO REPERTÓRIO DE MOBILIZAÇÃO

Este repertório de mobilização é mais uma estratégia de enfrentamento em que o movimento sindical disputava os números e os dados com os bancos, como parte fundamental dos repertórios de luta sindical. Enquanto as entidades financeiras justificavam as demissões em massa, motivadas pela redução de seus lucros, causada pela crise econômica oriunda da pandemia, os sindicatos denunciavam que mesmo com lucros bilionários[16] e tendo se comprometido em não demitirem enquanto durasse o período de calamidade pública, os bancos promoveram demissões de milhares de bancários.

15 Mesmo diante da pressão do movimento sindical pela regulamentação, os bancos não aceitaram as cláusulas unificadas apresentadas pelo Comando Nacional e a possibilidade de regulamentar coletivamente esta pauta. Apenas foi considerada a promessa de negociação individual com cada instituição financeira, e acordos coletivos a nível institucional.

16 Segundo os dados fornecidos pela CONTRAF-CUT, os bancos demitiram mais de 12 mil trabalhadores de janeiro a outubro de 2020, enquanto os cinco maiores bancos do Brasil bateram recorde de lucro em 2019 de 108 bilhões. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/bancos-combinam-lucros-com-demissoes/>. Acesso em: 28 dez 2020.

Discutindo as demissões, a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira[17], salientou que “não existe qualquer justificativa econômica para as demissões nesses bancos. São instituições com comprovada saúde financeira”. E mais, “fazem isso depois de firmarem um acordo de não promoverem demissões durante a pandemia. Só que a pandemia ainda não acabou”.

Diante disso, a Contraf-CUT promoveu uma série de campanhas para denunciar as demissões em massa, tendo como principal ferramenta de mobilização o *Twitter*[18]. Além de inovarem pela utilização do meio virtual, tendo em vista os constrangimentos causados pelo tempo imprevisto da pandemia, essas campanhas traziam uma retórica nova, vinculada à compaixão, ao sofrimento e enfatizando o luto atravessado pelas famílias, junto ao desrespeito e à desumanidade dos bancos em promoverem demissões em um cenário de extrema fragilidade econômica, política e sanitária, colocando milhares de bancários e suas famílias em situação de incerteza e perigo.

Como mostram as peças publicitárias produzidas (Figura 1), as campanhas têm por objetivo fazer apelo à situação das famílias que ficam desestruturadas pela perda do trabalho de um de seus membros.

Figura 1 – Publicidade das campanhas contra as demissões

Fonte: CONTRAF/CUT

17 Declaração extraída da notícia: Mesmo com lucros, grandes bancos demitem em meio à pandemia. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/mesmo-com-lucros-grandes-bancos-demitem-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em: 12 jan 2021.
18 Foram pelo menos 10 tuitaços entre setembro e dezembro de 2020.

A utilização das *hashtags* "ItaúNãoDemitaMeusPais", "BradescoPenseNoFuturo", "ItauNãoAmeaceMeusPais" reafirmam esta dimensão proposta pelos sindicatos de denunciarem a falta de humanidade dos bancos, colocando seu eixo na família e fazendo apelo à compaixão para com a situação das crianças que ficariam em emergência se os pais fossem demitidos numa situação de crise sanitária e econômica.

Além disso, outra *hashtag*, "QuemLucraNãoDemite", utilizada de forma unificada para denunciar a ação de vários bancos, colocou em destaque as cifras dos lucros e benefícios que fazem parte da disputa e que se integraram ao repertório de mobilização, enfatizando que mesmo com lucros bilionários estes não poupam o emprego dos bancários.

Alguns dos tuitaços estiveram entre os assuntos mais comentados no Brasil, no *Twitter*, no dia 2 de outubro. No site da Confederação foi publicizado que o tuitaço contra as demissões no banco Itaú alcançou posição de destaque: "o protesto começou às 11 horas e a *hashtag '*ItaúNãoDemitaMeusPais' esteve entre os assuntos mais comentados do Brasil"[19], demonstrando a capacidade de mobilização dos bancários, mesmo de forma virtual.

Mesmo que a maioria das campanhas contra as demissões tenham ocorrido de forma virtual, por meio de tuitaços, e com a necessidade de distanciamento social, ainda assim coexistiram velhas formas de fazer mobilização, como as manifestações presenciais em frente de agências bancárias. A manifestação em frente de agências bancárias compõe um tipo de repertório habitual para os sindicatos e foi utilizada no mês de outubro para denunciar as demissões nos bancos privados.

UMA OCUPAÇÃO SINDICAL EM TEMPO DE PANDEMIA

Nesta seção são apresentados os desdobramentos de uma ação sindical que teve sua negociação iniciada de forma virtual e, diante da impossibilidade de resolução, extravasa para o presencial, mesmo em tempos de distanciamento social. Ela surge como consequência de uma demanda da "base" frente ao não comprometimento da administração de uma agência bancária em cumprir os

19 Tuitaço contra demissões no Itaú alcança posição de destaque. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/tuitaco-contra-demissoes-no-itau-alcanca-posicao-de-destaque/>. Acesso em: 28 dez 2020.

protocolos[20] definidos pelo próprio banco perante um caso positivo de COVID-19 de um trabalhador, que teve confirmação durante um fim de semana de julho de 2020.

Esta ação sindical se desenrolou apenas quinze dias após a eleição de uma nova diretoria sindical[21]. Por ser uma demanda que veio da "base", teve apelo dos "novos" dirigentes para que desse uma resposta efetiva. Contudo, se a mobilização pelo atendimento da demanda dos bancários partiu dos "novos" dirigentes sindicais, a concretização da ação sindical só foi possível a partir do engajamento de "velhos" dirigentes ao mobilizarem toda sua experiência e conhecimento de como levar à frente uma reivindicação.

Durante o fim de semana, enquanto os dirigentes sindicais liberados (os "velhos"), que são considerados referência para todos, não se pronunciavam sobre qual estratégia de negociação seria tomada, os recém-eleitos dirigentes não dispunham das ferramentas e do capital militante necessário para levar à frente a reivindicação. Foi apenas quando os dirigentes liberados entraram no jogo que foi possível iniciar a negociação e tentar resolver o confronto político.

Estes fatos sinalizam o peso do dirigente sindical liberado dentro do conjunto de dirigentes que formavam a nova diretoria, seja pela sua experiência de tempo dedicado à ação e ao movimento sindical, seja na facilidade de fazer negociação com gestores e representantes dos bancos, ou pelo capital político acumulado em anos de dedicação ao sindicalismo. Para Matonti e Poupeau (2006), as competências e os múltiplos "saber fazer" específicos se mostram necessários ao "ofício" de sindicalista, os quais tiram sua legitimidade do elo com o "campo prático". Além das distintas formas de engajamento, o capital militante caracteriza o saber fazer adquirido a partir das propriedades sociais que permitem jogar com mais ou menos sucesso em um espaço longe de ser unificado.

Enquanto isso, os dirigentes sindicais recém-eleitos estavam no outro extremo do "habitus político", onde não foi suficiente querer levar à frente uma reivindicação que vinha da "base", pois precisava-se ter o capital necessário para conseguir fazê-lo.

20 O protocolo do banco determinava que diante de um caso positivo de COVID-19 deveria ser feito a sanitização da agência e a testagem de todos os bancários da unidade.
21 Eleição que foi executada de forma virtual, pela primeira vez em mais de 85 anos de história do sindicato, após ter sido suspensa de março a junho por causa da pandemia.

Pensando na chegada de dirigentes jovens e “novos” ao sindicato local, poderia se sugerir que a ação sindical funcionou como um legítimo “ritual de iniciação”. Para Arroba *et al* (2018, p.16), “quem trabalha em política aprende o que fazer, como, quando e com quem, às vezes dolorosamente”, sendo que muito deste aprendizado “depende dos recursos disponíveis, da sua posição relacional dentro de um campo de forças e daqueles que consiga construir ao longo da sua carreira”.

Perante o não cumprimento do protocolo e da dificuldade das negociações, de forma remota, durante o fim de semana, foi organizada uma ocupação na frente da agência na segunda pela manhã. Por causa da pandemia, optou-se pela negociação em frente ao banco para materializar a preocupação dos dirigentes com as condições de higiene do interior da agência. Os modos de se apresentarem e se portarem durante uma ação sindical foram drasticamente alterados. Se no passado ocupar uma agência era estar dentro das dependências do banco, de preferência o mais perto e aglutinado em torno da porta de entrada da agência, durante a pandemia a negociação se deu na rua e sempre lembrando o distanciamento necessário. Como pode ser observado na foto abaixo, estiveram todos de máscara, como um legítimo “exército de mascarados”[22] (Figura 2).

Figura 2 – Dirigentes sindicais na ação sindical

Fonte: SEEB[23]

22 Expressão utilizada para comparar a ocupação da agência a um conjunto de sindicalistas mascarados que lá estavam para “lutar”, igual a um exército. Fata de um dos interlocutores em uma reunião sindical após a ocupação.

23 Disponível em: <http://bancariossm.org.br/materiacompleta.aspx?id=3752&previouspage=http://www.bancariossm.org.br>. Acesso em: 12 fev 2021.

O desenrolar da ação sindical em uma agência do interior do Rio Grande do Sul, que teve características próprias de um "confronto político", onde interesses discordantes estavam em jogo, deu-se de forma não-violenta. Os elementos que estavam postos, a pandemia, o desejo de proteção por parte de todos, os vínculos existentes entre o gestor e os sindicalistas, fizeram com que o transcorrer da negociação fosse favorável para todos e que a ação sindical fosse bem-sucedida. O gestor esteve ao lado da demanda do sindicato, já que identificou no sindicato a possibilidade de se proteger e se mostrou aberto a atender as demandas do movimento, levando-as aos seus superiores.

O confronto político tem início quando, "de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas" (MCADAM *et al,* 2009, p.12). O movimento sindical, ao reivindicar a proteção dos bancários e o fechamento das agências, afeta em cheio os interesses dos banqueiros. McAdam *et al* (2009, p.12) afirmam que o confronto "depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva".

Para Silva e Ruskowiski (2016, p. 190) a forma como esses mecanismos de engajamento militante operam e os resultados que produzem – no caso da ação sindical – dependem de aspectos contextuais e contingenciais definidos pelas condições iniciais – a pandemia –, pelas diferentes formas como os mecanismos se articulam – ação sindical e eleição sindical – e pela operação de outros mecanismos – conhecimento prévio entre dirigentes e o gestor, e interação entre "novos" e "velhos" sindicalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação dos movimentos sociais está entrelaçada com a vida cotidiana, com uma "invenção do presente" (MELUCCI, 2001), sendo que a partir de estruturas de oportunidades e restrições de cada contexto, os movimentos sociais empregam estrategicamente um repertório de ação coletiva, criando novas oportunidades (TARROW, 2009).

Este artigo buscou analisar os repertórios de mobilização colocados em prática pelo sindicalismo bancário em 2020, primeiro ano de pandemia. Este estudo destinou-se a refletir sobre as possibilidades da ação sindical em tempos de distanciamento

social, e sobre os diversos “saber fazer” militantes que se articularam para levar à frente as inúmeras reivindicações surgidas a partir do COVID-19.

O teletrabalho e o serviço essencial buscaram “normalizar” o trabalho bancário em uma situação de grave risco para a vida dos trabalhadores. Essas políticas institucionais, normas e regras, que recaíram sobre os corpos dos bancários, exigiram do movimento sindical a atuação por meio de pautas inovadoras. A ação sindical buscou proteger a vida dos bancários durante a pandemia: a produção de dados sobre a situação dos mais de 300 mil bancários que se encontravam em teletrabalho, como forma de subsidiar uma regulamentação justa e que atendesse às necessidades da categoria; as campanhas por meio do *Twitter*, com objetivo de denunciar a desumanidade dos bancos ao demitirem milhares de trabalhadores em um cenário de grave crise econômica e sanitária; e a ação sindical desenvolvida no interior do Rio Grande do Sul, com o objetivo de pressionar a gerência do banco para cumprir os protocolos da instituição, são repertórios de mobilização que visavam a proteção e preservação da vida dos trabalhadores bancários.

O questionário aplicado a 11.000 bancários em teletrabalho tem papel fundamental nas discussões das prioridades em relação a essa modalidade de trabalho, à qual os bancários estiveram submetidos durante a pandemia, mas também como repertório de denúncia da atuação dos bancos e de negociação com os mesmos. O uso de dados e números é utilizado como parte do repertório de luta sindical, numa verdadeira disputa pelos números com os bancos, como também foi observado em relação às demissões.

Em tempos de pandemia, as estratégias de enfrentamento aos bancos foram majoritariamente executadas de forma virtual e distanciada. As campanhas de denúncia contra as demissões realizadas por meio do *Twitter* são uma inovação para o movimento sindical bancário, que pela primeira vez fez mobilizações por meio de tuitaços*,* e foi apresentada como novidade na 22º Conferência Nacional dos Bancários, ocorrida no mês de julho.

A pandemia e o limiar de atuação de uma nova diretoria sindical, composta por “velhos” e “novos” dirigentes, são fatores que fazem gerar adequações e inovações no sindicalismo quando da necessidade ou não de empreender uma ação sindical. A literatura sobre “confronto político” confirma a tensão entre inovação e persistência ao se falar em repertórios existentes para a ação política. Para McAdam *et al* (2009, p.25) a “eficácia instrumental de um repertório deriva basicamente de sua novidade, de sua

habilidade de, temporariamente, pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos", sendo que a utilização repetida do mesmo repertório diminui sua eficácia e, desta forma, encoraja a inovação tática.

Para Bourdieu (2011, p.195), as possibilidades de atuar no campo político – no caso, dentro do microcosmo do sindicato – dependem de propriedades, relações, ações, processos e fenômenos próprios, pois o que é "importante é o aprendizado de todos esses saberes e de todas essas habilidades que lhe possibilitam comportar-se normalmente, isto é, politicamente". Desta forma o "habitus político" supõe uma preparação especial, "capital militante" que os dirigentes sindicais mais "velhos" trazem na bagagem de suas trajetórias de ativismo, atributos reconhecidos no interior do grupo para levar à frente uma reivindicação, uma negociação, tais como capacidade de influenciar, negociar e agregar contatos (BOURDIEU, 1989, p. 169).

A ação sindical desenvolvida durante o contexto da pandemia expõe características de aprendizado e tensionamento entre grupos de dirigentes com diferentes níveis de capital militante e, por outro lado, de confronto e negociação com a administração do banco, bem como de inovações e adequações da atuação sindical para levar à frente as demandas dos trabalhadores em tempo de pandemia.

Para Tilly (2010, p.151), "as formas, o pessoal e as demandas dos movimentos sociais variam e evoluem historicamente". A partir de inovações e variações de um contexto político, os elementos dos movimentos sociais se desenvolvem, pois eles têm uma história. A pandemia do Covid-19 apresentou muitas restrições à atuação do sindicalismo bancário. Mas, como foi analisado neste artigo, é também no contexto pandêmico que advém oportunidades de inovações e adequação dos repertórios de mobilização.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Repertorio, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia&antropologia**, v.02.03, p. 21–41, 2012.

ARROBA, Edison Hurtado; PALADINO, Martín; VOMMARO, Gabriel. Presentación del dossier. Las dimensiones del trabajo político: destrezas, escalas, recursos y

trayectorias. Íconos. **Revista de Ciencias Sociales,** n. 60, p. 11-29, Quito, janeiro 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 02/01/2021.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm>. Acesso em: 30/12/2020.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O poder simbólico**. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília jan-jun de 2011, pp. 196-216.

CAMPOS, Anderson. Sindicalismo no contexto de pandemia no Brasil: primeiras impressões. **Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho** – UNICAMP. 2020.

DAS, Veena. **Critical Events**: An Anthropological Perspective on Contemporary India, Oxford University Press, Nueva Delhi. 1995.

DIEESE. Departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos. **Reforma trabalhista**: riscos e perdas impostos pelo PL 6.787/2016 aos trabalhadores e ao movimento sindical. Acessado em <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2017/reformaTrabalhistaSintese.pdf>. Acesso em: 12 nov 2017.

MATONTI, Frédérique.; POUPEAU, Franck. O capital militante: uma tentativa de definição. **Plural**, v. 13, p. 127-134, 1 dez. 2006.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 11-48, 2009.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MPT. Ministério público do Trabalho. **Nota técnica 17/2020 do GT nacional COVID-19 e do GT Nanotecnologia**. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica-n-17-sobre-trabalho-remoto-gt-covid-19-e-gt-nanotecnologia-2.pdf>. Acesso em: 11 out 2020.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 30, n. 1, 2018.

RIBEIRO, Gustavo Lins. "Descotidianizar" em mundo. La pandemia como evento crítico, sus revelaciones y (re)interpretacones. **Desacatos**, nº 65, jan-abr, pp. 106-123, 2021.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca Oliveira. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista brasileira de Ciência Política**, nº 21. Brasília, set-dez, pp. 187-226, 2016.

TARROW. Sidney. **Poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. Os movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3, Brasília, 2010, pp.133-160.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**: Campinas. Vol.18, nº 2, pp.399-426. 2012.

VECCHIOLI, Virginia. "Repertorios militantes y expertise jurídica en la defensa de la causa de los Derechos Humanos en la Argentina: el caso de la Liga Argentina por los Derechos del Hombre". **Revista Ensemble Paris**. Año 4 - nº 9. 2012

VECCHIOLI, Virginia. "Expertise jurídica e capital militante: reconversões de recursos escolares, morais e políticos entre os advogados de direitos humanos na Argentina". **Revista Pro-posições**. Dossier Militantismo e Educação. UNICAMP. Vol. 20, nº 2 (59), pp. 41-57. 2009.

* Artigo recebido em 01 de julho de 2021,
aprovado em 22 de setembro de 2021.

FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIEDADE: A REALIDADE LABORAL DAS TRABALHADORAS DO COMPLEXO ENERGÉTICO EM QUEVEDOS (RS)

FLEXIBILIZATION AND PRECARIETY: THE LABORAL REALITY OF FEMALE WORKERS AT THE ENERGY COMPLEX IN QUEVEDOS (RS)

FLEXIBILIZACIÓN Y PRECARIEDAD: LA REALIDAD LABORAL DE LAS TRABAJADORAS DEL COMPLEJO ENERGÉTICO DE QUEVEDOS (RS)

Giovana Duarte[1]
Laura Senna Ferreira[2]

Resumo
A instalação de quatro centrais de pequenas usinas hidrelétricas na cidade de Quevedos, no estado do Rio Grande do Sul, provocou o surgimento de diversas empresas e de trabalhadores de geografias distintas no território. A alteração na estrutura ocupacional do município ofereceu empregos subcontratados e informais em diferentes setores (alimentícios, limpeza, construção civil e administrativo), assentados na flexibilidade laboral. Como consequência, surgiram demandas por serviços sexuais no local. Este artigo busca analisar a precariedade das condições de trabalho e a formação de um território de gênero entre os espaços das usinas e os prostíbulos locais. A metodologia é de natureza qualitativa e, como técnica, utilizou-se entrevistas com um grupo de mulheres que atuam na órbita do complexo energético, com um agente administrativo, com profissionais liberais e com informantes; também, fez-se a análise documental de mídias digitais, jornais, imagens e redes sociais. O artigo traz à tona um território de gênero, a partir das experiências das trabalhadoras no que tange à precariedade das condições objetivas de trabalho (altas jornadas, baixos salários, instabilidade, mobilidade geográfica, etc.), e, na dimensão subjetiva, identifica-se a perda do controle sobre a própria vida, tendo, como corolário, tanto as opressões nas relações de gênero (dupla jornada, assédios e violências) como as resistências laborais.
Palavras-chave: Território de gênero; Trabalho feminino; Flexibilidade; Precariedade.

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação Strictu Senso em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: giovanaduarte66@gmail.com.
[2] Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação Strictu Senso em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: laurasennafe@hotmail.com.

Abstract
The installation of four small hydroelectric power plants in the city of Quevedos, in the State of Rio Grande do Sul, brought several companies and workers from different geographies, in the territory. The municipality's occupational structure change offered subcontracted and informal jobs in different sectors (food, cleaning, civil construction and the administrative sector) based on labor flexibility. Likewise, demands for sexual services emerged on the spot. The article analyzes the working condition precariousness and a gendered territory between plants and local brothels' spaces. The methodology is qualitative. It uses interviews with a group of women who work in the orbit of the energy complex, administrative agents, liberal professionals and informants, and document analysis in digital media, newspapers, images, and social networks. The study brings up a gender territory based on female workers' experiences regarding precariousness in objective work conditions (long hours, low wages, instability, geographic mobility, etc.) and the subjective dimension. Therefore, it was possible to configure the loss of control over one's own life, resulting in oppression in gender relations (double shift, harassment, and violence) and labor resistance.
Keywords: Gender territory; Women's work; Flexibility; Precariousness.

Resumen
La instalación de cuatro pequeñas usinas hidroeléctricas en la ciudad de Quevedos, en el Estado de Rio Grande do Sul, provocó el surgimiento de diversas empresas y trabajadores de geografías distintas en el territorio. La alteración en la estructura ocupacional del municipio ofreció empleos subcontratados e informales en diferentes sectores (alimenticios, limpieza, construcción civil y el sector administrativo) y asentados en la flexibilidad laboral. Igualmente, surgieron demandas por servicios sexuales, en el lugar. Este artículo busca analizar la precariedad de las condiciones de trabajo y la formación de un territorio de género entre los espacios de las usinas y los prostíbulos locales. La metodología es de naturaleza cualitativa, como la técnica utilizada en las entrevistas con un grupo de mujeres que actúan en la órbita del complejo energético, el agente administrativo, los profesionales liberales e informantes, así como el análisis documental en medias digitales, diarios, imágenes y redes sociales. El artículo se refiere a un territorio de género a partir de las experiencias de las trabajadoras en lo que se refiere a la precariedad en las condiciones objetivas del trabajo (muchas horas por día, bajos salarios, inestabilidad, movilidad geográfica, etc.) y en la dimensión subjetiva. Por lo tanto, se configuró en la pérdida del control sobre la propia vida, teniendo como resultado las opresiones en las relaciones de género (doble jornada, asedios y violencias) como las resistencias laborales.
Palabras clave: Territorio de género; Trabajo femenino; Flexibilidad; Precariedad.

INTRODUÇÃO

No ano de 2018, deu-se, na cidade de Quevedos (RS) e região, a instalação de quatro centrais de pequenas usinas hidrelétricas, as quais demandaram a presença de diferentes empresas que atuam em âmbitos nacional e internacional. O complexo energético foi responsável pelo surgimento de ocupações variadas, com mão de obra de trabalhadores de geografias distintas, consoante aos setores administrativos, de construção civil, de limpeza e de alimentos, com frequência, subcontratados e/ou informais. O período também é marcado pela emergência e pela ampliação da prestação de serviços sexuais no local. No entanto, a instalação das usinas pouco contribuiu na geração de empregos para a população citadina e, mesmo, para uma mudança significativa na economia local. Os espaços laborais na órbita das usinas são caracterizados, não raramente, pela flexibilidade do trabalho.

O cenário expressa as mudanças no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva e da ampla flexibilidade, favorável ao capital, que vem permitindo a expansão das mudanças técnicas e organizacionais do trabalho. Como consequência, acompanha este processo o aumento dos conflitos e das resistências nos espaços laborais e a complexificação da classe trabalhadora, além do descontrole de sua vida (HIRATA, 2002; ANTUNES, 2011).

O estudo possui, como metodologia, a pesquisa documental em arquivos oficiais, como atas da Câmara de Vereadores, *sites* de notícias, vídeos, imagens e redes sociais, além de entrevistas narrativas, incluindo recursos da história oral e da história de vida, com trabalhadoras que atuam nas usinas (profissionais liberais e trabalhadoras da área da limpeza e de alimentos) e nos prostíbulos, com um agente administrativo, com atores ligados aos prostíbulos e com informantes. Para o presente texto, foram consideradas as entrevistas com as trabalhadoras e com o agente administrativo e os documentos oficiais.

O debate proposto primeiramente contextualiza as dinâmicas de instalação do segmento das usinas hidrelétricas e os impactos no município em questão, para, em seguida, analisar as condições de trabalho nas usinas e nos prostíbulos, bem como o impacto da flexibilidade na vida das mulheres, como um todo. Num segundo momento, argumentamos sobre as resistências no cotidiano de trabalho e, posteriormente, sobre as opressões de gênero. Por fim, apresentam-se reflexões sobre a formação de um

território de gênero, forjado a partir das principais experiências das mulheres, e a sintetização dos dilemas do estudo.

EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS NO USO DO TERRITÓRIO: INSTALAÇÃO DO COMPLEXO ENERGÉTICO

As usinas hidrelétricas se constituem historicamente como parte das demandas dos processos de industrialização e de urbanização do Brasil. Desde os anos de 1970, servem como alternativas de lucro e de garantia de redução da dependência externa do país, através do fortalecimento de empresas privadas nacionais, no chamado processo de "modernização brasileira". Essa lógica estava presente nos "planos", que se perpetuaram nos governos militares (1964-1980)[3] e, mais tarde, nos anos noventa, impactando na explosão do endividamento e na elevação das desigualdades sociais no país (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Além disso, tais iniciativas impulsionaram as cadeias produtivas globais e a circulação do capital.

A lógica "desenvolvimentista" ainda prevalece na conjuntura atual. O soerguimento de quatro centrais de pequenas usinas hidrelétricas em 2018 na cidade de Quevedos, situada na microrregião Centro Ocidental do estado do Rio Grande do Sul, carrega consigo interesses de conglomerados econômicos, articulados ao Estado e à prefeitura local, a partir do menor preço da terra, dos recursos naturais, e da mão de obra barata e eficiente, em termos comparativos, em nível global (RAMALHO, 2005). As instalações guardam motivações no primeiro empreendimento energético instalado no município, em 1959 – conhecido como Quebra-Dentes –, que entrou em desuso devido a um acidente na barragem, em 1988. Ao longo dos anos 1990 e 2000, o Ministério de Minas e Energia do governo federal propôs que o bem público da União fosse reativado. À época, os representantes do órgão público fortaleceram os "sonhos" (Ata nº 1163 da Sessão da Câmara de Vereadores de Quevedos de 02/02/2018) de um grupo de moradores que atuavam junto ao poder público

[3] As políticas neoliberais, de caráter autoritário, presentes nesses projetos, implicaram um "modelo universal de desenvolvimento" (IVO, 2012), adotando estratégias de mercado, o qual surgiu, a partir das influências dos países do norte (Japão, Estados Unidos, entre outros), em vista da crise global dos anos 1970, que atingiu a todos os países, entre eles o Brasil. Segundo Ivo (2012), as reformas do Estado, a partir dos anos 1980, têm sido "[…] em favor do mercado, através das privatizações, e operando a descentralização de políticas sociais, com ênfase nas dinâmicas locais […] e com base no modelo de 'parcerias público e privado' [...] e na aplicação de políticas de austeridade e de ajustes fiscais" (IVO, 2012, p. 128).

municipal, inicialmente, e ao Ministério de Minas e Energia, mais tarde, na busca por investidores para a reativação do empreendimento, dando início ao primeiro ciclo de instalação das novas usinas hidrelétricas no município.

Em 2005, constituiu-se o primeiro ciclo de investimentos nas usinas hidrelétricas, feito por empresas de diferentes áreas do mercado globalizado, após a análise dos recursos naturais e atrativos do território. Tal ocorre a partir da ampliação da construção energética, para a qual os rios Toropi e Guassupi, por suas dimensões topográficas e geológicas disponíveis, foram escolhas convenientes para as instalações. Conforme José Ricardo Ramalho (2005), o "processo de racionalização" impacta os territórios de modo a alterar seu perfil, seus usos, além de fragmentá-los e de adaptá-los aos interesses do capital: o lucro e a competitividade. As primeiras negociações para as compras das propriedades rurais em que iriam se localizar os empreendimentos ocorreu em 2006. As dinâmicas de instalação dos empreendimentos têm ocasionado conflitos sociais com as famílias agricultoras, cujas territorialidades e modos de vida e de subsistência econômica foram espoliadas pelas desapropriações. Entre os anos de 2011 e de 2018, as "experiências políticas" (RAMALHO, 2005), como os protestos e as resistências, ocorridos nas localidades[4], são visíveis em meio às articulações para instalação do empreendimento.

Os empreendimentos abrangeram, além do município de Quevedos, as cidades de Júlio de Castilhos e de São Martinho da Serra, que fazem divisa com o município em questão. As pequenas centrais de usinas hidrelétricas (PCH) são conhecidas como PCH Rincão São Miguel, PCH Cachoeira Cinco Veados, PCH Salto do Guassupi e PCH Quebra-Dentes. Conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), estas unidades possuem uma potência de produção energética que varia entre 9 e 22 megawatts. Uma profissional liberal de uma das empresas construtoras do complexo afirma, em seu relato, que a dinâmica de organização dos empreendimentos:

> [...] envolve quatro obras, cada obra está trabalhando independente. No início tinha Guassupi e a Quebra-dentes que estavam trabalhando meio juntas, e

[4] A intervenção nos territórios conta com a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da Lei 9.074, de 7 de julho de 1995, que permite a desapropriação para uso de áreas para implantação de usinas de energia. Como destacado na entrevista com o agente administrativo das empresas: "[...] hoje se quisermos chegar e fazer uma usina lá sem perguntar para o dono da terra, você chega e faz por que a ANEEL te concede isso" (Entrevista, Agente administrativo, 2020).

> agora no outro já se desmembraram. Todas fazem parte do complexo, mas cada uma está com sua equipe administrativa (Entrevista, profissional liberal A, 2020)[5].

A interferência do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2017, com a elaboração do Programa Gaúcho de Incentivo a Pequenas Centrais Hidrelétricas, flexibilizou leis de proteção ambiental que favoreceram a aprovação dos projetos pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), os quais já estavam há mais de 11 anos em tratativas. O Governo do Estado tem sido o protagonista na flexibilização de leis e na realização de concessões e de leilões, a fim de conquistar investidores para as usinas hidrelétricas. Igualmente, os acordos com investidores mediados pela prefeitura local ampliam e consolidam as estratégias, visando arrecadar benefícios para a cidade no que tange ao lazer, a melhorias em vias públicas, à geração de empregos, de impostos e de renda. Em contraposição, a administração municipal se responsabiliza por amparar as empresas, com a disponibilidade de serviços de saúde aos trabalhadores e pelo controle e manutenção do parque geobotânico, a ser construído ao final da instalação das centrais energéticas como compensação ambiental.

DA FLEXIBILIDADE À PRECARIEDADE DO TRABALHO FEMININO

Os empreendimentos energéticos instalados no território da cidade de Quevedos (RS) a partir de 2018 promoveram a incidência de empregos em ocupações distribuídas entre as áreas de alimentação, de limpeza, de administração e de diferentes setores da construção civil. Além destes, destaca-se a prestação de serviços sexuais, que cresceu desde a instalação das empresas no município em 2018 e 2019[6]. A mão de obra local é composta por trabalhadores(as) de diferentes regiões do país, mas, principalmente, do Sul e do Nordeste.

[5] Utilizamos o termo “profissional liberal” para as trabalhadoras em cargos elevados das usinas (engenheira e nutricionista, por exemplo); “trabalhadoras das usinas” para os cargos mais subalternos (como serviços de limpeza e alimentícios); “prostitutas” para as trabalhadoras que atuam nos espaços com prostituição; e “agente administrativo” para os gestores dos empreendimentos. Essa conduta visa preservar as interlocutoras dos possíveis riscos, danos e estigmas, garantindo o sigilo de suas identidades, em conformidade com o Código de Ética da Sociedade Brasileira de Sociologia.

[6] O primeiro prostíbulo surge em 2018, com a instalação da primeira empresa no município. Conforme entrevista com uma das profissionais liberais, é comum encontrar prostíbulos nas proximidades das obras de grandes infraestruturas. Inclusive, a empresa entende esses locais como de “entretenimento” (Entrevista, profissional liberal A, 2020). O primeiro prostíbulo se localiza na área rural do município de

As mulheres, nesse contexto, se inserem como profissionais liberais (a exemplo das engenheiras e nutricionistas subcontratadas) no setor administrativo e em ocupações laborais periféricas, como os setores de limpeza, alimentícios e na prostituição, vivenciando as condições degradantes do trabalho, como abordaremos na sequência. Nesse mesmo sentido, a "divisão sexual do trabalho" (HIRATA, 2002), fenômeno presente em todas as sociedades, o qual se constitui pelas "tensões nas relações de gênero" (KERGOAT, 2001), impactam as condições laborais, os tipos de empregos, os rendimentos, entre outros aspectos. Os princípios deste fenomeno separam e hierarquizam as funções e as posições femininas, atribuindo maior *status* e valor às atividades desempenhadas pelos homens e posicionando as mulheres em ocupações tipificadas ao seu gênero.

Em meio aos empregos dos empreendimentos energéticos, a presença feminina é majoritária nas ocupações que envolvem a limpeza e a preparação de alimentos, tais atividades exigem das trabalhadoras habilidades manuais e conhecimentos prévios. Quando não se encontram nestas funções, se posicionam como "entretenimento" e "lazer" aos trabalhadores, na prostituição[7]. Além disso, há um número reduzido de mulheres em cargos de poder (Entrevista, Profissional liberal, 2020). Igualmente, são elas que receberem as menores rendas nas funções desempenhadas na órbita do complexo energético. Uma das trabalhadoras observa em sua narrativa, sobre as condições de assalariamento: "As outras colegas [serviços alimentícios] ganhavam pouco para o serviço que fazem, ganhavam menos do que eu" (Entrevista, trabalhadora da Usina P, 2020).

Os trabalhos nesse contexto, como os serviços de limpeza, alimentícios, cargos liberais e administrativos, estão inseridos nas modalidades de empregos flexíveis, como resultado da reestruturação produtiva do capital. Essas formas de emprego privilegiam a redução dos gastos empresariais num processo chamado de "empresas enxutas" (HARVEY, 1992), com poucos trabalhadores e trabalhadoras fixas no quadro de funcionários. Estas empresas utilizam uma mão de obra frequentemente subcontratada e/ou informal.

Quevedos, nas redondezas do alojamento, que abriga em torno de 120 trabalhadores. Outro local emerge em 2019, localizado na área urbana da cidade.

[7] Historicamente, no Brasil, a prostituição, apesar das suas especificidades, também possui "atributos" e degradações morais comuns a várias outras ocupações predominantemente femininas, como costureiras, lavadeiras, vendedoras ambulantes, trabalhadoras domésticas, entre outros (RAGO, 2012).

Este fenômeno, segundo David Harvey (1992), está vinculado à racionalização dos comportamentos das organizações produtivas, convertendo-se na “acumulação flexível” (HARVEY, 1992). Ele atinge “[...] os processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo” (HARVEY, 1992, p. 43), alterando as leis trabalhistas, promovendo a desarticulação sindical, intensificando os ganhos modestos da classe trabalhadora e o desemprego estrutural. Esse regime confronta diretamente a rigidez do sistema fordista.

Analisando o caso brasileiro, Graça Druck (2011) e Ricardo Antunes (2011) apontam que as mudanças no mundo do trabalho, como consequências das crises nas esferas financeira e política, pouco alterou a condição da classe trabalhadora no país, pelo traço constitutivo da informalidade, e apenas intensificou a precariedade laboral. Além de ter provocado a maior fragmentação e a complexificação da “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2011). Para Antunes (2011), as transformações nas últimas décadas vêm convertendo a concorrência, a busca pela produtividade e o acúmulo de capital em fragilização da sociedade e emergência de uma classe ainda mais excluída e precarizada.

Para tanto, a “divisão sexual do trabalho” também se (re)configura, na era flexível, pela sua “plasticidade [...] amoldando as formas de trabalho e de emprego” (HIRATA, 2002, p. 560). Como aponta Lena Lavinia (1997), em algumas ocupações reconhecidas socialmente como masculinas (engenharia, setores administrativos, etc.) há uma maior inserção feminina, a partir dos anos 1980, em períodos de crise financeira, a fim de garantir o rebaixamento dos custos da produção.

O processo de racionalização econômico também não está desassociado da discussão sobre prostituição. Historicamente, os segmentos empresariais vêm apresentando conexões com a prostituição no cotidiano laboral. Como aponta Antonio Gramsci (2001), no período fordista, as empresas visavam utilizar a satisfação sexual de seus funcionários como meio de garantir maior produtividade. Era (e permanece) comum nas gestões a reprodução da misoginia e da objetificação dos corpos femininos, bem como o uso da prostituição como “entretenimento”, como aponta uma de nossas interlocutoras. Assim, a dimensão subjetiva, relativa à personalidade do trabalhador, ao seu modo de vida e às suas relações íntimas, é impactada pelas condutas racionais do processo de trabalho na tentativa de formar um “novo tipo de homem” em prol do lucro, ao mesmo tempo em que incentiva a exploração e a subalternidade das mulheres.

Para entender quem são as trabalhadoras (das usinas e dos prostíbulos)[8] que vivem parte de seus dias em meio aos “moinhos satânicos” (POLANYI, 2000) imbricados no complexo energético, ressaltamos que suas trajetórias são marcadas por empregos precários e ocasionais, como a venda de doces, de salgados e de lingeries; o cuidado de idosos e crianças; manicure; o atendimento em supermercado; e na cozinha, havendo, ainda, as que se consideravam “donas de casa” e outras que se encontravam desempregadas. A grande maioria não possui o ensino fundamental completo e poucas têm ensino médio completo, enquanto as profissionais liberais são as únicas com ensino superior completo. O emprego representa a oportunidade de adquirir renda para si e o sustento de sua família, sobretudo para aquelas que são mães solo e que não recebem pensão dos pais de seus(suas) filhos(as). As prostitutas são as que mais relatam a solidão da maternidade.

Após apresentar brevemente a trajetória ocupacional e de vida das trabalhadoras (das usinas e dos prostíbulos), observa-se que elas estavam em busca de empregos. A inserção das trabalhadoras nas ocupações na órbita do complexo energético ocorre em função de indicações, tanto as moradoras da cidade de Quevedos quanto aquelas de outros locais. Os anúncios, convites e indicações para tais empregos são comuns em seus relatos, incluindo convites para os bares com prostituição.

A realidade das trabalhadoras (das usinas e dos prostíbulos) é marcada pela “desconcentração física do trabalho” (HAESBAERT, 2019)[9]. Este último sendo um elemento da flexibilidade laboral, também incide sobre a subjetividade, isto é, sobre a vida íntima das trabalhadoras, como veremos a seguir. Conforme Robert Castel (1998) e Rogério Haesbaert (2019), a flexibilidade implica um “ciclo de vida flexível” (CASTEL, 1998), resultado de empregos cada vez mais instáveis, inseguros e com risco para a vida das(os) trabalhadoras(es), provocando vivências estremecidas em prol da pura sobrevivência no dia a dia. Uma das interlocutoras que atua como funcionária em uma das empresas presentes na instalação das usinas hidrelétricas

[8] Neste artigo, optamos por não diferenciar as trajetórias de vida e ocupacional das interlocutoras das usinas e dos prostíbulos em razão das semelhanças de gênero e de classe serem o fio condutor das suas experiências em comum.

[9] Conforme Haesbaert (2019), a “desconcentração física do trabalho” é um mecanismo da racionalização do modelo flexível de produção, que integra um dos elementos da “produção difusa”, referente a ampliação de empregos marginalizados, como a terceirização, a subcontratação, os empregos temporários, entre outros, marcados pela mobilidade geográfica da classe trabalhadora: seja pelas exigências laborativas oupela busca por empregos.

está no “trecho” há mais de seis anos “trabalhando de lugar em lugar” (CASTEL, 1998). Ela declara sua percepção sobre a cidade de Quevedos e sua expectativa quanto ao trabalho:

> [...] não tive tanta dificuldade porque sempre morei no interior, então já estou acostumada a caminhar na rua e as pessoas se cumprimentarem. Já morei em cidade grande também, e como eu já estou no trecho faz 6 anos eu já estou acostumada, onde me colocarem para morar eu vou me adaptar (Entrevista, profissional liberal A, 2020).

Um dos aspectos comuns na vida das trabalhadoras (das usinas e dos prostíbulos) é a quebra dos vínculos afetivos familiares pelo distanciamento proporcionado pelas exigências móveis do trabalho. As mulheres permanecem entre um e dois meses sem contato físico com suas famílias, sobretudo as não residentes em Quevedos, que se encontram em “mobilidade geográfica” (HAESBAERT, 2019). O único contato afetivo dessas últimas é com suas colegas de labuta, favorável para as relações de amizade ao residirem nos mesmos bairros periféricos, em casas ou alojamentos disponibilizados pelas empresas, e nos prostíbulos.

A frequente “adaptabilidade” e as dificuldades que o sistema atual impõe às trabalhadoras fazem com que elas elaborem estratégias para amenizar a saudade da sua rede de parentescos através de chamadas de vídeo, do envio e do recebimento diário de fotos e de vídeos. As amizades construídas também são mecanismos que auxiliam como acalento quanto ao sentimento de solidão, provocado pelas condições “móveis” do trabalho. Uma das trabalhadoras revela problemas de adaptação e as implicações dos deslocamentos em sua vida intima:

> [...] minhas amigas vieram pra cá e acharam horrível, disseram que nunca sairiam de lá para vir pra cá, acharam que é muita coisa, muito longe. Eu disse: “ah me acostumei já” [...] tenho saudade da família, mas daí eu falo com eles quase todos os dias [...] meu marido quando vou pra casa ... esse mês ele não vai poder vir para cá, se não ele vem para cá... é... faz essas viagens... uma aventura para mim porque eu nunca tinha saído da cidade de carro, agora eu vou e volto sozinha... é uma experiência que jamais eu imaginei que iria ter [...] então imagina... eu demoro... no começo eu demorava 8 horas pra ir e 8 horas para voltar, agora eu já estou demorando 6 horas e meia, 6 horas e 40 minutos, então já diminuiu, já peguei mais prática. No começo me perdia também no caminho, mas agora estou tranquila, vou e volto tranquila, já virou uma rotina, um trecho para mim ir, mas é... tudo é experiência que a gente vai aprendendo... vai aprendendo [...], mas já gosto do local, gosto das pessoas, já me adaptei, já fiz amizade (Entrevista, trabalhadora da Usina D, 2020).

A saudade e a dificuldade em se deslocar para ver os filhos e a mãe em Salvador, no estado da Bahia, também são relatadas por uma das interlocutoras. Desde 2008, ela atua como "garota de programa" (Entrevista, prostituta B, 2020) entre os estados da BA, SC, SP, RJ e, mais recentemente, no RS. Em seu relato, aponta:

> Eu tenho muita saudade dos meus filhos e da minha mãe... eu os vejo todos os dias por chamada de vídeo. E fico fora de casa um mês e depois retorno, mas devido a pandemia vou fazer dois meses longe de casa (Entrevista, prostituta B, 2020).

A insegurança pela inexistência de estabilidade empregatícia é motivo de preocupação, especialmente quanto ao futuro de seus filhos, à estabilidade econômica e ao futuro profissional. Em meio aos relatos, existe o interesse de regularizar a Carteira de Trabalho, como aponta a interlocutora que trabalhou boa parte de sua vida como doméstica em situação informal e prestou serviços de limpeza a uma das usinas durante um ano e seis meses, mas que foi demitida, sem aviso prévio, e relata seu sentimento de desamparo:

> [...] eu vim para casa e até pensei que ia vender a minha casinha e ir embora... vou precisar ir lá no INSS para eles arrumarem umas coisas... tenho que regularizar sabe, porque a minha carteira de trabalho... acho que foi na usina que erraram, eles colocaram outro número na minha carteira, aí ficou dois números, daí eu tenho que ir lá pra regularizar isso (Entrevista, trabalhadora da Usina P, 2020).

Uma das interlocutoras que atua com prostituição em um dos bares da cidade revela sua trajetória ocupacional e suas inseguranças, seus medos e alguns dos constrangimentos por ela vividos. Após atuar em um abatedouro de suínos durante três anos e realizar trabalhos ocasionais, ao ser demitida do emprego, não conseguiu mais nenhum trabalho, optando pela vida "na noite" para seu sustento e de seus filhos. Em suas palavras:

> Eu não conseguia serviço, larguei currículo naquela cidade, aquela cidadezinha pequena em R. S. (SC) [...] e daí um dia a minha irmã disse assim pra mim "mas para, deu, eu vou te levar para uma boate", ela já tinha antigamente... ela já trabalhava em boate, daí me levou lá em T. (RS). Daí cheguei lá, aquele lugar com um monte de gente, né, muita mulher, daí ela me arrumou e disse assim pra mim: "vai lá e agora chega naquele lá". Entrou um homem, no caso, um cliente, eu fui e ele olhou bem pra mim e disse assim: "não muito obrigado, tô bem sozinho". Eu não conseguia me virar pra sair de

> perto dele, de vergonha, fui lá e disse para mana “me leva embora”. Eu não queria ficar ali e ela: “não, não, mas espera porque vai chegar”, mas daí eu peguei e fui embora. Daí eu não fui mais, não voltei mais lá. Daí foi, foi, que eu fui numa menor, numa cidadezinha pequenininha lá em G. (RS), daí lá já era diferente, já tinha umas amigas minhas lá que eu conhecia sabe, porque a mana só podia me levar e saía, ficava só um pouquinho e tinha que sair lá em T. (RS) e lá em G. não, lá eu já conhecia mais. Não vou dizer que foi mais fácil, eu levava de um jeito mais diferente porque tinha várias pessoas que conhecia, mas é difícil no começo, é bem complicado. Depois eu trabalhei em vários lugares (Entrevista, prostituta B, 2020).

A dificuldade em encontrar um trabalho formal e estável é cada vez mais comum na era flexível, e esse dilema também é relatado por outra interlocutora. A jovem entrevistada trabalhou como secretária em um consultório médico após realizar um estágio como jovem aprendiz, e também foi atendente de supermercado e cuidadora de crianças, mas viu na prostituição um meio de “ganhar dinheiro fácil” (Entrevista, prostituta G, 2020) para seu sustento, como indica ao utilizar uma expressão que a sociedade não raramente utiliza para se referir a essa ocupação, e acrescenta: “[...] mas, assim, não que eu queira para o resto da vida, né, mas assim que me chamarem num serviço eu não pretendo mais trabalhar na noite” (Entrevista, prostituta G, 2020). Igualmente, outra interlocutora, mãe de quatro filhos e sem receber pensão dos pais das crianças, aponta a dificuldade de conseguir empregos. Segundo ela:

> [...] tem dias que eu não tenho vontade de sair de casa porque estou com meus filhos, né, e eles pedem para mim ficar com eles, mas quando falta as coisas... daí a gente tem que ir [...] larguei uns currículos nas firmas, nas lojas, se me chamassem aí eu voltaria embora, se não, não (Entrevista, prostituta I, 2020)

Sonhos, interesses e perspectivas de futuro se assemelham entre as trabalhadoras (das usinas e dos prostíbulos). Nesse aspecto, é possível falar em um lugar de classe a partir das “experiências” (THOMPSON, 1987) em comum na vida como um todo, mesmo que, moralmente, a ordem dominante forje a separação dos seus trabalhos. É possível identificar semelhanças nas dimensões “cultural” e “moral” das trabalhadoras. Conforme Edward Thompson (1987), as experiências de classe são formadas no cotidiano da labuta diária e nos meios de convivência e de sociabilidade considerando-se ideias, valores e atitudes das trabalhadoras e dos trabalhadores, atreladas às dimensões econômica, social e cultural. Assim, o autor

entende que “a classe trabalhadora forma-se a si própria” (THOMPSON, 1987, p. 18). Selecionamos narrativas que expressam esses aspectos, como um *ethos* presente no modo de vida de classe. Os interesses subjetivos presentes nas próximas narrativas denotam a ânsia pela conquista tanto de bens materiais e simbólicos quanto de formação no ensino superior:

> Eu queria realizar a compra de um carro pra mim, né, porque eu não tenho e eu não sei dirigir, mas a gente aprende, porque que tem a autoescola e tudo, só que no momento eu não posso agora (Entrevista, trabalhadora da Usina, 2020).

> [...] é um sonho de ter uma faculdade, como diz o outro, porque dá uma estabilidade no futuro, aí também quero minha filha formada, crescida. Dá uma vida estável para ela (Entrevista, trabalhadora da Usina A, 2020).

Do ponto de vista de gênero, também é possível perceber aproximações entre as realidades. Como aponta Julie Falquet (2016, p. 42): “[...] o mercado de trabalho não tem se tornado nem um pouco mais acolhedor para a maioria das mulheres não privilegiadas por raça e classe do planeta”. As mulheres que são mães, especialmente, narram desejos de garantir o bem-estar de seus filhos e de serem referência para eles:

> Engravidei do meu primeiro filho com 14 anos, então ali eu parei de estudar, depois tentei fazer o EJA, mas... eu queria terminar meus estudos, sei lá, investir em uma coisa para vida, né, pra frente. Porque é aquela coisa, eu tenho que ser exemplo para poder cobrar dos meus filhos, né. Eu tenho um filho de 11 anos que vai fazer 12, e daí agora com essas coisas de aula à distância que tem que fazer trabalho de entregar e ele disse “ah, mas se meu pai estudou até a 4°série, porque eu tenho que estudar? eu já passei do meu pai”. Entende? De mim até ele não falou, porque eu parei na 6° série, mas vai chegar um ponto que ele vai chegar na 6° série e vai falar a mesma coisa pra mim, né. E ele me cobra bastante isso aí: “ai porque eu tenho que estudar se vocês não estudaram?”. Então a gente tem que ter o que falar pra eles, né, porque eles são teimosos (Entrevista, prostituta B, 2020).

No cotidiano do trabalho, as atividades desempenhadas nos espaços das usinas e nos prostíbulos têm gerado problemas de saúde entre as trabalhadoras. Eles são causados pelas atividades pesadas da limpeza e dos riscos na preparação dos alimentos somadas às longas jornadas, bem como pelo consumo em excesso de bebidas alcoólicas por parte das trabalhadoras nos prostíbulos. Dores na coluna, cansaço e estresse são sintomas trazidos pelas interlocutoras, como apontado em um dos relatos: “[...] teve um dia que andei ruim, ruim da coluna e até falei pra dona Y, lá

no Rincão ainda, que ia pedir pra sair, não aguentava mais, cansada, e o horário também, a canseira" (Entrevista, trabalhadora da Usina A, 2020). Uma trabalhadora também relata a ingestão de uma bactéria nos alimentos das usinas, além de vivências no trabalho:

> Era muito serviço pra mim, ficou muita casa pra mim. Eu fazia 15 casas, daí eu me ataquei da coluna, daí eles disseram que eu já tinha isso, só que eu não tinha [...] eu também podia ter até morrido, porque peguei uma bactéria e ficou infecionado o estômago. Podia até ter morrido aquela vez, eu emagreci uma coisa horrível. Não sei se era da carne ou era do azeite que eles fritaram. E o azeite era de muito tempo, sabe? Daí criou uma bactéria... eu fiquei um tempão ali com a bactéria, peguei dali e eu não sei de que alimento é (Entrevista, Trabalhadora da usina F, 2020).

Como destaca Luci Praun (2016, p. 70), o adoecimento ou acidentes de trabalho decorrem da deterioração das relações e do ambiente laboral, especialmente pelo "aumento do ritmo e da intensidade do trabalho" e mesmo, da má higiene dos espaços. Nos serviços alimentícios são produzidas em torno de 60 a 70 refeições diárias, com regras minuciosas quanto ao modo de preparo e ao cardápio dos alimentos, no entanto, os ambientes laborais possuem pouca ventilação e são "quentes" (Entrevista, Trabalhadora das usinas C, 2020). Entre os serviços de limpeza, as trabalhadoras possuem um número excessivo de casas e de alojamentos para limpar. Esses trabalhos exigem esforços físicos, como afastar e erguer móveis variados. Conforme as interlocutoras, os locais eram visivelmente "sujos". Uma das trabalhadoras desta última função também revela as facetas autoritárias e a égide do controle e as repressões da chefia. Em suas palavras:

> A Y era muito rude comigo, ela queria que eu fizesse as coisas do jeito que ela queria. Mesmo eu enviando as fotos, ela dizia que "não, estão reclamando do teu serviço, porque tu não foste na tal casa". Os homens iam lá reclamavam do meu serviço ainda, dizendo que eu não tinha ido nas casas, que era para ir duas vezes por semana, só que não dava tempo. Eu trabalhava às vezes até no sábado de tarde. O horário era até meio dia, né, mas daí se eu quisesse fazer hora extra eu fazia no sábado de tarde. Mas eu tinha que fazer, porque eu não tinha limpado a última casa durante a semana (Entrevista, trabalhadora da Usina, 2020)

Além disso, a flexibilidade das longas jornadas é vivida pelas interlocutoras devido ao número excessivo de demandas na execução dos serviços. Algumas atividades também se expandem para o domicílio, como no caso das trabalhadoras dos cargos mais elevados. Segundo uma das interlocutoras:

> O horário de trabalho é mais certo, das 7 às 18 horas, mas se estende até em casa, então eu posso dizer que o horário na obra são essas 10 horas, mas em casa muitas vezes chega, toma banho, come alguma coisa e vai trabalhar, daí trabalha até às 22 horas, nessa jornada 'extra obra' (Entrevista, profissional liberal A, 2020)

O intervalo de descanso das trabalhadoras das usinas é inexistente. Conforme uma das interlocutoras que atua no setor alimentício, o horário de intervalo corresponde das 11 horas às 11 horas e 40 minutos, no entanto, ele coincidia com o tempo de servir os almoços para os demais trabalhadores e, consequentemente, levava as trabalhadoras a usarem o tempo de almoço como intervalo, como revelado no depoimento:

> Nós temos um intervalo de 40 minutos. Daí a gente, às vezes, quando está muito apurado, não tira esse intervalo, acaba tirando na hora do almoço, ou excede um pouquinho no final, né. O nosso horário de intervalo já não daria para tirar nesse horário, porque é a hora de servir no refeitório (Entrevista, trabalhadora da Usina P, 2020).

Algumas empresas, não disponibilizam transporte para as trabalhadoras e algumas delas precisam custear as passagens de ônibus, ou aproveitam as oportunidades, quando surgem "caronas", para se deslocar aos espaços de trabalho. Segundo a narrativa de uma das interlocutoras: "Elas ganhavam um salário, só que daí tinha que pagar o transporte, né, mas elas iam a pé pra não gastar, depois alguém trazia elas de carona daí... ou se elas fossem de carro elas tinham que pagar o carro" (Entrevista, trabalhadora da Usina P, 2020). Conforme Helena Hirata (2002, p. 97), esse contexto representa "[...] a desigualdade de status, de condições de trabalho, de salários e de direitos".

A RESISTÊNCIA FEMININA NOS ESPAÇOS LABORAIS

Espaços laborais repressivos são privilegiados para às "inconformidades" (CHAUI, 2014) e às "contestações" (THOMPSON, 1987) da classe trabalhadora. Em nossa pesquisa é possível observar formas de resistências nas ações das trabalhadoras presentes no cotidiano do trabalho (nas usinas e nos prostíbulos). Esse comportamento se expressa a partir de relações sociais que contrariam as ideias da "economia pura de mercado" (POLANYI, 2000), na qual esta última é marcada por

relações impessoais. As rebeldias e os embates das trabalhadoras das usinas têm se manifestado na oposição aos serviços repetitivos e intensivos desempenhados, tanto nas limpezas quanto na preparação dos alimentos. As mulheres, com base em "práticas de recusas" (MARONI, 1982), têm usado seus conhecimentos na preparação dos alimentos para contrariar o "poder disciplinador do trabalho" (MARONI, 1982) face às regras e às exigências para cada refeição produzida ou limpeza realizada. Conforme uma das interlocutoras: "elas [trabalhadoras] sempre tentam mudar, querem fazer do jeito delas e não é assim... ou a gente pega de um jeito ou... a gente tem que fazer como a empresa manda" (Entrevista, trabalhadora da Usina D, 2020).

As ações de inconformidade são visíveis ao chegarem mais tarde no trabalho ou deixarem de fazer algumas atividades e não corresponderem à produtividade exigida, atrasando as refeições ou limpando "só no meio" (Entrevista, trabalhadora da Usina P, 2020), deixando de limpar embaixo dos móveis, dentro de geladeiras e de armários ou os banheiros mais sujos.

Esses comportamentos rebeldes e contestatórios das trabalhadoras levaram os demais trabalhadores dos espaços das usinas e dos alojamentos – habituados a determinado tratamento – a reclamar das refeições e da limpeza. Nesse sentido, organizaram um "abaixo-assinado", em 2019, visando "expulsar" funcionárias específicas que julgavam "preguiçosas", bem como reclamavam diretamente com as chefias (Entrevista, trabalhadora da Usina E, 2020) ou insultavam verbalmente as trabalhadoras durante o consumo dos alimentos. Segundo uma das interlocutoras: "[...] esses dias eles estavam fazendo escândalos e coisas assim, reclamando e fazendo o terror... reclamando muito, fizeram um abaixo-assinado e essas coisas" (Entrevista, trabalhadora da Usina E, 2020).

Conforme Amnéris Maroni (1982), a resistência da classe trabalhadora, mesmo que espontânea, se torna importante e significativa para pressionar as "investidas repressivas do capital". Nesse sentido, as empresas, na tentativa de desmobilizar ações contra produtivas, usaram recursos como demissões e repressões as funcionárias e os funcionários envolvidos nos conflitos, a fim de minimizar os comportamentos da "tônica" comum em suas ações: contestações políticas que induzem a melhores condições de trabalho.

Comportamentos semelhantes ocorrem com as mulheres que atuam nos espaços de prostituição, sobretudo as "microrresistências" (MARONI, 1982) das trabalhadoras, como a rejeição aos clientes que as desagradam, principalmente os

mais velhos, como aponta a interlocutora: “[...] às vezes até olho e, nossa, tem idade para ser meu avô, meu pai, daí prefiro beber... não que eu nunca vou, né, mas eu prefiro beber” (Entrevista, prostituta A, 2020). As trabalhadoras também embriagam os clientes para não precisarem ir para o quarto. Assim como são planejadas estratégias no espaço de trabalho, a fim de se manterem sóbrias ao longo da relação com o cliente, como declara esta interlocutora: “[...] eu tomo uns golinhos de água, assim, pra não ficar muito mal e como também, né” (Entrevista, prostituta H, 2020). Ao se referir ao comportamento com os clientes, a interlocutora acrescenta:

> [...] se eu vejo que o homem tem muito dinheiro, eu vou sugando bebidas mais caras que eu ganho a comissão mais cara, também, que eu ganho mais dinheiro pra beber. Daí eu não preciso ir pro quarto, sabe. Aí eu tento tirar mais em bebida do que eu tenha que ir pro quarto, porque eu não gosto (Entrevista, prostituta H, 2020).

As atitudes das mulheres reforçam os antagonismos perante as explorações no espaço de trabalho e expõe a “não homogeneidade” (THOMPSON, 1987) das “práticas de resistência” (MARONI, 1982), que se alteram a depender da demanda do grupo de trabalhadoras e se amoldam a realidade laboral. Conforme Polanyi (2000), esses comportamentos refletem no “contramovimento da sociedade”, a fim de corromper as explorações provocadas pelas ordens mercadológica e despótica do capital.

OPRESSÕES DE GÊNERO NA ÓRBITA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS

As opressões vividas pelas mulheres, segundo Heleieth Saffioti (2013), emergem do gênero e da raça/etnia operarem como “marcas sociais” e promoverem “desvantagens”, levando à “marginalização social das mulheres” tanto como corpos inferiores e passíveis de dominação e violação como no posicionamento destas como força de trabalho subalterna e de menor custo na esfera de bens e de serviços.

As trabalhadoras relatam casos de assédios moral e sexual, além de violências físicas, vivenciadas nos espaços das usinas e nos prostíbulos. Os relatos expressam casos nos quais homens “passam a mão nas pernas” (Entrevista, profissional liberal A, 2020) das mulheres e desmerecerem o conhecimento e as potencialidades femininas no trabalho. Em um relato que expressa um caso de assédio moral vivido por uma das interlocutoras, a entrevistada conta ter ouvido de um trabalhador o

seguinte: “[...] eu sei que foi ela que pediu, essa Y não sabe de nada” (Entrevista, profissional liberal, 2020). Igualmente, tensionamentos para praticar atos sexuais são frequentes entre as trabalhadoras que convivem nos espaços em que há uma maior circulação masculina (alojamentos e refeitórios). O comportamento dos homens nos bares com prostituição tem características que se assemelham ao abuso por estes se sentirem “donos da mulher enquanto estão ali” (Entrevista, prostituta A, 2020), fazendo com que conflitos com clientes sejam comuns. Em um dos casos, a trabalhadora percebeu que o cliente estava ficando agressivo e decidiu sair do local. No seu depoimento, ela relata:

> [...] ele me agarrou e me puxou pelo cabelo e eu peguei empurrei ele e saí correndo. [...] sei que ele ficou bem transtornado, depois saiu. Eu me ajeitei, né, porque eu saí correndo, me ajeitei e daí ele veio e pediu desculpa e tudo pra mim, como se fosse uma coisa bem normal pra ele, sabe. Mas é bem preocupante, tu sente o medo. Imagina, tu está fechada com um cara e tu sabe que um homem é bem mais forte que tu, sempre, né; ainda bem que eu consegui sair, pensa se ele tivesse me batido lá, e a música alta no salão, ninguém ia escutar, né (Entrevista, prostituta E, 2020).

As violências físicas e os assédios, que desumanizam as mulheres, somam-se à exploração da força de trabalho no contexto familiar. A subserviência, atribuída ao gênero feminino, simultaneamente as responsabiliza e leva a uma maior exaustão no trabalho doméstico, pela necessidade de execução ampliada das atividades fora do espaço laboral produtivo, estendendo-se à esfera privada. A dupla jornada de trabalho tem sido um dos fatores mencionados pelas trabalhadoras que residem com suas famílias na cidade, exercendo um “status dual” (SAFFIOTI, 2013), como principais responsáveis pelo cuidado e pela manutenção familiar. Uma das interlocutoras aponta o estresse da vida entre o lar e o trabalho produtivo como um somatório de serviços que impactam a sua subjetividade e seus tempos de descanso e de lazer:

> Eu ficava bem estressada, porque eu não gosto de deixar as coisas sujas sabe, eu chegava bem estressada. Aí o meu marido ficava em casa, ele limpava as coisas, só que eu sempre me estressava sabe, eu sempre fiquei bem estressada com esse serviço, com os outros não, mas com esse eu fiquei estressada porque era muito serviço. Daí eu chegava cansada e tinha que fazer comida, tinha que fazer minhas coisas da casa, né, para no outro dia sair cedo de novo. (Entrevista, trabalhadora da Usina P, 2020)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra que no Brasil as mulheres trabalham 10,4 horas a mais do que os homens nas atividades

domésticas (IBGE, 2020)[10]. Historicamente, a extensão dessas tarefas é socialmente e economicamente pouco valorizada, sendo marcada pela gratuidade e identificada como uma realização por afeto, como uma incumbência da "natureza" feminina, assim como representa os lugares secundário e inferior da labuta das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocupações disponíveis nas usinas e nos prostíbulos são espaços em que as mulheres se encontram perifericamente situadas, diante das implicações da flexibilidade e, consequentemente, da precariedade laboral e de vida. Estudos demonstram que não é novo, e tampouco recente, o fato de que as mulheres estejam inseridas em trabalhos precários e informais (HIRATA, 2002), sendo a principal mão de obra a auxiliar no "rebaixamento dos custos de produção, como uma necessidade incessante e renovada" (LAVINAS, 1997, p. 2).

A partir da análise de experiências comuns entre as interlocutoras (das usinas e dos prostíbulos) deste estudo no que tange às dimensões de trabalho, da experiência de classe e de gênero em seus aspectos cultural, social e econômico, pudemos perceber a formação de um território de gênero tanto do ponto de vista objetivo quanto subjetivo. Eles se revelam, através dos valores, ideias, sonhos, ostensividade do aparato de controle laboral, altas jornadas, mobilidade geográfica, contestações nas relações diretas nos espaços laborais, assim como das explorações (nos trabalhos produtivo e reprodutivo) e opressões (assédios e violências físicas). Percebeu-se também a elaboração de estratégias de resistência, a fim de minimizar as consequências da precariedade vivida, que transcendem o âmbito produtivo, mas implicam na esfera da vida como um todo.

O estudo aponta, de um lado, as condições objetivas laborais que representam, de um lado, a precariedade *pari passu* às repressões diretas do capital sobre a classe trabalhadora; e, de outro, as opressões das relações de gênero, impactando na vida das mulheres em termos gerais. Há uma multiplicidade de experiências vividas neste território, na órbita do complexo energético, composto por mulheres que lutam e que resistem para sobreviver num contexto no qual, como ressalta uma das interlocutoras:

[10] Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas. Acesso em: 16 jul. 2021.

"tem uns enchendo os bolsos e os outros na miséria" (Entrevista, trabalhadora da Usina P, 2020).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Fundação Perseu Abramo, 2014.

DRUCK, Graça. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. *In*: OLIVEIRA, Roberto V.; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens as novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

FALQUET, Jules. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: libertação ou novas formas de apropriação? *In*: ABREU, Alice R. P.; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 22 (1934): Americanismo e fordismo. *In*: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

KERGOAT, Danièle. **Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe**. Genebra: Graduate Institute Publications, 2001. Disponível em: https://books.openedition.org/iheid/5419. Acesso em: 13 jul. 2021.

LAVINAS, Lena. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. **Dados – Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997.

MARONI, Amnéris. **A estratégia da recusa**: análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasilense, 1982.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRAUN, Luci. **Reestruturação produtiva, saúde e degradação do trabalho**. Campinas: Papel Social, 2016.

RAMALHO, José Ricardo. Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. **Dados – Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 491-524, 2005.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: DEL PRIORI, M.; PINSKY, C. B. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

* Artigo recebido em 27 de julho de 2021,
aprovado em 18 de agosto de 2021.

O MINEIRO DE TODOS OS BASTIDORES: APARECIDO DE OLIVEIRA NA GÊNESE DO PRÊMIO CAMÕES, IILP E CPLP

THE MINEIRO FROM BEHIND THE SCENES: APARECIDO DE OLIVEIRA IN THE MAKING OF OF THE CAMÕES AWARD, IILP AND CPLP

EL MINEIRO ENTRE BASTIDORES: APARECIDO DE OLIVEIRA EN LA GÉNESIS DEL PREMIO CAMÕES, IILP Y CPLP

Marcello Giovanni Pocai Stella[1]

Resumo

O presente artigo visa reconstituir a trajetória do Primeiro-Ministro da Cultura brasileiro, José Aparecido de Oliveira. No bojo do processo de redemocratização brasileira, entre 1985 e 1994, o político mineiro teve atuação destacada na criação de instituições culturais e diplomáticas como: Prêmio Camões, Instituo Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Normalmente estudados de pontos de vista mais institucionalistas e como parte da história das relações internacionais, tanto o papel desempenhado por Aparecido quanto a gênese dessas novas instituições transnacionais foram pouco tematizadas do ponto de vista de sua gênese social. Portanto, é a análise da sociogênese da posição social ocupada por José Aparecido de Oliveira e seu papel central na emergência do Prêmio Camões, do IILP e da CPLP, que este artigo visa. Considero aqui a política como um campo de disputas sociais específico, com seu capital específico e relativamente autônomo em relação a outras esferas sociais. Além disso, procuro entender os políticos para além de definições do senso comum, como profissionais de produção e criação de formas de percepção e de expressão politicamente legítimas. Neste passo o trabalho mostra que as instituições culturais e diplomáticas criadas por Aparecido de Oliveira foram, pelo menos em parte, produtos de estratégias de cristalização de suas fontes de capital social, cultural e político, garantindo a ele e seu grupo político posições mais estáveis, consolidadas e perenes no interior da classe dirigente.

Palavras-Chave: José Aparecido de Oliveira; Prêmio Camões; Literaturas de Língua Portuguesa; CPLP; IILP.

Abstract

[1] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, bolsista de doutorado FAPESP. E-mail: marcello.stella1@gmail.com.

This article aims to reconstruct the trajectory of the first Brazilian Minister of Culture, José Aparecido de Oliveira. In the midst of the process of re-democratization in Brazil between 1985 and 1994, the politician from Minas Gerais played an important role in the creation of cultural and diplomatic institutions such as: Camões Award, International Portuguese Language Institute (IILP) and Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP). Normally studied from a more institutionalist point of view and as part of the history of international relations, both the role played by Aparecido and the genesis of these new transnational institutions were not thematically considered in terms of their social genesis. Therefore, it is the analysis of the sociogenesis of the social position occupied by José Aparecido de Oliviera and its central role in the emergence of the Camões Award, the IILP and the CPLP, that this article focuses on. I consider politics here as a specific field of social disputes, with its specific capital and relatively autonomous in relation to other social spheres. In addition, I try to understand politicians beyond common sense definitions, as professionals in the production and creation of politically legitimate forms of perception and expression. In this regard, the work shows that the cultural and diplomatic institutions created by Aparecido de Oliveira were, at least in part, products of crystallization strategies of his sources of social, cultural and political capital, guaranteeing him and his political group more stable, consolidated and lasting positions within the ruling class.
Keywords: José Aparecido de Oliveira; Camões Prize; Lusophone Literature; CPLP; IILP.

Resumen
Este artículo tiene como objetivo reconstruir la trayectoria del primer ministro de Cultura brasileño, José Aparecido de Oliveira. En medio del proceso de redemocratización en Brasil entre 1985 y 1994, el político de Minas Gerais jugó un papel destacado en la creación de instituciones culturales y diplomáticas como: Premio Camões, Instituto Internacional de Lengua Portuguesa (IILP) y Comunidad de Países de habla portuguesa (CPLP). Normalmente estudiado desde un punto de vista más institucionalista y como parte de la historia de las relaciones internacionales, tanto el papel desempeñado por Aparecido como la génesis de estas nuevas instituciones transnacionales no fueron considerados temáticamente desde el punto de vista de su génesis social. Por tanto, es el análisis de la sociogénesis de la posición social ocupada por José Aparecido de Oliviera y su papel central en el surgimiento del Premio Camões, del IILP, de la CPLP, en el que se centra este artículo. Considero la política aquí como un campo específico de disputas sociales, con su capital específico y relativamente autónomo en relación con otras esferas sociales. Además, trato de entender a los políticos más allá de las definiciones de sentido común, como profesionales en la producción y creación de formas de percepción y expresión políticamente legítimas. En este paso, el trabajo muestra que las instituciones culturales y diplomáticas creadas por Aparecido de Oliveira fueron, al menos en parte,

producto de estrategias de cristalización de sus fuentes de capital social, cultural y político, garantizándole a él ya su grupo político posiciones más estables, consolidadas y duraderas dentro de la clase dominante.
Palabras clave: José Aparecido de Oliveira; Premio Camões; Literaturas en lengua portuguesa; CPLP; IILP.

INTRODUÇÃO

No bojo do processo de redemocratização do Estado brasileiro no final dos anos 1980 e no começo dos anos 1990 uma série de novas instituições políticas, culturais e econômicas foram criadas ou refundadas em termos atualizados. Entre elas instituições literárias e diplomáticas relacionadas ao espaço transnacional de língua portuguesa, ou em outros termos, ao antigo arranjo colonial português: Prêmio Camões, Instituo Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Normalmente estudadas de pontos de vista mais institucionalistas e como parte da história das relações internacionais, esses novos órgãos transnacionais pouco foram tematizados do ponto de vista da história de sua gênese social. Como é comum em muitos apanhados históricos sobre instituições e agentes culturais e políticos, há uma quase completa amnésia a respeito de como, onde, por que, quem e em que circunstâncias se criaram esses novos arranjos político-diplomático-culturais que se consolidaram em instituições. Atualmente tais órgãos gozam de existência longeva, já em vias de completarem duas décadas e meia de funcionamento.

Para realizar a análise sobre a sociogênese de instituições como o Prêmio Camões, o IILP e a CPLP, cumpre sublinhar que não considero a política um mero epifenômeno das lógicas econômicas e sociais. A entendo como um campo de disputas (BOURDIEU, 2007) sociais específico, com capital próprio e relativamente autônomo em relação a outras esferas sociais. Para pensar a luta política, de fato, é preciso levar em conta os determinantes econômicos e sociais, mas não só, é necessário igualmente pensar nas hierarquias e disputas em seu interior, seus horizontes de possíveis em um dado momento e a estrutura de divisão do trabalho de produção da política e do político.

Além disso, o enquadramento teórico metodológico de Bourdieu (2007) procura entender os políticos para além de definições do senso comum, como profissionais de produção e criação de formas de percepção e de expressão politicamente atuantes

legítimas. Isto porque, os próprios políticos fazem parte de um Estado que, para Bourdieu, não é somente um monopólio da violência física legítima, mas um monopólio da violência física e simbólica legítima. Em outras palavras, o Estado é também um fiador, criador e reprodutor de categorias de pensamento que se criam ao constituir o mundo social e que também são as categorias que usamos ordinariamente para vivermos em nosso dia a dia.

Por isso para Bourdieu (2007) a reconstrução da gênese de uma instituição ou de uma posição social é um instrumento de ruptura dos mais poderosos. Pois, pode fazer reemergir conflitos e disputas que foram apagadas e silenciadas, tensões muito fortes nos primeiros momentos, possíveis excluídos e projetos que poderiam ter se viabilizado por outros caminhos, chamando a atenção para aquilo que se concretizou como um possível, uma opção dentre várias outras.

A luta política aqui, portanto, nada mais é do que uma luta por fazer crer, por criar uma visão legítima do que é e como deve ser o social, o econômico, o cultural, etc. Tais definições estatais que aparecem como uma natureza, são na verdade arbitrários impostos pelas disputas políticas no interior e no exterior do Estado. E aqui se encontra a segunda justificativa para a sociogênese proposta, a saber, a desnaturalização das coisas de Estado da cultura.

Para poder executar a presente tarefa escolhi uma das dimensões possíveis de análise dos objetos em questão, que a meu ver possibilita apreender as diversas lutas e contenciosos simbólicos e concretos: a análise de trajetória. Muito em voga atualmente tal técnica, no sentido *bourdieusiano*, tem como objeto a reconstituição da história de uma posição social ao longo do tempo e como esta se constituiu em relação a outras posições nos espaços sociais específicos nos quais surgiu e vicejou. Tal forma de análise é atenta igualmente às constrições e possibilidades que se colocavam em cada momento de sua história, bem como os trunfos e *handicaps* que sua origem sociocultural lhe legou. Com o cuidado de escapar de análises biográficas que visam promover discursos laudatórios e hagiográficos sobre os biografados, busco através da trajetória do político mineiro José Aparecido de Oliveira (1929 – 2007) reconstituir os contextos de criação do Prêmio Camões, IILP e CPLP.

Na bibliografia especializada e em entrevistas realizadas[2] até aqui, o nome de José Aparecido de Oliveira é presença constante como um dos fundadores e pais

[2] As entrevistas semi-estruturadas que chamaram a atenção para atuação foram com Dulce Maria Pereira, ex-secretária geral da CPLP; Celso Amorim, ex-ministro da Defesa e das Relações Exteriores,

principais das três instituições mencionadas. No entanto, nenhum esforço de maior fôlego tinha sido realizado até então, no intuito de pesquisar e se perguntar sobre como se criou o criador do Camões, IILP e CPLP. Além disso, pouco foi feito para relacionar a criação destas instituições culturais com a própria construção do capital político de José Aparecido de Oliveira e de sua inserção nos círculos da classe dirigente brasileira.

Minha hipótese é, seguindo Miceli (2001), que as instituições culturais criadas por Aparecido de Oliveira são, pelo menos em parte, produtos de estratégias de cristalização de suas fontes de capital social, cultural e político, as quais garantiram a ele, e a seu grupo político, posições mais estáveis e perenes no interior da classe dirigente.

O exame de fartas e numerosas produções biográficas sobre José Aparecido e sua obra política – ao menos quatro livros foram feitos sobre sua história pessoal e outros três relacionados a sua atuação política e institucional – permite refletir sobre o próprio processo de simbolização da elite política e dirigente do período. Por conseguinte, diz também sobre a própria formação e estratégia de reprodução da posição social e capital político de Aparecido (MICELI, 2001).

Depois do exame crítico das fontes documentais e biográficas a respeito da trajetória de José Aparecido, passo a um breve relato de sua vida, que começa no interior de Minas Gerais, passa por Belo Horizonte e o Jornalismo, Rio de Janeiro e Brasília e a política, por fim Portugal e a diplomacia, notadamente em sua vertente cultural. Nesse longo tempo, Aparecido trabalhou e conviveu com diversos presidentes da república brasileira: Jânio Quadros, Tancredo Neves, José Sarney, Itamar Franco, entre outros; presidentes estrangeiros; inúmeros parlamentares (senadores e deputados), governadores e prefeitos, intelectuais e artistas.

A sua peculiar habilidade em acionar e mobilizar esse vasto capital de relações sociais, que se estende do campo político aos campos da arte e cultura, explica em boa medida o sucesso que obteve nas empreitadas de criação das instituições em exame. Além disso, muito desse amplo arco de amizades se materializou na profusão de materiais biográficos e fontes documentais sobre a sua atuação.

Uma das conclusões parciais a que cheguei, tem a ver com as diferentes valências políticas e culturais, bem como os impactos que as instituições de sua

Irene Vida Gala e Ruy Amaral, embaixadores e Gilvan de Oliveira ex-diretor do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

paternidade foram capazes de gerar nos seus diferentes campos de atuação. Enquanto IILP e CPLP foram órgãos diplomáticos difíceis de serem criados e até hoje pouco prestigiados em termos simbólicos, políticos e econômicos no interior do Estado brasileiro, o Prêmio Camões, instituição com menos fortuna crítica e histórica sobre sua origem, foi a invenção institucional mais bem sucedida de Aparecido.

O fato de um prêmio literário ser a invenção cultural-política mais duradoura, a meu ver, tem relação com a capacidade dos prêmios culturais em geral se constituírem como verdadeiros conversores e casas de câmbio dos diversos capitais sociais disponíveis nas lutas e alianças travadas nos campos. Como destaca English (2005) as premiações, apesar de pouco estudadas, conheceram um momento de expansão único e nunca antes visto no século XX. O poder de conferir prestígio a alguém, além de ser uma motivação para a criação de um prêmio, inclui também outro mecanismo talvez tão ou mais poderoso simbolicamente, a saber, ao conferir prestígio ou capital de reconhecimento a alguém, a própria premiação e seus promotores ganha capital simbólico.

É entre seu capital político e o capital literário do Prêmio Camões que José Aparecido conseguirá construir um capital simbólico bastante expressivo. Neste sentido, sua criação institucional, de certa maneira, foi sua própria máquina de consagração e de conversão de diferentes capitais.

UMA VIDA NA INTERFACE DOS UNIVERSOS DA CULTURA E DA POLÍTICA

Uma primeira dificuldade que se apresenta ao se tratar dos temas mencionados é o laço íntimo que une tanto as instituições culturais quanto os produtores e mediadores em relação ao Estado. Para a análise sobre o Estado, ou sobre seus funcionário e instituições, utilizaremos o ferramental analítico de Pierre Bourdieu (2007, 2011a, 2011c, 2014) elaborado em seus textos acerca do campo político e da sociogênese do Estado, com já explicitado acima.

Sem ter a ambição de resumir todo o enquadramento analítico de Bourdieu a respeito do Estado e retomando o que foi escrito, creio ser pertinente referir mais algumas precauções mencionadas pelo autor. Segundo ele, uma das principais dificuldades em se tomar o Estado como um objeto é que esquecemos que o mesmo atua como um princípio de estruturação de nossas consciências. Em outras palavras,

nosso próprio pensamento sobre o Estado é construído por e pelo Estado, que ao fazer esta operação se auto afirma simultaneamente.

Essa força do Estado sobre nossas formas de classificação do mundo e também sobre a biografia de seus servidores, pode ser em um primeiro momento mitigada com uma análise rigorosa das fontes biográficas e todo material de memória produzido pelas burocracias e seus atores. Conforme Miceli (2001), em trabalho a respeito das fontes para a realização da história social e política das elites brasileiras, a própria existência de fontes documentais abundantes sobre as elites dirigentes já traz em si pistas sobre a formação e estratégias de reprodução desses grupos. Sendo assim, é necessário deixar explícitas as condições sociais de produção destes documentos e fontes históricas, relacionando-os às propriedades sociais das frações que tematizam, visando compreender se na história de sua produção estão impressas propriedades sociais pertinentes das parcelas dirigentes em exame.

Subjaz a esta tarefa a concepção de que estes materiais históricos feitos por, para e/ou sobre os diversos setores da elite no poder, são resultado de atividades de simbolização dos seus próprios agentes. Ou seja, são materiais expressivos de suas formas de viver, de seu poderio político e econômico, de como performam e fazem a gestão de suas identidades individuais e de classe (MICELI, 2001).

Em seguida a análise crítica das fontes memorialísticas, as utilizo para a recomposição da trajetória de Aparecido. Conforme Garson, Leão, Czajka e Pinheiro (2020), o estudo de trajetórias ajuda a calibrar o peso, em cada caso examinado, da ação individual em relação às constrições de ordem estrutural impostas a ela. Tento, assim, a partir dos percursos de vida de Aparecido de Oliveira, compreender como sua trajetória social e redes de sociabilidade o introduziu à política e atuou no longo prazo na sua disposição à criação e investimento em instituições culturais.

Sempre se faz necessário sublinhar os riscos e limites que tal abordagem também implica, entre eles o mais patente descrito por Bourdieu (2011b): cair na armadilha da ilusão biográfica. Ou seja, certa tendência a contar uma vida como se fosse uma sucessão de eventos e etapas, com começo, meio e fim bem definidos e coerentes entre si. Comumente busca-se construir trajetórias de vida sem contradições, recuos, incertezas e desvios.

Na identificação e problematização dos gêneros biográficos podem estar já inscritas diversas estratégias que tem como objetivo o culto à personalidade do biografado ou, em alguns casos, o ataque à sua reputação e prestígio. No caso dos

7 livros sobre Aparecido de Oliveira e sua atuação política em relação ao Prêmio Camões, IILP e CPLP, um se trata de biografia em estilo mais clássico do gênero, escrita por um amigo/colaborador do biografado; quatro são coletâneas de depoimentos e entrevistas concedidas pelo próprio José Aparecido e por amigos e, finalmente; temos livros de reportagem que misturam registros e documentos diversos sobre a atuação do político (no caso são 3 obras que retratam a atuação de Aparecido na fundação do Camões, IILP e CPLP).

Quadro 1 – Biografias, reportagens e coletâneas a respeito da trajetória de vida ou da atuação de José Aparecido de Oliveira

Autor/Editor/Organizador	Título	Editora/Estado	Ano de publicação	Gênero
Alberico de Souza Cruz, Franklin de Oliveira, José Eduardo Barbosa, Mauro Santayana	José de Todos os Amigos	Tavares & Tristão/RJ	1979	Coletânea de depoimentos
José Alberto Braga	José Aparecido: O homem que cravou uma lança na Lua	Trinova/Portugal - Lisboa	1999	Coletânea de entrevistas e depoimentos
Alan Viggiano	José Aparecido: inventor de utopias	André Quicé editor/DF	1999	Biografia
Alan Viggiano	Uma aventura linguística	Thesaurus/DF	1990	Reportagem
Alan Viggiano	Dossiê Grupo dos Sete: Os povos e países de língua portuguesa	André Quicé editor/DF	1994	Reportagem
Alan Viggiano	Missão em Portugal: José Aparecido e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	André Quicé editor/DF	1996	Reportagem
Petrônio Souza Gonçalves	José Aparecido de Oliveira: O melhor mineiro do mundo	Realejo Edições/SP	2016	Coletânea de depoimentos

Fonte: Autoria própria. (Com dados de SOUZA CRUZ; OLIVEIRA; CARNEIRO; BARBOSA; SANTAYANA, 1979; BRAGA, 1999; VIGGIANO, 1990, 1994, 1996, 1999; GONÇALVES, 2016).

Em primeiro lugar vale sublinhar as estratégias narrativas mais utilizadas para descrever o percurso de José Aparecido. A primeira forma e a mais comum de reconstituir sua a vida dá conta de que ele teria, no âmbito da cultura, um recurso vocacional e irresistível. Em segundo, se sugere que, apesar de ser um homem eminentemente da cultura, acabava por ser tragado em diversas oportunidades pelo mundo da política, distanciando-se assim de sua vocação principal. Como tentarei mostrar, cultura e política na trajetória de Aparecido não são polos opostos, mas sim

esferas complementares e comunicantes. O universo da cultura foi sendo acionado ao longo de seu caminho como recurso importante para se defender e reabilitar de reveses políticos, transformando-os em vitórias culturais.

É muito comum entre os biógrafos e nos depoimentos de amigos de José Aparecido de Oliveira, que se lamente o fato de sua cassação no início do regime militar, a perda da candidatura a governador de Minas Gerais durante o período da redemocratização, não ter assumido o Ministério das Relações Exteriores na década de 1990 e, ainda, não ter sido indicado primeiro Secretário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), órgão que ajudou a fundar. Todos esses reveses costumam ser explicados como meros acidentes, pois sua real missão ou destinação seria a atuação no mundo intangível da cultura e das artes. Assim vemos nos títulos de suas biografias, reportagens e livros de homenagens, títulos como: *O homem que cravou uma lança na Lua*, *O inventor de utopias* e *Missão em Portugal*.

Dos 7 livros publicados a seu respeito, 6 foram editados em vida e contaram com a presença do homenageado no lançamento das obras, bem como em festas, celebrações públicas, sessões de autógrafos, etc. O autor que mais escreveu sobre Aparecido e seus feitos na cultura e na política, foi Alan Viggiano, sendo responsável por quatro volumes sobre a vida e a atuação do político mineiro. Nascido em 1942, na cidade de Inhapim, o autor é conterrâneo de seu biografado. Aos vinte anos formou-se em Direito em Belo Horizonte. Nos anos 1950 exerceu o cargo de taquígrafo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e nos anos 1960 ocupou a mesma posição desta vez no Senado Federal, quando se transferiu para Brasília. Ali se formou em Comunicação na Universidade de Brasília (UNB) nos anos 1970, começando alguma atividade literária e também o trabalho como assessor de imprensa da universidade e a atuação como jornalista do *Última Hora* e do *Correio Brasiliense*. Em 1980 concluiu um mestrado em literatura brasileira pela UNB e ocupou cadeira na Academia Brasiliense de Letras, sendo membro igualmente da Associação Nacional de Escritores (da qual foi também presidente) e do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal (do qual foi fundador e primeiro presidente).

Segundo relato de Viggiano (1999) o seu primeiro contato com José Aparecido aconteceu em 1982, por intermediação do amigo em comum Ziraldo. Neste momento o autor relata um fascínio pela figura de Aparecido, entendendo-o como um político diferente dos demais que conhecia. Os contatos entre um e outro cessam, e quando Aparecido retorna a Brasília para ser Ministro da Cultura por duas vezes e governador

do Distrito Federal, é que Viggiano se reaproxima, interessado em apoiar a ideia da criação de um órgão de incentivo, defesa e difusão da língua portuguesa.

A descrição sintética da trajetória de Viggiano visa delinear uma característica comum daqueles que se dedicaram a escrever as memórias em análise. A saber, se tratavam, em sua maioria, de assessores próximos a Aparecido em alguma etapa de sua vida política e/ou amigos de infância e do começo de sua existência.

Tal conjunto de diferentes personalidades e a variedade de inserções de cada organizador e dos contribuidores evoca um conjunto de obras que prestam homenagem a um político e administrador da cultura que visa, em última instância, fortalecer os laços de amizade entre "os integrantes de um círculo íntimo de companheiros de classe (no duplo sentido do termo), que teve continuidade mediante experiências comuns nas esferas políticas, intelectual e burocrática, dando origem a 'panelas' e anéis burocráticos" (MICELI, 2001, p. 350).

As obras mencionadas foram editadas por selos de pequena escala em baixas tiragens e, atualmente, encontram-se disponíveis em abundância nos sebos virtuais a baixo custo. Tal dado pode indicar um relativo declínio e desclassificação simbólica dos grupos dirigentes aos quais era vinculado Aparecido.

Porém, o recurso a essa construção memorialística visa reabilitar as figuras de uma verdadeira nobreza de Estado e "tornar público, convertendo em crédito a ser resgatado, o legado de serviços prestados por seus integrantes nessas mesmas instituições." (MICELI, 2001, p. 351). Ao mesmo tempo, ao auxiliar na restauração ou criação de novo capital simbólico/político para seus homenageados, os autores ou aqueles que encomendaram a fabricação de uma biografia ganham igualmente dividendos simbólicos, contribuindo para a manutenção da crença e do reconhecimento de trajetórias exemplares e dos recursos e benefícios simbólicos e materiais que estar associado a essas figuras pode gerar.

Feita a crítica às fontes e elaborado mais um argumento possível que compreende os modos como foi enquadrada a trajetória de Aparecido de Oliveira por seus biógrafos oficiais, passemos a uma restituição do seu percurso de vida e dos lances mais decisivos, buscando os momentos de socialização e aquisição de capitais necessários para que ocupasse posições sociais destacadas como político e homem de cultura. Posições estas que embasaram tomadas de posição bem-sucedidas na criação de um arcabouço institucional responsável pela emergência do Prêmio Camões, IILP e CPLP.

MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, BRASÍLIA E LISBOA

José Aparecido de Oliveira nasceu entre o final da década de 1920 e o começo da década de 1930. Primogênito de uma família numerosa e de origem oligárquica, porém em declínio, sobre ele recaiu a responsabilidade pela manutenção e, quando possível, ascensão social e de *status* do grupo familiar. Cedo perdeu seu pai e, a partir do episódio, passou a apoiar a mãe no cuidado dos 4 irmãos, abandonando alguns projetos pessoais, dentre eles o de cursar ensino superior. Como estratégia de sobrevivência material e também simbólica, enveredou pelo jornalismo, passando pelo sindicalismo, funcionalismo público e dali para a política. O cabedal de relações sociais herdadas, principalmente pela parte do pai e a herança da mãe, ajudou a dar o sustento mínimo para evitar um declínio social pronunciado.

Como se poderá notar a partir da análise de sua trajetória, mais fundamental do que o pêndulo entre política e cultura, é o papel do Estado em sua vida. Aparecido deve tudo à carreira funcional e política, da qual derivou toda a influência que deteve para indicar amigos, apaniguados e parentela para ocupar postos e receber prebendas estatais. Personagens com trajetórias como esta, são que Bourdieu nomeia como oblatos, “os que devem tudo ao rei, que pode obter deles uma grande dedicação.” (BOURDIEU, 2014, p. 471/472).

Aparecido foi o primeiro rebento de Modesto Justino de Oliveira e Araci Pedrelina de Lima Oliveira e nasceu em São Sebastião do Rio Preto, à época distrito do município de Conceição do Mato Dentro no estado de Minas Gerais, no dia 17 de fevereiro de 1929, ganhando posteriormente duas irmãs e dois irmãos. O pai era conhecido como “Coronel” Modesto Justino de Oliveira, nome e patente que herdou de um tio-avô. Seu tio, Clodomiro de Oliveira, tinha sido secretário da Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas do governo de Arthur Bernardes, em Minas. Todos os tios-avôs de José Aparecido tinham formação universitária feita em São Paulo e Ouro Preto, um tio era farmacêutico, um segundo médico e os outros dois engenheiros. Além de Clodomiro, que trabalhou nas gestões de Arthur Bernardes, um dos irmãos do pai, o engenheiro Aldrovando Augusto de Oliveira, teve destacado papel na prospecção de petróleo no Brasil, e um segundo, o médico Elpenor de Oliveira, foi deputado e presidente da Assembleia Legislativa de Goiás.

A mãe de Aparecido era professora do ensino primário, vinda de uma família de donos de fazendas na região de Conceição do Mato Dentro. Seu avô, Pedro Generoso, era conhecido pela grande quantidade de terras que possuía, legando a família um total de 17 propriedades na região. As estâncias partilhadas deram para cada um dos netos de Pedro Generoso, incluindo Araci (que tinha oito irmãos, um homem falecido ainda jovem e outras sete mulheres, filhas de Inês Generoso Lima e João Alves de Lima) uma fazenda entre os municípios de Conceição do Mato Dentro, Serro e Dom Joaquim. A Araci coube uma chácara na região do município de Água Santa. Ela se dedicou desde cedo ao magistério, cursando aulas de Aperfeiçoamento Pedagógico em Belo Horizonte oferecidas pela gestão de governo de Antônio Carlos de Andrada, onde pôde conhecer e tomar contato com educadores vindos de fora do país. Foi, no período, uma das criadoras e fundadoras da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. Araci se devotava e tomava conta com atenção do processo de educação de todos os filhos. Faleceu em 1991 aos 83 anos.

O jovem Aparecido passou sua infância em Conceição do Mato Dentro, onde concluiu os primeiros estudos no Grupo Escolar “Monsenhor Pinheiro”, de São João Evangelista, cidade próxima a Conceição, onde sua mãe era diretora. Antes de assumir a direção ela já tinha comandado outro Grupo escolar, na cidade de Passabém, também na região de origem de seus parentes.

Foi entre o final de sua infância e começo da adolescência que a família passou por um momento de instabilidade econômica, que seria decisivo para o encaminhamento das escolhas e dos destinos possíveis do primogênito. Aos onze anos de idade, em 1940, ficou órfão de pai, vítima de um acidente de automóvel aos 38 anos na cidade de Belo Horizonte. Araci tinha apenas 31 anos e José Aparecido teve que assumir o papel de chefe da casa, amparando sua mãe e contribuindo na guarda de seus irmãos. A fim de evitar o desamparo total da família o patriarca deixou como legado uma apólice de seguro de vida. Após a morte do progenitor, Aparecido se incumbiu de liquidar sociedades em negócios que Modesto participava, em Teófilo Otoni, Diamantina e outras cidades.

Concluídos os negócios do pai seguiu o restante de sua formação educacional no colégio Dom Bosco, dirigido pelos padres salesianos da cidade de Araxá. Sua mãe optou pela mudança para esta cidade, dada as possibilidades maiores de arrumar trabalho como professora e por ter bons estabelecimentos de ensino para os filhos. Nesta cidade, Araci foi diretora de um Grupo Escolar, acumulando a presidência da

Legião Brasileira de Assistência e da Associação de Mulheres Católicas. O final da formação de Aparecido incluiu uma breve passagem no internato do Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, onde foi presidente de um Grêmio literário estudantil.

Depois disso mudou-se para Belo Horizonte onde foi dar seguimento a seus estudos e arrumar trabalho. Na cidade foi recebido por seus tios Francisco Miranda e Dona Almerinda, que costumavam dar guarida aos sobrinhos e apoiá-los em sua formação educacional. Tentou realizar uma graduação em Filosofia na cidade, porém, não logrou sucesso em conclui-la, devido ao trabalho e à posição de arrimo de família. Após a estada na casa dos tios Aparecido morou em um hotel, pensões de estudantes e repúblicas, sendo que nestes espaços conheceu os primeiros colegas jornalistas, os quais se tornariam amizade duradouras.

Em Belo Horizonte iniciou a atividade de jornalista. Primeiro na Secretaria de Agricultura do Estado, depois começou a escrever principalmente para as rubricas de política, dos jornais: *Diário do Comércio*, *Diários Associados* e *Correio do Dia* (jornal financiado pela UDN para combater o governo Juscelino Kubitschek, onde foi editor político).

Em paralelo assumiu também um dos seus primeiros cargos públicos, o de redator do serviço de radiodifusão do estado de Minas, a Rádio Inconfidência. Além disso, foi líder sindical de sua categoria, eleito várias vezes como diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, sendo igualmente dirigente da Associação Mineira de Imprensa.

Por estes cargos e pela trajetória no jornalismo foi escolhido para representar o Brasil no I Congresso Mundial de Jornalistas em 1953, realizado em Santiago do Chile, onde foi o orador da sessão de encerramento. Neste mesmo ano e em 1954 foi articulador/coordenador da campanha à prefeitura de Belo Horizonte de Celso Mello de Azevedo. Após a vitória do candidato se tornou seu chefe de gabinete. Foi neste trânsito entre o jornalismo político, sindicalismo e os corredores e salas da administração pública que José Aparecido começou a assentar as bases da construção de redes de sociabilidade políticas e de seu capital político e simbólico no espaço mineiro, trunfos indispensáveis no futuro para alcançar posições na esfera federal de poder.

Se filiou a UDN desde muito cedo e nela esteve vinculado a nomes como José Cabral (líder da UDN mineira de quem foi assessor), Américo René Giannetti

(Secretário de Agricultura de Minas, depois prefeito de Belo Horizonte) Vírgilio Mello Franco e Magalhães Pinto (de quem foi secretário particular).

O segundo trabalho político central na trajetória de Aparecido, na construção de seu capital político, foi o de coordenador dos movimentos políticos que levaram Jânio Quadros a presidência da república em 1960 e Magalhães Pinto ao governo de Minas no mesmo período. Por esse trabalhou se tornou secretário particular da Presidência da República, cargo que ocupou até a renúncia de Jânio.

No governo de Quadros, Aparecido tinha poder de realizar indicações como a de Carlos Castello Branco, seu amigo e jornalista do Jornal do Brasil, para a assessoria de imprensa da presidência da República, entre várias outras. Isto teria fim com a renúncia do presidente. Após a saída da secretaria da presidência se candidatou a deputado federal pela UDN mineira, sendo eleito em 1962 – esteve entre os 10 políticos mais votados de seu estado. Nesse período integrou um grupo político dentro do partido chamado Bossa Nova, em cujas fileiras se encontravam José Sarney, Ney Braga, Seixas Dória, etc.

Como deputado federal, a convite de Magalhães Pinto, ocupou os cargos de Secretário de Estado da Agricultura, interinamente, Secretário de Estado de Governo e do Interior e Justiça de Minas. No período de atuação como Secretário Estadual era também presidente do Diário de Minas e da revista Alterosa, onde recrutava diversos colaboradores e funcionários. Após sua cassação com o Ato institucional nº1, baixado pelo Regime Militar[3], Aparecido, a convite de Fernando Gasparian, trabalhou em uma editora chamada Saga no Rio de Janeiro. Posteriormente, a convite de Gilberto Faria, foi brevemente diretor do Banco Bandeirantes de São Paulo. Em seguida esteve presente na diretoria da Nacional Companhia de Seguros, do Banco Nacional, por indicação de Magalhães Pinto, vivendo a partir de então entre Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília.

Casou-se em 1972 com a advogada Maria Leonor Gonçalves de Oliveira, também de família mineira. Os pais eram próximos de Magalhães Pinto, o qual apoiou o casamento e foi um dos padrinhos. Com ela teve dois filhos: José Fernando

[3] Entre os possíveis motivos para sua cassação: ataques ao IBAD quando deputado em 1962, renúncia aos cargos no governo Magalhães Pinto ao saber que este tramava o golpe com os militares e uma recepção organizada em sua casa em Belo Horizonte para que Leonel Brizola defendesse as reformas de base de João Goulart. (GONÇALVES, 2016).

Aparecido de Oliveira (1974) e Maria Cecília de Oliveira (1975)[4]. Residiam, na época, no Rio de Janeiro, num imóvel na Avenida Atlântica em Copacabana.

Durante o processo de abertura política e fim dos governos militares, Aparecido recebeu de Hélio Garcia uma de suas primeiras propostas de retorno à vida política. Foi convidado para ingressar no recém-fundado Partido Popular, organizado por Magalhães Pinto e Tancredo Neves. Na mesma época teve convite de Ivete Vargas para ser candidato a governador de Minas Gerais pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Não aceitou o convite à candidatura pelo PTB, mas arranjou espaço para ser candidato a vice-governador na chapa que elegeria Tancredo Neves em 1982. Durante a articulação da campanha um problema de saúde o colocou entre a vida e a morte. Um infarto o obrigou a ir se tratar na capital de Minas Gerais e depois, por aconselhamento de um amigo, Délio Jardim de Matos, Ministro da Aeronáutica à época, se afastou para realizar uma cirurgia do coração em *Cleveland*, Estados Unidos.

Entre o infarto e a cirurgia nos EUA, o combinado entre Tancredo e Aparecido foi desfeito (sem seu consentimento) e Hélio Garcia assumiu o posto de vice na chapa. Segundo Gonçalves (2016, p. 59), Aparecido teria dito a respeito do episódio que "enquanto os médicos abriam meu peito, meus amigos abriam as minhas costas".

Fora da disputa pelo governo, Aparecido ainda saiu candidato a Câmara Federal por Minas, sendo na oportunidade o segundo postulante a deputado mais votado no estado. Logo após a sua posse, no mês de março de 1982, foi convidado por seu ex-colega de chapa, Tancredo Neves, para assumir a recém-criada Secretaria Estadual de Cultura de Minas Gerais. Como secretário, além de propor diversos projetos de restauração de patrimônios históricos mineiros em parceria com a iniciativa privada fundou, em 1984, a Rede Minas de Televisão, emissora pública voltada para a cultura e educação, e também criou e se tornou presidente do Fórum Nacional de Secretários de Cultura (FNSC) onde lançou a proposição da desvinculação da área cultural do Ministério da Educação e a criação de um ministério independente.

[4] O filho de Aparecido atualmente é político profissional, já foi prefeito de Conceição do Mato Dentro, deputado federal pelo estado de Minas e candidato ao governo de Minas pelo Partido Verde. A filha Maria Cecília administra a antiga fazenda colonial fluminense adquirida pela família nos anos 1970, que foi convertida em um hotel.

Somadas a atuação política prévia, contatos com diversos jornalistas e escritores vinculados a vida cultural e artística brasileira, e a então recente atuação institucional em uma área burocrática em vias de consolidação, temos como resultado um estoque de capital cultural e político/burocrático que permitiu a Aparecido realizar seus objetivos políticos. Conseguiu, assim, enraizar sua presença no cenário das elites culturais e dirigentes brasileiras, mitigando riscos de enfraquecimento no jogo político ou de falhas na manutenção do patrimônio social, econômico, político e cultural que legaria para seus filhos e familiares.

Além deste papel, outro flanco de atuação do político foi o de articulador da eleição de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral em 1985 – entre outras tarefas, Aparecido fazia a interlocução entre o candidato e militares, entre eles o amigo Ministro da Aeronáutica. Por liderar essa articulação, o então secretário de cultura conseguiu obter uma promessa de que seu nome seria indicado como Ministro da Cultura tão logo o órgão fosse criado. Com a morte de Tancredo e a posse de Sarney, que assumiu o poder em posição frágil, dada a desconfiança de amplos setores quanto a seu passado no partido dos militares durante a ditadura, a manutenção das indicações do primeiro presidente civil foram mantidas e Aparecido assumiu o ministério que ajudou a criar em 15 de março de 1985.

Esta primeira passagem foi bastante curta, pois no mês de maio do mesmo ano o novo ministro viu seu nome ser indicado pela presidência para ocupar o posto de governador do Distrito Federal, tomando posse no dia 09 de maio de 1985. Entre uma de suas principais políticas estava o resgate das diretrizes urbanísticas do Plano Piloto de Brasília, projeto que contou com o apoio e trabalho pessoal de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Burle Marx.

José Aparecido e Oscar Niemeyer trabalharam lado a lado – em gabinetes vizinhos – a pedido do governador do Distrito Federal, quando estreitaram laços de amizade. Devido a essa proximidade, Niemeyer construiu uma capelinha na fazenda de Miguel Pereira (RJ) como presente de aniversário de 15 anos à filha de Aparecido. Tal gratidão relaciona-se, também, a outro trabalho conduzido pela dupla, cujo resultado se materializou na candidatura e posterior designação da cidade de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO no ano de 1987, sendo a primeira obra realizada no século XX a receber tal *status* e distinção.

Um dos aspectos pouco lembrados sobre o período no comando do Distrito Federal foi a atuação de José Aparecido de Oliveira como uma espécie de chanceler

extraoficial de José Sarney. Em dezembro de 1985 realizou uma viagem de 15 dias para algumas capitais europeias como Paris, Roma, Madri e Lisboa. Nesta primeira oportunidade tratou da candidatura de Brasília a Patrimônio Cultural na UNESCO e de possibilidades para financiamentos de empreendimentos de infraestrutura em Brasília, notadamente a construção de uma linha de metrô e de projetos culturais em parceria com os países Ibéricos. Em uma segunda viagem, dessa vez em maio de 1987, o então governador percorreu em 25 dias México, Estados Unidos, França, URSS e Itália. Nesta última viagem discutiu os problemas da dívida externa brasileira com o presidente francês François Mitterand, e entregou cartas do presidente brasileiro para diversos líderes que encontrou.

Anos depois reassumiu o Ministério da Cultura, em setembro de 1988, no ocaso do governo Sarney. Permaneceu até o fim do mandato do amigo, em 14 de março de 1990. Foi nesta segunda passagem que tanto o ministro quanto o presidente tiraram do papel os projetos de constituição e institucionalização de diversas iniciativas que davam contornos a uma "nova" comunidade de países de língua portuguesa: Prêmio Camões, IILP e CPLP.

A primeira iniciativa foi a criação do Prêmio Camões. O acordo que selou a estruturação da premiação foi assinado por Roberto de Abreu Sodré, Ministro das Relações Exteriores, e por Adriano Antonio de Carvalho, Embaixador de Portugal, no dia 22 de junho de 1988 antes mesmo do retorno de Aparecido ao Ministério da Cultura. Porém, a implantação da láurea só foi anunciada em março de 1989 e na mesma hora se pôde saber que os três primeiro jurados escolhidos pelo Ministério da Cultura, já sob comando de José Aparecido, eram Antonio Houaiss, Afrânio Coutinho e Herberto Salles.

Além disso, entre os meses de janeiro e fevereiro de 1989 com aval da presidência, e em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), passou 14 dias viajando por Portugal, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, onde se encontrou com os presidentes e líderes de cada país, no intuito de angariar apoio à criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP). Nesta viagem ficou acertada a data de entrega do primeiro Prêmio Camões, em 10 de junho de 1989, na Ilha de São Miguel no arquipélago dos Açores em Portugal.

Finalizando o ano de 1989 foi realizado, entre 31 de outubro e 2 de novembro, no Palácio dos Leões, sede do governo maranhense, em São Luís, o primeiro encontro entre chefes de Estado dos PALOP's com a presença dos líderes de Portugal

e Brasil em um contexto pós independências africanas. Tal reunião visou a ratificação do ato constitutivo do IILP. Tida como um dos maiores sucessos da política externa do governo Sarney, o evento em São Luís, assim como o acordo assinado, apesar de bem-sucedidos, caiu no esquecimento e décadas se passaram até que os mecanismos acordados fossem implementados (OLIVEIRA, 2019).

Não foi só um fim de ano movimentado para os projetos relacionados às literaturas de língua portuguesa, com a aproximação das eleições presidenciais e o fim do governo Sarney, novos arranjos políticos começavam a ser tramados. Entre eles a indicação a vice-presidente na chapa de Fernando Collor de Mello para Itamar Franco, de acordo com Gonçalves (2016), devido ao aconselhamento e sugestão direta de José Aparecido.

Se conseguiu indicar um caminho eleitoral viável para seu amigo, o mesmo não ocorreu com seus planos. Em 1990, desta vez sem percalços, José Aparecido (PSC) saiu como candidato a vice-governador de Minas numa chapa com o jornalista e deputado Hélio Costa (PRN). Ambos perderam as eleições para o antigo aliado, Hélio Garcia, por menos de 1% dos votos.

Apesar da derrota eleitoral em 1990, são tantas as reviravoltas da política que, com o *impeachment* de Fernando Collor e a posse de Itamar Franco, José Aparecido retornou ao jogo político. Ainda em dezembro de 1992 o novo presidente o convidou para o posto de embaixador do Brasil em Portugal. Aparecido aceitou e assumiu o cargo no início de janeiro de 1993.

Em maio do mesmo ano, Itamar se viu obrigado a realizar uma pequena reforma ministerial, devido a demissão de seu titular da fazenda, Eliseu Resende. Deslocou para o posto Fernando Henrique Cardoso que era chanceler do Itamaraty e ofereceu o cargo vago a Aparecido. Aceito o convite, mais uma vez uma doença e uma cirurgia impediram a posse e, como a recuperação foi mais longa do que o esperado, acabou por não assumir o Ministério das Relações Exteriores, indicando como seu substituto o diplomata Celso Amorim, que o auxiliou diretamente na construção do encontro de São Luís do Maranhão em 1989 e na assinatura do ato constitutivo do IILP.

Aparecido acabou por retornar à embaixada brasileira em Lisboa e decidiu se concentrar na realização dos planos que ficaram parados em 1989, desta vez tentando retomar o projeto do IILP, dentro de outro quadro mais amplo, a saber, no interior da fundação de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa (a CPLP).

Para isso o então embaixador realizou mais uma viagem aos PALOPs reforçando os laços políticos e sociais com lideranças africanas já conhecidas na primeira viagem, no final dos anos 1980. Outra vez o mineiro teria êxito em sua empreitada, mas não seria escolhido para estar à frente e presente quando da concretização de seu projeto. Por problemas pessoais, Itamar Franco não pôde comparecer à reunião que oficializou a CPLP. A cerimônia foi remarcada e aconteceu apenas em 1996, já no governo Fernando Henrique Cardoso, sendo que Aparecido tinha já saído da cena política. E quando o Brasil teve direito de escolha da liderança da Comunidade o nome de José Aparecido foi preterido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa completou um ano de existência. Até o momento, a instituição tão ardentemente sonhada para dar uma dimensão ecumênica às sete nações lusófonas da África, da América e da Europa continua como uma forte esperança de nossos povos. Que forças estão retardando o crescimento da CPLP? [...] É urgente por outro lado, a criação de um banco de dados enquanto lutamos pela implantação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, criado há oito anos por proposta do Ministério da Cultura que eu tinha a honra de ocupar, no governo do presidente José Sarney. **Na vertente do Instituto está também o Prêmio Camões, instituído pelos governos de Portugal e do Brasil, ainda na gestão dos presidentes José Sarney e Mário Soares. Esse prêmio foi uma espécie de ato precursor da Comunidade, rompendo a rotina das conveniências bilaterais, para abranger todo o universo da lusofonia.** (OLIVEIRA, 1997a, p. 11, grifo nosso)

O excerto de José Aparecido de Oliveira do artigo intitulado “A Comunidade depois de um ano” deixa mais explícita a associação entre a iniciativa de criação do Prêmio Camões e seu papel de plataforma de lançamento de outros projetos mais amplos, como a CPLP, em 1997 concluindo seu primeiro ano de existência formal, e o IILP que, apesar de ter seu estatuto assinado em 1989, só saiu do papel no ano de 2001, quando foi instalado na cidade de Praia em Cabo Verde (OLIVEIRA, 2019).

O artigo crítico à demora de instalação e implantação da CPLP se insere em um conjunto de outras três colunas de Aparecido (OLIVEIRA, 1997a, 1997b, 1997c), no mesmo Jornal do Brasil, onde o ex-embaixador do Brasil em Portugal ataca as

forças políticas que estariam atrasando e relutando em empenhar-se na agenda que construiu, pelo menos desde a década de 1950. Em sentido amplo, uma política de incentivo a uma agenda externa brasileira orientada para Portugal e, em segundo lugar, para os PALOP's. Tal reivindicação do Prêmio Camões como um projeto precursor se deu no momento em que Aparecido se encontrava preterido por outros atores políticos para a liderança da CPLP e do futuro IILP. Ele começava a se afastar do centro das decisões governamentais, ocupando posições mais periféricas no interior do Estado, seja na área de cultura, política externa ou mesmo em Minas.

O afastamento da liderança dos processos de construção de um espaço literário de língua portuguesa pode explicar o tom e as tintas fortes de suas críticas a morosidade da implantação e concretização dos projetos políticos, cuja concepção e gênese participara. Porém, o que chama a atenção é a afirmação implícita de que havia pelo menos uma instituição sólida que funcionava a contento e que até poderia ocupar a posição de pedra fundamental de um espaço de língua portuguesa, o prêmio literário. Já no plano da língua propriamente dita, outra política comum entre Portugal, Brasil e PALOP's, o acordo ortográfico, encontrava igualmente resistências entre todas as partes e estava longe de constituir uma unanimidade (BRAGA, 1987; 1999; VIGGIANO, 1990).

A estratégia do recurso à cultura, como fonte de capital político e simbólico para se recolocar em destaque na cena política e no centro da elite dirigente brasileira, começa a mostrar seus limites e Aparecido vê seu patrimônio e herança político-cultural em cheque. Recapitulando, podemos concluir que, conforme demonstrado a partir da reconstituição da trajetória pessoal e política de Aparecido, observa-se uma dependência de seu percurso em relação ao Estado, através dos cargos que ocupou, indicou para ocupar ou mesmo criou. Primogênito, oriundo de família em declínio econômico, achou no Estado e em seus cargos as trilhas para uma recuperação do *status* social do agrupamento doméstico e para sua própria posição no interior da classe dirigente.

Aparecido vê por diversas vezes seus planos políticos mais ambiciosos se frustrarem, sendo constantemente retirado da oportunidade de ocupar os postos mais prestigiosos e elevados na hierarquia do campo político e do campo do poder. Para enfrentar esses reveses o político soube se utilizar de suas origens regionais e a partir de múltiplos investimentos na área cultural e artística, amealhou os trunfos mínimos para reservar um espaço para si e seus aliados no seio das elites governantes. Em

outras palavras, o rebaixamento dos horizontes de expectativa política de Aparecido foi reconvertido em projetos culturais que o tornaram um dos mais destacados burocratas da cultura, pelo menos daquela dirigida pelo Estado.

A estratégia de investimento voltado ao plano internacional, com auxílio de um país vinculado a um centro cultural dominante, constituiu por parte de Aparecido uma via de recuperação de capital político no plano nacional. Tais projetos de política externa se davam no término da gestão do político mineiro na cultura e da presidência do amigo José Sarney, este último marcado por um alto desgaste pessoal, político e econômico devido ao seu fracasso em sanar problemas estruturais do país, tais como: inflação, dívida externa, desemprego, desigualdade de renda, entre outros.

A última tentativa de deixar uma marca positiva na história política, cultural e social do país se deu por uma incursão diplomático-cultural que privilegiou um modo acadêmico e oficialista de olhar para a literatura e a cultura, o qual se materializou no Prêmio Camões. Tinha em mente a criação (resgate) de um imaginário transnacional para a comunidade de países de língua portuguesa. Prevalecia entre os brasileiros, a ideia de que Portugal, Brasil e PALOP's eram um grupo de nações irmãs, fraternalmente e naturalmente unidas por uma língua comum. Tal percepção se apoiava principalmente em resquícios da concepção luso-tropicalista freyreana e, sobretudo, na cosmologia política-filosófica proposta por Agostinho da Silva, filósofo português e amigo pessoal de Aparecido. Porém esta já é outra história.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, cap. VII, p. 163-208, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11 ed. Campinas: Papirus, 2011a.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11 ed. Campinas: Papirus, p. 74-82, 2011b.

BOURDIEU, Pierre. A variante "soviética" e o capital político. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11 ed. Campinas: Papirus, p. 28-34, 2011c.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAGA, José Alberto (org.). **José Aparecido**: o homem que cravou uma lança na lua. Lisboa: Trinova, 1999.

ENGLISH, James F. **The Economy of Prestige**: Prizes, Awards, and the circulation of cultural value. Cambridge, EUA: Harvard University Press, 2005.

GARSON, Marcelo; LEÃO, Andrea.; CZAJKA, Rodrigo; PINHEIRO, Fernando. Apresentação. **Tempo Social**, v. 32, n. 2, p. 1-20, 5 ago. 2020.

GONÇALVES, Petrônio Souza (org.). **José Aparecido de Oliveira**: o melhor mineiro do mundo. Santos: Realejo Edições, 2016.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa da CPLP. **Linha D'água**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 11-36, 3 set. 2019.

OLIVEIRA, José Aparecido de. A comunidade depois de um ano. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, Opinião, p. 11-11, 18 jul. 1997a.

OLIVEIRA, José Aparecido de. Jorge Sampaio e a CPLP. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, Opinião, p. 9-9, 04 set. 1997b.

OLIVEIRA, José Aparecido de. A comunidade em questão. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, Opinião, p. 9-9, 19 set. 1997c.

SOUZA CRUZ, Alberico de; OLIVEIRA, Franklin de; CARNEIRO, Geraldo; BARBOSA, José Eduardo; SANTAYANA, Mauro (ed.). **José**: de todos os amigos. Rio de Janeiro: Tavares & Tristão - Gráfica e Editora de livros, 1979.

VIGGIANO, Alan (org.). **Uma aventura lingüística**. Brasília: Thesaurus, 1990.

VIGGIANO, Alan (org.). **Dossiê Grupo dos sete**: os povos e países de língua portuguesa. Brasília: André Quicé Editor, 1994.

VIGGIANO, Alan (org.). **Missão em Portugal**: José Aparecido e a Comunidade dos países de língua portuguesa. Brasília: André Quicé Editor, 1996.

VIGGIANO, Alan. **José Aparecido**: inventor de utopias. Brasília: André Quicé Editor, 1999.

* Artigo recebido em 01 de junho de 2021,
aprovado em 18 de agosto de 2021.

INFLUÊNCIA DO CONTEXTO ESCOLAR SOBRE O ENVOLVIMENTO PARENTAL EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO EM FORTALEZA-CE[1]

THE INFLUENCE OF THE SCHOOL CONTEXT ON PARENTAL INVOLVEMENT AT THE HIGH SCHOOL LEVEL IN FORTALEZA-CE

INFLUENCIA DEL CONTEXTO ESCOLAR EN LA PARTICIPACIÓN DE LOS PADRES EN LA ESCUELA SECUNDARIA EN FORTALEZA-CE

Harlon Romariz Rabelo Santos[2]

Resumo

Escolha escolar e o envolvimento parental são um importante objeto em sociologia da educação. Esses processos estão condicionados tanto aos contextos socioeconômicos das famílias quanto ao quadro de oportunidades escolares e institucionais. Em uma perspectiva teórica orientada por Bernard Lahire, considera-se que as ações e escolhas dos indivíduos, aqui os estudantes e suas famílias, são estruturadas dinamicamente por disposições e capitais diacrônicos e por contextos sincrônicos, que geram contextos de ação. O objetivo desta pesquisa é analisar se há relação entre determinados tipos de escolas e práticas, ações e expectativas parentais entre famílias de estudantes de ensino médio público. Desenhou-se uma amostra estratificada por tipos de escola e IDH dos bairros, em Fortaleza-CE e aplicou-se um questionário com seções sobre as condições socioeconômicas, o envolvimento parental e sobre reputação escolar. Utilizou-se a Modelagem de Equações Estruturais, técnica que permite análise multivariada e multidirecional dos dados e relações. Os modelos teoricamente construídos aqui apresentaram índices de ajustes que permitem a sua aceitabilidade. Os coeficientes padronizados indicam haver relação importante e significativa entre tipo de escola, nível de envolvimento parental e expectativas em relação ao futuro educacional/profissional dos filhos, relações essas e covariâncias controladas pelo nível socioeconômico das famílias. Resultados que indicam haver influência/efeito do contexto escolar, que mobiliza e/ou aciona práticas dos pais/responsáveis e na interação com suas condições sociais.

Palavras-Chave: Mobilização familiar; Estratificação escolar; Ensino Médio; Modelagem de equações estruturais.

[1] Os dados dessa pesquisa, em andamento, foram apresentados no Grupo de Trabalho 4 do IX Seminário Discente do PPGS-UFRGS e no Comitê de Pesquisa 17 do 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, o que permitiu avanços visto a contribuição dos debatedores de ambos os eventos.

[2] Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: <harlon.romariz@gmail.com>

Abstract

School choice and parental involvement are an important object in sociology of education. These processes are conditioned both to the socioeconomic contexts of families and to the framework of school and institutional opportunities. In a theoretical perspective guided by Bernard Lahire, it is considered that the actions and choices of individuals, here students and their families, are dynamically structured by diachronic dispositions and capitals and by synchronic contexts, which generate contexts of action. The aim of this research is to analyze whether there is a relationship between certain types of schools and parenting practices, actions, and expectations among families of public high school students. We designed a sample stratified by types of school and HDI of neighborhoods in Fortaleza-CE and applied a questionnaire with sections on socioeconomic conditions, parental involvement, and school reputation. Structural Equation Modeling was used, a technique that allows multivariate and multidirectional analysis of data and relationships. The theoretically constructed models here, presented fit indices that allow for their acceptability. The beta coefficients indicate that there is an important and significant relationship between type of school, level of parental involvement, and expectations regarding the educational/professional future of their children, relationships and covariances controlled by the socioeconomic level of the families. Results that indicate there is influence/effect of the school context, which mobilizes and/or triggers parent/guardian practices and in interaction with their social conditions.

Keywords: Family mobilization; School stratification; High school; Structural equation modeling.

Resumen

La elección de escuela y la participación de los padres son un objeto importante de la sociología de la educación. Estos procesos están condicionados tanto a los contextos socioeconómicos de las familias como al marco de oportunidades escolares e institucionales. En una perspectiva teórica orientada por Bernard Lahire, se considera que las acciones y elecciones de los individuos, aquí los alumnos y sus familias, están estructuradas dinámicamente por disposiciones y capitales diacrónicos y por contextos sincrónicos, que generan contextos de acción. El objetivo de esta investigación es analizar si existe una relación entre ciertos tipos de escuelas y las prácticas, acciones y expectativas de los padres entre las familias de los estudiantes de la escuela secundaria pública. Se diseñó una muestra estratificada por tipos de escuela e IDH de los barrios de Fortaleza-CE y se aplicó un cuestionario con secciones sobre condiciones socioeconómicas, participación de los padres y reputación de la escuela. Se utilizó el Modelo de Ecuaciones Estructurales, una técnica que permite el análisis multivariado y multidireccional de los datos y las relaciones. Los modelos construidos teóricamente aquí, presentan índices de ajuste que permiten su aceptabilidad. Los coeficientes estandarizados indican que existe una

relación importante y significativa entre el tipo de escuela, el nivel de implicación de los padres y las expectativas sobre el futuro educativo/profesional de los hijos, relaciones y covarianzas controladas por el nivel socioeconómico de las familias. Resultados que indican la influencia/efecto del contexto escolar, que moviliza y/o desencadena las prácticas de los padres/tutores y la interacción con sus condiciones sociales.

Palabras clave: Movilización familiar; Estratificación escolar; Escuela secundaria; M Modelización de ecuaciones estructurales.

INTRODUÇÃO

A relação entre família e a escola é um destacado objeto de pesquisa em sociologia da educação. Dentre as diversas agendas deste campo, encontram-se as pesquisas voltadas para entender as ações e práticas parentais em prol das trajetórias educacionais de seus filhos. Tradicionalmente, os estudos que focam nessa relação investem na análise da influência dos capitais socioeconômicos e culturais sobre as práticas e ações de envolvimento parental, e processos de escolha escolar.

Neste trabalho, apresenta-se uma análise que foca na influência do contexto escolar sobre a mobilização familiar e expectativas parentais. Entende-se que a realidade escolar, mesmo dentro de uma rede específica como a rede pública, é diversa e heterogênea. Existem diversos tipos de escolas, com ou não processos de seleção, com currículos diferenciados e com fatores agregativos como estrutura física melhorada, formação profissional e/ou tempo integral, entre outros. Na literatura especializada, encontram-se referências que conceituam as escolas públicas que possuem boa reputação, estrutura curricular diferente e algum processo de seleção como *escolas diferenciadas*. Essa proposta de análise, orienta-se tanto em pesquisas qualitativas anteriores, sobretudo em âmbito brasileiro, como na perspectiva dos contextos de ação de Bernard Lahire.

A hipótese desenvolvida na pesquisa[3] da qual este artigo faz parte é a de que famílias e estudantes em situações socioeconômicas semelhantes podem produzir ações e práticas de mobilização educacional a partir de oportunidades e fatores contextuais do presente. O passado incorporado, na forma de disposições e capitais, pode ser acionado, potencializado ou compensado por configurações do presente da

[3] Pesquisa de doutorado em andamento (Sociologia/UFRGS).

ação. A relação entre o passado incorporado e o presente da ação constituem, sob a perspectiva de Bernard Lahire (2002), contextos de ações, palco onde desdobram-se as práticas e ações dos indivíduos. Dessa forma, Lahire busca equacionar a força dos fatores sincrônicos, ao influenciar ações, sem desconsiderar a perspectiva estrutural e dinâmica da socialização, e, sem recorrer a noções fenomenológicas ou altamente confiantes na capacidade de agência racional dos indivíduos.

Os contextos de ações são o palco, imbricado de fatores do presente e do passado, que permitem um leque de opções, definem tendências e esmaecem ou realçam oportunidades de ações. No caso das famílias e de seus filhos(as) estudantes, as expectativas futuras, a reputação escolar e o tipo de escola são fatores contextuais que estão relacionados com práticas de envolvimento parental e mobilização educacional. Afirma-se como possível o reconhecimento de que tais fatores contextuais e expectativas cooperam para um contexto de ação latente e favorável à mobilização parental, que não se limitam as condições socioeconômicas dessas famílias, ou que tensionam para além dos limites previstos dessas condições.

PASSADO E PRESENTE NA COMPOSIÇÃO DO CONTEXTO DE AÇÃO

O paradigma da socialização foi fortemente marcado pela perspectiva teórica de Pierre Bourdieu que se caracterizava, sobretudo em sua formulação inicial, pelo pressuposto da unicidade disposicional. Em tal pressuposto baseia-se o conceito de habitus como um ‘sistema, esquema ou princípio gerador de ação’, incorporado pelos indivíduos em seus processos de socialização. Esse princípio gerador tornar-se-á uma matriz estruturada sobre o qual serão estruturadas as vivências, práticas e realidades sociais posteriores e em nível rasamente consciente.

> O habitus é a mediação universalizante que faz com que as práticas sem razão explícita e sem intenção significante de um agente irregular sejam todavia ‘sensatas’, ‘razoáveis’ e objetivamente orquestradas e com que a parte das práticas que permanece obscura aos olhos dos seus próprios produtores seja o aspecto através do qual são objetivamente ajustadas às outras práticas e às estruturas cujo princípio de sua produção é ele próprio produto (BOURDIEU, 2002, p. 176).

A perspectiva de Lahire (2002, 2006) faz um prolongamento crítico deste paradigma da socialização, propondo uma dialética entre disposições e contextos, entre esquemas e escolhas que busca romper com o pressuposto da unicidade

disposicional, tensionando a teoria social da ação no sentido de dinamizar a perspectiva estrutural da ação, sem, no entanto, recorrer a pressupostos fenomenológicos (VISSER, 2017).

Além disso, Lahire argumenta que o próprio Bourdieu tensionou seus próprios pressupostos (LAHIRE; AMÂNDIO, 2012). E a partir dessas reflexões avança propondo que habitus e campo são conceitos bourdieusianos para dar conta daquilo que é incorporado e daquilo que é contextual, de um presente socialmente estruturado por regras e domínios. Essa relação entre habitus e campo gera a prática, tratando-se de uma concepção macro explicativa. Lahire avança a partir dessa base bourdieusiana, propondo um esquema mais operacional e de curto-médio alcance. Ou seja, não se trata de uma substituição teórica, mas de um desdobramento ou prolongamento que é metodologicamente mais aplicável a contextos menores e que fortalece uma percepção já bourdieusiana – a saber pelas noções de atrito/histerese do habitus, trânsfuga etc. – de pluralidade disposicional e contextual.

Ao ultrapassar essa perspectiva homogeneamente estruturante, que se orienta na ênfase ao passado incorporado de disposições e capitais, Lahire (2002) propõe que a socialização seja compreendida como produto de contextos sociais múltiplos e heterogêneos. Não apenas de uma multiplicidade dos tempos sociais incorporados, por ele nomeada de variações diacrônicas, mas de uma diversidade contextual presente, chamadas de variações sincrônicas. Para Lahire – e para todos os teóricos da socialização – as práticas e ações dos indivíduos são estruturadas pela socialização, a consideração específica dele, entretanto, é de que essa socialização é múltipla, diacronicamente e sincronicamente variada, complexa, o que implica numa dinamicidade intensa a sua perspectiva estruturadora das práticas e ações.

> Os repertórios de esquemas de ação (de hábitos) são conjuntos de sínteses de experiências sociais que foram construídas/incorporadas durante a socialização anterior nos âmbitos sociais limitados/delimitados, e aquilo que cada ator adquire progressivamente e mais ou menos completamente são tanto hábitos como sentidos da pertença contextual (relativa) de terem sido postos em prática. Aprende/compreende que aquilo que se faz e se diz em tal contexto não se faz e se diz em outro contexto. Este sentido das situações é mais ou menos 'corretamente' incorporado (depende da variedade dos contextos encontrados pelo ator em seu percurso e das sanções – positivas e negativas – mais ou menos precoces que lhe foram dirigidas para indicar os limites amiúde imprecisos que não devem ser ultrapassados). Para seguir até o fim a metáfora do estoque, poder-se-ia dizer que o estoque é composto de produtos (os esquemas de ação) que não são todos necessários em todo

> momento e em todo contexto. Depositados (*deponere*) no estoque, estão disponíveis, à disposição, na medida em que se pode dispor (*disponere*) dele. Estes produtos (da socialização) destinam-se muitas vezes a usos diferentes, postos temporária e duravelmente em reserva, à espera dos desencadeadores de sua mobilização. Enfim, as transferências e transposições (analógicas) dos esquemas de ação são raramente transversais ao conjunto dos contextos sociais, mas efetuam-se no interior dos limites – imprecisos – de cada contexto social (e, portanto, de cada repertório) (LAHIRE, 2002, p. 37, grifo do autor).

Dessa forma, Bernard Lahire pontua a complexidade da formação disposicional e da própria ação, tendo em vista a variabilidade contextual. Os contextos na relação com o passado disposicional, provocam situações de ação, ou, contextos de ações, que desencadeiam um certo modo de agir, ativado por um determinado conjunto disposicional. Ricardo Visser (2017, p. 265, 260 e 264), na tentativa de sistematizar essa acepção sociológica em Lahire, considera:

> "Ele resume esta relação através da proposição: disposição + contexto de atualização = prática. É neste sentido que relacionamos a perspectiva lahierana com um aprofundamento de uma posição pragmática da ação social, pois ela toma a permanência de uma disposição social como algo tributário do seu uso. [...] Mais do que plurais, disposições sociais são relacionais, obedecem a um campo de forças sociais, dependendo do momento na trajetória social de um agente. Pluralidade ganha apenas sentido se levarmos em conta a relação, a forma pela qual as disposições anulam, inibem confirmam, reforçam, entram em 'vigília' umas com as outras, isto é, sua 'economia' interna. [...] A multicausalidade entre 'estrutura' e 'ação', trazida por este método, permite, com isso, escapar ao determinismo e fixismo engessante do objetivismo e ao individualismo metodológico e atomista liberal subjetivismo."

Ao pensar as ações e práticas de mobilização familiar, ou envolvimento parental nas trajetórias educacionais de seus filhos, informados por essa perspectiva múltipla dos contextos de ações, propõe-se então uma reflexão que ultrapasse as perspectivas macro de correlações diretas entre envolvimento parental e capital econômico e cultural, ou entre escolha escolar e capitais socioeconômicos e culturais (BARG, 2015; NOGUEIRA, 1998).

É inegável a influência dos capitais familiares nos processos de escolha escolar e mobilização familiar, mas tensiona-se aqui para poder dar abrigo teórico aos casos de alto envolvimento e processos de escolha em situações de baixo capitais (LAHIRE, 1997; SANTOS, 2020a), e para considerar as possibilidades de contextos

institucionais, políticas e efeitos escolares na construção de uma socialização, ou contexto de ação, mais potencializador, que ative ou mobilize, na linguagem de Lahire, eventuais tendências e conteúdo disposicionais inertes, neste caso, com um olhar sobre a relação família-escola.

SOBRE AS ESCOLAS DIFERENCIADAS E O CONTEXTO CEARENSE

O processo de massificação da educação básica, primeiramente na Europa e Estados Unidos, ainda na primeira metade do século passado, e, posteriormente em sociedades em desenvolvimento como o Brasil, permitiu o surgimento, aliado ao aumento dos níveis de competitividade das sociedades contemporâneas, de um mercado escolar público. A busca por uma escolarização diferenciada, em meio à uma situação de ampla oferta de educação deu bases para um processo de diferenciação escolar, bem como para um conjunto de atitudes e ações das famílias na busca ativa por melhores escolas e/ou experiências escolares. Bourdieu (2015) apontara para esse processo em seus textos sobre o*s excluídos do interior* e François Dubet considerou de forma clara, lembrando que:

> A massificação escolar tem transformado de maneira muito profunda as modalidades de distribuição das qualificações. Na medida em que todos os alunos começam à partida a mesma competição, com o colégio único, a escolaridade aparenta-se a uma longa prova de seleção durante a qual o talento, as ambições, os recursos e as capacidades estratégicas dos alunos e das suas famílias constituem instrumentos indispensáveis. Do ponto de vista dos atores, o que é essencial na seleção não se passa a montante da escola, mas durante o próprio decurso dos estudos. Mesmo que, afinal de contas, as desigualdades escolares reproduzam uma grande parte das desigualdades sociais, a maneira como as hierarquias escolares são produzidas transformou-se profundamente. As pequenas diferenças e os desvios de pouca monta, acumulados ao longo de todo o percurso escolar, acabam por gerar hierarquias sensíveis no seio do sistema, que se fragmentou de maneira infinita. Instalou-se uma espécie de <<mercado>> escolar no qual as diversas disciplinas, as fieiras, os estabelecimentos adquirem valores diferentes. A imagem da escola viu-se por isso mudada, ela deixou de ser essa ilhota de justiça formal no seio de uma sociedade inigualitária; ela gera as suas próprias desigualdades e as suas próprias exclusões. Evidentemente que a massificação quebrou o velho ajustamento do ensino e dos vários públicos escolares (DUBET, 1996, p. 174 e 175).

Já em diálogo com a realidade brasileira, Maria Alice Nogueira (2005, 2006, 2011) aponta para o fato de que a relação família-escola passou a ser explorada, no

campo da sociologia da educação, com foco em estratégias, dinâmicas familiares, hierarquias escolares e na ação dos agentes dentro dos contextos educacionais.

No entanto, a forma como essas estratégias desdobram-se entre grupos sociais economicamente estratificados é diferente. Se para as famílias de classe média e de alta renda um mercado escolar se faz nítido, com a disputa pelas oportunidades de educação privada, para as classes populares esse processo de mobilidade e escolha é limitado. Assim, seria mais preciso falar em *quase-mercado escolar* (COSTA; KOSLINSKI, 2011).

Entre as escolas públicas brasileiras existe uma diferenciação e uma estratificação escolar que envolve elementos estruturais, institucionais e simbólicos. Assim, mesmo fazendo parte de uma mesma rede, existem aquelas escolas com nítidas diferenças em termos de estrutura física, proposta pedagógica, diferenças curriculares, localização urbana, ademais, muitas, por motivos diversos, gozam de boa reputação entre a comunidade de pais e estudantes. Assim, é possível falar em escolas públicas diferenciadas (COSTA, 2008; COSTA; PRADO; ROSISTOLATO, 2012). Uma parte dessas escolas acrescentam processos seletivos de ingresso para estudantes e/ou docentes, formando contextos escolares diferenciados, destacando-se antes as escolas pares, públicas regulares e sendo alvo de mobilizações familiares e/ou demandando dos pais e seus filhos atitudes e ações educativas que correspondam à essa reputação reconhecida (SANTOS, 2020b).

No Ceará, em 2008 deu-se início há uma política de educação de ensino médio integrado à educação profissional. Essa política avançou e se objetivou na criação de escola de tempo integral que agregam a formação profissional técnica ao currículo padrão do ensino médio (SANTOS; GONÇALVES, 2016). Parte dessas escolas possuem processos seletivos para ingresso de docentes e discentes e outras não. De forma geral, essas escolas têm estrutura física e pedagógica diferenciadas, tempo integral com refeições, possuem bolsas de estágios aos alunos concluintes, e uma série de aspectos e projetos que as diferenciam das demais escolas públicas de ensino médio. Essas escolas acabam por se destacar dentre as oportunidades escolares de ensino médio cearense. Possuem boa reputação entre a comunidade de estudantes e seus pais, e atraem inclusive um público oriundo de escolas privadas (GONÇALVES; SANTOS, 2017).

METODOLOGIA

A pesquisa usa dados de um questionário respondido por estudantes de Ensino Médio da rede pública estadual em Fortaleza-CE, no segundo semestre de 2019. Para poder verificar eventuais diferenças nas práticas de mobilização familiar foi elaborada uma amostra estratificada por tipo de escola (diferenciada seletiva, diferenciada e regular) e por IDH dos Bairros (quartis).

Foi considerado como *escola diferenciada seletiva* aquelas escolas que (I) possuem uma estrutura física e pedagógica diferenciada e (II) e que possuem processos seletivos para ingressantes. *Escolas diferenciadas* são as que possuem uma estrutura física e/ou pedagógica diferenciada das demais escolas públicas regulares, mas que não possuem processos seletivos. As *escolas regulares*, são as escolas de turno simples, que ofertam apenas o currículo básico previsto ao ensino médio[4]. Foram utilizados dados da Seduc-CE[5], cruzados com os dados do Censo Escolar 2018.

Como os dados do Censo Escolar não apresentam informações socioeconômicas das famílias, utilizou-se o IDH do bairro da escola como um proxy para garantir alguma diversidade socioeconômica das famílias. A partir dos dados do Atlas Brasil (PNUD, 2013)[6] foi possível estratificar os bairros por faixa de IDH, em quartis.

Foram sorteadas oito escolas ao todo, quatro do tipo diferenciada e quatro regulares, com duas escolas por faixa de IDH. A amostra foi calculada com 0.95 de nível de confiança e 0.05 de erro. Alcançou-se um total de 379 questionários respondidos presencialmente pelos estudantes, em sala de aula.

O questionário continha quatro seções. A primeira parte sobre atributos individuais (idade, sexo, raça/cor), sobre o ano escolar, família nuclear e bairro de moradia (para verificar distância da escola, entre outros). A segunda parte com 15 perguntas de cunho socioeconômico[7] e sobre o status socioprofissional dos pais. A

[4]De forma específica: as *escolas diferenciadas seletivas* são as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) que oferecem tempo integral, formação profissional, refeição completa, estágio remunerado e que possuem processo seletivo para ingresso. As *escolas diferenciadas* são as escolas de tempo integral e que oferecem formação profissional, mas sem processo seletivo. As demais, são *escolas regulares*.

[5] Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/category/pagina-inicial-servicos/avaliacao-educacional/>. Acesso em: 17 mai. 2019.

[6] Dados com base no Censo do IBGE 2010.

[7] Com base no Critério Brasil 2018 (ABEP, 2018).

terceira parte apresentava uma série de 14 perguntas sobre práticas e ações de envolvimento parental, inspirada em perguntas do tema no SAEB 2017[8] e PISA 2015[9], além de uma pergunta sobre as expectativas dos seus pais em relação ao seu futuro educacional/profissional. A quarta parte trouxe três perguntas sobre a reputação escolar, em termos comparativos às demais escolas públicas da cidade. As perguntas da terceira e quarta seção estavam todas em escala Likert[10]. Características e informações gerais das escolas participantes foram registradas numa ficha de aplicação respondida pela coordenação/direção de cada escola.

A partir dos grupos de perguntas foi possível calcular um índice socioeconômico (range = 0 a 100; média = 25,8) uma escala de envolvimento parental (range = 0 a 56; Alfa de Cronbach = 0.86; média = 31,3) e um índice básico de reputação escolar (range = 0 a 15, média = 7,7).

Para uma análise que atendesse as necessidades teóricas e pelo imbricamento das variáveis em questão, investiu-se na Modelagem de Equações Estruturais (MEE). Trata-se de uma estratégia estatística avançada, que permite em um mesmo modelo a análise de correlações e relações multivariadas e multidirecionais (HAIR et. al.; 2009; NEVES, 2018). Para essa análise foi utilizada a linguagem R, no ambiente R Studio, com o pacote *lavaan* 0.6-7, conforme apresentado em Rosseel (2012).

Foi utilizado o *Diagonally Weighted Least Squares* (DWLS) como estimador. Trata-se de uma variante robusta do *Weighted Least Squares* (WLS), indicado para análises com variáveis categóricas e/ou numéricas sem distribuição normal (DiSTEFANO; MORGAN, 2014). Foi feita a retirada de casos atípicos de forma multivariada pela Distância de Mahalanobis (df=4, p>=0,005), restando 358 casos para a análise e modelo.

Este artigo apresenta resultados de uma primeira etapa da pesquisa e optou-se por uma versão simples da MEE, utilizando apenas variáveis observadas em caminhos com regressão múltipla. Também, pela limitação da relação entre número de incógnitas e termos da equação, utilizou-se apenas as variáveis Tipo de Escola (ordinal), Índice Socioeconômico (numérica, como exógena), a Escala de Envolvimento Parental (numérica) e a pergunta sobre Expectativa

[8] INEP, 2018.
[9] OECD, 2015.
[10] Trata-se de um questionário exploratório, visto as limitações operacionais e de tempo. Coloca-se, portanto, uma agenda que desenvolva um instrumento validado para a compreensão das ações e práticas de envolvimento parental.

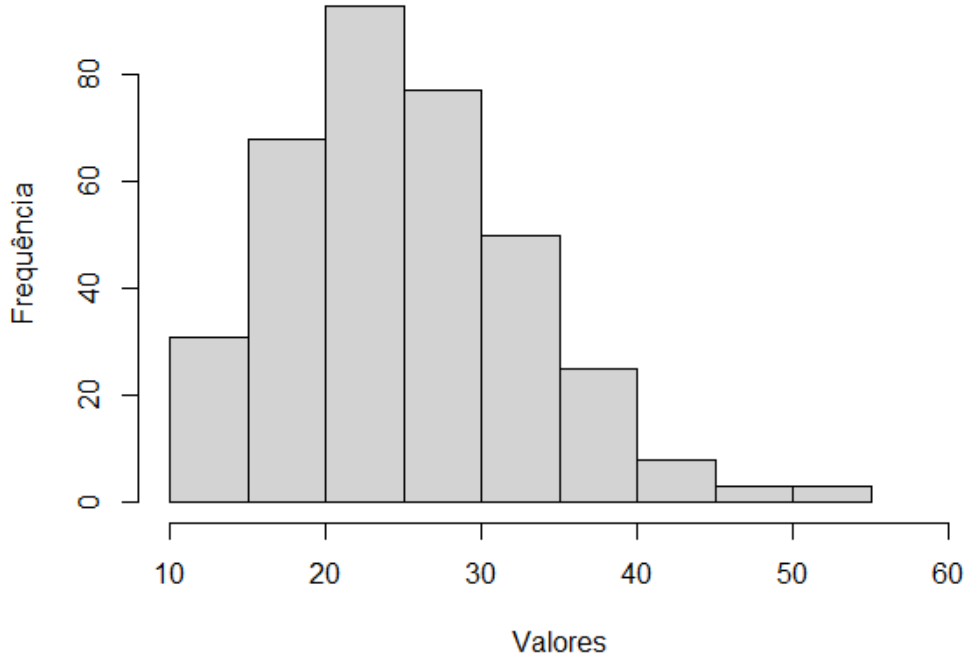
educacional/profissional (numérica, Likert de 0 a 4). Uma futura aplicação completa da MEE permitirá a construção de variáveis latentes e análise fatorial confirmatória. Essa extensão de análise futura possibilitará aferir as cargas fatoriais das variáveis que compõem os índices socioeconômico, de envolvimento parental e reputação escolar, além da possibilidade de inclusão de demais variáveis. Os dados aqui apresentados, as variáveis escolhidas e o modelo empreendido, no entanto, constituem o núcleo dessa análise proposta, denotando os principais resultados da pesquisa.

RESULTADOS E ANÁLISE

Os resultados indicam que o grupo respondente possui características socioeconômicas semelhantes. A média alcançada no índice socioeconômico foi de 25,8. A maioria das famílias ficaram nos dois primeiros quartis deste intervalo, e apenas algumas alçaram mais que 50 pontos, em um índice que varia de 0 a 100. O histograma abaixo (ver Figura 1) representa essa proximidade em termos socioeconômicos, algo esperado, tratando-se de famílias de escolas públicas em Fortaleza, uma cidade com renda per capita abaixo da média nacional e que apresenta grande desigualdade social e urbana.

É interessante notar que não houve significativa diferença estatística nesse índice entre os tipos de escola e nem uma relação positiva entre tipo de escola diferenciada e maiores condições socioeconômicas (ver Tabela 1).

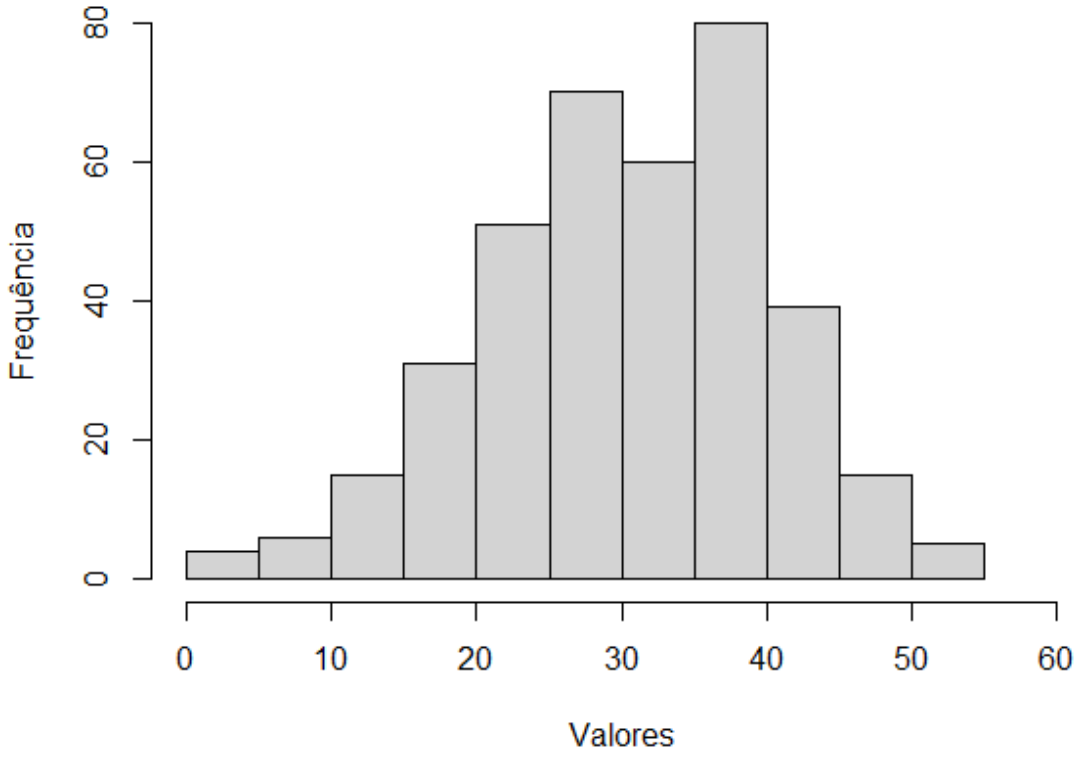
Figura 1 - Histograma do Índice de Nível Socioeconômico



Notas: Range 0 – 100.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário.

A Escala de Envolvimento Parental apresentou uma amplitude de respostas maior, com respondentes em todo o seu intervalo, de 0 a 56 pontos (ver Figura 2). Reforçando a evidência de que as classes sociais de menores condições socioeconômicas e no contexto de escola pública também podem empreender esforços e ações em vista de um melhor acompanhamento da vida escolar dos seus filhos e do interesse pelas suas realizações estudantis e profissionais (ALVES, 2010). Ademais, apesar de não podermos estabelecer uma relação clara e objetiva entre envolvimento parental e desempenho escolar, sobretudo no nível do ensino médio, há indicativos de que esse acompanhamento e mobilização familiar produza efeitos educacionalmente positivos em termos de competências sociais e relacionais, que facilita a relação família-escola-estudante (FANTINATO; CIA, 2011).

Figura 2 – Histograma da Escala de Envolvimento Parental



Notas: Range 0 – 56.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário.

A pergunta 29 do questionário questionava os estudantes sobre as expectativas que seus pais tinham em relação ao seu futuro escolar e profissional. Sobre se seus pais desejavam e esperavam que eles terminassem o ensino médio e ensino superior em um extremo, ou, se eles acreditavam ou queriam que trabalhassem logo e/ou nem terminassem o ensino médio em outro extremo. Tanto a escala de envolvimento parental quanto essa pergunta sobre as expectativas apresentaram resultados maiores para os estudantes em escolas diferenciadas, conforme apresentado na Tabela 1.

De forma inicial, visto a etapa de análise dessa pesquisa, é possível perceber que existem fatores outros, para além ou apesar das condições socioeconômicas que influenciam tanto um melhor posicionamento na escala de envolvimento parental, quando na expectativa em relação ao futuro educacional/profissional dos pais em relação aos seus filhos. Essa relação, no entanto, não se correlaciona ao índice socioeconômico. Desde já é importante pontuar que as condições socioeconômicas ainda são consideradas como o fator de maior impacto sobre o desempenho escolar e como um dos mais influentes para o processo de envolvimento parental, mas isso

quando entre um grupo social de famílias com variação socioeconômica. Na amostra da pesquisa, apesar da tentativa de controle pelo IDH dos bairros, essa variação foi baixa, fazendo ressaltar outros fatores, contextuais e específicos que estejam influenciando nos índices de mobilização e expectativas familiares em relação a seus filhos no ensino médio.

Tabela 01 – Médias dos índices por tipo de escola

Tipo de escola	NSE	EP	Expectativa
Diferenciada seletiva	25,8	35,8	3,6
Diferenciada	25,1	32,1	3,1
Regular	26,2	24,6	2,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário.

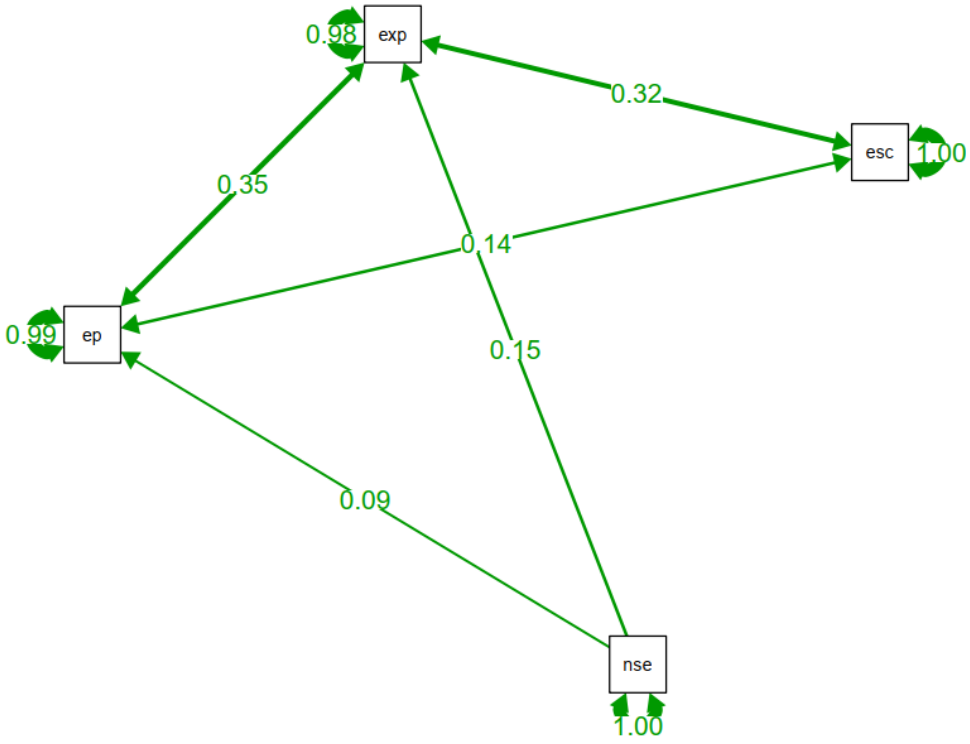
O modelo empreendido, por meio da técnica de MEE, visou verificar a força dos fatores sobre o envolvimento parental. Em um modelo inicial, colocou-se as quatros variáveis, na forma de variáveis observadas, considerando a influência do nível socioeconômico (NSE) e do Tipo de Escola (ESC) sobre o Envolvimento Parental (EP) e Expectativa dos pais (EXP), esses dois últimos correlacionados. O modelo inicial apresentou clara relação entre o tipo de escola e os índices de mobilização familiar (EP e EXP). Também apresentou relação positiva entre mobilização familiar e nível socioeconômico.

A escolha e permanência na escola, como apontamos, apresenta na literatura um considerável fator socioeconômico. No entanto com nossos dados e modelo, o índice socioeconômico, além de apresentar pequeno efeito negativo sobre o tipo de escola (-0.01), ainda apresentou baixa qualidade preditiva (sem valor-p), o que prejudicou os Índices de Ajustes do modelo, sendo necessária a retirada desse caminho do modelo final ajustado.

O modelo final ajustado (ver Figura 3, Tabela 2), retirada a relação direta entre NSE e EP, indica uma relação indireta entre essas variáveis. Ou seja, as condições socioeconômicas possuem relação positiva com os índices de mobilização familiar (EP 0.09 e EXP 0.15), relação essa mediada por outros fatores que fazem as correlações entre EP e ESC (0.14) e EXP e ESC (0.32) serem positivas. Entretanto, nessas condições socioeconômicas com pouca variação, destaca-se as relações e correlações entre EP, EXP e ESC e principalmente entre EP e EXP (0.35). Assim,

pontua-se que existem fatores contextuais, disposicionais, entre outros que operam para além e em compensação as condições socioeconômicas limitadas dessas famílias.

Figura 3 – Diagrama de caminhos do modelo final ajustado



Legenda: ep – Escala de Envolvimento Parental;
exp – Expectativa em relação ao futuro educacional do estudante;
esc – Tipo de escola (diferenciada seletiva, diferenciada e regular)
nse – Índice de Nível socioeconômico.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário.

Nossa hipótese, que parte de pesquisas anteriores[11], inclusive com aporte qualitativos, é de que o tipo de escola, os arranjos e benefícios institucionais, e, as propostas educativas e profissionais promovidas por essas escolas tenham efeito positivo sobre as práticas e ações de envolvimento parental, bem como permitem a criação de maiores expectativas em relação ao futuro dos estudantes por parte de suas famílias. Assim, famílias em condições socioeconômicas semelhantes, com potenciais materiais e culturais limitados, mas sob específicos contextos sincrônicos, e no caso, diferentes oportunidades escolares e institucionais, podem operar como mobilizadores, criando um contexto de práticas e ações parentais diferenciados.

[11] SANTOS, 2017.

Tabela 2 - Regressões e covariâncias

Regressões	Estimador padronizado	Erro padrão	Valor-p
ep ~ nse	0.085	0.064	0.052
exp ~ nse	0.146	0.006	0.003
Covariâncias			
ep ~~ esc	0.144	0.466	0.005
exp ~~ esc	0.320	0.047	0.000
ep ~~ exp	0.350	0.548	0.000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário.

Os índices de ajustes (ver Tabela 3) alcançaram valores que garantem a aceitabilidade do modelo. No entanto, trata-se de um modelo simplificado e que aponta para uma compressão a ser explicitada em um modelo mais complexo e precedido de uma análise fatorial confirmatória.

Tabela 3 - Índices de ajuste do modelo final

X^2	0.06
df	1
Valor-p	0.83
CFI	0.98
TLI	0.99
GFI	0.99
AGFI	0.99
RMSEA	0.00 (0.00 – 0.08)
SRMR	0.03

Nota: Sem recomendação pelo Índice de Modificação (>11).
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário.

Uma agenda de pesquisa que visa não apenas denotar os efeitos e/ou influência de configurações contextuais presentes, mas que avance no sentido de intensificar e complexificar a compreensão explicativa e relacional desse conjunto de variáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados desta etapa, ainda não é possível afirmar com maior precisão sobre os possíveis subfatores relacionados às práticas e ações de envolvimento parental, ou se há fatores outros que fazem implicar a relação dessas práticas com o tipo de escola. Além disso, estudos longitudinais permitiriam uma melhor compreensão desses fatores escolares. Não obstante, compreende-se que essas oportunidades escolares, que se caracterizam como configurações pedagógicas e físicas específicas, compõe um contexto de ação mais possibilista e mobilizador ao envolvimento parental, visto as considerações feitas a partir de Lahire sobre os contextos de ações em articulação com a análise apresentada.

Entende-se os contextos de ações como uma composição entre condições socialmente estruturadas (passado incorporado) e entre contextos e oportunidades atuais (presente da ação), assim é possível perceber teoricamente a possibilidade de ações e práticas que não estejam atreladas imutavelmente a nenhum destes grupos de fatores (diacrônicos e sincrônicos), mas que no transcorrer da composição dos contextos de ações, esses fatores podem se anular, ou podem potencializar ou limitar um ao outro. Se considerou aqui, mesmo com uma análise geral e inicial, que as oportunidades escolares diferenciadas e motivadoras podem influenciar ante e contra as limitações socioeconômicas e estruturais dessas famílias.

Trata-se de um significativo desafio, compreender mais detalhadamente esse processo, avançando para além de um quadro geral aqui apresentado e buscando as nuances e características dessas oportunidades escolares e do modus de operação dessa relação com as famílias. Nogueira, Resende e Viana (2015), ao estudar sobre a relação entre escolha da escola, desempenho educacional e envolvimento parental, consideram a importância de uma análise mais objetiva e concreta sobre os modos de como se opera essa relação:

> Não se pode negar, por outro lado, o efeito específico da mobilização das famílias em relação à escola, seja no momento da escolha dos estabelecimentos de ensino ou no acompanhamento cotidiano da escolarização. Essa mobilização, por sua vez, não ocorre abstratamente, mas no interior de uma relação concreta entre uma família, um filho e uma escola específica, inserida em uma rede e em um mercado escolar, e mais ou menos apta a estimular e a fazer frutificar os esforços educativos das famílias atendidas por ela (NOGUEIRA; RESENDE; VIANA, 2015, p. 770).

Percebe-se aqui que determinadas escolas e conjunto de oportunidades escolares/institucionais podem produzir um efeito positivo na ativação e ou estímulo de crenças e percepções que criam um espaço social de ação e práticas que podem compensar situações sociais limitantes, obviamente, dentro de uma margem de possibilidades também limitada.

A forma como propomos o debate entre fatores estruturais, condições sociais e os contextos e configurações do presente da ação tem avançado na sociologia da educação (HAECHT, 2008) e na própria teoria sociológica, com os termos produzidos por novas sínteses entre estruturação e agência (SEWELL, 2005). O pressuposto da multivariabilidade e da multidirecionalidade dos fatos/fenômenos sociais implicam pensar na modalização dos fatores, vistos grupos e realidades sociais específicas.

Para grupos distintos, as suas capacidades econômicas podem hoje ter um peso mais forte sobre a realização escolar dos seus filhos, considerando inclusive as estratégias e práticas de *shadow education* entre outras muito mais dependentes do capital econômico do que foi no passado (NOGUEIRA, 2021). A proposta aqui, entretanto, é pensar numa reflexão e modelagem que equacione os fatores quando as condições econômicas e culturais são limitadas. A partir desta pesquisa tenta-se refletir esse processo com um corpo empírico formado por pais e estudantes de escolas públicas de ensino médio brasileiro, majoritariamente semelhantes em condições socioeconômicas, mas que apresentam práticas educacionais e expectativas diferentes entre si, relacionadas em certo nível ao tipo de escola em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ABEP. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Critério Brasil de classificação econômica 2018**. São Paulo: ABEP, 2018. Disponível em: <http://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 06 set. 2018.

ALVES, Fátima. Escolhas familiares, estratificação educacional e desempenho escolar: quais as relações? **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 2, p. 447-468. 2010. DOI: 10.1590/S0011-52582010000200006.

BARG, Katherin. Educational choice and cultural capital: examining social stratification within an Institutionalized dialogue between family and school. **Sociology**, v. 49, n. 6, p. 1113-1132. 2015. DOI: 10.1177/0038038514562854.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia Cabila**. Oeiras: Celta Editora, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

COSTA, Márcio. Prestígio e hierarquia escolar: estudo de caso sobre diferenças entre escolas em uma rede municipal. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 455-469. 2008.

COSTA, Márcio da; KOSLINSKI, Mariane Campelo. Quase-mercado oculto: disputa por escolas "comuns" no Rio de Janeiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 142, p. 245-266. 2011.

COSTA, Márcio; PRADO, Ana Pires do; ROSISTOLATO, Rodrigo. “Talvez se eu tivesse algum conhecimento...”: caminhos possíveis em um sistema educacional público e estratificado. **Interseções**, v. 14, n. 1, p. 165-193. 2012.

DiSTEFANO, Christine; MORGAN, Grant. A comparison of Diagonal Weighted Least Squares robust estimation techniques for ordinal data. **Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal**, v. 21, p. 425-438. 2014. DOI: 10.1080/10705511.2014.915373.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

FANTINATO, Aline Costa; CIA, Fabiana. Envolvimento parental, competência social e o desempenho acadêmico de escolares. **Psicologia Argumento**, v. 29, n. 67, p. 499-511. 2011.

GONÇALVES, Danyelle Nilin; SANTOS, Harlon. Quem são os alunos das escolas estaduais de educação profissional do Ceará? Um estudo sobre o perfil socioeconômico. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 29, p. 155-184. 2017.

HAECHT, Anne Van. **Sociologia da Educação**: a escola posta à prova. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

HAIR, Joseph. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LAHIRE, Bernard; AMÂNDIO, Sofia. Do Homem Plural ao Mundo Plural. **Análise Social**, v. 47, n. 202, p. 195-208. 2012.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Microdados da Aneb e da Anresc 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>. Acesso em: 31 out. 2018.

NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. **Modelo de equações estruturais**: uma introdução aplicada. Brasília: ENAP, 2018.

NOGUEIRA, Maria Alice. A escolha do estabelecimento de ensino pela família: a ação discreta da riqueza cultural. **Revista Brasileira de Educação**, n. 7, p. 42-56. 1998.

NOGUEIRA, Maria Alice. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. **Análise Social**, v. 11, n. 176, p. 563-578. 2005.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação e Realidade**, v. 31, n. 2, p. 155-170. 2006.

NOGUEIRA, Maria Alice. A categoria "família" na pesquisa em Sociologia da Educação: notas preliminares sobre um processo de desenvolvimento. **Revista Inter-Legere**, n. 9, p. 156-166. 2011.

NOGUEIRA, Maria Alice. O capital cultural e a produção das desigualdades escolares contemporâneas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 51, n. e07468, p. 1-13. 2021. DOI: 10.1590/198053147468.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; RESENDE, Tânia de Freitas; VIANA, Maria José Braga. Escolha do estabelecimento de ensino, mobilização familiar e desempenho escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 62. 2015. DOI: 10.1590/S1413-24782015206210.

OECD. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **PISA 2015**: main survey version. Paris: OECD, 2015. Student and parent questionnaire for PISA 2015.

PNUD. Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas Brasil**: extrato de Fortaleza-CE. Brasília: PNUD, 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/. Acesso em: 15 jan. 2019.

ROSSEEL, Yves. Lavaan: an R package for Structural Equation Modeling. **Journal of Statistical Software**, v. 48, n. 2, p. 1-36. 2012.

SANTOS, Harlon; GONÇALVES, Danyelle Nilin. Política de educação profissional e o Ensino Médio Integrado: seus contextos e o caso do Ceará. **Educação e Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 149-165. 2016.

SANTOS, Harlon Romariz Rabelo. **Configuração e mobilização familiar nas Escolas Estaduais de Educação Profissional: entre disposições, escolhas e motivações**. 2017. 188 f. (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SANTOS, Harlon Romariz Rabelo. Envolvimento parental no contexto de escolas públicas diferenciadas: uma análise dos contextos de ação. **Revista Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 3, p. 298-322. 2020a. DOI: 10.47456/simbiticav7i3.33704.

SANTOS, Harlon Romariz Rabelo. Mobilização familiar no contexto de escolas diferenciadas: o caso das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará. In.: GONÇALVES; LIMA FILHO (org.). **Escola e universidade: encontros entre sociologia e educação**. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2020b. p. 14-45.

SEWELL, William. **Logics of history**: social theory and social transformation. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

VISSER, Ricardo. A sociologia de Bernard Lahire e sua elaboração nas pesquisas empíricas do CEPEDES. In.: VISSER; JUNQUEIRA (org.). **Dossiê Bernard Lahire**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 245-266.

* Artigo recebido em 25 de junho de 2021,
aprovado em 03 de setembro de 2021.

PERCURSOS DO MARXISMO WEBERIANO: DAS PRIMEIRAS FORMULAÇÕES À SUA FORTUNA CRÍTICA NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

WEBERIAN MARXISM ROUTES: FROM THE FIRST FORMULATIONS TO ITS CRITICAL FORTUNE IN BRAZILIAN SOCIOLOGY

CAMINOS DEL MARXISMO WEBERIANO: DE LAS PRIMERAS FORMULACIONES A SU FORTUNA CRÍTICA EN LA SOCIOLOGÍA BRASILEÑA

Lucas Fiaschetti Estevez[1]

Resumo

Este artigo tem como objetivo elencar alguns momentos de uma longa tradição intelectual que buscou aproximar os legados teóricos de Karl Marx e Max Weber e que ficou conhecida como marxismo weberiano. Em um primeiro momento, iremos nos debruçar sobre as impressões de Weber a respeito da obra marxiana, nas quais o autor esboça como sua teoria não pretende ser uma alternativa excludente ao materialismo histórico de Marx. Depois, iremos ressaltar a importância de Georg Lukács na inovadora convergência que empreendeu entre o conceito weberiano de racionalização e a ideia marxiana do fetichismo da mercadoria. Por fim, iremos nos concentrar em exemplos desse uso profícuo e conjugado de Marx e Weber na sociologia brasileira, a partir de obras de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Maurício Tragtenberg. A partir do recorte analisado, concluímos que essa corrente teórica só pode ser descrita como marxista-weberiana em um sentido muito específico, a saber, enquanto uma tradição bastante plural de pensadores eminentemente marxistas que recorriam ao legado weberiano como um momento do *autoesclarecimento da ideologia burguesa*. Dessa forma, tais pensadores avançavam em suas próprias interpretações materialistas e dialéticas da sociedade moderna.

Palavras-Chave: Marxismo weberiano; Karl Marx; Max Weber; Sociologia brasileira.

Abstract

The purpose of this article is to expose some moments of a long intellectual tradition that brought together the theoretical legacies of Karl Marx and Max Weber, which became known as Weberian Marxism. At first, we will focus on Weber's impressions of Marxian work, in which the author outlines how his theory does not intend to be an

[1] Doutorando em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e-mail: lucas.estevez@usp.br.

exclusive alternative to Marxian historical materialism. Afterwards, we will emphasize the importance of Georg Lukács in his unprecedented convergence between the Weberian concept of rationalization and Marx's commodity fetishism. Then, we will focus on examples of the productive and conjugated use of Marx and Weber in Brazilian sociology, based on the works of Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso and Maurício Tragtenberg. From our perspective, we conclude that this theoretical tradition can only be described as "Marxist-Weberian" in a specific sense, that is, as a very plural tradition of eminently Marxist thinkers who used the Weberian legacy as a moment of self-enlightenment of bourgeois ideology. In this way, they could advance in their own materialist and dialectical interpretations of modern society.
Keywords: Weberian marxism; Karl Marx; Max Weber; Brazilian sociology.

Resumen
Este artículo tiene como objetivo enumerar algunos momentos de una larga tradición intelectual que buscó aproximaciones entre los legados teóricos de Karl Marx y Max Weber, al que nos referimos como marxismo weberiano. En primer lugar, examinaremos las impresiones de Weber sobre la obra de Marx, en las que el autor describe cómo su teoría no pretende ser una alternativa exclusiva al materialismo histórico marxista. Posteriormente, destacaremos la importancia de Georg Lukács en la convergencia innovadora que opera entre el concepto weberiano de racionalización con el fetichismo de la mercancía de Marx. Finalmente, nos centraremos en ejemplos del uso fructífero y conjugado de Marx y Weber en la sociología brasileña, utilizando los trabajos de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso y Maurício Tragtenberg. A nuestro juicio, concluimos que esta corriente teórica sólo puede denominarse marxista-weberiana en un sentido muy específico, como una tradición muy plural de pensadores eminentemente marxistas que recurrieron al legado weberiano como momento de autocomprensión de la ideología burguesa. De esta manera, podrían avanzar en sus propias interpretaciones materialistas y dialécticas de la sociedad moderna.
Palabras clave: Marxismo weberiano; Karl Marx; Max Weber; sociología brasileña.

INTRODUÇÃO

O cânone sociológico costuma abordar os legados de Max Weber e de Karl Marx como interpretações distintas da sociedade moderna que, a princípio, seriam inconciliáveis quanto ao método, quanto à abordagem epistemológica dos conteúdos e, por fim, quanto ao diagnóstico que fazem do capitalismo. No primeiro, haveria um espírito de resignação e conformismo liberal atravessado por uma concepção de ciência marcada pela neutralidade axiológica no tratamento dos conteúdos, a partir de um método compreensivo e interpretativo que foca no indivíduo e em sua ação social.

No outro, teríamos uma teoria movida por um ímpeto revolucionário de transformação social, claramente orientada como ciência engajada, baseada no método dialético e nos pressupostos do materialismo histórico. Embora a princípio tudo isso seja válido, muitos intelectuais passaram a pensar numa possível aproximação e complementaridade produtiva entre ambas as tradições sociológicas. Seria, então, a abordagem compreensiva e eminentemente sociológica de Weber tão avessa e incompatível com o materialismo histórico de Marx? Quais seriam, em termos teóricos, as possibilidades de diálogo entre essas heranças intelectuais?

Em vários escritos, Weber faz referência à obra de seu conterrâneo. Por vezes crítico, por vezes elogioso, Weber sempre trata a obra de Marx com profundo respeito, dando-lhe um lugar de importância na teoria social da época. A título de exemplo, no último parágrafo de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber faz questão de enunciar como sua teoria não pretende ser uma alternativa excludente ao materialismo histórico marxiano. Pelo contrário, compreende que a teoria social deveria considerar todas as explicações válidas a fim de apreender a complexidade de seu objeto de estudo:

> Porquanto, embora o homem moderno, mesmo com a melhor das boas vontades, geralmente não seja capaz de imaginar o efetivo alcance de significação que os conteúdos de consciência religiosos tiveram para a conduta de vida, a cultura e o caráter de um povo, não cabe contudo, evidentemente, a intenção de substituir uma interpretação causal unilateralmente "materialista" da cultura e da história por uma outra espiritualista, também ela unilateral. Ambas são igualmente possíveis, mas uma e outra, se tiverem a pretensão de ser, não a etapa preliminar, mas a conclusão da pesquisa, igualmente pouco servem à verdade histórica (WEBER, 2004, p. 167).

Gabriel Cohn afirma em seu importante estudo sobre a obra de Weber que este "jamais se dedicou a um confronto explícito com a dialética marxista" (COHN, 2003, p. 116). Na verdade, Weber estava "mais preocupado com 'completar' a obra de Marx do que com refutá-la mediante a inversão da sua perspectiva" (Idem, p. 117). Segundo H. H. Gerth e Wright Mills, Weber "não se opõe diretamente ao materialismo histórico como totalmente errado; nega-lhe simplesmente a pretensão de estabelecer uma sequência causal única e universal" (GERTH; MILLS, 1982, p. 64). Assim, partindo dessa perspectiva, os autores endossam a interpretação de que "parte da obra de Weber pode ser considerada, dessa forma, como uma tentativa de 'completar' o

materialismo econômico de Marx com um materialismo político e militar" (GERTH; MILLS, 1982, p. 64).

Seria extremamente produtivo analisar o diálogo direto que Weber travou com o materialismo histórico, perpassando diversos de seus textos sobre religião, classes sociais, a gênese do capitalismo e até a forma como encara a história e a relação do sujeito com o conhecimento científico, identificando convergências e divergências com o pensamento de Marx. Porém, nosso interesse é analisar outra dimensão, a saber, como a sociologia posterior a Weber e Marx tentou coadunar e complementar proficuamente ambos os legados intelectuais – o que posteriormente ficaria conhecido como "marxismo weberiano". O termo apareceu pela primeira vez em 1955, na obra *As aventuras da dialética*, de Maurice Merleau-Ponty. Neste texto, o autor empreende uma discussão filosófica a respeito da abordagem da dialética pelo marxismo ocidental passando por Georg Lukács, Vladimir Lênin e Leon Trotsky. Em determinado momento do livro, Weber é descrito pelo autor como o representante de uma tendência intelectual que, mesmo inconscientemente, já encontrava os limites do liberalismo e, portanto, convergia teoricamente ao marxismo. Segundo ele, é com Weber que "a política de entendimento reconhece seus limites, o liberalismo para de acreditar na harmonia eterna, legitima seus adversários, se concebe como uma tarefa" (MERLEAU-PONTY, 2006, p. XII). Na obra citada, seu interesse está em analisar as obras de marxistas que captaram a riqueza do pensamento weberiano:

> Houve marxistas que o compreenderam, e foram os melhores. Houve um marxismo rigoroso e consequente que também era uma teoria da compreensão histórica, da *Vielseitigkeit*, da escolha criativa, e uma filosofia interrogativa da história. É somente a partir de Weber e desse marxismo weberiano que podemos compreender as aventuras da dialética de 35 anos para cá (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 29).

Embora identifique esta tradição marxista-weberiana partindo de Lukács, Merleau-Ponty não chega a explicitar de que forma as abordagens marxistas e weberianas passaram a se complementar. Portanto, partiremos deste ponto para traçar alguns importantes momentos nos quais o marxismo ocidental bebeu nas fontes teóricas de Max Weber. Para dar conta de tal empreitada, nos deteremos em um primeiro momento na obra *História e Consciência de Classe*, publicada por Lukács em 1923, a fim de demonstrar como esse texto representa o primeiro grande projeto

teórico que coloca em diálogo ambas as tradições sociológicas. Em seguida, iremos mudar de direção e aportar no pensamento brasileiro, esmiuçando como a imaginação sociológica de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Maurício Tragtenberg manejou e desenvolveu tal síntese produtiva entre Weber e Marx. Embora pareçam experiências insulares e incomunicáveis, tentaremos mostrar como o trabalho de Lukács foi precursor de tais empreitadas teóricas "híbridas" em nossa nascente sociologia brasileira – não como uma mistura eclética homogeneizadora, mas como uma complementação teórica frutífera.

HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE, DE GEORG LUKÁCS

O capitalismo moderno e sua especificidade era um objeto central de análise tanto para Weber quanto para Marx. Embora tivessem diagnósticos claramente distintos da gênese, da estrutura e do futuro do sistema capitalista, ambos extraíram daí suas mais ambiciosas conclusões. O capitalismo serviu, em suma, como eixo condutor dos estudos dos dois autores. Porém, é comum na obra de ambos a identificação, sob o capitalismo, de uma profunda mudança em curso que afeta a relação do sujeito com o mundo: uma mudança qualitativa na natureza da ordenação da sociedade que nascia das ruínas do passado e da negação da tradição.

A ruptura e especificidade dos tempos modernos, portanto, não se restringia à objetividade material, mas englobava o nível da construção epistemológica do mundo pelos sujeitos do conhecimento. Lukács foi o primeiro a perceber que tanto Weber quanto Marx poderiam convergir em seus diagnósticos a respeito de tais temas, apontando certa correlação entre o tema da racionalização em Weber com o tema da coisificação e do fetichismo da mercadoria em Marx. Para Lukács, ambos os teóricos tentavam dar conta de uma crescente quantificação racional do mundo, mensurando cada um ao seu modo os efeitos dessa transformação nas relações sociais, na produção das mercadorias e, por fim, sobre a própria consciência dos homens. Segundo Colliot-Thèléne, importante comentadora de Weber:

> A racionalidade que Weber confere às sociedades ocidentais contemporâneas está ligada estreitamente à coisificação de todos os aspectos da vida social. Reconhece-se aqui o eco da problemática marxista do "fetichismo", com a diferença de que Marx situou-a no âmbito da economia [...]. Entre a "racionalização" de Weber e a "alienação" de Marx, a distância não é grande. Nos dois casos, o que está em jogo é a autonomização em

> grande escala dos campos constituídos pelas práticas humanas, isto é, o que Marx designava, às vezes, *Naturwüchsigkeit*, qual seja o caráter quase natural que adquirem os sistemas produzidos pela ação dos homens (COLLIOT-THÉLÈNE, 1995, p. 47-48).

Debrucemo-nos sobre a obra de Lukács a fim de observar como ela mobiliza Weber e Marx. Logo no início do capítulo *A reificação e a consciência do proletariado*, o autor esclarece que seu objetivo é descobrir "na estrutura da relação mercantil o protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as suas formas correspondentes de subjetividade na sociedade burguesa" (LUKÁCS, 2012, p. 193), ou seja, operar uma reflexão que coloque em diálogo uma preocupação materialista com outra mais subjetivista, ligada à consciência dos agentes. Somente assim seria possível entender como os problemas fundamentais que "resultam do caráter fetichista da mercadoria"[2] também geram uma subjetividade específica do sujeito submetido à lógica do capital.

Assim sendo, compreender a forma mercantil como constitutiva da sociedade capitalista é compreender como ela penetra no "conjunto das manifestações vitais da sociedade" e torna-se capaz de "remodelar tais manifestações à sua própria imagem, e não simplesmente ligar-se exteriormente a processos voltados para a produção de valores de uso e em si mesmo independentes dela" (LUKÁCS, 2012, p. 196). Em suma, Lukács salienta a necessidade de se compreender a mercadoria e sua lógica como a forma universal de conformação da sociedade, ou seja, como o "metabolismo social dos homens" no capitalismo. Assim, opera-se uma submissão da consciência dos homens às formas reificadas do fetichismo imposto pela forma mercadoria – o que remete à questão da "segunda natureza" em Marx. O trabalho deixa de ser visto como produto humano e a sociedade passa a ser regida por uma forma de socialização que tem como princípio a própria reificação do mundo social. É a partir deste ponto que Lukács traz ao debate a herança weberiana.

Segundo o autor, essa nova forma reificada de socialização vem acompanhada da gênese de um novo tipo de racionalidade, que está sendo gestada desde o início

[2] Para Lukács, retomando o sentido marxiano do termo, o fetichismo da mercadoria torna possível que uma relação entre pessoas se apresente como o "caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma 'objetividade fantasmagórica' que, em sua legalidade própria, rigorosa, aparentemente racional e inteiramente fechada, oculta todo traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens" (LUKÁCS, 2012, p. 194). Tal fenômeno é, segundo o autor, específico de nossa era do capitalismo.

do capitalismo. É nesses termos que se estabelece uma relação profunda entre o fetichismo da mercadoria e a racionalização das práticas e dos discursos:

> A forma mercantil só se torna possível como forma da igualdade, da permutabilidade de objetos qualitativamente diferentes, pelo fato de esses objetos - nessa relação que é a única a lhes conferir sua natureza de mercadorias – serem vistos como formalmente iguais. Desse modo, o princípio de sua igualdade formal só pode ser fundado em sua essência como produto do trabalho humano abstrato (LUKÁCS, 2012, p. 200).

Esse trabalho abstrato desta nova *ratio* exclui a particularidade, o detalhe e o valor de uso das mercadorias, tornando todos os objetos permutáveis e todas as relações impessoais. É a lógica reificada da mercadoria, que acaba por organizar a própria consciência dos homens. Logo, “racionalização” e “reificação” são processos intrinsecamente interdependentes. Estamos agora nas veredas do weberianismo: desde o artesanato, nota-se uma racionalização crescente na divisão do trabalho e “uma eliminação cada vez maior das propriedades qualitativas, humanas e individuais do trabalhador” (LUKÁCS, 2012, p. 201). Nesses termos, o mundo capitalista moderno passa a ser regido pelo “princípio da racionalização baseada no cálculo, na possibilidade do cálculo” (LUKÁCS, 2012, p. 202).

Porém, é essa mesma racionalização que acaba por expropriar da mercadoria seu caráter de produto do trabalho humano, naturalizando um processo social e colocando-o como independente dos próprios indivíduos. Assim, o homem “é incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que já [se] encontra pronto e funcionando de modo totalmente independente dele, e a cujas leis ele deve se submeter” (LUKÁCS, 2012, p. 204). No capitalismo, exige-se a subordinação absoluta do homem à máquina e aos seus ditames. Como observa Lukács, todas as relações sociais passam a ser regidas por essa mesma subordinação – o capital revela seu traço autoritário ao “substituir por relações racionalmente reificadas as relações originais em que eram mais transparentes as relações humanas” (LUKÁCS, 2012, p. 207). Nisso, o autor reforça o caráter desumanizante que a relação mercantil impõe aos homens ao impedir que a “verdadeira consciência” seja alcançada:

> Para a consciência reificada, essas formas do capital se transformam necessariamente nos verdadeiros representantes da sua vida social, justamente porque nelas se esfumam, a ponto de se tornarem completamente imperceptíveis e irreconhecíveis, as relações dos homens

> entre si e com os objetos reais, destinados à satisfação real de suas necessidades. Tais relações são ocultas na relação mercantil imediata (LUKÁCS, 2012, p. 211).

Para Lukács, os efeitos da reificação da consciência englobam todas as esferas sociais da sociedade capitalista, como as estruturas jurídicas (direito) e de poder (constituição do Estado moderno). Em diálogo direto com Weber e sua compreensão da burocracia, o autor ressalta que "o desenvolvimento capitalista criou um sistema de leis que atendesse suas necessidades e se adaptasse à sua estrutura" (LUKÁCS, 2012, p. 140). Nesse sentido, pode-se considerar que o Estado moderno funciona tal como uma empresa, ou seja, que organiza, obedece e perpetua as mesmas regras racionais que imperam na dimensão econômica – o fundamento próprio da reificação. Mais uma vez, Lukács consegue demonstrar como tal processo de racionalização gera uma consequência danosa às consciências dos sujeitos, que também passam a encarar a realidade de forma reificada:

> A racionalização formal do direito, do Estado, da administração etc. implica, objetiva e realmente, uma decomposição semelhante de todas as funções sociais em seus elementos [...], e subjetivamente implica, por conseguinte, repercussões semelhantes para a consciência, devidas à separação entre o trabalho e as capacidades e necessidades individuais daquele que o realiza; implica, portanto, uma divisão semelhante, racional e humana, do trabalho em relação à técnica e ao mecanismo tal como encontramos na empresa (LUKÁCS, 2012, p. 219-220).

Porém, Lukács reconhece os limites e entraves do processo de racionalização quando compreendido ideologicamente como uma empreitada esclarecedora e libertadora ao homem. Para ele, a própria racionalidade em curso no capitalismo é permeada por uma irracionalidade latente. Embora o sistema de leis racionalmente instituído pelo Estado seja fruto da própria razão, ele não pode ser completamente decifrado, pois se assim o fosse, revelaria aos homens seu estado de não liberdade e privação das possibilidades últimas dadas pela técnica e pelas relações de produção – a saber, a erradicação da miséria e da pauperização.

Nesse sentido, a racionalização opera em dois âmbitos interrelacionados: ao mesmo tempo em que não pode ser completamente alcançada, uma vez que necessita criar esse ofuscamento de suas próprias leis econômicas, é justamente por meio dela e do progresso da razão instrumental (diriam os frankfurtianos) que uma

consciência reificada e impotente pode ser perpetuada. Ao mesmo tempo que é uma condição para a reprodução infindável do capital, a *ratio* do mundo burguês também é um produto da própria divisão do trabalho e da coisificação das consciências dilaceradas. É justamente essa interrelação entre a racionalização e a reificação que torna possível ao mundo social apresentar-se como natural, eterno e infalível.

Talvez tal constelação de ideias nos permita compreender como o autor se mantém numa perspectiva marxista, embora tenha se utilizado largamente da teoria weberiana. Ao mesmo tempo que recorre a Weber, Lukács reivindica para sua teoria um caráter marxista, ao enunciar como seu objetivo a superação do "pensamento burguês", do qual a resignação weberiana faria parte:

> O mundo reificado aparece doravante de maneira definitiva – e se exprime filosoficamente, elevado à segunda potência, num exame "crítico" – como o único mundo possível, conceitualmente acessível e compreensível, que é dado a nós, os homens. Se isso suscita a transfiguração, a resignação ou o desespero [...] em nada muda a natureza dessa situação. Ao limitar-se a estudar as "possíveis condições" da validade das formas nas quais se manifesta seu ser subjacente, o pensamento burguês fecha a via que leva a uma maneira de colocar os problemas claramente, às questões relativas ao surgimento e ao desaparecimento, relativas à essência real e ao substrato dessas formas (LUKÁCS, 2012, p. 239).

Dessa forma, pudemos brevemente analisar como em Lukács aparece pela primeira vez uma tentativa de complementação entre os legados de Weber e Marx. Como importante representante do marxismo ocidental, o autor foi capaz de trazer à discussão do materialismo histórico toda a profundidade do tema da racionalização do mundo moderno e sua contrapartida subjetiva, dando assim um peso inédito no marxismo de então ao tema do fetichismo da mercadoria e a consequente reificação do mundo. É importante ressaltar que Lukács não pode ser definido, no geral, como um autor marxista-weberiano, mas sim como um teórico eminentemente marxista que, nesta obra, soube usar o legado weberiano de forma a enriquecer seu diagnóstico a respeito da consciência do proletariado e suas possibilidades revolucionárias. Coisa semelhante irá acontecer décadas depois em um outro ambiente intelectual, a saber, na nascente sociologia brasileira.

ITINERÁRIOS DO MARXISMO WEBERIANO NO BRASIL

Desde seu início, a sociologia brasileira travou um contato muito proveitoso com os clássicos europeus e norte-americanos. Porém, até a década de 1940, esse uso do referencial teórico dos fundadores da teoria social ainda era feito de forma bastante tradicional, ou seja, dificilmente se encontraria uma abordagem que visasse estabelecer uma aproximação profícua e original entre os diferentes clássicos. As obras de Weber e Marx, até então, eram estudadas como cânones incongruentes, divergentes e irreconciliáveis quanto a seu método e sua análise da sociedade. Porém, tal abordagem foi gradualmente dando lugar a uma leitura mais fluida entre os autores. Tal como Lukács, pensadores ligados ao marxismo passaram a encontrar na obra de Weber um rico arcabouço teórico que traria ótimas contribuições para as nascentes análises da sociedade brasileira. Embora o leque de pensadores que podem ser incluídos nessa empreitada seja muito amplo, vamos focar nos escritos daqueles que iniciaram tal percurso.

Em 1946, Florestan Fernandes escreve uma importante introdução à edição brasileira de *A Crítica da Economia Política* (Editora Flama, São Paulo, 1946) de Marx, intitulada *Marx e o pensamento sociológico brasileiro*. Neste texto, Florestan busca introduzir aos leitores a obra de Marx, tendo assim uma preocupação didática em expor os principais fundamentos filosóficos da obra do autor e de seu método materialista e dialético. Pelo tom do texto, nota-se que Marx ainda não era muito lido na área de ciências sociais se comparado aos outros clássicos. De acordo com Florestan, “a barreira que tem afastado de Marx uma grande parte dos cientistas sociais é, ao mesmo tempo, um dos elementos fundamentais da teoria marxista do conhecimento. Trata-se das relações entre teoria e prática” (FERNANDES, 1976, p. 322). Para o autor, muitos tomam um “conhecimento apressado da sua obra”, lhe atribuindo falhas que não existem e supondo problemas que lhe são alheios. Segundo ele, “no Brasil, a obra de Marx não passou, em grande parte, dos manuais de Economia e de Sociologia, excetuando-se talvez alguns trabalhos de Caio Prado Júnior”. Por fim, chega à conclusão de que “mais do que nunca, este é o momento de Karl Marx nas ciências sociais” (FERNANDES, 1976, p. 338).

Neste texto, o sociólogo brasileiro aponta que Marx foi o primeiro a estabelecer que os fenômenos sociais são apreciados concomitantemente como produtos derivados e como motivos *a priori* da atividade humana. Sob essa perspectiva, sua

obra balizava os pressupostos teóricos de toda a sociologia. Trazer tal riqueza teórica à sociologia brasileira afastaria qualquer flerte com noções naturalistas do mundo social, salientando a especificidade da própria investigação sociológica e de seu objeto. É nesse momento que Florestan enuncia uma possível complementaridade entre Marx e Weber: se ao primeiro coube desvendar o caráter não-natural dos fatos sociais, o segundo nos muniu de um método de apreensão desse mundo social. Nesse sentido, o objeto da sociologia deveria ser definido pelo seu caráter eminentemente social, evidenciado por situações típicas que possam ser estudadas sob o método científico, tal como definira Weber:

> O que é comum interessa apenas à medida que se refere a situações típicas, à medida que se refere a situações típicas, à medida que permite entender a passagem de uma forma social a outra numa sociedade determinada (cf. Max Weber: aparecimento de uma mentalidade capitalista numa sociedade de organização social pré-capitalista) (FERNANDES, 1976, p. 339).

Para Florestan, os autores alemães convergiam em suas preocupações. Segundo ele, "Max Weber, com o método tipológico, precisou o problema na direção proposta por Marx" (FERNANDES, 1976, p. 339), a saber, o problema das generalizações e da extensão da validade do conhecimento sociológico. Só por meio de uma análise que levasse em consideração as contribuições de ambas as teorias sociológicas que a sociologia brasileira poderia avançar em suas elaborações teóricas. Porém, o texto é de caráter bastante introdutório e não responde como tal complementaridade poderia ser feita.[3]

Somente mais tarde, em seu livro *A revolução burguesa no Brasil*, de 1975, Florestan colocaria em prática um uso frutífero de Weber a fim de realçar sua análise marxista da sociedade brasileira. Em determinada altura do texto, ao tratar do desencadeamento histórico da chamada "revolução burguesa" no país, Florestan

[3] Em um parágrafo final, Florestan chega a estabelecer paralelos entre as explicações weberianas e marxistas quanto à gênese do capitalismo: "Relativamente às conexões dos fenômenos sociais nas sociedades capitalistas, entretanto, como mostra A. Cuvillier, Marx antecipou-se em *O Capital* às investigações de Max Weber sobre as afinidades da Reforma e do espírito protestante com o desenvolvimento do capitalismo. Oito anos antes, todavia, neste livro, Marx já dedicara algumas páginas a esse problema. Marx procura explicar o entesouramento pela mentalidade desenvolvida com o protestantismo. Por isso, aponta os seguintes atributos no entesourador: ascetismo reforçado pelo trabalho árduo, zelo religioso, sendo "eminentemente protestante de sua religião, e ainda mais, puritano", e desprezo pelos gostos temporais e transitórios em troca da felicidade eterna da vida celeste" (FERNANDES, 1976, p. 342).

passa a salientar a importante contribuição dos imigrantes para a formação de um *ethos* capitalista na nascente sociedade industrial da época. Segundo ele, embora o imigrante não estivesse no topo da estrutura social brasileira, ele "já se convertia em agente econômico da concentração de capital comercial e passava a absorver [...] os papéis econômicos emergentes de uma economia de mercado em consolidação" (FLORESTAN, 2006, p. 160). Nesses termos, o imigrante transportou ao país certa "mentalidade capitalista". Porém, ressalta o autor, os imigrantes deveriam ser tomados em sua análise como um exemplo típico-ideal de um protagonismo social que alavancou a modernização econômica e a transformação social rumo à uma economia de mercado – ou seja, deveriam ser tomados como objeto de estudo teórico que, nem sempre, coincide com a prática e a realidade empírica dos agentes. Conforme o autor, em clara conexão com o papel dos protestantes calvinistas na análise de Weber sobre a gênese do capitalismo:

> [...] o imigrante seria o nosso tipo humano que encarnaria de modo mais completo a concretização interna da mentalidade capitalista e iria desempenhar os principais papéis econômicos que estruturaram e dinamizaram a evolução do capitalismo no Brasil [...]. Como escreve Weber, em conhecida formulação: "cálculo exato – a base de todo o resto – só é possível sobre a base do trabalho livre" (FLORESTAN, 2006, p. 168)

Em uma nota, Florestan ainda complementa que tais elementos foram os pressupostos para que surgisse no país uma economia monetária e de mercado puramente capitalista, "ou, como diria Weber, de uma economia monetária e de mercado de caráter ocidental e moderno" (FLORESTAN, 2006, p. 480). Tais trechos mostram, de forma bem pontual e limitada, como Florestan continuou a mobilizar a obra Weber em seus estudos de orientação plural, porém acentuadamente marxista – um uso "instrumental" do arcabouço teórico de Weber.

Escrita como tese de doutorado e publicada em 1962, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, de Fernando Henrique Cardoso, talvez represente a primeira grande tentativa de trazer ao debate marxista contribuições não só de Weber, mas também da já citada abordagem de Lukács. No prefácio de seu livro, Cardoso ressalta que sua obra foi resultado de um programa proposto por Florestan Fernandes para ampliar o conhecimento sociológico sobre o preconceito racial na sociedade brasileira. No caso,

o autor realiza uma apurada análise da imbricação entre economia capitalista e uso da mão de obra escrava, focando no estudo da economia do charque no Rio Grande do Sul e de sua sociedade senhorial. Para isso, delineia ao longo do livro as formas de exercício da autoridade e da dominação naquela realidade social, tal como os padrões estruturais de ação dos agentes. Segundo o autor:

> A situação específica da economia do charque no mercado internacional permite a discussão das possibilidades de desenvolvimento capitalista da sociedade escravista, mostrando como a escravidão foi, num primeiro momento, o recurso possível para a exploração mercantil numa região de terras abundantes e escassez de mão de obra, e, no momento seguinte, se transformou num obstáculo à generalização do sistema mercantil de produção capitalista (CARDOSO, 1997, p. 155).

De maneira geral, Cardoso estava interessado em compreender quais as possibilidades de constituição e expansão do capitalismo moderno em uma sociedade que tem como fundamento o trabalho escravo[4]. Além disso, o autor também salienta que um dos seus grandes objetivos era trazer o método dialético à discussão sociológica da época. Segundo ele, sua obra "visava mostrar à 'comunidade científica' que o método dialético sustenta-se como alternativa de conhecimento" (CARDOSO, 1997, p. 12), ou seja, realizar uma defesa do marxismo e de seu método como um conhecimento válido para a sociologia. Porém, Cardoso também ressalta o caráter eclético de sua interpretação: "Tento juntar o que lera em *O Capital* com a inspiração sartreana de como tornar a dialética utilizável na análise sociológica", com "a reivindicação lukacsciana da possibilidade de usar a noção de "consciência adequada", talvez algo weberiana e até mesmo (quanto adjetivo!) kantiana" (CARDOSO, 1997, p. 13). Embora o livro tenha uma amplitude teórica muito extensa,

[4] Segundo o autor, o principal objetivo de seu trabalho foi "mostrar concretamente que a sociedade escravocrata constitui-se como uma tentativa para intensificar a produção visando a realização de lucros no mercado. A única forma historicamente possível de alcançar esse objetivo estava na intensificação da escravidão. Com isso, determina-se a especificidade da "escravidão moderna" no Rio Grande do Sul e, simultaneamente, torna-se possível estabelecer tanto as regras de funcionamento do regime escravocrata-capitalista como os limites que, nas condições em que foi criado, ele próprio se impôs (...). As relações de produção a partir das quais se visava intensificar a produção capitalista mercantil impediam o pleno desenvolvimento do regime capitalista, na medida em que este requer a mercantilização da força de trabalho e a escravidão constitui a mercantilização do próprio trabalhador" (CARDOSO, 1997, p. 274).

nosso foco é mostrar como a argumentação de Cardoso chegou ao encontro de Weber.

Na introdução da obra, o autor tenta delinear a relação entre Weber e Marx em duas frentes. Em um primeiro momento, acaba por conferir à sua compreensão de "ação social" um duplo sentido. Se por um lado é importante identificar as determinações materiais e objetivas da ação dos agentes, por outro, a motivação e a atribuição de sentido que os agentes dão às situações na qual se enquadram também é fundamental. Assim, em um legítimo espírito marxista-weberiano, Cardoso defende que a ação deve ser vista "ao mesmo tempo como resultado motivado por condições exteriores e como *práxis*" (CARDOSO, 1997, p. 34).

Em um segundo momento, realiza uma ampla discussão a respeito da impossibilidade do conhecimento sociológico em esgotar o conhecimento sobre o objeto, ou seja, em apreender sua totalidade. Segundo Cardoso, a dialética marxista admite que o real nunca é passível de ser captado inteiramente pela reflexão, tal como pensa o positivismo. O que é possível é captar um momento do real, delineando assim o movimento da realidade e seu sentido. Desse raciocínio, Cardoso desemboca em Weber: nele, o mesmo problema é colocado, mas de forma distinta. Também se afastando de uma noção positivista de ciência, que postulava a explicação do social tal como nas ciências exatas, Weber recorre aos modelos típico-ideais como única forma de apreensão da realidade, que segundo Cardoso, parte do mesmo pressuposto materialista da relação entre sujeito do conhecimento e objeto. Segundo ele:

> Nesse ponto o paradigma pode ser tanto Marx quanto Max Weber na *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Em qualquer dos dois casos, o método não é empiricista, mas em ambos a interpretação prende-se a um momento analítico, que condiciona as possibilidades de globalização (CARDOSO, 1997, p. 41).

É nesse sentido que o autor passa a recorrer, por diferentes vias de acesso, ao pensamento weberiano. Ao analisar a relação entre os senhores e os escravos, por exemplo, ele se utiliza do conceito de estrutura patrimonialista de dominação. Segundo o autor, "a subordinação puramente pessoal ao senhor, ou a quem lhe faz as vezes, impera como critério fundamental para a distribuição prebendária e para concessão de benefícios nas estruturas patrimonialistas" (CARDOSO, 1997, p. 100-

101). Em uma longa nota de rodapé, Cardoso detalha os sentidos de tais estruturas recorrendo aos originais de Weber que se debruçam sobre o tema. Neste ponto, o sociólogo recorre não só a explicação weberiana de "estrutura patriarcal de dominação", presente no primeiro volume de *Economia e Sociedade*, como ao conceito maior do qual faz parte, o de "dominação tradicional" e seu oposto, "dominação burocrática". Tais notas de rodapé tentam sintetizar ao leitor todo o argumento weberiano a respeito do assunto. Ao transcrever longas citações de Weber, Cardoso reforça seu ponto de vista e a acepção que faz do conceito. Segundo ele, tal caracterização é "uma questão muito importante para a compreensão da origem do sistema de poder e para a caracterização da estrutura da sociedade colonial no Rio Grande do Sul" (CARDOSO, 1997, p. 102).

Mais à frente, há um outro uso prolífico de Weber. Cardoso ressalta que durante a colonização do país os escravos podiam ser definidos como uma "casta" devido à posição social que ocupavam e aos critérios que determinavam tal posição. Porém, com o declínio da escravidão, da sociedade colonial e de sua economia, ocorre um reajustamento entre as diferentes camadas da estrutura social, deslocando os escravos da situação de "casta" para o *status* de "classe". Como se nota abaixo, Cardoso está recorrendo ao sentido weberiano de tais conceitos:

> A dicotomia entre a casta dos escravos e a casta dos senhores, que exprimia no plano estrutural as relações básicas de produção, desfez-se lentamente na ordem social de classes em formação [...]. A posição de cada pessoa no mercado passou, cada vez mais, a definir as possibilidades de obtenção de prestígio e a capacidade de controlar a estrutura política (CARDOSO, 1997, p. 275).

No uso do termo "capitalismo moderno", o autor se mostra tributário tanto da tradição weberiana como da marxista. A princípio, ressalta que faz uso desta expressão "na acepção de Max Weber", recorrendo ao famoso texto do autor sobre a gênese do capitalismo moderno, *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Porém, esclarece que sua interpretação do capitalismo, ao mesmo tempo, não é contraditória com a "acepção marxista". Para Cardoso, a análise de ambos os autores converge de forma muito fecunda. A diferença entre eles estaria na ênfase dada aos processos em curso na modernidade, mas suas análises não seriam de forma alguma excludentes. Em Marx, por exemplo, é a dimensão econômica que ocupa o centro do

debate: nele, o que importa é que “o capitalismo desenvolvido supõe a produção de mais-valia relativa, processo que encontra na escravidão um limite decisivo” (CARDOSO, 1997, p. 173).

Por fim, ao debater questões metodológicas, o autor mostra como a sociologia deveria estar atenta não só às estruturas, mas ao sentido e à consciência atribuída pelos agentes sociais em suas ações – sejam indivíduos ou coletividades como as classes. Eis um exercício exemplar de imaginação sociológica que bebe tanto em Weber como em Marx e mostra a importância do estudo de Cardoso para a sociologia brasileira:

> A análise científica dos processos sociais só alcança inteligibilidade plena quando são consideradas, simultaneamente, as condições estruturais e funcionais subjacentes à *práxis* humana, o sentido emprestado socialmente à ação e o grau de consciência do processo social que historicamente é possível atingir. A partir dessa perspectiva suponho ter determinado a dialética que existia entre as exigências da situação social, os objetivos e projetos que orientavam a ação e a consciência da situação que podia ser socialmente alcançada no período de desagregação da ordem escravocrata gaúcha (CARDOSO, 1997, p. 187).

Dito isto, passemos ao último exemplar selecionado em nosso recorte desse uso da teoria weberiana pelos estudos marxistas no Brasil. Nos referimos aqui à obra *Burocracia e Ideologia* de Maurício Tragtenberg, publicada em 1974. Animado por uma interpretação materialista, Tragtenberg recorre ao arcabouço teórico de Weber ao explicitar não só a contribuição que sua teoria pode fornecer ao marxismo, como também os porquês de seu caráter resignado frente ao capitalismo de sua época. Embora o livro constitua uma interpretação do pensamento weberiano relativo à teoria da administração moderna e da burocracia dos Estados racionais, Tragtenberg situa Weber como um pensador que presenciou o ocaso das teses emancipatórias liberais, que em seu próprio tempo já recrudesciam em elementos autoritários e anti-iluministas.

O caráter marxista de seu estudo sobre a administração e a burocracia moderna fica claro logo na introdução do livro. Segundo o autor, o objetivo da obra consiste em estudar as teorias da administração em sua dupla natureza, a saber, tomá-las como ideológicas ao expressar a “falsa consciência da realidade”, mas também reconhecer seu poder analítico, enquanto “operacionais em nível técnico”

(TRAGTENBERG, 1974, p. 16). Nesse sentido, o autor busca compreender o aparato burocrático descrito por Weber por meio de uma leitura marxista da dominação racional exercida pelo Estado.

Na primeira parte do livro, Tragtenberg retoma o desenvolvimento da burocracia e da administração racional do Estado desde suas origens, se valendo das teorias de Hegel, Marx e Weber. O ponto mais importante para nossos interesses está em um capítulo todo dedicado a uma reinterpretação de Weber que, segundo Michael Löwy, é seminal na compreensão do marxismo weberiano na medida em que representa "o primeiro trabalho marxista de peso sobre o sociólogo de Heidelberg no Brasil" (LÖWY, 2014, p. 10). Ao longo dessas páginas, Tragtenberg vai delineando as linhas gerais do pensamento weberiano até desembocar em seus interesses particulares, ou seja, investigar como os estudos weberianos sobre a burocracia racional moderna e a gênese do capitalismo já indicavam um pensamento aporético que, mesmo se colocando como liberal, chegaria a um beco sem saída e ao diagnóstico do capitalismo como uma "jaula de aço".

Ao mesmo tempo, o autor defende que Weber foi um "pensador liberal que ultrapassou os limites do liberalismo clássico" (TRAGTENBERG, 1974, p. 120), seja em suas posições políticas, seja nos desdobramentos de tais opiniões em sua produção teórica. Ao longo do capítulo, Tragtenberg mostra como Weber foi crítico ao corporativismo, à demagogia inescrupulosa dos partidos de direita alemã e ao uso da burocracia para fins próprios. A partir dessas críticas, Weber estaria teoricamente mais próximo da social-democracia, embora nunca tenha se filiado a nenhum partido. Segundo o autor, Weber manteve seu espírito independente, afastado dos ideólogos políticos. Porém, esse "não-lugar" ocupado por Weber já indicava como o sociólogo alemão vislumbrava contraditoriamente o caráter nefasto resultante do processo de racionalização do mundo, exemplificado principalmente pelos vícios e problemas da burocracia que já apontava em seu tempo. Embora por vias diferentes da de Marx, Weber teria ido até o limite de onde um pensador burguês poderia chegar. Segundo Tragtenberg, a obra de Weber deve ser lida na seguinte chave:

> Ante o avanço da burocracia, como preservar qualquer resquício de liberdade individual? A ênfase no estudo de Weber a respeito da burocracia deve ser dada não como o é por muitos autores, nas suas virtudes organizacionais, mas no oposto, como defender-se ante este avanço implacável da burocracia? (TRAGTENBERG, 1974, p. 144).

Nesse sentido, o autor defende que Weber foi, mesmo que de forma inconsciente, o maior dos pensadores liberais a compreender os limites de seus próprios postulados. Visto sob essa chave, Weber refletiu uma crise ideológica em toda consciência social burguesa. Justamente por isso que sua obra, por vezes, é vista como contraditória e resignada, presa a um diagnóstico que ela própria tenta superar. Ainda de acordo com Tragtenberg, a contradição fundamental na obra de Weber também reside "entre seus postulados metodológicos presos ao neokantismo e sua sociologia histórica das formas de dominação, onde dialoga com a sombra de Marx" (TRAGTENBERG, 1974, p. 161-162).

É justamente devido a essa aporia do pensamento de Weber que há uma congruência tão grande entre ele e Marx – questão que fica ainda mais clara quando são trabalhados os temas da racionalização e da perda de liberdade no capitalismo moderno. Podemos ver, no caso de Tragtenberg, como foi desenvolvida a conexão lukacsiana anteriormente exposta entre racionalização e reificação. Na medida em que Weber passa a ser visto como um representante "da consciência limite da consciência burguesa alemã", seus estudos e conclusões não podem passar despercebidos pelo marxismo. Aos materialistas, o estudo da obra weberiana torna-se uma obrigação tal qual aquela que Marx teve ao se debruçar sobre os economistas burgueses e a partir deles formular a sua *crítica da economia política*. Nesse sentido, o marxismo weberiano de Tragtenberg não só se utilizou de Weber de forma instrumental, mas avançou na medida em que identificou a teoria weberiana como uma expressão das contradições expostas pelo próprio materialismo histórico e dialético de Marx.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, tivemos como objetivo expor alguns autores que buscaram aproximar, numa relação bastante fecunda, a herança intelectual weberiana às interpretações de caráter fundamentalmente marxista. Obviamente, não tivemos a pretensão de expor à exaustão todo o pensamento desta tradição. A teoria crítica da Escola de Frankfurt, por exemplo, é apontada recorrentemente como um dos desenvolvimentos intelectuais mais significativos no uso tanto de Weber, como de Marx. Porém, nosso objeto foi mais restrito e merece uma consideração final. Embora

pareçam distantes, Lukács e os pensadores brasileiros representaram uma vertente específica do marxismo weberiano, que pode ser vista a partir de dois eixos.

Em primeiro lugar, tais autores, que se alinhavam politicamente e teoricamente ao marxismo, buscavam no arcabouço teórico weberiano pontos de contato com o materialismo histórico que pudessem fornecer uma interpretação mais esclarecida da sociedade moderna. Em segundo lugar, tentaram mostrar de diferentes formas como a teoria weberiana já trazia em si elementos de uma crítica ao capitalismo moderno, seja em suas análises da burocracia, da dominação, da caracterização das classes sociais ou, enfim, do processo de racionalização. Assim, são colocados diante desses autores os desafios teóricos e da práxis política num mundo no qual a intensificação da racionalização e o recrudescimento da "jaula de aço" tendem a minar as possibilidades da liberdade e da apreensão de sentido das existências.

Em suma, essa corrente teórica só pode ser tomada como "marxista-weberiana" em um sentido bastante específico, a saber, como uma tradição bastante plural de pensadores eminentemente marxistas que recorriam ao legado weberiano como um momento de *autoesclarecimento da ideologia burguesa*. Dessa forma, poderiam avançar em suas próprias interpretações materialistas e dialéticas da sociedade moderna. Embora muito se fale em uma "simbiose" ou "mistura" operada entre Weber e Marx, os termos não são os mais felizes para caracterizar como a relação entre tais teorias foi estabelecida pelos autores aqui explorados. Talvez o mais correto seja utilizar uma terminologia utilizada por Weber: podemos compreender, por fim, que a tradição marxista estabeleceu *afinidades eletivas* extremamente produtivas e potencialmente poderosas com o legado weberiano.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação**: Max Weber e a teoria social. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine Colliot. **Max Weber e a História.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Marx e o pensamento sociológico brasileiro.** In: Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada. São Paulo: Pioneira, 1976.

GERTH, H. H; MILLS, C. W. **Introdução.** In: WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LÖWY, Michael. **A jaula de aço:** *Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **As aventuras da dialética.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia.** São Paulo: Ática, 1974.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

* Artigo recebido em 17 de junho de 2021,
aprovado em 23 de agosto de 2021.

SERIAM OS *GOBLINS*, NA VERDADE, HUMANOS? COLONIZAÇÃO, RACISMO E BARBÁRIE EM *DRAGON'S DOGMA*

WHAT IF *GOBLINS* WERE, ACTUALLY, HUMANS? COLONIZATION, RACISM, AND BARBARISM IN *DRAGON'S DOGMA*

¿SERÍAN LOS *GOBLINS*, EN REALIDAD, HUMANOS? COLONIZACIÓN, RACISMO Y BARBARIE EN *DRAGON'S DOGMA*

Euge Helyantus Stumm[1]

Resumo

Neste trabalho, analiso o jogo eletrônico *Dragon's Dogma*, com ênfase no modo como ele constrói a representação de *goblins* em sua narrativa. Para tal, tomo a Psicanálise como um caminho metodológico possível para escutar os elementos da cultura presentes na obra. Entendo que a representação feita acerca dos *goblins* no jogo não é distante das representações racistas construídas contra povos historicamente identificados como bárbaros, bem como contra povos identificados como não-brancos durante a história da colonização. Assim, busco questionar os conceitos históricos de bárbaro e humano, e pensar possibilidades decoloniais e antirracistas na escrita de análises de produções da cultura, especificamente jogos eletrônicos. Saliento que o jogo aponta para uma marca racista da cultura que insiste em tornar presente elementos de um passado colonial violento. Finalmente, questiono a utilidade e os efeitos ético-políticos da pergunta por quem é humano e proponho pensar em possibilidades de responsabilização e reparação a partir do contato com a obra.
Palavras-Chave: Colonização; Jogos digitais; Barbárie; Racismo; Psicanálise.

Abstract

In this paper, I analyze the video game *Dragon's Dogma*, with an emphasis on how it builds the representation of *goblins* in its narrative. To this end, I take Psychoanalysis as a possible methodological pathway to listen to the elements of culture present in the game. I understand that the representation built around the *goblins* in the game is not far from racist representations used against peoples historically identified as barbarians, as well as against peoples identified as non-whites during the history of colonization. Thus, I seek to question the historical concepts of barbarian and human

[1] Psicólogue. Mestrande no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), eugestumm@gmail.com

and think about decolonial and anti-racist possibilities in the writing of analyzes of cultural productions, specifically electronic games. I emphasize that the game points to a racist mark of the culture that insists on making present elements of a violent colonial past. Finally, I question the usefulness and the ethical-political effects of the question of who is human and propose to think about possibilities of responsibilization and reparation based on contact with the work.
Keywords: Colonization; Video Games; Barbarism; Racism; Psychoanalysis.

Resumen
En este trabajo, analizo el juego electrónico *Dragon's Dogma*, con énfasis en cómo él construye la representación de los *goblins* en su narrativa. Para eso, tomo el psicoanálisis como un camino metodológico posible para escuchar los elementos de la cultura presentes en la obra. Entiendo que la representación construida sobre los *goblins* en el juego no está lejos de representaciones racistas construidas contra pueblos históricamente identificados como bárbaros, así como contra pueblos identificados como no blancos durante la historia de la colonización. Así, busco cuestionar los conceptos históricos de bárbaro y humano, y pensar en las posibilidades decoloniales y antirracistas al escribir análisis de producciones culturales, específicamente juegos electrónicos. Enfatizo que el juego apunta para una marca racista de la cultura que insiste en hacer presente los elementos de un pasado colonial violento. Finalmente, cuestiono la utilidad y los efectos ético-políticos de la cuestión sobre quién es humano y propongo pensar en posibilidades de responsabilización y reparación a partir del contacto con la obra.
Palabras clave: Colonización; Juegos digitales; Barbarie; Racismo; Psicoanálisis.

INTRODUÇÃO

Dragon's Dogma é um jogo eletrônico de *Role-Playing Game* (RPG), lançado para computador em 2016 pelo estúdio de jogos japonês Capcom. Na trama medieval, a personagem protagonista tem seu coração roubado por um dragão e adquire poderes mágicos. Com tais poderes, a pessoa jogadora passa a guiar a personagem protagonista numa jornada na qual se conhece o universo de fantasia medieval do jogo. Neste trabalho, tomo como análise o modo como os *goblins* são representados no jogo. A partir disso, questiono como é possível compreender as metáforas e relações com a colonização e o racismo presentes no jogo. Mais do que isso, busco refletir sobre como é possível, a partir do encontro com o racismo presente na cultura, construir tensionamentos e potencialidades transformativas em direção a um fazer antirracista.

No jogo, *goblins* são representados como seres que vivem em todas as partes do mundo, especialmente em acampamentos na natureza ou pelas estradas noturnas do jogo. Quando entram em contato com humanos, especialmente a personagem protagonista, mostram-se agressivos e atacam imediatamente. Além disso, o jogo os retrata com uma aparência grotesca, uma representação caricata muito semelhante ao modo como os povos, identificados como selvagens pelos colonizadores, eram descritos nas primeiras expedições antropológicas — e, posteriormente, nos campos de saber herdeiros dessas expedições. Em suma, o jogo atualiza elementos da colonização na figura dos *goblins* de um modo similar a como os colonizadores europeus descreviam os ameríndios ou outros povos chamados de "selvagens", ou mesmos "bárbaros" em outros tempos da história (LAPLANTINE, 1988; DUCHET, 1995; BAKER, 1998; LUGONES, 2014).

Grada Kilomba (2020), em seu trabalho "Memórias da plantação", discute sobre como o racismo cotidiano, muitas vezes desapercebidamente, atualiza e torna presente as marcas da escravidão nos dias de hoje. Mais especificamente, a autora marca o quanto uma série de práticas e construções culturais tornam vivas as memórias de um passado que tenta se fazer presente. Nesse sentido, meu ponto de partida está em apontar que o modo como os *goblins* do jogo reaviva simbolicamente uma memória colonial racista. Argumento que as produções da cultura, ao contrário de se encerrarem em si próprias, enunciam uma série de elementos enraizados na cultura (CAVALHEIRO, 2008; ANTONIAZZI, 2017). No caso do jogo, entendo que a construção dos *goblins* (d)enuncia uma marca racista que se atualiza no mundo pós-colonial. Opero minha análise a partir de uma costura crítica entre o modo como o jogo constrói as representações de humano e não-humano e suas relações com a colonização. Assim, busco questionar de que modo os processos de racismo, como ocorre com os *goblins* do jogo, se entrelaçam com o processo de colonização vivido pelo Sul global (BALLESTRIN, 2013).

PERCURSO METODOLÓGICO

Meu objetivo neste texto é compreender como o jogo *Dragon's Dogma* constrói a representação de *goblins* em sua narrativa, e quais as implicações disso para pensar, contemporaneamente, o modo como racismo e ideias de barbárie se atualizam na cultura. Do ponto de vista metodológico, opero em diálogo com a

proposta de Samanta Antoniazzi (2017) para pensar a Psicanálise como um caminho possível de escutar a cultura. A autora retoma os escritos freudianos acerca da arte para pensar nas possibilidades de escuta psicanalítica das produções da cultura. O ponto de Antoniazzi (2017) é notar nas análises de Freud sobre arte movimentos metodológicos que se assemelham ao processo de escuta clínica na Psicanálise. Assim, concebe-se tal desdobramento da escuta como um caminho possível para compreender as produções da cultura hoje.

Antoniazzi (2017) marca que, na análise de *O delírio e os sonhos na "Gradiva" de Jensen*, Freud (1986) aponta os movimentos feitos pela obra literária como análogos aos do sonho, e passa a operar sobre os seus elementos como se ali se operasse a interpretação de um texto-onírico. Nesse processo, o trabalho em jogo passa a ser o de buscar relações de intertextualidade entre os elementos presentes dentro da narrativa e outros elementos que possam se encadear. Assim, pela via do método psicanalítico, o que se busca é expor uma *inter*-relação entre seus elementos que ainda não havia se mostrado explícita.

Já na obra *O Moisés de Michelangelo*, de Freud (1997), Antoniazzi (2017) destaca que o método freudiano expande as possibilidades de pensar o texto da obra para propô-lo como uma escrita pictográfica.[2] Em outras palavras, trata-se de um texto que é possibilitado pela imagem e composto a partir de uma dada organização de seus elementos. Isso significa uma abertura para escutar o texto não somente de produções literárias, como no caso de *O delírio e os sonhos na "Gradiva" de Jensen*, mas também de obras não-literárias, como a obra Moisés, do escultor Michelangelo. O ponto de virada da análise da obra *O Moisés de Michelangelo* está justamente no modo como esse texto-pictórico é concebido por Freud. Para além de um trabalho de encadear seus elementos internos entre si, Freud (1997) passa a colocá-lo em intertextualidade com outros elementos da cultura: a bíblia, os estudos prévios sobre o trabalho do escultor, a história do túmulo onde fica a obra, e assim por diante. A proposta engendrada por Antoniazzi (2017), portanto, está em conceber que uma escuta psicanalítica das produções da cultura tece, em última análise, intertextualidades não somente interiores à própria obra, mas também exteriores a ela. De modo similar, busco colocar os elementos da cultura encontrados a partir de

[2] "Bilderschrift", termo em alemão sem tradução exata.

Dragon's Dogma em intertextualidade não somente entre eles próprios, mas também entre outros elementos da cultura.

Tal movimento de escutar as obras da cultura pela via da Psicanálise é também explorado na proposta de Amadeu Weinmann (2017) para pensar uma análise fílmica psicanalítica. Nela, toma-se o texto-fílmico em uma de um filme de modo que seja possível operar com seus elementos, tal como se trabalha com o texto-onírico de um sonho. Se tomada a análise fílmica psicanalítica como analogia, o que proponho ao analisar *Dragon's Dogma* é me debruçar sobre o jogo, desde o seu texto-gameográfico, como disparador de análise. Em outras palavras, meu ponto de partida está em compreender a obra como possuidora de um texto (neste caso, um texto-gameográfico) que é análogo ao texto-onírico do sonho na Psicanálise. Assim, metodologicamente, compartilho dos movimentos de escuta psicanalítica apontados tanto por Antoniazzi (2017) quanto por Weinmann (2017). A diferença está que os situo a partir dos elementos lúdicos, ou gameográficos, próprios da linguagem dos jogos digitais.

É a partir dessa similaridade onírica (FREUD, 1991) com o modo como tais elementos se organizam e se agenciam, seja entre si ou exteriormente, que se torna possível refletir e buscar implicações acerca de seus efeitos na cultura. Assim, meu esforço em analisar o texto-gameográfico de *Dragon's Dogma* vai no sentido de pensar acerca dos elementos de intertextualidade presentes na obra. Mais especificamente, busco pensar de modo crítico sobre como a construção histórica de conceitos como raça, racismo e barbárie impacta nas produções da cultura hoje. Consequentemente, busco refletir sobre como os movimentos da cultura enunciados em *Dragon's Dogma* permitem também pensar sobre os processos de hierarquização e violência racial que se operam nas produções contemporâneas da cultura.

UMA RAÇA GOBLIN?

No jogo, os *goblins* são representados como seres humanoides de estatura curvada, com escalpo nu, e poucos e irregulares dentes. Com frequência, vestem trapos ou armaduras tidas como de baixa qualidade aos padrões do jogo. A coloração de suas peles costuma variar entre o vermelho e o cinza-esverdeado, e seus rostos possuem textura enrugada. Os *goblins* de pele avermelhada costumam habitar mais

frequentemente as regiões iniciais do jogo e, portanto, costumam oferecer menor letalidade. Além disso, é comum que eles carreguem armas de madeira e vistam armaduras de baixa cobertura corporal. Já os *goblins* de pele cinza-esverdeada costumam ser mais letais e predominantemente encontrados nas regiões onde a dificuldade do jogo é maior. Suas armaduras, por vezes, cobrem a maior parte do corpo, ainda que feitas de materiais tidos como de baixa qualidade. Apesar de *goblins* terem diferentes aparências no que diz respeito às vestimentas, estatura e coloração da pele, todos compartilham de falas e representações muito similares.

Figura 1 - Captura de tela de um conflito com a personagem protagonista do jogo em um território onde habitam *goblins*, perto do vilarejo de Cassardis

Fonte: A autora (2021).

Aníbal Quijano (2005) marca que o conceito de raça em seu sentido moderno é uma criação da colonização, ou seja, um conceito sem história conhecida até a invasão das Américas. O autor aponta que apesar de o conceito de raça poder ter surgido a partir das diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, o seu eixo central está na ideia de que a diferença racial tem como base as supostas diferenças estruturalmente biológicas entre esses grupos. Em outras palavras, o autor marca o quanto o conceito de raça é historicamente situado e socialmente construído, mas que se pretende como uma verdade natural e biológica. Assim, desde o lugar de verdade biológica, o conceito de raça passa a ser utilizado como modo de promoção de dominação e racismo contra pessoas identificadas racialmente como não-brancas.

Passados cinco séculos desde o início da colonização, o entendimento de raça como verdade hierarquizadora amparada na biologia ainda se faz presente nos dias atuais, inclusive desde a posição de verdade científica, como apontam Audrey Smedley e Brian Smedley (2005). No entanto, Grada Kilomba (2020) e Paul Gilroy (1987) denunciam uma transição retórico-discursiva, não menos racista, na maneira como os processos de identificação racial e de racismo se dão na contemporaneidade. A ideia de "inferioridade racial", tradicionalmente sustentada pela biologia, passa a se tornar menos frequente. No lugar dela, ganha força a disseminação da ideia de que existem diferenças culturais inconciliáveis com uma certa identidade nacional. Sobretudo, uma ideia de que essa suposta incompatibilidade irredutível teria como causa diferenças culturais ou religiosas. Assim, como marca Kilomba (2020), o racismo adquire uma nova roupagem que, se antes partia da biologia, agora parece ganhar espaço no conceito de cultura. Como consequência, a hierarquia passa a ser disfarçada por um discurso de "diferenças". Noto, sobretudo, que o discurso dessa suposta "diferença cultural" incompatibiliza e inviabiliza não somente a coexistência de coletivos racialmente identificados como não-brancos em dados espaços, mas também as suas próprias existências.

Em *Dragon's Dogma*, do ponto de vista do racismo biológico, é marcante o modo como a representação dos *goblins* é atravessada pelo tropo eugenista de "aberração", em que capacitismo e racismo se misturam, como aponta Angela Smith (2012). No entanto, noto também que a ideia de diferenças culturais se faz não menos presente nas representações dos *goblins* no jogo. Ao longo da narrativa, os *goblins* são tidos como seres de cultura agressiva, incivilizados, sedentos por sangue e cruéis. Nesse sentido, questiono a ideia de que ser *goblin* em *Dragon's Dogma* se dá apenas por uma diferença na aparência física. Defendo que ser *goblin*, na ótica do jogo, está relacionado com uma construção discursivo-semiótica em que tanto as características físicas quanto a existência de suas práticas e culturas são vistas como abjetas, inferiores e perigosas. Em última análise, argumento que *Dragon's Dogma* coloca em voga um complexo sistema de hierarquização de vidas que é justificado por discursos racistas tanto biologicistas quanto culturais.

QUAL A RAÇA DO HUMANO E QUAL A RAÇA DO BÁRBARO?

Claude Lévi-Strauss (1976) assinala que, originalmente, bárbaro era o nome dado a todos os povos que não participavam da cultura grega; e, posteriormente, greco-romana. Com a consolidação de culturas europeias no que veio a ser conhecida como civilização ocidental, o autor marca que o termo selvagem passou a ser utilizado com o mesmo sentido. Em ambos os casos, o que se configura é uma ideia de animalidade direcionada ao outro, e que seria supostamente incompatível com a cultura humana. No entanto, a contradição desse pensamento, conforme aponta Lévi-Strauss (1976), é que para ser bárbaro é necessário, antes de tudo, acreditar na barbárie. A ironia disso é que se torna possível questionar se os bárbaros não seriam os próprios civilizados, uma vez que apenas estes últimos acreditam na barbárie.[3] Lévi-Strauss (1976) destaca que os povos chamados de bárbaros não pensam neles próprios como tal. Pelo contrário, muitas vezes a barbárie é um conceito que sequer faz sentido a eles. No final, o autor defende que a barbárie está mais do lado de quem acusa do que de quem é acusado

Além disso, ao nomear o outro como bárbaro, no sentido de entender essa diversidade cultural como incompatível com a coexistência, a própria ideia de civilização entra em contradição, uma vez que ela pressupõe um acordo de convívio com a diferença (LÉVI-STRAUSS, 1976). Reforço, ainda, que a distinção entre quem é bárbaro e quem não é também é arbitrária e variável ao longo da história. Chama-se um outro coletivo de bárbaro na medida em que o estabelecimento de uma relação de poder é conveniente. O ponto de Lévi-Strauss (1976) é indicar o quanto a ideia de barbárie, no final, é racista. Não somente por inferiorizar a cultura e as vidas de outros povos, mas ainda por, muitas vezes, justificar que o que lhes categoriza com bárbaros são suas características físicas e genéticas ditas como “inferiores”, “selvagens”, “animalescas” ou “primitivas” — o que também acontece com os *goblins* do jogo.

Franz Fanon (1968) discute sobre como o processo de bestializar pessoas negras, reiterado incessantemente ao longo da história colonial (e pós-colonial), foi usado como modo de instaurar uma hierarquia entre pessoas brancas e não-brancas, capaz de justificar a escravidão e a violência contra essas vidas. O autor pontua que

[3] Busco, ao longo do texto, demarcar a artificialidade e estranhar a naturalização acerca de categorias como a de quem é humano e quem não é, assim como civilizado e ocidental. Desse modo, peço que as passagens em que retomo esses termos sejam acompanhadas dessa crítica.

o processo de animalizar essas pessoas, ou seja, de desumanizá-las, passa também por categorizar sistematicamente cosmovisões, epistemologias e modos de vida como primitivos, selvagens, incivilizados, ou seja, inferiores. Nesse sentido, Achilles Mbembe (2001) argumenta que a prática histórica de reduzir essas vidas à bestialidade desdobra, na contemporaneidade, um processo ainda atual, contínuo e sistemático de brutalização dessas vidas. Mbembe (2001) argumenta que esses processos não se tratam, de modo algum, de meras representações culturais pejorativas, mas inofensivas. O ponto do autor é que isso se trata, acima de tudo, de uma violência cultural, institucional e histórica que perpetua a dominação, a violência e a brutalidade contra essas vidas.

É nesse sentido que entendo que o contexto dos *goblins* em *Dragon's Dogma* pode metaforizar, com uma certa precisão, o modo como, ao longo da colonização, os povos não-ocidentais (e não-brancos) foram tidos. No jogo, os *goblins* vivem na natureza, possuem aparência que, aos humanos do jogo, é grotesca, e convivem com seres que aos olhos dos civilizados parecem aberrações, como gigantes de um olho só. Mais do que isso, se aliam a poderes de natureza não-humana e usam tecnologias tidas como "primitivas" na lógica evolucionista ocidental. Enquanto os humanos possuem arcos de longa distância e precisão, os *goblins* atiram pedras. Usam escudos de madeira, enquanto os humanos brilham com o poder do aço. Vivem em meio às matas, enquanto os que se chamam de civilizados habitam enormes castelos de pedra.

Tal como os discursos racistas que historicamente categorizaram povos como primitivos (cf. LÉVI-STRAUSS, 1976; LAPLANTINE, 1988), a lógica colonizadora de *Dragon's Dogma* situa os coletivos *goblins* como "atrasados" tecnologicamente. Na narrativa, é como se o escudo humano, pintado de coroas e espadas, fosse uma tecnologia obtida com o árduo trabalho dos melhores ferreiros do mundo, enquanto as clavas espinhosas dos *goblins* fossem produto do acaso. Argumento, em diálogo com Lévi-Strauss (1976), que essa representação dos *goblins* utiliza a régua daquilo que é entendido como progresso na lógica do colonizador, e ignora a régua do progresso dos próprios *goblins*. Seria a arquitetura de túneis *goblins*, por vezes intransponíveis para os humanos que habitam as cidades, um modo de arquitetura tão tecnológico quanto os castelos de pedra? Seria a coroa negra do Rei Goblin uma tecnologia tão avançada quanto um acelerador de partículas, parafraseando Eduardo

Viveiros de Castro (2007)? Afinal, o que se sabe sobre os *goblins*? Melhor, o que se sabe dos *goblins* que não a partir do ponto de vista colonizador daqueles que se chamam de humanos no jogo?

Essa perspectiva estereotipada do selvagem “atrasado” e “sanguinário” aparece também nos diálogos do jogo. Em um dos confrontos, é dito por *goblins*, em inglês *pidgin*, “We eats when 'ungry an' we sleep when tired from eatin'! We kill them as we want 'em dead”. Em tradução livre, “nós comemos quando estamos com fome, e dormimos quando nos cansamos de comer. Nós os matamos conforme os queremos mortos”. Em outras palavras, parece que suas existências se sustentam em comer, dormir e matar. No entanto, de que modo eles se diferenciariam, desse ponto de vista, dos colonizadores, responsáveis por incontáveis genocídios na América, na África e na Ásia? Inversamente, não é isso que os ocidentais têm feito a colonização? Tanto ao longo da história da colonização quanto no jogo, o que se observa é que os ocidentais são responsáveis por levar, por onde passam, os mais sangrentos massacres enquanto dizem de modo categórico: o bárbaro é o outro.

DA NEGAÇÃO À REPARAÇÃO: CAMINHOS POSSÍVEIS

Antonio Neto (2020), ao analisar jogos, marca uma distinção entre o que chama de olhar da pessoa jogadora (*player gaze*) e o olhar da desenvolvedora[4] (*developer gaze*). Neto (2020) aponta que a desenvolvedora, ao organizar os elementos narrativos de um jogo, também articula nesse processo certas restrições sobre o que será possível de ser experienciado ou não durante a jogabilidade. Assim, delimitar o que será incluído ou não na narrativa, bem como o modo como isso se dará, também é imbuir ao jogo uma certa perspectiva, denominada de olhar da desenvolvedora. No entanto, apesar da articulação prévia de uma perspectiva no jogo, a defesa de Neto (2020) está em conceber que o jogo não está encerrado em si próprio, e é necessária uma interação ativa em relação à obra. Nesse sentido, o argumento de Neto (2020) consiste em entender que o olhar da pessoa jogadora pode ser capaz de subverter a articulação anterior imbuída ao jogo. Quando um jogo é jogado, portanto, ao contrário de simplesmente ser produzida uma posição passiva que replica o olhar da

[4] Opto pela tradução de *developer gaze* como olhar da desenvolvedora no sentido de manter a polissemia de significados existente no inglês entre pessoa desenvolvedora, equipe desenvolvedora e empresa desenvolvedora.

desenvolvedora, é possível que quem o jogue desenvolva uma perspectiva outra, capaz de subverter a da desenvolvedora.[5]

Na trama do jogo, noto que a representação dos *goblins*, isto é, o olhar da desenvolvedora não é tão distante da mesma representação racista historicamente usada para representar pessoas não-brancas. Especificamente, noto o quanto esse movimento de representação racista contra pessoas não-brancas se atualiza no jogo, e marca o quanto esse processo se faz presente tanto no mundo colonial quanto pós-colonial. Por isso, busco notar que esse olhar imbuído ao jogo não limita que a pessoa jogadora, ao entrar em contato com a obra, possa repensar os seus elementos, reposicioná-los (e reposicionar-se) em relação ao discurso e criar condições de possibilidade para a subversão (NODARI, 2015). Isso implica em entender a pessoa jogador não como instância passiva, mas como agente capaz de tomar a obra como um modo de produzir crítica e resistência. Desse modo, argumento que, a partir do encontro entre a pessoa jogadora o jogo, é possível tomar a obra contra ela própria e ir em direção a uma crítica antirracista.

Kilomba (2020), ao retomar a obra de Paul Gilroy, discute os cinco mecanismos de defesa do Eu que o sujeito branco passa para se tornar consciente de sua própria branquitude e se implicar em relação ao racismo. São eles a negação; a culpa; a vergonha; o reconhecimento e a reparação. O argumento de Kilomba (2020) está em entender esse processo, ao contrário de um percurso moral a ser atingido pelo sujeito branco, como percurso de responsabilização. Sobretudo, no sentido de, a partir dessa responsabilização, criar condições de possibilidade para construir novas formas e configurações de poder e saber comprometidas com o antirracismo. Assim, defendo que não se trata de pensar sobre obra desde uma lógica de negação, ou seja, de que essas obras devem ser simplesmente esquecidas e ignoradas. Tampouco de culpa ou de vergonha, o que facilmente poderia desembocar em uma paralisia diante do racismo presente na obra. Em última análise, meu argumento é que, desde o contato

[5] Sobre o conceito de olhar da desenvolvedora, diálogo com Juciane Cavalheiro (2008) no sentido de que as textualidades presentes em uma dada produção da cultura não se limitam à vontade ou intenção de quem as produziu. No lugar de inferir a intencionalidade dos criadores, trata-se de apontar o quanto os elementos presentes na obra, quando colocados em intertextualidade com a história da colonização, apontam para um caminho violento e brutalizador não diferente dos movimentos descritos por Mbembe (2001) e Fanon (1968).

com a obra, é possível tomar um caminho de reconhecer que o racismo está presente nela e, a partir disso, direcionar esforços para uma reparação.

Nesse sentido, marco que não há como combater o racismo sem que, antes de tudo, se reconheça a sua existência. Para que exista um esforço efetivamente antirracista, é necessário, em primeiro lugar, reconhecer que o racismo existe. Ele está na história, ele está na cultura e ele está na vida cotidiana. É nesse sentido que proponho implicar o encontro com *Dragon's Dogma*. O racismo está presente no jogo, e é justamente pela recusa em ignorá-lo que se torna possível reconhecê-lo e, a partir disso, construir possibilidades de reparação. Kilomba (2020) destaca que a reparação consiste em um processo de negociar o reconhecimento e modificar as estruturas, as dinâmicas, e demais processualidades que culminam em um abandono de privilégios. Cabe, portanto, perguntar: de que modo o encontro com a obra pode possibilitar uma responsabilização reparativa?

Minha defesa é por tomar a obra contra ela própria, de modo a produzir outras relações e perspectivas. Entendo que, ao mesmo tempo em que o jogo aponta para uma estrutura racista, ele também pode ser tomado como ponto de partida para estranhar e desnaturalizar o racismo. Conforme aponta Alexandre Nodari (2015), o encontro com a obra permite reconfigurar tanto o mundo da obra quanto de quem interage com ela. Isso significa entender que, para além das transformações no mundo pessoa jogadora, a própria textualidade da obra também pode ser subvertida e engendrada de outros modos. É uma aposta, mais do que na possibilidade de compreender criticamente tais lógicas do jogo de modo a não as repetir, de que esse encontro configura condições de possibilidade para um engajamento em práticas antirracistas. Desse modo, entendo que o encontro com *Dragon's Dogma* também pode apontar para um processo de responsabilização e reparação.

SERIAM OS *GOBLINS*, NA VERDADE, HUMANOS?

Abro o título deste texto com uma questão: afinal, seriam os *goblins*, na verdade, humanos? Para criar condições de aprofundar essa pergunta, retomei informações sobre sua linguagem, onde vivem, como se vestem, como convivem entre si. E de um modo geral, a vida dos seres humanos e dos *goblins* do jogo parece convergir em vários pontos. Assim, não seria estranho pensar nos *goblins* como tão humanos quanto qualquer outro personagem humano do jogo. Aliás, o inverso

também poderia ser dito: os humanos, à luz de *Dragon's Dogma*, poderiam ser entendidos como tão goblinescos quanto qualquer outro *goblin*. Pois, em última análise, são os humanos os responsáveis por fazer exatamente aquilo que acusam os *goblins*. Se colocada em perspectiva a história da colonização e as práticas reiteradas no mundo do jogo, de que modo é possível entender os colonizadores como aqueles que "superaram" a barbárie? No final, a suposta barbárie que diferenciaria os humanos dos *goblins* apenas os aproxima da categoria que projetam no outro, e que tanto tentam se diferenciar (cf. LÉVI-STRAUSS, 1976).

Todavia, o que busco refletir com essa questão vai em um sentido diferente. Defendo que cabe questionar, antes de tudo, a própria utilidade de discutir se outros seres são humanos ou não. Digo isso no sentido de que, em última instância, cabe somente ao *goblin* definir o que ele é. Não se trata, portanto, de responder essa questão pelos *goblins*, mas de criar condições de possibilidade para que o próprio lugar dessa pergunta seja repensado. Qual a consequência de dar um veredito sobre se os *goblins* são ou não humanos? Isso leva a questionar se é somente sujeito de direitos aquele que é nomeado como humano. Se a resposta a essa pergunta for positiva, então entendo que cabe pensar criticamente a serviço de quem está a necessidade de responder essa pergunta, bem como quem são aqueles com o poder de definir o que, ou quem, é humano ou não.

Se é possível mesclar teoria e fabulação, como argumenta Donna Haraway (2016), então proponho que cabe somente aos *goblins* responder a essa questão — se ela for relevante a eles. Quero dizer, por que não pensar em estudos *goblins*? Quais possibilidades e mundos poderiam florescer desde o contato com questões feitas pelos próprios *goblins*? Por que não propor que se pesquise com e para *goblins*? Afinal, se há algum compromisso decolonial que possa ser construído nessa empreitada, aposto no de pesquisa a contrapelo, como propõe Walter Benjamin (1987). Em outras palavras, aponto para um deslocamento da centralidade de uma história pautada na vida daqueles que se dizem capazes de nomear todas as outras criaturas como não-humanas.

Nesse sentido, argumento que o jogo coloca em voga um processo efetivamente comum à humanidade e aos *goblins*: o da desumanização. No final, o que a narrativa acerca dos *goblins* revela é algo já sabido ao longo da história: alguns são mais humanos que outros. Ou, em outras palavras, que alguns podem ser mais

desigualmente expostos à vulnerabilidade do que outros (cf. BUTLER, 2009). A consequência disso é um processo que valida a lógica de desumanização e violência contra vidas sistematicamente vulnerabilizadas. Desse modo, questiono qual o efeito ético de instaurar uma política de ódio contra *goblins* em *Dragon's Dogma*, especialmente se levado em consideração o quanto ela se assemelha a políticas de ódio historicamente usadas contra povos não-brancos.

É nesse sentido que busco questionar até que ponto nos interessa uma história que é sempre contada desde a perspectiva dos militares, dos poderosos, dos nobres, dos senhores das terras, e dos reis. Uma história daqueles que, enquanto monopolizam o direito de dizer quem é humano, usam de seu aparato bélico para extinguir as possibilidades de convívio interespécies (cf. HARAWAY, 2008). Minha defesa é por repensar a própria utilidade da questão sobre quem é humano ou não. Pois, em última análise, entendo que essa pergunta deixa de ser útil. Distinguir quem é humano e quem não o é, nesse sentido, não se afasta da pergunta pela existência de alma dos ameríndios, extensivamente debatida durante a colonização para descobrir se eles poderiam ser escravizados, como marcam Kenia Medeiros e Álvaro Regiani (2018). Mais do que uma discussão sobre a ontologia do que seriam seres humanos ou não-humanos, argumento que o que está em jogo nessa pergunta é a possibilidade latente de usar da crueldade como modo de tratamento aceitável para vidas vulnerabilizadas pela lógica colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo após a abolição da escravidão nos EUA, Kilomba (2020) assinala que bonecas negras muito rapidamente passaram a decorar a entrada das casas de famílias brancas. Como bonecos decorativos, eles passaram a ocupar o mesmo lugar que pessoas negras escravizadas eram antes forçadas, ou seja, um modo de tornar aquilo que era passado, agora um presente ilusório. Em *Dragon's Dogma*, marco que a maneira como os *goblins* são articulados na trama engendra um efeito não muito distante. O modo como os *goblins* são apresentados aponta para um processo do qual a colonização se aproveitou para brutalizar vidas: o racismo. E, nesse sentido, o jogo encena modos como esses processos se atualizam e tornam aquilo que era passado, presente. Uma de minhas saídas para pensar sobre os fenômenos do jogo é misturar

fabulação com teoria, tal como propõe Haraway (2016). Mas noto uma fabulação bastante localizada. Em um certo sentido, o que falo sobre *goblins* deixa de ser exclusivamente sobre *goblins*, e se borra com as marcas deixadas pela colonização e o racismo na vida de pessoas não-brancas. Em última análise, fala-se não apenas sobre vidas *goblins*, mas de relações que se misturam também a história sobre vidas negras, vidas indígenas, vidas marcadas por uma ferida colonial que ainda sangra.

Como consequência disso, marco que o jogo explicita uma lógica racista que transborda os limites da obra e aponta para o quanto o racismo se faz enraizado, mais do que em um jogo, na própria cultura. Afinal, o jogo não se encontra isolado dela, mas perpassado a todo instante por ela. Apesar de ter escolhido *Dragon's Dogma* para esta análise, esses processos ocorrem similarmente em muitos outros jogos, produzidos em diferentes países. A representação dos coletivos de *falmers* de The Elder Scrolls V: Skyrim (2011), desenvolvido pela estadunidense Bethesda, é um exemplo que se aproxima da situação dos *goblins* em *Dragon's Dogma*. Na série de jogos Mass Effect, do estúdio canadense BioWare, discute-se sobre a limpeza étnica por esterilização sofrida por coletivos *krogans*, uma raça considerada inferior e agressiva por seus colonizadores. Em última análise, o modo como as produções da cultura, mais especificamente jogos eletrônicos, atualizam a temporalidade das lógicas coloniais jogos e as tornam presentes é muito mais ampla do que um processo que ocorre unicamente em *Dragon's Dogma*. Finalmente, indico que estudos futuros aprofundem a discussão sobre os efeitos do racismo e xenofobia da sociedade japonesa nas suas produções culturais.

REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, Samanta. **Pai, não vês?** O filicídio na teoria psicanalítica. Dissertação (Mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 107, 2017.

BAKER, Lee D. **From savage to Negro**: Anthropology and the construction of race, 1896-1954. University of California Press, 1998.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013.

BENJAMIN, Walter. 1987. "Sobre o Conceito de História". In: **Walter Benjamin - Obras Escolhidas**: Magia e Técnica, Arte e Política, São Paulo: Brasiliense. pp. 222-234.

BUTLER, Judith. **Frames of War**: When is life grievable? London/New York, Verso, 2009.

CAVALHEIRO, Juciane dos santos. A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault. **Signum**: estudos da linguagem, v. 11, n. 2, 2008, pp. 67-81.

DUCHET, Michèle. **Anthropologie et histoire au siècle des Lumières**. Paris, França: Albin Michel, 1995.

FANON, Frantz. **Condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FREUD, Sigmund. El Moisés de Miguel Angel. In **Sigmund Freud: Obras completas**, vol. 13. Buenos Aires: Amorrortu, 1997. (Texto originalmente publicado em 1914).

FREUD, Sigmund. El delirio y los sueños en la “Gradiva” de W. Jensen. In **Sigmund Freud**: obras completas, vol. 9. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. (Texto originalmente publicado em 1907).

FREUD, Sigmund. La interpretación de los sueños. In **Sigmund Freud**: obras completas, vol. 4. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu, 1991. (Texto originalmente publicado em 1900).

GILROY, Paul. **‘There Ain’t No Black in the Union Jack’**: The cultural Politics of race and nation. London: Hutchinson, 1987.

HARAWAY, Donna. **When Species Meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble**. Duke University Press, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2020.

LAPLANTINE, Francis. **Aprender antropologia**. Brasiliense, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 328-366, 1976.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MBEMBE, Achille. **On the Postcolony**. Berkeley: University of California Press, 2001.

NETO, Antonio. **Lara Croft and Jill Valentine**: understanding the representation of female protagonists in triple-A video games in the# MeToo Era. 2020.

MEDEIROS, Kenia Gusmão; REGIANI, Álvaro Ribeiro. História indígena em perspectiva: representações neotomistas ainda presentes no ensino de história. **Revista Temporis** [ação], v. 18, n. 1, p. 61-79, 2018.

NODARI, Alexandre André. A literatura como antropologia especulativa. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 38, p. 75-85, 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SMEDLEY, Audrey; SMEDLEY, Brian D. Race as biology is fiction, racism as a social problem is real: Anthropological and historical perspectives on the social construction of race. **American psychologist**, v. 60, n. 1, p. 16, 2005.

SMITH, Angela. **Hideous progeny**: Disability, eugenics, and classic horror cinema. Columbia University Press, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O chocalho do xamã é um acelerador de partículas. In RIBEIRO, Darcy. **Encontros.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, p. 26-49, 2007.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Sobre a análise fílmica psicanalítica. **Subjetividades.** Fortaleza. vol. 17, n. 1, p. 1-11, 2017.

* Artigo recebido em 31 de julho de 2021,
aprovado em 28 de setembro de 2021.

MASCULINIDADES NA SELEÇÃO DE PARCEIROS ENTRE USUÁRIOS DO GRINDR NA CIDADE DE SANTA MARIA - RS

MASCULINITIES IN THE PARTNER SELECTION BY THE USERS OF "GRINDR" IN THE CITY OF SANTA MARIA-RS

LAS MASCULINIDADES EN LA ELECCIÓN DE PAREJA ENTRE LOS USUARIOS DE GRINDR EN LA CIUDAD DE SANTA MARIA – RS

Daniel da Silva Stack[1]

Resumo

A pesquisa tem como tema a busca afetiva-sexual entre homens usuários do aplicativo Grindr em Santa Maria-RS. O Grindr é um aplicativo de geolocalização desenvolvido, inicialmente, para homens gays e bissexuais se relacionarem. Ele foi criado pelo norte-americano Joel Simkhai. O aplicativo pode ser acessado em smartphones e tablets, e está disponível para Android e Iphone. Estudos sobre a plataforma evidenciam padrões recorrentes na busca afetiva-sexual dos usuários, destacando rígidas normas estéticas de construção do corpo e da masculinidade, que se materializam na construção dos perfis e nos critérios subjetivos da busca. Compreendendo que padrões associados à masculinidade hegemônica influenciam na seleção de parceiros, busco investigar os espaços urbanos da cidade de Santa Maria-RS, caracterizada como grande polo militar e universitário, e como esses espaços influenciam na (in)visibilidade de determinados perfis. O estudo está em andamento e utiliza-se da etnografia digital, compreendendo as plataformas digitais como espaços passíveis de investigação sociológica. Os métodos de coleta de dados consistem na análise dos perfis que integram a plataforma e na entrevista semi-estruturada com usuários do aplicativo. A análise coloca em evidência a pluralidade de discursos referentes à masculinidade. Há presença de perfis de usuários que reiteram uma masculinidade pautada na heterossexualidade ao se descreverem como machos ou "normais", no entanto, há também perfis que desconstroem essa norma de masculinidade e reivindicam outras formas de existência para além das concepções hegemônicas de masculinidade.

Palavras-Chave: Masculinidades; Aplicativos; Mídias Digitais; Grindr.

Abstract

This research has as theme the affective-sexual searching among the users of the app *Grindr* in the city of Santa Maria- RS. *Grindr* is a geolocation app, initially developed only for gay and bisexual men to connect with each other. The creator of this app was

[1] Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria – PPGCS/UFSM, bolsista CAPES, danielsstack@outlook.com.

the north American Joel Simkhai. The app can be accessed by cellphones and tablets and is available for Androids and IOS. The recurring studies related to the platform show that there are recurring patterns in the affective sexual searching among the users of the app. The highlights were strict rules related to body building and masculinity that are materialized in the profile construction and in the subjective criteria of the searching. Since the patterns associated to the hegemonic masculinity influences in this pattern selection, this study investigates the urban spaces of the city, characterized by being a huge military and universitary area and how these spaces influence in the (in) visibility of the profiles. This study is ongoing and uses digital platforms as spaces amenable to sociological research. The data collection methods consists of analyzing the profiles that integrate the platform and semi-structured interview with the users of the app living in Santa Maria – RS. When analyzing the Grindr app users in the context of Santa Maria the highlight was the plurality of discoursers related to masculinities with the presence of users profiles that reaffirm a masculinity based on heterosexuality by describing themselves as “masc” or “normal”. However, there are profiles that deconstruct this norm of masculinity by claiming other forms of existence beyond of hegemonic conceptions of masculinity.
Keywords: Masculinities; Apps; Digital Media; Grindr.

Resumen
La investigación tiene como tema la búsqueda afectivo-sexual entre usuarios masculinos de la aplicación Grindr en Santa Maria-RS. Grindr es una aplicación de geolocalización diseñada inicialmente para que los hombres homosexuales y bisexuales socialicen. Fue creado por el estadounidense Joel Simkhai. Se puede acceder a la aplicación en teléfonos inteligentes y tabletas, y está disponible para Android e Iphone. Los estudios en la plataforma muestran patrones recurrentes en la búsqueda afectivo-sexual de los usuarios, destacando rígidas normas estéticas para la construcción del cuerpo y la masculinidad, que se materializan en la construcción de perfiles y en los criterios subjetivos de la búsqueda. Entendiendo qué patrones asociados a la masculinidad hegemónica influyen en la selección de socios, busco indagar en los espacios urbanos de la ciudad de Santa Maria-RS, caracterizada como un gran polo militar y universitario, y cómo estos espacios influyen en la (in) visibilidad de ciertos perfiles. El estudio se encuentra en proceso y utiliza la etnografía digital, entendiendo las plataformas digitales como espacios sujetos a investigación sociológica. Los métodos de recogida de datos consisten en el análisis de los perfiles que componen la plataforma y una entrevista semiestructurada con los usuarios de la aplicación. El análisis destaca la pluralidad de discursos referidos a la masculinidad. Hay perfiles de usuarios que reiteran una masculinidad basada en la heterosexualidad al describirse como masculinos o "normales", sin embargo, también hay perfiles que deconstruyen esta norma de masculinidad y reivindican otras formas de existencia más allá de las concepciones hegemónicas de masculinidad.
Palabras clave: Masculinidad; Aplicaciones; Medios Digitales; Grindr.

INTRODUÇÃO

O artigo parte do processo de construção da pesquisa de mestrado — em andamento — e tem como tema a busca afetiva-sexual entre homens através do

aplicativo Grindr, no contexto de Santa Maria–RS, durante a pandemia do novo coronavírus. A pesquisa busca investigar a constituição de masculinidades e as negociações travadas com seus padrões hegemônicos. Trazemos para a análise alguns perfis de usuários em localidades com características sociodemográficas distintas, como as proximidades da Universidade Federal de Santa Maria e o centro da cidade. Ambos os contextos foram escolhidos para se pensar, comparativamente, nos padrões de masculinidades e nas formas de regulação de sexualidade e exposição dentro do aplicativo.

O município de Santa Maria é localizado na região central do Rio Grande Sul, com uma população estimada, em 2020, de 283.677 habitantes, de acordo com IBGE. A Universidade Federal de Santa Maria conta com mais de oitenta cursos de graduação e apresenta moradia estudantil abrangente. Segundo dados fornecidos pela Agência de Desenvolvimento de Santa Maria, a UFSM apresentava, em 2017, um número total de 23.778 estudantes entre os cursos de graduação, pós-graduação, ensino médio e técnico.

A cidade de Santa Maria é também a segunda maior do Brasil em concentração de militares. São dezenove organizações militares na cidade, contando com um hospital militar (Hospital de Guarnição de Santa Maria), um colégio militar e uma base área, que fica no mesmo bairro da universidade. A população de militares corresponde a 2,72% da população total do município, sem incluir seus familiares.

A pesquisa utiliza-se da etnografia digital, compreendendo que nos espaços online a cultura é formada e reformada, sendo espaços passíveis de investigação sociológica. Os métodos de coleta de dados consistem na observação participante com análise dos perfis que integram a plataforma, e entrevistas semi-estruturadas com usuários do aplicativo, residentes em Santa Maria – RS.

Fui à campo para realizar uma pesquisa exploratória entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021. As visitas ocorriam durante três turnos diferentes (manhã, tarde e noite), buscando encontrar regularidades e diferenças de uso em cada espaço de investigação, tais como o número de usuários que expõe foto de rosto, que acionam “sigilo” e “discrição” em seus perfis, entre outros. Os dados obtidos com a pesquisa exploratória contribuíram para a formulação de um roteiro de entrevista sobre os usos do aplicativo, ele envolvia concepções da masculinidade e ocorrência de encontros afetivos-sexuais durante a pandemia do Covid-19. As entrevistas foram realizadas em

junho de 2021 e aplicadas a cinco usuários do aplicativo com faixa etária entre 20 e 40 anos.

A partir da pesquisa exploratória e do aprofundamento qualitativo da investigação, encontrei experiências pessoais distintas no aplicativo cruzando questões de masculinidades, raça, idade e expressão de gênero. O contexto acadêmico e de produção cultural sobre gênero na cidade trouxe impactos na constituição da masculinidade de alguns interlocutores.

Na primeira seção do artigo, trago estudos a respeito da masculinidade para compreender sua constituição, sua produção local e global, assim como as relações de poder e de dominação que são engendradas a partir de modelos que se assumem como hegemônicos. Além disso, incorpora-se autores que analisam as transformações nas configurações afetivas e sexuais a partir do uso da tecnologia.

Posteriormente, descrevo o campo de pesquisa e as especificidades que o município de Santa Maria-RS trouxe para a análise. Nessa seção, apresento os dados obtidos a partir da análise de perfis na plataforma e das entrevistas realizadas, tencionando os discursos presentes no aplicativo e nas entrevistas para compreender sociologicamente os discursos dos usuários sobre masculinidade.

MASCULINIDADES E APLICATIVOS: UMA ANÁLISE TEÓRICA

Judith Butler (2003) chama de *matriz heterossexual* a imposição social de uma linearidade entre sexo-gênero-desejo, na qual o sujeito deve se identificar com o gênero de nascimento, ser heterossexual e, consequentemente, desejar o sexo oposto. O termo *heteronormatividade* é utilizado por ela para definir a imposição que também se dirige à não-heterossexuais, para que estes busquem performar atributos da heterossexualidade através da reprodução de valores, práticas e discursos desta (BUTLER, 2003).

O gênero é constituído a partir da norma estabelecida que reforça a binaridade entre os gêneros masculino e feminino, e uma performatividade correspondente à expectativa de gênero que se impõe a cada um deles. No entanto, Judith Butler (2003) ressalta que o gênero não é inerente ao indivíduo, mas sim uma construção social, e, como tal, torna-se uma prática reguladora e de constante vigilância para manter-se dentro de como é esperado que os sujeitos se comportem.

> Em outras palavras, a "unidade" do gênero é o efeito de uma prática

> reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de "heterossexualidade", "homossexualidade" e "bissexualidade", bem como os lugares subversivos de sua convergência e ressignificação. O fato de os regimes de poder do heterossexismo e do falocentrismo buscarem incrementar-se pela repetição constante de sua lógica, sua metafísica e suas ontologias naturalizadas não implica que a própria repetição deva ser interrompida -como se isso fosse possível. E se a repetição está fadada a persistir como mecanismo da reprodução cultural das identidades (BUTLER, 2003, p.67-68).

Raewyn Connell (1995, p. 188) nos diz que a masculinidade "é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero", portanto, não é trans-histórica, mas é constituída a partir de processos históricos e culturais, que apresentam contínuas mudanças. Dessa forma, a estrutura de gênero não é estática (mecânica), mas sim dialética, nela os indivíduos podem "lutar contra as instituições e forças culturais ou aceitar sua estampa" (CONNELL, 1995, p.190).

> [...] devemos pensar na construção da masculinidade como um projeto (no sentido de Sartre) perseguido ao longo de um período de muitos anos e através de muitas voltas e reviravoltas. Esses projetos envolvem encontros complexos com instituições (tais como escolas e mercados de trabalho) e com forças culturais (tais como a comunicação de massa, a religião e o feminismo) (CONNELL, 1995, p.190).

A masculinidade não é uma característica inata aos homens. A noção de "papel masculino", cunhada nos primeiros estudos sobre masculinidade, ignora a dimensão das relações de poder, violência e desigualdade material, além de naturalizar determinados comportamentos como sendo masculinos. Para Connell, (1995, p. 188), sobre o "papel masculino": "trata-se de um conceito que não nos permite ver as complexidades no interior da masculinidade e as múltiplas formas de masculinidade". Dessa forma, a masculinidade não é homogênea e devemos ter em mente que falamos de *masculinidades*. As diferentes masculinidades encontram-se em constante (re)construção e diálogo, entre as quais há uma dimensão de poder e um ideal que ocupa o topo da hierarquia. É chamada *masculinidade hegemônica* a forma que se assume como "ideal", ocupando uma posição dominante de poder e subjugando demais formas de masculinidade. Para Connell (1995):

> Em primeiro lugar, diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens,

> relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela. (CONNELL, 1995, p.189).

Ao analisarmos as masculinidades devemos levar em consideração sua produção local, visto que grupos diferentes de homens experienciam a masculinidade de forma particular (CONNELL, 2013). Para compreender qual masculinidade é hegemônica, deve-se investigar um contexto local em relação ao global, buscando compreender quais atributos compõem o ideal de hegemonia e quais expressões de masculinidade são subordinadas, naquele contexto. A masculinidade é múltipla, trata-se de uma produção individual, local e global que forma grupos de indivíduos através do compartilhamento de práticas sociais que compõem suas fronteiras de masculinidade. Pensando as masculinidades em diferentes contextos sociais, Connell (2013, p. 278) pontua que:

> Pesquisas internacionais confirmaram fortemente o insight inicial de que ordens de gênero constroem masculinidades múltiplas. Valdés e Olavarría mostram que, mesmo em países culturalmente homogêneos como o Chile, não há uma masculinidade unitária, uma vez que os padrões variam por classe e geração. Em outro famoso país homogêneo, o Japão, Ishii-Kuntz traça a "emergência de masculinidades diversas" na história social recente, com mudanças nas práticas de cuidado das crianças como desenvolvimento-chave. Diversidade de masculinidades também é encontrada em instituições particulares como a instituição militar [...] Finalmente, um corpo considerável de pesquisas mostra que as masculinidades não são simplesmente diferentes entre si mas também sujeitas a mudanças. Desafios à hegemonia são comuns, e o são também os ajustes em face desses desafios. Morrell mostra evidências sobre as transformações de gênero na África Meridional associadas com o fim do Apartheid, um sistema de patriarcados segregados e concorrentes. Ferguson analisa o declínio dos ideais de longa duração de masculinidade na Irlanda – o padre celibatário e o homem de família que trabalha duro – e sua substituição por modelos mais modernizados e orientados pelo mercado.

A busca por se aproximar ao modelo hegemônico de masculinidade é acionada dentro do aplicativo Grindr, onde há perfis que explicitam, em suas narrativas, a busca por uma performance de masculinidade que atue dentro das definições de "macho", "discreto" e "sigiloso".

Para Raewyn Connell (2003), toda a estrutura de gênero, incluindo a masculinidade, é uma estrutura contraditória. Trata-se de um modelo performativo, e os sujeitos não conseguem manter uma performance adequada desses modelos hegemônicos que seja coerente o tempo todo. O que acontece, em geral, é uma

negociação com a norma hegemônica. Nos aplicativos de relacionamento, as performances de masculinidade fabricadas através dos perfis não condizem com a performance off-line, o que importa nesse ambiente é exaltar um ideal de masculinidade através de fotos, ângulos e descrições.

A pesquisa de Camilo Braz (2010) em clubes de sexo em São Paulo revela políticas de controle no que diz respeito à masculinidade. Nos clubes de sexo é cobrado dos frequentadores performarem uma masculinidade viril, esse controle e cobrança não é institucionalizado pelos clubes, mas se dá através dos rechaços que incidem sobre homens afeminados durante a sociabilidade nesses espaços. Uma contradição encontrada pelo autor é que seus interlocutores não se importam que fora desses espaços esses homens sejam mais femininos, mas, nesses espaços, em particular, devem “fazer a linha” de macho.

A sociabilidade homoerótica, antes do surgimento da internet e aplicativos de relacionamento, foi marcada pelo sigilo e pela efemeridade. Na pesquisa de Nestor Perlongher (1987), os encontros entre homens aconteciam em estacionamentos, banheiros públicos, saunas, cinemas etc., em sua maioria durante a noite. A cidade de São Paulo apresentava pontos em que a homossociabilidade podia ser observada apenas em determinados horários. Trata-se de uma dinâmica que coloca a homossexualidade como dissidência, pois ela fica reservada à horários noturnos.

A partir do desenvolvimento das mídias digitais e da internet, um novo espaço de sociabilidade homoafetiva tornou-se possível. As salas de bate-papo proporcionaram uma nova forma de experimentação da sexualidade. Esses ambientes e as relações que se desenrolam para além deles, redimensionam um dispositivo de controle da homossexualidade, na medida em que se tornam uma extensão do armário (MISKOLCI, 2009b). O armário é teorizado por Eve Sedgwick (2007) como um símbolo de opressão à homossexualidade no século XX. A autora analisa a complexidade que ele representa, apresentando-se como uma forma de controle incessante, visto que não se abandona o armário totalmente, há sempre novas situações em que o regime de visibilidade/invisibilidade do armário se impõe:

> Mesmo uma pessoa gay assumida lida diariamente com interlocutores que ela não sabe se sabem ou não. É igualmente difícil adivinhar, no caso de cada interlocutor, se, sabendo, considerariam a informação importante. No nível mais básico, tampouco é inexplicável que alguém que queira um

> emprego, a guarda dos filhos ou direitos de visita, proteção contra violência, contra "terapia", contra estereótipos distorcidos, contra o escrutínio insultuoso, contra a interpretação forçada de seu produto corporal, possa escolher deliberadamente entre ficar ou voltar para o armário em algum ou em todos os segmentos de sua vida (SEDGWICK, 2007, p.22).

Em uma sociedade heteronormativa, o segredo e a descoberta operam dentro de uma lógica na qual a sexualidade é negociada. Assim, muitos homens gays precisam apresentar uma heterossexualidade aparente para não comprometer relações pessoais e profissionais. Trata-se de um regime de visibilidade que impõe a heterossexualidade como sinônimo de público, natural e desejável. Tal regime se manifesta também nas plataformas digitais, nas quais, o sigilo e a discrição — muitas vezes — compõem os perfis de usuários de aplicativos no intuito de evitar o ônus de ter sua homossexualidade exposta em público e, ainda assim, poder se relacionar com outros homens.

De outro lado, as tecnologias alteraram a forma como os sujeitos se relacionam e as configurações afetivas/sexuais. Como Miskolci (2014) observa, as relações afetivas/sexuais em contexto digital estão marcadas pela praticidade que permitem, de alguma forma, negociar com o regime de visibilidade heteronormativo. Em aplicativos que usam a geolocalização, o usuário pode estar no conforto de casa e estar investindo em sua vida sexual, sem a necessidade de se deslocar a bares, baladas e outros espaços frequentados por possíveis parceiros. Não raro, esta se torna uma estratégia para a realização das práticas afetivo-sexuais entre homens, sem sua associação com o "meio" gay.

Uma nova configuração das relações afetivas/sexuais se instaura com a generalização do acesso à internet por meio das plataformas digitais, que é chamada, por Miskolci (2014), de *nova economia do desejo*, fruto de mudanças econômicas e tecnológicas. Essas mudanças contribuem para alterar o roteiro antes estabelecido, no modelo heterossexual, de namoro noivado-casamento, que tem ocupado o segundo plano frente à qualificação profissional e exigências do mercado de trabalho.

Para o autor, a nova economia do desejo facilita o "hook up", termo norte-americano para encontros afetivos-sexuais casuais. Este termo tem um caráter higienizador com relação ao "cruising", termo antes usado para encontros casuais em ambientes de homossociabilidade, como cinemas, saunas, banheiros públicos etc.

Essa higienização se dá na medida em que, nos aplicativos, os sujeitos tendem a buscar e selecionar parceiros segundo altas demandas normativas no que tange ao corpo, à raça, à masculinidade e à idade e classe social.

De forma complementar, a pesquisa de Camilo Braz (2010) revela que, de certa forma, os encontros em locais públicos de homossociabilidade são mais "democráticos" e menos seletivos. De um lado, a oportunidade é passageira e não há garantias de que o sujeito obterá prazer se for criterioso, de outro, esses espaços apresentam um público marginalizado em comparação ao público presente nos aplicativos.

Os estudos sobre aplicativos de relacionamentos para a homossexualidade ressaltam a produção histórica, cultural e generificada que coloca o homem gay masculino e musculoso como desejável em detrimento ao homossexual que se aproxima do feminino (MISKOLCI, 2017). Os aplicativos não apenas facilitam encontros, mas reforçam a busca por reconhecimento que, por sua vez, se traduz em ser adequado à determinadas expectativas estéticas e corporais, muitas vezes, reforçando as normas de gênero.

MASCULINIDADES E A BUSCA AFETIVA-SEXUAL EM SANTA MARIA

Santa Maria é uma cidade de médio porte. A Universidade Federal de Santa Maria tem extensão territorial de mais de mil e oitocentos hectares. Outras seis instituições privadas da cidade (FADISMA, FAMES, FAPAS, FISMA, ULBRA e UNIFRA) também apresentam em seu corpo discente um número considerável de estudantes (em torno de nove mil).Os dados do IBGE de 2010 mostram que os membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares somavam 5.327 profissionais. Desse número, apenas 164 eram profissionais do sexo feminino.

Fica evidente que o número de profissionais militares no município é expressivo quando comparado, por exemplo, aos dados do censo de 2010 de municípios do mesmo porte que Santa Maria. O município de Gravataí (RS), por exemplo, tem uma população estimada, em 2020, de 283.620 habitantes; estimativa semelhante à de Santa Maria, porém, com relação aos membros de forças armadas, policiais e bombeiros militares, o número total é muito inferior: são 314 profissionais do sexo masculino e 13 profissionais do sexo feminino (IBGE, 2010). Em Santa Maria, são

dezenove organizações militares[2], contando o hospital militar (Hospital de Guarnição de Santa Maria), o colégio militar e a base área (que fica no mesmo bairro que a universidade).

Segundo matéria divulgada por um jornal local[3], a cidade é a quarta colocada entre as cidades mais buscadas por militares. Dados divulgados pela Agência de Desenvolvimento de Santa Maria mostram que os oficiais do exército (militares e aeronáutica) representam 2,73% da população do município, sem contar seus familiares.

Diante desse cenário local de forte presença universitária e militar, surgiu, para esta pesquisa, a questão de como convivem padrões de masculinidades diversos, e como eles são acionados no aplicativo Grindr. A fim de adentrar ao campo, realizei uma pesquisa exploratória em dois contextos diferentes: nas proximidades da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e no centro da cidade, localidade próxima às moradias urbanas, locais comerciais e espaços de treinamento militar. O recorte espacial levou em conta o contexto do centro da cidade em comparação ao contexto do bairro de Camobi, mais vinculado à comunidade universitária. Os dados colhidos inicialmente, ao adentrar o campo, serviram para formular questões que, posteriormente, foram aprofundadas qualitativamente a partir da interlocução com alguns usuários do aplicativo.

A partir da observação nesses contextos, notei variações no que diz respeito aos usos do aplicativo e seus recursos. Com as primeiras observações, foi possível identificar que, nas proximidades do centro da cidade, há maior frequência de usuários que não apresentam foto de perfil e outras informações relevantes. A não-publicização de informações no perfil do aplicativo é tomado como um dado, visto que esses sujeitos podem estar em ambientes militares, nos quais se reforça um modelo de masculinidade viril e heterossexual. Como Miriam Grossi (2004) coloca, no quartel homens estão sujeitos a uma série de violências sobrepostas a partir de uma hierarquia, incluindo regimes exaustivos de treinamento e humilhações por seus superiores. Dessa forma, uma performance de gênero não normativa, ou a apresentação explícita da homossexualidade nesses ambientes pode tornar esses

[2] Dados divulgados pela Agência de Desenvolvimento de Santa Maria <https://santamariaemdados.com.br/sociedade/8-5-defesa/> Acesso em 17 de Julho de 2021.
[3] Matéria completa disponível em <encurtador.com.br/uxERW> Acesso em 14 de Maio de 2021.

sujeitos alvos de constrangimentos e perseguições de seus colegas e superiores.

O espaço militar adentra a plataforma do aplicativo e assume uma posição de fetiche. Miskolci (2017) aborda como a pornografia se tornou uma referência de modelo desejante de masculinidade para homens gays, de forma a contrastar com modelos estereotipados da homossexualidade nas mídias. Tal modelo se forjou no contexto de pânico moral da aids, no qual se reforçou o estigma da homossexualidade a partir da sua vinculação com a doença.

O imaginário de uma figura máscula desejável apresenta-se, no aplicativo, por exemplo, com homens que procuram exclusivamente militares para se relacionar — um dos perfis se dispõe a pagar por tal relação. O aplicativo segue uma lógica de oferta e procura, da mesma forma que há perfis que buscam militares, há perfis que, em suas descrições, fazem questão de expor sua vinculação com a instituição militar colocando, por exemplo, fotos parciais da vestimenta militar (farda) ou coturno.

No que tange à raça, o corpo negro ocupa uma posição de rejeição ou fetiche. Alguns perfis colocam nas suas descrições que rejeitam homens negros. Outros, no entanto, afirmam ter preferências por “negões” e dizem “combinar bem” com esse perfil. A hipersexualização e hipervirilização do homem negro reforça a concepção de que seriam “bem-dotados” e insaciáveis sexualmente. O próprio termo “cafuçu”, presente na função “tribos” do aplicativo[4], se refere a um homem de pouca instrução, negro, com um corpo malhado (de trabalhos braçais), que é hipermasculino e viril.

Um de meus interlocutores, a quem chamarei de Fred[5] para preservar sua identidade, relata sua frustração em encontrar um relacionamento, uma vez que os perfis no aplicativo buscam apenas sexo casual, para o qual o tamanho do órgão sexual é o mais importante. Ele relata que frequentemente utiliza a ferramenta de bloqueio quando é abordado de forma desconfortável, como usuários que “só querem saber o tamanho de sua rola”. Fred é um homem cis-gênero e bissexual de 24 anos, quando perguntado sobre como se identifica racialmente, relatou se considerar pardo. Embora ele se autodeclare pardo, tendo como base suas fotografias no aplicativo, considera-se que Fred pode ser lido socialmente como um homem negro de pele

[4] As tribos são identificações dos usuários, subgrupos construídos a partir de características pessoais, como por exemplo a tribo Barbie que representa homens musculosos e sem pelos corporais. O aplicativo disponibiliza treze tribos diferentes, podendo os usuários escolher três para compor seu perfil.
[5] Todos os nomes presentes no texto são fictícios a fim de preservar a identidade dos interlocutores.

clara, sendo este um dos possíveis motivos das recorrentes abordagens de outros usuários que reproduzem uma norma racial que objetifica homens negros.

Com relação aos perfis que mais o atraem, diz que seu "tipo" seriam os "malokas", se considerando do mesmo estilo, a maneira de um "maloka" se vestir é característico com uso de boné, jaqueta corta vento e calça de moletom, além de ter piercings e tatuagens. Embora esse seja o perfil que mais o atrai, não encontra com frequência esse estilo em Santa Maria.

Segundo o dicionário informal[6] "maloka" é uma variação popular da palavra "maloqueiro", que é um substantivo pejorativo, cujo significado é: alguém à margem da sociedade. Esse estilo viralizou nas redes sociais, como o TikTok, em 2021. O termo "mandrake"[7] também é usado para denominar o estilo popular da periferia, que consiste em ter sobrancelha cortada, tatuagens, correntes, roupas largas e de marca.

Nas relações afetivo-sexuais, o termo também está ligado à fetichização. Em 2020, o youtuber gay Matheus Mazzafera publicou em seu canal um vídeo com Gustavo Rocha[8], o qual declara que o estilo que lhe atrai é o "maloka tatuado"; em suas palavras "quanto mais estragado melhor". No vídeo, ambos confirmaram se sentir atraídos pelo estilo, mas que este não seria um perfil para namorar, acabando por namorar apenas homens brancos e loiros.

A partir da interlocução com os usuários do aplicativo, foram ressaltadas questões relacionadas à masculinidade que não estavam visíveis somente na observação dos perfis. Todos os interlocutores relataram passar na infância um constrangimento com uma norma de masculinidade e uma sensação de "desencaixe", tendo sua sexualidade questionada ou sendo rotulados de "viadinho" e "bichinha".

Michel, 36 anos, afirma que sua infância foi marcada pelo personagem *He-man*, que era para ele era o modelo ideal de virilidade e corporalidade. Este personagem era uma personificação heroica, alinhada aos padrões estéticos predominantes (loiro, alto, musculoso), que ele via sendo reproduzidos em outros meios, como novelas, filmes e publicidade. E contrastava fortemente com sua expressão de gênero mais

[6] A definição pode ser acessada em <https://www.dicionarioinformal.com.br/maloka/> Acesso em 26 de Julho de 2021.
[7] Leia mais sobre em <https://www.opovo.com.br/vidaearte/2021/07/01/voce-e-mandrake--entenda-a-giria-que-ganhou-fama-no-tiktok.html> Acesso em 21 de Julho de 2021.
[8] Mais informações sobre o ocorrido podem ser acessadas através do link <https://istoe.com.br/apos-fala-racista-matheus-mazzafera-e-gustavo-rocha-se-pronunciam/> Acesso em 21 de Julho de 2021.

feminina.

> 04/07/2021 22:03 - Michel: Fui uma criança bastante afeminada, não gostava de futebol nem de nada tipicamente masculino, preferia a companhia das meninas, e sofri muito com isso, principalmente na escola. Mas depois disso, por frequentar um curso de artes e conviver com pessoas desse meio, foi tudo muito mais tranquilo. Eu sei que sou privilegiado nesse sentido. (Mensagem enviada por Michel, através do Whatsapp, no dia 04/07/2021 às 22:03h).

Ao ingressar no ensino superior, Micheal ampliou sua perspectiva sobre gênero. Para ele, a universidade abriu seus olhos para outras possibilidades de existência para além daquelas que ele conhecera até aquele momento. Ele relata viver um processo constante de desconstrução desse modelo de masculinidade que esteve presente em sua criação.

O ambiente universitário é marcado por uma maior abertura a discussões voltadas ao gênero, o que implica maior tolerância na performance de gênero e sexualidade dissidentes. A universidade apresenta um grupo de vivência e acolhimento LGBTQIA+[9] aberto ao público acadêmico e à comunidade em geral; ele tem como objetivo compartilhar vivências e criar redes de apoio. O coletivo VOE[10] surgiu a partir da universidade e atua na cidade. É composto por estudantes, pesquisadores e ativistas reunidos em defesa da diversidade sexual, responsável por organizar atos políticos e a parada LGBTQUIA+ alternativa. Além do coletivo, a cidade apresenta uma revista colaborativa, a revista Prisma LGBT[11], que integra as produções e discussões sobre gênero e sexualidade na cidade, se apresentando como “uma revista colaborativa e independente que serve como canal de comunicação entre o público LGBT e sua produção cultural, artística e política”.

Antônio, homem negro de 40 anos, diz ser um “homem normal que gosta do diferente”. Durante nossas conversas, ele sempre evocava a categoria “normal” para se referir ao tipo de perfis que o atraem, para ele “ninguém precisa saber o que as pessoas fazem entre quatro paredes”. Antônio não chegou a completar o ensino

[9] A página do grupo pode ser acessada pelo Facebook no seguinte link: <https://www.facebook.com/vivenciasLGBT/?ref=page_internal> Acesso em 03 de Junho de 2021.

[10] A página do coletivo pode ser acessada pelo Facebook no seguinte link: <https://www.facebook.com/ColetivoVoe> Acesso em 03 de Junho de 2021.

[11] A página da revista pode ser acessada pelo Facebook no seguinte link: <https://www.facebook.com/search/top?q=revista%20prisma%20lgbt> Acesso em 03 de Junho de 2021.

fundamental, não revelou sua ocupação e não apresentou fotos de rosto nem no aplicativo nem nas interações pelo Whatsapp. Para ele, o sigilo e a discrição são características fundamentais para suas relações afetivas-sexuais. Ele apresenta-se para a sociedade como heterossexual, e poucas pessoas do seu círculo de convivência sabem de sua sexualidade. Chegou a manter um relacionamento por cinco anos com outro homem, em que moravam juntos, mas eram vistos apenas como colegas de apartamento.

O fato de Antônio evocar o adjetivo “normal” para explicar sua relação com a masculinidade implica em reconhecer que há relações “anormais” dentro dela. O sigilo e discrição são movidos pelo usuário para reiterar a norma de gênero a qual a homossexualidade deve estar restringida aos olhos públicos, dessa forma, lugares privados. Outro interlocutor, nomeado de Alan, conta que com relação aos usos do aplicativo, utiliza-o durante suas viagens. Ele relatou que vai com frequência vai à Porto Alegre e descreve os perfis da cidade como agressivos, que eles apenas enviam fotos íntimas e perguntam onde será o encontro. Em suas interações no aplicativo, conta que já passou por momentos de constrangimentos por conta de sua expressão de gênero feminina, e, também, por ser não-binário.

> 06/07/2021 20:07 - Alan: varias, esses tmpos uma gay me chamou e me disse q qeria me me dar uma dica ae a criatura ousada disse q eu deveria parar d usar salto e tntar ser feminino pq nao combinava, q eu era um homao da porra e q nao tinha nada haver q só me diminuia e deixava ridículo, eu bem calmo mandei ele de fuder pq a vida era minha e ele nem me conhecia pra saber oq me deixava bem ou nao
> 06/07/2021 20:08 - Alan: adoro qndo dizem isso ae mando foto da minha bunda q é grande ae eles ja qerem ae eu agradeco e digo q só curto afeminados, entro no jogo, odeio qm diminui o outro, nao to ali pra isso.[12] (Mensagens trocadas via Whatsapp em 06 de Junho de 2021).

Além de sua identidade de gênero, Alan faz drag, arte que mostra que o gênero é fabricado através de roupas, peruca, maquiagens e enchimentos, criando uma ilusão de gênero. Embora a arte drag tenha conquistado um grande público de admiradores com franquias como o reality show *RuPaul’s Drag Race* e esteja presente no meio musical brasileiro com cantoras como Pabllo Vittar e Gloria Groove, algumas pessoas não a consideram como uma arte válida e bem-vista. Na vida de Alan, um

[12] As mensagens presentes no artigo foram transcritas de acordo com a grafia original enviada pelo interlocutor, dessa forma contém erros de ortografia, abreviações e gírias.

relacionamento seu chegou ao fim por seu parceiro não compreender sua arte, além de ser transfóbico com sua identidade de gênero.

> 08/07/2021 20:46 - Alan: entao, ja terminei um namoro por isso, a gay alem d "nao curtir dag" era transfobica, tentei abrir a mente dele pq ele era uma pessoa incrível, mas cmo eu poderia aguentar LGBTFOBIA d alguem do meio, era bisarro
> 08/07/2021 20:47 - Alan: a maioria das gay padrao nao gostam eu uso cmo um filtro pra tirar pessoas da minha vida (Mensagem trocada via Whatapp no dia 08 de Junho de 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os usuários do aplicativo Grindr no contexto de Santa Maria ficou em evidência a pluralidade de discursos referente à masculinidade, com a presença de perfis de usuários que reiteram uma masculinidade pautada na heterossexualidade ao se descreverem como machos ou “normais”. No entanto, há perfis que desconstroem essa norma de masculinidade ao reivindicarem outras formas de existência para além de definições hegemônicas de masculinidade.

Os estudos de masculinidades auxiliam a pensar configurações locais que expressam uma norma de gênero, movida por ideais corporais e de comportamento. O controle da masculinidade se dá em relação às masculinidades subalternizadas, pois é através de comunicar o que os usuários “não gostam” no perfil que o controle da masculinidade opera, estabelecendo a aceitação de determinadas características que não são expostas por vias discursivas nos perfis.

A regulação da sexualidade esteve presente na pesquisa de campo, onde de acordo com o cenário urbano, a prática de manter anonimato ocultando informações de perfis ocorria com mais frequência nas proximidades dos espaços militares. Não somente nessas ocasiões se prefere o sigilo e a discrição, sendo este também o caso de Antônio, que se utiliza do segredo para manter o que considera uma “normalidade”, mesmo em suas palavras “gostando do diferente”.

Ao analisar as experiências individuais de masculinidades entre os interlocutores de pesquisa, evidenciou-se como questões raciais implicam em uma vivência particular, ora de rejeição ou fetiche. Ideais coloniais de que homens negros são “bem-dotados” e insaciáveis, sexualmente os coloca em uma posição erótica do desejo, mas os excluem da vivência de um relacionamento, como dito pelo youtuber Matheus Mazzafera, este seriam um perfil para “pegar” e para não namorar.

Ao comparar as concepções de masculinidades entre os interlocutores da pesquisa de faixas etárias semelhantes, como Michel (36 anos) e Antônio (40 anos), podemos identificar condicionantes sociais que (des)construíram sua concepção de masculinidade. Michel, que acessou o espaço universitário, mostrou entender as normas de gênero como questões sociais, vendo a categoria gênero como uma relação de poder, compreendendo que a masculinidade é cultural e excludente também dentro das relações entre homens, ao estar estabelecido posições-sexuais de maior ou menor prestígio.

Já para Antônio, homem negro que não chegou a completar o ensino fundamental, sua concepção de masculinidade está alinhada a heterossexualidade considerada como comportamento "normal". Embora tenha relatado, durante nossas conversas, que chegou a assumir-se para sua mãe como homossexual e ter sido aceito por ela, além de revelar não ter medo de que suas relações pessoais sejam alteradas com o descobrimento de sua homossexualidade, ele não questiona as normas de masculinidade e acaba por reiterá-las em sua busca afetivo-sexual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRAZ, Camilo Albuquerque. **À meia-luz**: uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculinos. Campinas: Unicamp, 2010.

CONNELL, Raewyn. **Política da Masculinidade**. Educação e realidade: 20(2):185-206 jul./dez. 1995.

CONNELL, Raewyn. **Masculinidades**. Universidade Nacional Autônoma do México: Cidade do México, 2003.

CONNELL, Raewyn. MESSERSCHMIDT, James. **Masculinidade hegemônica**: Repensando o conceito. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 424, p. 241-282, janeiro-abril/2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo, Graal, 2010.

GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades**: Uma revisão teórica. UFSC: Florianópolis, 2004, ISSN 1677-7174, p. 1-35.

HINE, Christine. Estratégias para etnografia da internet em estudos de mídia In: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla. **Etnografia e consumo midiático**: novas

tendências e desafios metodológicos. Rio de Janeiro: E-papers, p.11-29, 2016.

HINE, Christine. **Ethnography for the Interne**t: Embedded, Embodied and Everyday, Bloomsbury, Londres, 2015.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MISKOLCI, Richard. **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MISKOLCI, Richard. **San Francisco e a nova economia do desejo**. São Paulo: Lua Nova, 91: 269-295, 2014.

MISKOLCI, Richard. **O Armário Ampliado** – Notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. Niterói, v. 9, n. 2, p. 171-190, 1. sem. 2009b.

PERLONGHER. Nestor Osvaldo. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A Epistemologia do Armário**. In: Cadernos Pagu. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: cadernos pagu (28), janeiro-junho de 2007:19-54.

* Artigo recebido em 30 de julho de 2021,
aprovado em 23 de agosto de 2021.

SOBRE AS LÓGICAS DE AQUISIÇÃO DE VALOR MONETÁRIO DOS BENS AMBIENTAIS NO MERCADO SEGURADOR E NO PODER JUDICIÁRIO

ON THE LOGIC OF ACQUIRING THE MONETARY VALUE OF ENVIRONMENTAL GOODS IN THE INSURANCE MARKET AND IN THE JUDICIARY

SOBRE LA LÓGICA DE ADQUIRIR EL VALOR MONETARIO DE LOS BIENES AMBIENTALES EN EL MERCADO DE SEGUROS Y EN EL PODER JUDICIAL

Anne Brandalise[1]

Resumo

Este artigo se propõe a apresentar as possibilidades de estudos a partir da Sociologia econômica, sobre diferentes lógicas e racionalidades econômicas utilizadas em processos de valoração ambiental. Elegemos o mercado de seguros ambientais e as ações judiciais ambientais como possibilidades de amostras de investigação destes processos de construção do valor monetário ambiental. Os mercados, passíveis de análise sociológica, são compreendidos e estudados aqui como construções sociais, os processos que ocorrem no estudo dos mercados incluem, de forma central as relações sociais que se estabelecem e que determinam as dinâmicas econômicas que refletem uma precificação do meio ambiente.

Palavras- Chave: Sociologia econômica; Mercados; Valoração; Meio ambiente.

Abstract

This article aims to present the possibilities of studies based on economic sociology, on different economic logics and rationales used in environmental valuation processes. We chose the environmental insurance market and environmental lawsuits as possibilities for investigating samples of these processes of construction of environmental monetary value. Markets, subject to sociological analysis, are understood and studied here as social constructions, the processes that occur in the study of markets include, in a central way, the social relations that are established and that determine the economic dynamics that reflect a pricing of the environment.

Keywords: Economic sociology; Markets; Valuation; Environment.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar las posibilidades de estudios basados en la sociología económica, sobre diferentes lógicas y fundamentos económicos utilizados en los procesos de valoración ambiental. Elegimos el mercado de seguros ambientales y juicios ambientales como posibilidades para investigar muestras de estos procesos de construcción de valor monetario ambiental. Los mercados, sujetos al análisis sociológico, se entienden y estudian aquí como construcciones sociales, los procesos que se dan en el estudio de los mercados incluyen, de manera central,

[1] Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS.

las relaciones sociales que se establecen y que determinan las dinámicas económicas que reflejan una fijación de precios de los mercados. ambiente.
Palabras Clave: Sociología económica; Mercados; Valoración; Medio ambiente.

O MEIO AMBIENTE, A SOCIOLOGIA ECONÔMICA E AS LÓGICAS DE VALORAÇÃO

A sociologia historicamente considerou a ideia de valor a partir da teoria de valor-trabalho, a partir da qual o valor econômico dos bens reflete o trabalho empregado na produção deles. No entanto, ao nos deparamos com o objeto de análise de valoração de bens ambientais, esses não respondem à lógica do trabalho do homem, empregado na produção de um bem de consumo. Ainda que, mais atualmente, tenha-se adotado perspectivas de remuneração por serviços ambientais, na qual pode se considerar um valor proporcionado pela natureza passível de ser convertido em valor monetário, isso não significa o mesmo que fora pensado por Marx (1996) com relação ao emprego de trabalho humano para o cálculo justo do valor de um bem.

Por sua vez, os utilitaristas indicam que o valor do bem é determinado de acordo com a utilidade que ele representa ao agente econômico, tanto no presente como no futuro. Mas ainda que a lógica utilitarista possa ser empregada e trazer benefícios ambientais, considerando, por exemplo, a proteção e remuneração por áreas preservadas, no que o pensamento utilitarista e seus aportes técnicos de cálculos contribuem para uma ampliação da proteção ambiental, os valores envolvidos não são só os referentes à utilidade do bem ambiental.

Essa lógica utilitarista não alcança todas as possibilidades de valoração por diferentes lógicas institucionais, porque existe uma disputa nos diferentes campos sobre parâmetros diferentes para valoração (DOUGLAS, 1998; APPADURAY, 2010; ZELIZER, 1978). Assim, o valor não pode ser estipulado apenas por um cálculo econômico, sobre o quanto se vai ganhar financeiramente, porque é necessário considerar outras condições, como questões morais, trabalhistas, preservação do meio ambiente, sustentabilidade e relações de gênero.

Nessa linha, Douglas (1988) considerou a construção de valor econômico como um processo social, moral, cognitivo em contraposição à ideia de *homo economicus* e racional, da economia clássica, se opondo veementemente à teoria da escolha racional. Por sua vez, Zelizer (1978) demonstrou que os modelos de mercados e a

noção de homem econômico desconsideraram certas complexidades na interação entre mercado e a percepção de valores humanos, como diferentes moralidades, que se opõem a práticas eficientes, impessoais e racionais pela sociedade (ZELIZER, 1978).

Ao analisar o surgimento do mercado de seguros de vida nos Estados Unidos, Zelizer (1978) verificou que esses foram autorizados no final do séc. XVIII no sentido de assistência econômica às viúvas e órfãos de membros da igreja, mas houve uma rejeição moral da ideia porque os rituais da morte tinham proteção tanto da igreja como da lei e não permitiam a estipulação de um equivalente monetário para a morte. Só entre 1840 e 1870, com o desenvolvimento das metrópoles, crescimento econômico e a urbanização houve um retorno da venda dos seguros de vida, na medida em que a vida nas metrópoles desfaz o senso de comunidades em que familiares ou amigos próximos fazem papel de cuidadores e amparam viúvas e órfãos. Aí ressurge o Seguro de Vida que consegue alterar os rituais da morte, o enterro que era preparado pelos familiares fica a cargo da seguradora, surgem os testamentos e a morte torna-se um sistema estruturado de planejamento imobiliário, o Seguro de Vida foi considerado legítimo e até nobre por um distinto *ethos* empreendedor (ZELIZER, 1978).

Na perspectiva de sociólogos institucionalistas, ainda que com diferentes enfoques, este trabalho dialoga com os autores que se contrapõem a perspectivas utilitaristas na construção de valor dos bens ambientais. Verificamos que a análise do campo da gestão de riscos e mercado de venda de Seguros Ambientais é construída por uma lógica mais utilitarista, a qual consegue alcançar sucesso e uma composição de danos passíveis de recuperação através do uso de recursos financeiros. Mas ao longo da história foi incorporando outros valores tanto na prática interna a empresa, no sentido de adotar políticas de inclusão de trabalhadores diversos, como de práticas de sustentabilidade (BRANDALISE, 2018), até mais atualmente a venda de apólices que incluem serviço de gerenciamento de crises.

Do mesmo modo o Poder Judiciário passa a incorporar mais valores ao julgamento de ações ambientais, ampliando a percepção dos impactos de atividades nocivas ao meio ambiente, além dos custos de remediação de acidentes ambientais, considerando o prejuízo a comunidades atingidas, a extinção de espécimes, a perpetuação do dano e inclusive dano moral coletivo ambiental.

Os estudos do meio ambiente como objeto na Sociologia tendem a seguir a trajetória de uma Sociologia Ambiental que trata do conflito, mas aqui elegemos o estudo do meio ambiente sob o viés da Sociologia Econômica porque buscamos extrair das relações sociais com o ambiente as formas de avaliação e valoração ao qual estão submetidos os bens ambientais, que resultam em uma monetarização desses recursos naturais. Demonstrando que há consensos e acordos dentro dos conflitos.

Dessa forma, verifica-se que, sob o viés da economia da valoração dos riscos, os processos são colocados como naturais, sem conflito, mas essa não engloba todos os aspectos inerentes à formação de valor. E, por outro lado, sob o viés da Sociologia Ambiental, o olhar é quase exclusivo sobre o conflito. Diferentemente desses padrões de estudos, buscamos compreender os dispositivos que configuram acordos no campo ambiental e que contemplam diferentes aspectos considerados na construção de valor.

A Sociologia Econômica introduziu como perspectiva sociológica aplicada a fenômenos econômicos o uso de quadros de referência, variáveis e modelos explicativos da Sociologia para o complexo de atividades que se preocupa com a produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços escassos (SMELSER; SWEDBERG, 2005). A forma como ocorrem os processos de avaliação e valoração é que são objeto deste estudo e que necessitam de aportes da Sociologia Econômica para desenvolver um contraponto aos referenciais da economia clássica, que limitem a compreensão de certas complexidades inerentes à relação do homem com a natureza e das instituições, como Mercado de Seguros, Poder Judiciário, Normas Ambientais, técnicas de avaliação e valoração, com o meio ambiente, cultura e escolaridade.

Num primeiro momento é preciso considerar que o surgimento de uma “economia ambiental” foi contraposto pela ideia de uma economia ecológica e, do ponto de vista da economia puramente, esses estudos direcionaram como deve ser feita a valoração dos recursos ambientais. Abramovay (2012) tratou do tema em “Muito além da economia verde”, a partir das possibilidades de um desenvolvimento sustentável, e em “Amazônia: Por uma Economia do Conhecimento da Natureza” (2020), considerando a contribuição de povos tradicionais como um valor da natureza.

O estudo que propomos aqui não pretende abordar essa discussão sobre os tipos de economia ambiental possíveis e mais sustentáveis para o planeta, e sim identificar como vêm ocorrendo os processos de avaliação e valoração no que eles dialogam com as análises da Sociologia Econômica, principalmente no que se refere à construção de um valor ambiental diante do modo de produção e de consumo de recursos capitalistas.

Partindo da Nova Sociologia Econômica retomamos o conceito de *embeddedness*, por meio do qual Granovetter (2003) discute a forma como a atividade econômica está condicionada por instituições não econômicas:

> O argumento de que os comportamentos e instituições em análise são tão condicionados pelas relações sociais, que conceituá-los como elementos independentes representa um sério equívoco (GRANOVETTER, 2003, p 69).

Nesse sentido, o mercado de seguros e as Ações Judiciais Ambientais trazem elementos e padrões de avaliação e valoração que estão para além das perspectivas estritamente monetárias sobre o meio ambiente. A sustentabilidade, por exemplo, tornou-se um valor e passou a nortear atividades econômicas e inclusive passando a ter um índice em bolsas de valores (SARTORE, 2012).

O sistema econômico no qual a sociedade está inserida interfere na relação com a natureza e incorpora diversos valores sociais e uma construção histórica sobre os limites do uso de recursos naturais e valor da natureza. Esses elementos de estudo da sociologia econômica surgem quando o meio ambiente e o risco de lesão se tornam uma mercadoria, como é o caso das apólices de seguro. No caso dos Seguros Ambientais, o bem protegido, a natureza, pode ser considerado como intangível, como a vida, no caso dos seguros de vida estudados por Zelizer (1978), mas que para se tornarem objetos de mercado passaram por ressignificações, bem como a questão dos órgãos para transplantes, tratados por Steiner (2004). Esses autores demonstram os processos de construção dos mercados e ao mesmo tempo do valor de bens que não eram bem-vistos no mercado. Isso exigiu acordos institucionais e uma estrutura legal que suporte o novo campo no cenário econômico.

PROCESSOS DE AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS BENS AMBIENTAIS

> *The question "How much is it?" is often posed. We hear it when we buy something in the supermarket, but the businessman who wants to know the cost of having his bank help him to close a deal might pose the same question. "How much is it" often comes in the context of another question: "How much*

> *is it worth?" These are different questions, but they have been connected to each other since Aristotle. The centrality of these questions and the difficulties in understanding the underlying problems have not diminished since (Spates 1983).* (BECKER; ASPERS, 2011, p. 3)

De acordo com Becker e Aspers (2011), duas questões — "quanto custa?" e "quanto vale?" — estão no centro de um dos problemas sociais mais complexos da história, e que não se resume apenas à dinâmica do sistema capitalista ou da sociedade contemporânea. O problema da valorização dos bens está presente em todas as economias de trocas e intercâmbios, independentemente do regime político que as sustenta. Esse problema sempre dependeu dos sistemas de avaliação e qualificação socialmente construídos, o que, isso sim, depende centralmente do tipo de regime político prevalecente. Ocorre que com a ascensão da economia de mercado, os valores capitalistas se tornaram determinantes nos processos de produção do valor das coisas (BECKER; ASPERS, 2011).

O estudo sobre valores no mercado se baseou em alguns conceitos que podem ser observados para dialogar com a questão dos valores dos bens ambientais. Becker e Aspers (2011) consideraram por bens, bens de capital, como ativos financeiros. No entanto, o diagnóstico de que o preço não é um resultado exclusivamente elaborado pelo mercado, também diz sobre o estudo dos seguros e das ações ambientais. "*Value is created by organizations and through networks; economic value is connected to social values and can be established independently from any intention to exchange a good on the market"* (BECKER; ASPERS, 2011, p. 2).

Dizemos isso em razão de que, para compreender as lógicas de valoração ambiental, não podemos considerar que o mercado sozinho defina o preço. Para isso, portanto, são construídos arranjos que envolvem normas, técnicas, tecnologia, valores simbólicos, formas de qualificação que vão para além do mercado, envolvendo diferentes instituições.

A discussão necessária se dá em torno do valor em suas dimensões econômicas e não econômicas. Para tal, dentro das possibilidades de análises que são centrais na discussão de valor, sejam avaliação, qualificação ou construção de dispositivos, propomos entender como os atores nos diferentes campos de análise avaliam o bem ambiental, bem como o que pode ou não o diferenciar de outros tipos de bens no mercado. Nesse processo de valoração, surgem os dispositivos sociais de avaliação, que consideramos a partir da perspectiva institucional, considerando que

cada campo de valoração tem uma ordem e cada ordem produz um arranjo de valores que determina diferentes valorações sobre os bens ambientais.

Appadurai (2010) sugere que, para pensar o valor de um bem, precisamos considerar a existência de diferentes "regimes de valor". A partir de Simmel (1978), conclui que a troca não é um subproduto da valoração entre objetos, mas sua fonte (APPADURAI, 2010). Assim, o valor se reflete nas diferentes trajetórias dos bens até gerar interações que criam seu valor econômico em diferentes condições sociais. Além disso, as considerações trazidas pelos artigos que integram a obra de Appadurai (2010) abordam o papel da política como mediadora entre a troca e o valor dos bens.

Mesmo que nossa abordagem esteja necessariamente condicionada pela ideia de que essas não têm significados afora os que lhes conferem as transações, atribuições e motivações humanas, o problema, do ponto de vista antropológico, é que essa verdade formal não lança qualquer luz sobre a circulação das coisas no mundo concreto e histórico. Para isso, temos de "seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias" (APPADURAI, 2010, p. 17). Somente pela análise dessas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas. Assim, embora de um ponto de vista teórico atores humanos codifiquem as coisas por meio de significações, de um ponto de vista metodológico são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social.

Nos termos de Becker e Aspers (2001), considerando a ideia de escalas morais e econômicas de valor, a tentativa de converter valor de uma escala para outra, ainda que ocorra, pode ser um erro por não haver uma "taxa de câmbio". Citando o estudo de Fourcade (2011) sobre processos de derramamento de petróleo e suas diferentes trajetórias, um ocorrido nos Estados Unidos e outro na França, adentramos em objeto de estudo que considera o meio ambiente em suas diferentes formas como um bem passível de ser valorado pelo mercado, enfrentando as diferenças culturais e estruturas legais. Para Fourcade (2011), o valor econômico dos processos é eminentemente contingente e padronizado pela política local, período de tempo e contexto social, mas dentro desses contextos foram escolhidos diferentes instrumentos econômicos de cálculo da natureza, o que procedeu diferentes resultados em termos de satisfação social com relação à mitigação dos acidentes analisados ser justa ou não.

O processo de avaliação de bens, como o caso do meio ambiente, impõe o desafio de legitimação da negociação do bem pelo mercado e as instituições de proteção ambiental. Assim como Zelizer (1978) avaliou, na experiência de implantação de seguros de vida, quando não havia uma aceitação pela moral da época da possibilidade de estipular um valor econômico pela vida humana, foi preciso construir um mercado de valoração ambiental do risco. Na mesma perspectiva, Becker e Aspers (2011) sustentam que os valores morais importam tanto para impedir os mercados de prosperarem como para determinar o preço dos produtos.

A elaboração de preços pode considerar os custos de produção e o valor do trabalho, mas precisa incluir como os atores no mercado avaliam os bens. Nesse sentido, as avaliações dos bens precisam considerar os significados que os esses adquirem pelos atores e pelas estruturas sociais e institucionais do mercado (BECKER; ASPERS, 2011). Considerando esse entendimento, buscamos explicar como o valor econômico é socialmente construído e quanto ele é resultado do mercado.

Para tanto, Becker e Aspers (2011) fazem uma diferenciação entre o que representa um valor quando agrega a um ator (dimensão de valor), considerando-se, nesse caso, a satisfação de suas necessidades e como os atores determinam um valor (processo de avaliação).

Na primeira situação, em que se considera a satisfação de necessidades, Becker e Aspers (2011) distinguem três fontes de valor: uma distinção entre valor de uso e valor de investimento, valor individualista e valor funcional e simbólico.

A distinção entre valor de uso e valor de investimento é baseada na satisfação por usufruir das qualidades do bem em seu uso, o valor de investimento pode estar também atrelado ao valor de uso posterior dos recursos advindos do investimento ou, ainda, à forma como os atores se relacionam com o bem (NIEDERLE, 2013). Essas distinções, portanto, não se referem à qualidade do bem, mas a um fluxo econômico que faz parte (BECKER; ASPERS, 2011).

A segunda distinção é entre valor individualista, que satisfaz exclusivamente o desejo do comprador, e valor relacional, quando há um compartilhamento do bem com outros e o comprador fica sujeito a uma avaliação sobre o que comprou — a análise aqui se dá sobre o processo da troca (HUTTER, 2011, *apud* BECKER; ASPERS, 2011).

A terceira distinção se dá sobre o valor funcional e simbólico. Enquanto no valor funcional há uma possibilidade de alteração do objeto e, consequentemente, sua função, o valor simbólico não pode ser alterado pela forma física do bem simplesmente, ele significa um status, um símbolo imaterial:

> *Symbolic value has been central in sociological research. It is based on intersubjectively shared meanings. What an object symbolically stands for is established in the community and emerges in social practices.* (BECKER; ASPERS, 2011, p. 11)

Becker e Aspers (2011) propõem ainda um valor "*imaginative*", que se perfaz por uma representação simbólica de ideais e valores adotados a partir da compra de bens. Nesse seguimento, Veblen (1988) tratou do consumo conspícuo, sobre o valor simbólico determinando posições sociais.

O estudo da aquisição de valor monetário dos riscos ambientais dialoga com essa proposta de Becker e Aspers (2011), porque a representação simbólica dos bens ambientais, os ideais de sustentabilidade e qualidade ambiental invocados pelo mercado de seguros ou pela expectativa de um julgamento de causas ambientais ressignificam um valor "*imaginative*" e tem uma representação simbólica importante no sentido de ampliação da proteção ambiental.

Diante dessas possibilidades analíticas de pensar o valor, fica a questão de "como os participantes do mercado julgam o valor (desejável) do bem?". O estudo de Becker e Aspers (2011) nos conduz à elaboração de conceitos de valor que possam ser considerados para a avaliação e, consequentemente, valoração ambiental. A determinação de valor nos mercados exige a análise de mecanismos complexos de julgamentos de valor. Nesse sentido, há uma construção do valor simbólico dos bens a partir de práticas de qualificação e também de classificação, o que estabelece diferenças, semelhanças e permite, a partir daí, mensurar o seu valor. No entanto, conforme exemplos que Becker e Aspers (2011) expõem, é fácil compreender as diferenças de classificação de valor quando se trata de automóveis e motocicletas ou quando se considera o status de determinadas marcas no mercado da moda, o que justifica as diferenças de preço. Entretanto, quando se trata de determinar o valor de bens naturais, temos um desafio maior e um distanciamento das possibilidades de visualizar as formas de valoração desses bens.

DOS DISPOSITIVOS AO PREÇO

Para um estudo dos processos de avaliação de produtos, bens e serviços nos diferentes mercados é preciso compreender como ocorre a avaliação a partir da identificação de padrões e dispositivos sociais que sistematizam os processos de avaliações. Uma importante base para análise de dispositivos foi introduzida por Callon e Muniesa (2003), que apresentou as ferramentas de cálculo considerando práticas de avaliação do mercado financeiro através de técnicas contábeis.

Com relação à avaliação de qualidade nos mercados, Karpik (2010) tratou de processos de julgamento de dispositivos, que serviriam como guias de orientação para as escolhas criando ordens nos mercados. Ele propõe cinco tipologias de dispositivos, tais como: redes pessoais (estrutura de contatos e indicações a partir das relações sociais de confiança), cicerones (críticos, forma de autoridade), confluências (esses dispositivos dizem respeito à localização ou organização espacial e habilidades na venda), rankings (classificação ordinária, criação de um elenco de qualificação entre bens do mercado) e denominações (certificações, indicadores de qualidade, categorização de padrões) (BECKER; ASPERS, 2011).

Ao conhecer dispositivos de avaliação em campos específicos de avaliação de bens, identificamos diferentes atores vinculados a áreas técnicas, que determinam a qualidade dos bens. No caso das avaliações ambientais, esses técnicos podem pertencer a diferentes categorias de acordo com os riscos ambientais avaliados. E entre esses campos de avaliação também pode haver disputas políticas sobre a melhor forma de avaliação dos riscos.

Quando estudamos os dispositivos de cálculo utilizados por uma das empresas seguradoras para avaliar o risco ambiental e, a partir disso, valorar uma apólice, identificamos o papel dos dispositivos, considerando o conceito de Foucault (1999) em que exercem a função de cumprir uma estratégia dominante e de manterem-se reajustados diante dos conflitos de heterogeneidades de interesses que geram um processo duplo de sobredeterminação funcional, referentes aos efeitos dos dispositivos.

Com esse termo, tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito

são os elementos do dispositivo. O dispositivo, portanto, é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1999).

Em estudo anterior, realizamos trabalho de categorização de dispositivos utilizados por uma empresa de Seguros Ambientais (BRANDALISE, 2018). O questionário da seguradora utilizado como base para identificação dos dispositivos de risco e classificação era referente a um Seguro de Responsabilidade Civil e Poluição Ambiental para instalações fixas da AIG (Anexo A). Realizamos a classificação das informações em dez categorias referentes à natureza dos dispositivos (considerados como instrumentos de avaliação de riscos), sendo eles: dispositivos de natureza puramente monetária (monetários), de natureza normativa/ legal, normativo-técnicos científicos, programas de avaliações, auditorias e certificações, de judicialização por conflitos ambientais, de responsabilidade social/ sustentabilidade, geolocalização, segurança, natureza da atividade e histórico/reputação, conforme quadro:

Quadro 2 – Categorias de dispositivos de análise de riscos

Categorias de avaliação de riscos ambientais pelo mercado segurador	Dispositivos
1. Monetária	1.1. Faturamento Anual das empresas 1.2. Valor monetário da importância que pretende que seja segurada
2. Normativos/Legais	2.1. Insalubridade 2.2. Atividade de alto risco pela legislação 2.3. Adequação aos órgãos ambientais 2.4. Posse de licenças ambientais 2.5. Impacto Ambiental e Relatório (EIA/RIMA)
3. Normativos/Técnico-Científicos	3.1 Conformidade com os padrões permitidos 3.2. Análise de risco (EAR) ou Análise Quantitativa de Riscos (AQR)
4. Programas de avaliações, auditorias e certificações	4.1. Gerenciamento de Resíduos, Gerenciamento de Riscos ou Monitoramento Ambiental.
5. Judicial	Ações judiciais e processos administrativos
6. Responsabilidade Social/ Sustentabilidade	Aqui o fato de possuir ou não programas de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade funcionam como dispositivos
7. Geolocalização e condições naturais do local	7.1. Clima 7.2. Características geológicas e hidrogeológicas da área 7.3 Descrição da área do entorno
8. Natureza da atividade	8.1. Matéria-prima 8.2. Produto final 8.3. Instalações e equipamentos 8.4. Transporte
9. Segurança	9.1. Plano de emergência para incêndio – 9.2. Reservatório de água. Brigada de incêndio 9.3. Programa de gerenciamento de riscos

Categorias de avaliação de riscos ambientais pelo mercado segurador	Dispositivos
10. Histórico/ Reputação	10.1. Se possui reclamação ou conhece fato do qual possa advir reclamação contra a empresa 10.2. Se contratou outro seguro ou teve seguro negado por outra seguradora

Fonte: Modelo de questionário de avaliação de riscos.

Esses dispositivos representam diferentes valores sociais que, ao final do processo de avaliação de riscos, transformam-se no preço das apólices (BRANDALISE, 2018). Eles determinam valores monetários e valores simbólicos vinculados a diferentes espaços sociais que acabam, em seu conjunto, cumprindo o papel de prescrever o que é e o que não é o próprio risco ambiental, o que resulta uma visão social do risco, construída a partir da influência exercida por diferentes atores nesse mercado (BRANDALISE, 2018).

Para permitir um modelo de análise, no estudo anterior, utilizamos apenas um questionário padrão com as informações solicitadas à empresa cliente em potencial para contratação do seguro. Contudo o modelo, conforme informação de um dos entrevistados – um diretor comercial de uma corretora que trabalha com várias seguradoras – representa um padrão de avaliações de risco que é compartilhado pelas diferentes seguradoras no mercado, considerando que seguem as mesmas características, ou seja, utilizando-se dos mesmos dispositivos de avaliação, conforme as mesmas naturezas das atividades seguradas (BRANDALISE, 2018).

Quando identificamos esses dispositivos, verificamos que eles traduzem as tipologias de julgamento de dispositivos de Karpik (2010), em especial com relação às formas de denominações e também dos que seriam os cicerones no mercado de seguros representados pelos subscritores de risco[2].

O processo de construção social do valor monetário do risco ambiental assegurado pelas apólices, de modo reflexo, é também uma construção do valor monetário dos bens ambientais se for necessária à compensação de valores por dano ambiental. Nesse sentido é que se dá atuação do Poder Judiciário em ações ambientais. Aqui não tratamos de empresas vendendo um produto, mas de uma instituição que também contribui para a significação e valoração do meio ambiente quando impõe sanções por não cumprimento de normas de proteção ambiental.

[2] A subscrição do risco é parte da linguagem do mercado de seguros. Ela representa a atividade responsável pela avaliação de riscos e precificação. Para isso existem os *experts* do mercado que são chamados subscritores de riscos (BRANDALISE, 2018).

Conforme Becker e Aspers (2011), as organizações desempenham um papel importante como intermediários do mercado, como exemplificam as agências de classificação e dizem da importância de considerar como as organizações interferem nos mercados e na construção de valor dos bens.

Esse valor monetário do Seguro Ambiental construído a partir da avaliação dos riscos está para além das teorias da economia clássica que vinculam o valor do bem com relação ao equilíbrio entre a oferta e a demanda. O afastamento de tais teorias e o uso da lente da Sociologia Econômica foi necessário para pensar a construção social do valor monetário e simbólico do Seguro Ambiental, já que não demonstra estar atrelado a uma relação de equilíbrio econômico sob o ponto de vista de oferta e demanda. Isso fica claro quando observamos que há um poder de escolha da seguradora sobre quem vende o seu produto, o que se dá a partir dos processos de avaliação de riscos e da sustentabilidade da empresa contratante.

A VALORAÇÃO DOS RISCOS E DOS DANOS AMBIENTAIS COMO PROBLEMÁTICA

Atualmente, há um olhar na Sociologia brasileira sobre a temática da construção de valor dos riscos ambientais e danos referentes a grandes desastres, sob a perspectiva da sociologia dos conflitos ambientais, mais voltada a experiências notórias, em especial por desastres de mineração ocorridos no cenário brasileiro nos últimos anos (MILANEZ, 2016; LOSEKANN, 2017; ACSELRAD; BEZERRA, 2010).

No entanto, não se verificaram estudos na Sociologia que trabalhassem com o meio ambiente como objeto, no que se referem a processos menores de poluição ou riscos mais comuns, cotidianos, aos quais estamos todos diariamente sujeitos, como contaminação da água, licenciamentos irregulares, poluição atmosférica, descartes irregulares de resíduos, contaminação de lavouras, dentre outros, e são esses processos que buscamos investigar.

Esta pesquisa pretende compreender como acontece o processo de construção do valor econômico dos riscos e dos bens ambientais a partir de dois campos: o mercado de Seguros Ambientais e as Ações Judiciais Ambientais. Para isso questiona quais são as lógicas que operam nessas diferentes ordens de valoração. A análise focaliza as formas de atribuições de valor identificadas nas apólices e nos processos

judiciais, a partir dos atores de cada campo e de como cada um constrói a sua relação de valores ambientais.

Em uma perspectiva da Sociologia Econômica, temos estudos da construção de mercados diversos que perpassam a questão da valoração de bens. No entanto, a construção específica de valores econômicos para riscos ambientais no Brasil nos traz uma lacuna sociológica que entendemos interessante a ser preenchida. As discussões sobre valoração de bens encontram estudos mais avançados por Fourcade (2011), Lamont (2013), Berkert e Aspers (2011) e Zelizer (1978), considerando sempre a relação de valores sociais com os valores econômicos.

Nos alinhamos a pesquisas que olharam para os processos de precificação e consumo como mecanismos de construção de valores e trocas sociais que podem resultar em novas experiências sociais interessantes (APPADURAI, 2010). Nesse sentido, podemos pensar como o valor ambiental é construído socialmente, a partir de acordos entre atores que vão determinar a conversão do valor simbólico em monetário.

A ideia é pensar numa sociologia de valoração ambiental de fenômenos cotidianos, que são submetidos a conflitos judiciais ou buscam comprar garantias financeiras para cobertura de custos com remediações ambientais. Para tanto, é relevante alcançarmos um entendimento sobre como o meio ambiente é avaliado e valorado e quais mecanismos sociais estão envolvidos nesse processo.

Dessa forma, os resultados deste trabalho podem contribuir no sentido de se compreender melhor os processos de valoração, que ordens eles representam e se eles podem contribuir para uma ampliação da proteção ambiental em atividades de baixo risco ambiental, que são comuns em centros urbanos, com regimes de valoração diversos das grandes catástrofes ambientais.

Para isso, será estudado de modo comparativo os atores envolvidos em cada processo de valoração, os dispositivos que são utilizados e que concepções de valores se convertem em monetários. Partimos de uma delimitação desse objeto no sentido de buscar a experiência do uso dos Seguros Ambientais em empresas e seus efeitos sobre as possibilidades de ampliação da proteção ambiental, considerando-se o papel do dinheiro e sua equivalência aos riscos. O mercado de seguros impõe um preço às apólices de proteção e o seu processo de contratação inverte a lógica da economia clássica, que indica que o preço é relação entre oferta e demanda, porque,

no mercado de Seguros, as empresas são avaliadas para verificarem se estão aptas à contratação.

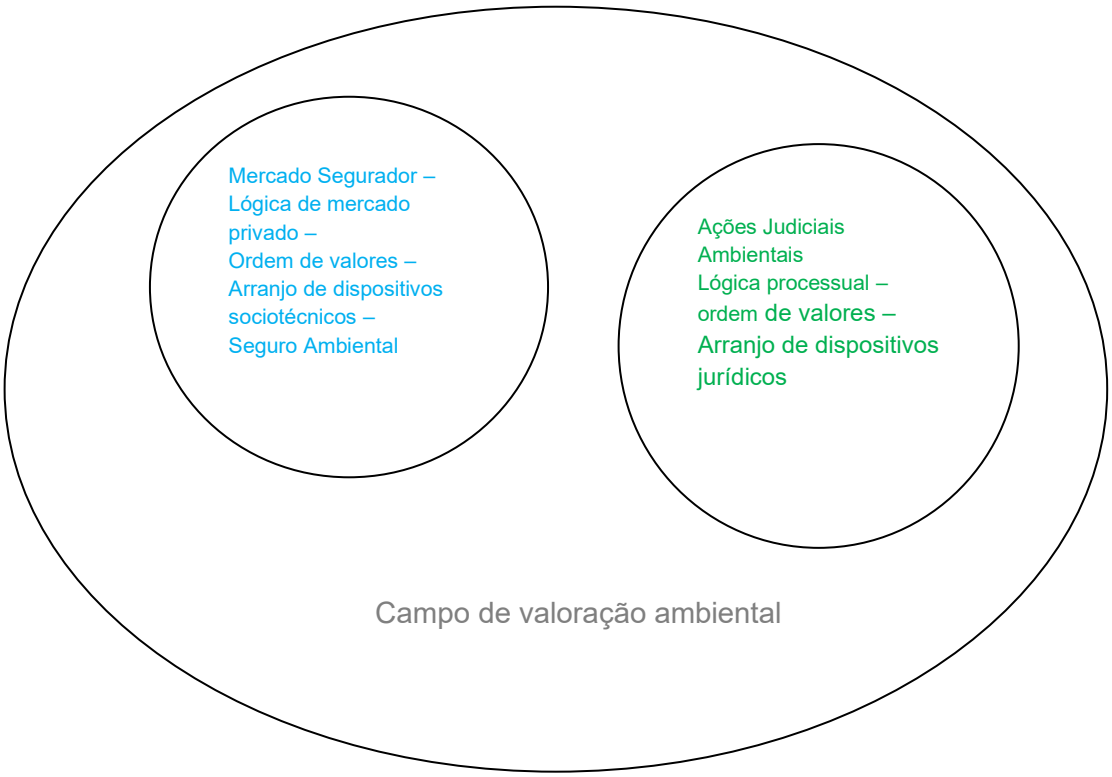
Já a avaliação e valoração monetária de danos ambientais pelo Poder Judiciário ocorrem “fora” de um mercado e utilizam diferentes lógicas de valores. A legislação, os sistemas peritos, o convencimento do juiz, os valores sociais protegidos compõem dimensões que se convertem em valores e podem ser explorados para uma compreensão de uma nova ordem que determina como se valora meio ambiente.

Como podemos compreender, esses processos de avaliação e valoração, suas relações, semelhanças e diferenças, o que contemplam e o que excluem esses pontos nos parecem representar uma lacuna possível de ser investigada pela Sociologia. Para trabalhar a problemática proposta, mobilizamos os conceitos de valor, risco, dispositivo e mercado, conforme explicitamos a seguir, a partir do referencial teórico estudado.

O conceito de valor aqui é trabalhado como uma interpretação institucionalista. A partir de Appadurai (2010) e Becker e Aspers (2011), entendemos que o valor pode ser pensado a partir de “regimes de valor” (APPADURAI, 2010), refletindo-se nas diferentes trajetórias dos bens até gerar interações que criam o valor econômico em diferentes condições sociais (BECKER; ASPERS, 2011).

A ideia de mercado é tomada como campo, e dentro desse campo maior, como dois campos distintos, um público e outro privado, e como um arranjo institucional, porque ambos os campos compartilham normas e práticas de avaliação. Temos, assim, mercados como arenas de interação social, nas quais os direitos a bens e serviços são trocados por dinheiro em condições de concorrência (BECKER; ASPERS, 2011; FLIGSTEIN, 2001).

Figura 1 – Campo de valoração – Recorte da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Consideramos neste estudo dois campos, e cada um com suas ordens de valores e arranjos de dispositivos, daí a perspectiva institucionalista, em que os dispositivos participam do processo de escolha de valores.

O conceito que precede e conduz a ideia de dispositivos, que aqui tratamos considerando os processos de valoração e de controle de riscos, vem de Foucault (1999), em que os dispositivos cumprem uma estratégia dominante e podem ser reajustados por conflitos e interesses em processos de *sobredeterminação funcional* com relação a seus efeitos. Na continuidade desse conceito, consideramos os estudos de Karpik (2010) e Becker e Aspers (2011).

O risco tem uma centralidade no problema, junto do dano efetivo ao meio ambiente. Para tratar desse assunto, partimos das teorias de Beck (2010) e Douglas e Wildavisky (2012). Em primeira análise, quanto aos riscos ambientais, observou-se que tanto o seguro ambiental como as Ações Judiciais Ambientais são considerados mecanismos de “controle de riscos”, além de ambos representarem um aporte financeiro para o caso de ocorrência de danos. Desse modo, temos duas categorias para analisar e compreender os mecanismos de valoração, o risco e o efetivo dano.

Assim, as previsões de risco legitimam o mercado de Seguros e, ao mesmo tempo, a criação de normas preventivas que controlam os níveis de impacto ambiental, mantendo um nível aceitável, de acordo com padrões de qualidade criados para o campo que se manifestam através de um arranjo de dispositivos referente a cada ordem de valores.

O estudo do risco ambiental parte da teoria de Beck (2010) e Giddens (1991) da "sociedade de risco", a qual compreendeu a análise dos riscos em sua universalidade e, assim, a própria sociedade cria os riscos e as formas para mitigar seus prejuízos. Já a análise de Douglas e Wildasky (2012, p. 186) considera que "a probabilidade de que algum perigo conhecido se concretize cai em virtude das medidas antecipatórias". É nesse sentido que o mercado de Seguros contribuiria para a redução de possibilidades de danos ambientais (BRANDALISE, 2018).

METODOLOGIA

A metodologia proposta para conduzir a investigação é de análise qualitativa, a partir da realização de entrevistas abertas e semiestruturadas, observação, aplicação de questionários e análise documental. Pretende-se, a partir da exploração do campo empírico, compreender duas formas de valoração do meio ambiente, sendo uma a partir do mercado segurador, que utiliza cálculos de uma natureza específica, através da área de subscrição de riscos das seguradoras, e a outra que se dá pela aplicação da legislação específica de Proteção do Meio Ambiente no Brasil em processos judiciais ou em processos de investigação instaurados pelo Ministério Público que resultem em acordos chamados "Termos de Ajustamento de Conduta".

A ideia é acompanhar esses dois tipos de processos de valoração monetária dos bens ambientais, identificar como se dá a construção de dispositivos que determinam esses processos de avaliação para monetarização. Ademais, em ambos os campos de análise, do mercado e do setor público, verificar como se torna aceitável moralmente que o meio ambiente adquira valor monetário e o que fica fora dessa valoração.

Como parâmetros de comparação, pretendemos considerar, preliminarmente: os tipos de danos valorados, a construção de valor monetário em cada campo, o que os valores não incluem em cada campo e quais agentes participam da definição de valores. Assim poderemos comparar como o valor econômico é definido nas

indenizações previstas nos contratos e apólices de Seguros Ambientais com o modo como são definidos nas indenizações executadas e nas multas aplicadas nos processos ambientais, e também identificar o fenômeno sociológico, em termos de custos e danos em atuação nesse conjunto de fatores legais, ambientais, sociais e econômicos imbricados.

Nosso campo de análise inclui as seguradoras e as empresas que contratam Seguros Ambientais, que representam o mercado, e o Judiciário, representado por suas varas específicas de meio ambiente, bem como o Ministério Público, por suas promotorias especializadas na área ambiental. Para a análise de processos judiciais e procedimentos junto ao Ministério Público, utilizamos inicialmente, como recorte geográfico, a Comarca de Porto Alegre, que, como capital, possui vara e promotorias especializadas em matéria ambiental. Dentro desse recorte, optamos ainda por restringir os processos a réus, Pessoa Jurídica, de modo a possibilitar o estabelecimento de alguma relação de contratação de Seguros Ambientais (visto que esses são contratados por empresas e não por pessoas físicas).

Quanto às seguradoras e empresas que adquirem Seguros Ambientais, não fizemos um recorte inicialmente, no entanto, já consideramos o fato de que as fontes que utilizamos remetem a uma possibilidade maior de verificação de contratação desses Seguros na Região Sudeste do Brasil.

Num primeiro momento, realizamos uma revisão bibliográfica em que consideramos trabalhar dando continuidade ao percurso de pesquisa iniciado no mestrado, no qual passamos a mobilizar referenciais da Sociologia Econômica aliados à Sociologia Moral, da avaliação e valoração, do risco e da questão ambiental. Pretendemos ainda, após obtenção de dados, realizar nova revisão de bibliografia para acréscimos e ajustes da pesquisa das informações obtidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta a pesquisa em andamento que é uma oportunidade de aprofundar estudos e cobrir lacunas da investigação realizada em nível de mestrado, na qual se investigou a construção do mercado de Seguros Ambientais. Para dar início ao projeto de tese, partimos da busca por visualizar a continuidade dos estudos sobre formas de valoração dos bens ambientais e compreender como essas constroem um valor monetário para o meio ambiente.

Inicialmente, esta investigação buscava empresas poluidoras que contratam Seguros Ambientais com a intenção de analisar como elas internalizam exigências de gestão ambiental para evitar a ocorrência de incidentes de infrações ou crimes ambientais e, nesse contexto, buscar compreender a construção do valor da apólice do Seguro contratado.

Encontrando dificuldades de acesso a experiências do mercado segurador diante do cenário de pandemia mundial por incidência do vírus covid-19, acrescemos a esta linha de investigação um estudo sobre a valoração monetária do meio ambiente pelo Judiciário, considerando processo que envolva Pessoas Jurídicas e que nos tragam a narrativa de lesão e reparação monetária para análise do processo de precificação dos danos.

A ideia ao final é alcançar um quadro comparativo que demonstre como são construídas diferentes lógicas de valoração entre o que as seguradoras consideram no cálculo do preço para as apólices e como o Judiciário realiza esse cálculo em casos de ocorrência de ilegalidades no exercício de atividades econômicas de risco ambiental.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Muito Além da Economia Verde**. São Paulo: Planeta Sustentável: 2012.

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, nov. 2004.

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. Inserção econômica internacional e "resolução negociada" de conflitos ambientais na América Latina. *In:* ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 35-62.

ANDRADE, M.; FERREIRA, R. A sacralidade da natureza no pensamento ecológico: reflexos na gestão das unidades de conservação – UCS. **Gaia Scientia**, Recife, v. 1, n. 1, p. 85-94, 2007.

APPADURAY, A. **A vida social das coisas:** as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

BECK, U. A Política na Sociedade de Risco. **Ideias**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 229-253, 2010.

BECKER, J.; ASPERS, P. **The Worth of Goods:** valuing and pricing in the economy. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BITAR, O. Y.; ORTEGA, R. D. Gestão Ambiental. *In:* OLIVEIRA, A. M. S.; BRITO, S. N. A. (eds.). **Geologia de Engenharia.** São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE), 1998. p. 499-508.

BRANDALISE, A. P. **Do valor simbólico à precificação dos riscos ambientais:** A legitimação das Seguradoras na oferta de Seguros Ambientais no estado do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.284, de 2 de março de 2006.** Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Brasília: Presidência da República, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em: 16 maio 2017.

CALLON, M.; MUNIESA, F. Les marchés économiques comme dispositifs collectifs de calcul. **Réseaux**, v. 21, n. 122, p. 191-233, 2003.

DOUGLAS, M. **Como as Instituições pensam.** São Paulo: EDUSP, 1998.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risco e Cultura:** um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FLIGSTEIN, N. The sociology of markets. **Annual Review of Sociology**, n. 33, p. 105-128, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOURCADE, M. Cents and Sensibility: Economic Valuation and the Nature of “Nature”. **American Journal of Sociology**, v. 116, n. 6, p. 1721-1777, 2011.

FOURCADE, M.; KIERAN, H. Moral Views of Market Society. **Annual Review of Sociology**, v. 33, p. 285-311, 2007.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GRANOVETTER, M. Ação Econômica e Estrutura Social: o Problema da Incrustação. *In:* MARQUES, R.; PEIXOTO, E. J. (org.). **A Nova Sociologia Econômica.** Oeiras: Celta, 2003. p. 51-79.

KARPIK, L. **Valuing the Unique:** The Economics of Singularities. Princeton: Princeton University Press, 2010.

LAMONT, M. Para uma conexão necessária entre a Sociologia da Valoração e da Avaliação com a Sociologia Econômica e das Finanças (Tradução). **NORUS**, v. 1, p. I, 2013.

LOSEKANN, C. “Não foi acidente!”: O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. **Vibrant**, Brasília, v. 14, n. 2, ago. 2017.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (org.). **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2016.

NIEDERLE, P. A. Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar. **Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 4-7, jun. 2013.

POLANYI, K. **A Grande Transformação:** as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAUPP. V. **Projeto de Lei do Senado n. 767, de 2015.** Brasília: Senado Federal, 2015. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124325. Acesso em: 20 mar. 2021.

SARTORE, M. S. Estado, mercado e índices de sustentabilidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 3, p. 631-651, set./dez. 2012.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. **The Handbook of Economic Sociology.** 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2005.

STEINER, P. A doação de órgãos: a lei, o mercado e as famílias. pp. 101-128. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 101-128, nov. 2004.

STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 7-34, nov. 2004.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ZELIZER, V. A. Human Values and the Market: The Case of Life Insurance and Death in 19th-Century America. **American Journal of Sociology**, v. 84, n. 3, p. 591-610, 1978.

* Artigo recebido em 30 de junho de 2021,
aprovado em 30 de agosto de 2021.

ENQUADRAMENTOS SOBRE O CRIME, A PERIFERIA E SEUS MORADORES EM UM PROCESSO DE HOMICÍDIO

FRAMINGS ON CRIME, THE PERIPHERY AND ITS RESIDENTS IN A HOMICIDE PROCESS

MARCOS SOBRE EL CRIMEN, LA PERIFERIA Y SUS HABITANTES EN UN PROCESO DE HOMICIDIO

Juliano Lobato Colla[1]

Resumo

Este artigo investiga como as representações apresentadas por profissionais da justiça e da segurança pública sobre a dinâmica dos homicídios podem atuar como enquadramento nos autos de um processo de homicídio em Porto Alegre. Uma publicação recente demonstrou que esses profissionais veem os homicídios como produtos da dinâmica do tráfico de drogas na periferia e, nesse contexto, seus discursos e análises sobre a violência letal também versavam sobre a periferia e seus moradores. Tomando os autos como campo etnográfico, procedo o estudo de um caso de homicídio perpetrado na periferia da cidade e que não teve a motivação descoberta na investigação, analiso como essas representações atuam como enquadramentos no caso, produzindo foco sobre alguns aspectos e excluindo outros do campo de visão, constituindo sujeitos e lendo cursos de ação. Foi possível identificar que na investigação policial apareceram três motivações possíveis para o crime a partir das declarações dadas, entre elas, a hipótese de ser um crime relacionado ao tráfico. Na fase judicial, cresce o foco sobre as relações pessoais e as trajetórias criminais dos envolvidos, e as hipóteses não relacionadas ao tráfico de drogas param de ser exploradas, pois não se sustentam simplesmente na produção de sujeitos criminosos. Percebe-se assim que, diante da dificuldade de elucidação do crime, o enquadramento dos envolvidos na dinâmica do tráfico de drogas a partir de suas trajetórias e relações se torna o foco do processo.

Palavras-Chave: Enquadramento; Homicídio; Tráfico de drogas; Periferias, Justiça.

Abstract

This article investigates how representations made by justice operators and public security forces on the dynamics of homicides can act as a framing in the process records of a homicide in Porto Alegre. A recent publication demonstrated that these operators sees the homicides as products of the drug trafficking dynamics in the periphery and, in this context, their discourses and analysis on the lethal violence also versed in the periphery and their residents. Taking the records as an ethnographic fieldwork, I proceed to a case study on a homicide perpetrated in the periphery of the city and that did not have the motivation discovered during the investigation, analyze how these representations act as framings in the case, producing focus towards some

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. juliano.l.colla@gmail.com

aspects and excluding others from the viewpoint, constituting subjects and reading courses of action. It was possible to identify in the police investigation three possible motivations to the crime emerged from the given statements, between them, the hypothesis of a crime related to drug trafficking. In the judicial phase, the focus grows on the personal relationships and criminal trajectories of those involved, and hypothesis unrelated to drug trafficking are no longer explored, since they are not maintained simply by the production of criminal subjects. Therefore, it can be seen that, given the difficulty in elucidating the crime, the framing of those involved in the dynamics of drug trafficking, based on their trajectories and relationships, becomes the focus of the process.
Keywords: Framing; Murder; Drug trafficking; Periphery; Justice.

Resumen
Este artículo investiga como las representaciones presentadas por profesionales de justicia y seguridad pública sobre la dinámica de los homicidios pueden actuar como marcos en los autos de un proceso de homicidio en Porto Alegre. Una publicación reciente demuestra que estos profesionales ven los homicidios como producto de una dinámica del narcotráfico en la periferia y, en ese contexto, sus discursos y análisis sobre la violencia letal también trataban sobre la periferia y sus habitantes. Tomando los autos como campo etnográfico, procedo al estudio de un caso de homicidio perpetrado en la periferia de la ciudad, que no tuvo motivación descubierta en la investigación. Analizo como estas representaciones actúan como marcos en el caso, produciendo enfoques sobre algunos aspectos y excluyendo otros del campo de visión, constituyendo sujetos y leyendo cursos de acción. Fue posible identificar que en la investigación policial aparecieron tres motivos posibles para el crimen a partir de las declaraciones dadas, entre ellas, la hipótesis de ser un crimen relacionado al narcotráfico. En la fase judicial, crece el enfoque sobre las relaciones personales y las trayectorias criminales de los implicados, y las hipótesis no relacionadas al narcotráfico dejan de ser exploradas, pues no se sustentan simplemente en la producción de sujetos criminales. Se nota así que, ante la dificultad de elucidación del crimen, el enmarcamiento de los implicados en la dinámica del narcotráfico a partir de sus trayectorias y relaciones se torna el foco del proceso.
Palabras-Clave: Enmarcado; Asesinato; El tráfico de drogas; Periferia; Justicia

INTRODUÇÃO

Em um artigo publicado recentemente, Pimenta et al. (2020) demonstram que, segundo as representações produzidas por profissionais dos sistemas de justiça e de segurança pública de Porto Alegre, o problema dos homicídios é um produto, um epifenômeno do tráfico de drogas nas periferias da cidade. As autoras apontam que, segundo a interpretação destes agentes, na periferia da cidade as drogas seriam mais acessíveis e circulariam mais, fazendo com que grupos organizados se estabelecessem nesses territórios para comercializá-las. As periferias seriam regiões pobres, com baixa escolaridade e uma escassa e ineficiente presença estatal,

especialmente na área de segurança, o que favoreceria a instalação do mercado de drogas ali.

No presente artigo, investigo como essas representações atuam como enquadramentos (BUTLER, 2018) no processamento de um caso de homicídio perpetrado na periferia da cidade. A autora argumenta que os enquadramentos não organizam apenas a experiência visual, mas produzem ontologias específicas dos sujeitos, incidindo sobre como – além dos próprios sujeitos – ações, acontecimentos e até populações podem ser apreendidas, compreendidas e reconhecidas. O problema dos enquadramentos é, portanto, um problema de ordem epistemológica, ele diz respeito às condições de conhecer e ao que é possível conhecer.

Dessa forma, entendo o processamento de um homicídio como uma sequência de interpretações mediadas por enquadramentos, onde se fala não apenas se um crime aconteceu e quem o cometeu, mas sobre quem são as pessoas envolvidas, o que é o lugar onde aconteceu, e como estas dimensões explicam a própria ação de matar.

Tomando a representação da periferia em relação ao tráfico de drogas e aos homicídios como uma forma de enquadrar essas questões, busca-se compreender se e como esse enquadramento atua dentro do processo, levando em consideração as diferentes formas de produção de verdade e o percurso do enquadramento por elas, enquadrando sujeitos, territórios e cursos de ação. Trata-se de acompanhar o percurso – com suas continuidades, descontinuidades, contestações e modificações – das narrativas produzidas pelo Inquérito policial, passando pelas produções/manifestações escritas dos atores jurídicos na fase judicial e das audiências de instrução (também na fase judicial) até o juiz analisar as teses finais e proferir sua sentença, decidindo se o caso vai ou não ao júri popular, observando se e como as representações demonstradas por Pimenta *et al* (Ibid.) atuam como enquadramentos sobre os sujeitos, o território e as ações. O tribunal do júri foi excluído, pois, além de ser um ritual muito particular, com bastante descontinuidade em relação ao resto do processo, a bibliografia indica que suas questões mais importantes se dão em torno dos debates orais entre a acusação e defesa, que não são transcritos nos autos.

O trabalho é um estudo de caso e procedeu metodologicamente com a leitura dos autos dos processos a partir da perspectiva da etnografia documental, onde os

documentos são entendidos como artefatos etnográficos que em sua materialidade, forma e conteúdo, podem produzir sujeitos, conflitos e sociabilidades institucionais (Ferreira e Nadai, 2015). O processo escolhido para o estudo foi retirado de um corpus de 18 autos de processos de homicídios de jovens que compõem o campo da minha pesquisa de mestrado. O critério de escolha deste processo foi, primeiramente, ser um crime perpetrado na periferia e, em segundo lugar – e como critério mais importante – não ter uma motivação clara indicada no Relatório de Inquérito e na denúncia, mas ter como possibilidade relação com o tráfico. O processo em questão apresenta três linhas de explicação do crime, o que permite entender se e como a atuação dessas representações sobre a periferia como um enquadramento durante o processo atua.

O percurso do trabalho seguirá os seguintes passos. Primeiramente discutirei o conceito de enquadramento no contexto da obra de Judith Butler (2018) e como ele pode ser usado em discussões sobre justiça e crime. Em seguida, apresentarei de forma breve os resultados e argumentos de Pimenta et al (Ibid), de forma a demonstrar como as representações sobre a violência letal falam – e enquadram – a periferia e seus habitantes. Após, descreverei as fases do processo de homicídio na justiça brasileira a partir da bibliografia especializada. Apresentadas as peças, montarei o quebra-cabeça analisando o processo selecionado para o estudo de caso.

O CONCEITO DE ENQUADRAMENTO EM JUDITH BUTLER

O conceito de enquadramento não é estranho à sociologia, Goffman (2012) o estabeleceu em um lugar bastante consagrado. Recentemente esse conceito tomou novos rumos e possibilidades a partir de Butler (2018). A autora faz referência à obra de Goffman, mas desenvolve o conceito dentro do seu campo de questões, o que produz um desenvolvimento bastante original.

É preciso então situar o conceito de enquadramento dentro do cenário conceitual da autora. Uma boa entrada para esse cenário é a questão do sujeito (BUTLER, 2017a, 2017b). O problema do sujeito na autora é atravessado por várias outras dimensões importantes da sua obra, como a ação, a linguagem, o reconhecimento e a moral. Butler está preocupada com como determinados sentidos são produzidos em uma relação, inclusive os sentidos do próprio sujeito, pois este se

constitui sujeito na cena do reconhecimento, no momento da interpelação, momento que alguém pergunta “quem é você?”.

Duas noções são importantes para entrarmos nessa conversa. A primeira é *relação*, a segunda é *aparição*. Ou seja, sempre mais de um e sempre um ser visto. Na cena do reconhecimento há um sujeito que emerge da relação social e só existe quando é visto por alguém, só existe em aparição. Nessa cena em que sou interpelado a dizer quem sou, a me constituir como um sujeito de enunciação, não faço isso de forma livre, pois se estou em uma relação, há uma dinâmica de poder envolvida. Nessa cena, Butler está pensando a relação de poder nos termos de Foucault (1995), onde a relação de poder estrutura o campo das possibilidades. As possibilidades – termos morais – do sujeito são historicamente constituídas limitadas, ao mesmo tempo em que circunstancialmente definidas. Circunstancialmente definidas e disputadas, porque essa cena não é pacífica, ela é instável e presume sempre algum nível de conflito.

Para dar materialidade a essa cena e pensar ela próxima ao objeto deste trabalho, pensemos em uma audiência de instrução de um processo, onde uma testemunha está falando sobre um homicídio. Boa parte das testemunhas não viram o crime, estão ali para informar o que sabem sobre o autor e a vítima, sobre relações e situações anteriores. Levando em consideração as representações apresentadas por Pimenta et al. (2018), se o juiz ou o promotor pergunta à testemunha se ela sabe se réu e vítima tinham desavenças relacionadas ao tráfico, a questão lança os termos possíveis de resposta à testemunha. Ela pode dizer que sim ou que não, e em qualquer caso estará se colocando como alguém informado em relação às relações do tráfico; pode dizer que não sabe, mas nesse caso dirá a uma autoridade de estado que não sabe dar uma informação que se espera que ela tenha, afinal, quando uma testemunha é chamada em audiência, é porque se acredita que ela tenha algo a dizer. A resposta então precisa agenciar esses termos moralmente pejorativos, fazendo-se sujeito – pois o sujeito é o pressuposto da agência.

Nesse exemplo vimos como a cena enquadra o sujeito, coloca-o dentro de um quadro de legibilidade. Para Butler, o problema dos enquadramentos é epistemológico, diz respeito ao que é ou não possível de conhecer, e ele se liga a um problema de ordem ontológica, que é a capacidade de reconhecer uma vida a partir da constatação de que nem todos os vivos são reconhecidos como vidas. Ela está

tentando pensar como essa vida está sempre em disputa e como esse sentido do sujeito é reconhecido como tal. Como ele aparece assim no enquadramento? Qual a disputa histórica desse sentido? O tempo todo é necessário fazer uma leitura do quadro para entendê-lo e para se entender nele. Butler está falando de uma linguagem e uma materialidade que se dão sobre um corpo. Um sujeito é sempre um corpo que carrega as marcas históricas que o constituem e o fazem legível. A posição que um sujeito ocupa numa cena está relacionada à forma como seu corpo é reconhecido enquanto vida, a capacidade desse corpo de produzir enlutamento.

Nesse movimento Butler retira a ontologia de um campo pré-discursivo. Não se trata de reivindicar aspectos gerais, anteriores e distintos à organização social. O "ser" do corpo, para a autora, está entregue a três aspectos definidores: a outros, a normas e a instituições sociais e políticas. O desenvolvimento histórico desses aspectos está diretamente ligado à distribuição desigual da condição de precariedade. Portanto, não há antes, é impossível definir a ontologia do corpo anteriormente às significações sociais que ele assume, a ontologia é social.

Os enquadramentos são então as formas "que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos […] não só organizando a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito" (BUTLER, 2018 p.17). Os sujeitos são produzidos a partir de "normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos pelos quais os sujeitos são reconhecidos" (Ibid p.17). Essa condição normativa produz uma ontologia historicamente contingente, e que nossa própria capacidade de discernir e nomear o "ser" do sujeito é dependente de normas. Ou seja, não há nem um anterior nem um fora do campo normativo nem na constituição do sujeito nem no seu reconhecimento, a minha existência e minha relação com os outros – incluindo quem eles são e quem eu sou pra eles – são históricos, contingentes e estão estruturados – no sentido que o poder estrutura uma relação para Foucault – pelo campo do normativo.

O enquadramento é, então, uma moldura normativa que funciona em vários contextos. Dentro dessa multiplicidade, a autora destaca como a expressão t*o be framed* é complexa em inglês. Ela apresenta três sentidos importantes: um quadro pode ser emoldurado, um criminoso pode ser incriminado pela polícia, "ou uma pessoa inocente (por alguém corrupto, com frequência a polícia), de modo que cair em uma armadilha ou ser incriminado falsa ou fraudulentamente com base em provas

plantadas que, no fim das contas, 'provam' a culpa da pessoa, pode significar *framed*" (Ibid. P.23)

Outra dimensão importante do conceito diz respeito a sua função e a sua efetividade em relação à circulação, pois sua função de "conter, transmitir e determinar o que é visto (e algumas vezes, durante um período, consegue fazer exatamente isso) depende das condições de reprodutibilidade para ter êxito" (Ibid, p. 26). O enquadramento pode funcionar em uma cena, entretanto, é praticamente inevitável que essas molduras circulem e, ao circular, demonstrem outra propriedade importante do enquadramento. Os enquadramentos escapam, se rompem, e essa ruptura envolve a sua condição de reprodutibilidade e produz um deslocamento crítico, se não uma completa deterioração do contexto. Essa dimensão introduz um enorme dinamismo no plano normativo, não apenas porque assegura que os enquadramentos não são estáticos, mas porque coloca na sua circulação – ou seja, nos próprios termos que o constituem – uma possibilidade de crítica e rearranjo.

Por fim, Butler lança luz sobre a potencialidade crítica do conceito a partir da necessidade de enquadrar o enquadrador como forma de "expor o artifício que produz o efeito da culpa individual" (Ibid. p. 23). Usar o conceito de enquadramento é expor o mecanismo que produz a verdade da cena, olhar não apenas para o conteúdo, mas para a moldura normativa que o produz. Questionar a moldura ou, melhor, mostrar o processo de emolduramento, é mostrar que sempre havia algo de fora do enquadramento, que ele nunca conteve tudo.

REPRESENTAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA LETAL

Em seu artigo, Pimenta et al (2020) apresentam as representações sociais presentes nos discursos a respeito dos homicídios em Porto Alegre. As autoras apresentam o resultado de "18 entrevistas com gestores e operadores do sistema de justiça, policiais civis e militares, lideranças comunitárias, e jornalistas especializados na cobertura de ocorrências policiais" (Ibid, p.25) realizadas em 2016.

Para analisar os resultados das entrevistas, as autoras trabalham com o conceito de representações sociais nos termos de Porto (2010) que "defende que a teoria das representações sociais é um caminho fértil de análise, na medida em que, por seu intermédio, crenças e valores são apreendidos em sua condição de princípios orientadores de conduta" (Ibid, p.25). As autoras destacam que "utilizar da categoria

de representações sociais significa assumir que elas são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos que as produzem, ainda que resultem também da experiência individual" (Ibid, p.25). Dessa forma, não se trata de manifestações individuais oriundas do cogito de um sujeito transcendental plenamente responsável por elas, mas falam sobre a posição que esse sujeito ocupa nas relações de poder. Por fim, as autoras destacam que não tratam as representações como verdadeiras ou falsas, mas na sua conexão com o fenômeno representado e como orientação para a conduta desses agentes, portanto, como "a própria matéria-prima do fazer sociológico" (Ibid, p.25).

O artigo apresenta o cenário do ano de 2017, onde, segundo levantamento do jornal Zero Hora, a cidade tinha em média três homicídios por dia e, segundo os entrevistados os territórios de maior ocorrência eram os bairros Rubem Berta, Cruzeiro, Mário Quintana, Lomba do Pinheiro, Restinga, Bom Jesus e região das Ilhas. Esses bairros, todos localizados na periferia da cidade, foram caracterizados pelos entrevistados como habitados por pessoas pobres, com baixa escolaridade e em grande parte desempregadas. Nesses territórios, o estado seria ausente ou sua presença seria precária e ineficiente em relação à saúde, educação e principalmente segurança. A relação estabelecida é que a pobreza e a vulnerabilidade favorecem a circulação das drogas e o estabelecimento do tráfico, que é a principal causa direta e indireta da violência letal.

O tráfico de drogas e suas dinâmicas, por sua vez, apareceram como a principal causa direta e indireta dos homicídios:

> O tráfico consistiria em uma causa direta devido aos acertos de contas e às disputas por território; e em uma causa indireta porque, dentre outros aspectos, permitiria o acesso às armas de fogo, potencializando a violência. Além disso, o tráfico também foi referido por conta da dinâmica das relações estabelecidas entre líderes e comandos nos territórios, dentro da lógica de afirmar o poder e exercer o controle social ante o medo de retaliação violenta. E essa dinâmica abrangeria não apenas os diretamente envolvidos nos negócios do tráfico (traficantes, subordinados e consumidores), mas também as relações sociais convergentes (famílias, grupos de pares e comunidades). (Ibid. p.24)

A percepção é que a dinâmica dos homicídios é um epifenômeno da dinâmica do tráfico de drogas. Essa ganha mais complexidade quando os entrevistados apresentam um cenário composto por grupos organizados que se enfrentam. Nesse cenário, Porto Alegre viveria uma "guerra de facções", e os homicídios não são um

atentado à ordem pública, mas parte da dinâmica dessa guerra, um repertório usado para “resolver pendências entre os próprios envolvidos, como dívidas, disputas por território e traições à facção” (Ibid. p. 27).

Como coletivos organizados, essas facções teriam códigos e sistemas jurídicos próprios, e esse seria outro fator explicativo dos homicídios. Haveria dois tipos de homicídios, os internos e os externos às facções. Os homicídios internos corresponderiam ao menor número, sendo praticados como pena de morte contra membros da própria facção que transgrediram regras. Os homicídios externos seriam o maior número, sendo perpetrados contra pessoas não pertencentes à facção e contra pessoas de outras facções e tendo como motivação disputas, vinganças e dívidas. Quando praticados contra membros de outra facção, esses homicídios poderiam gerar outras mortes como forma de vingança. Independente da particularidade do caso e da diversidade de motivações, os homicídios teriam uma característica regular: são execuções, ou seja, “crimes premeditados, com vítimas endereçadas, com características de crueldade e que ocorrem para cumprir uma sentença do regimento da organização” (Ibid. p.30). Dentro dessa dinâmica também poderiam ser vitimadas pessoas que não eram alvo da execução como consequência da ação, classificadas por um delegado ouvido pelas autoras como mortes de “inocentes” (Ibid. p.30).

Como resultado geral, as autoras resumem:

> Assim, o conjunto de representações sociais compõe um cenário dos processos que levam à violência letal circunscrito a um grupo social específico: o daqueles envolvidos com o tráfico de determinados tipos de drogas e seus mercados de varejo. As carências materiais seriam responsáveis tanto pelo consumo de drogas quanto pela sua comercialização ilegal como fonte de renda para mitigar essas mesmas carências.” (Ibid. 33)

Dessa forma, é possível observar que a representação sobre as causas da violência letal na cidade é uma representação sobre determinados territórios e determinadas populações. Enquanto explicação de um fenômeno são representações, mas se colocadas em ação no processo de investigar e julgar um homicídio – e as próprias autoras sugerem que essas representações devem ser investigadas nesse sentido – elas podem se tornar enquadramentos (BUTLER, 2018), fazendo aparecer dentro do processo determinados sujeitos, relações e cursos de

ação, ao mesmo tempo em que deixam de fora outros. É justamente esse cenário que vou investigar a seguir

O PROCESSAMENTO DO HOMICÍDIO NA JUSTIÇA BRASILEIRA

O processamento dos crimes contra a vida na justiça brasileira tem três fases ou, como argumenta Kant de Lima (1995), três formas de produção de verdade: o inquérito policial, a fase judicial e o tribunal do júri. Cada uma das fases leva a outra e o Tribunal do Júri leva o processo à sua sentença final. Abaixo, apresentarei brevemente as três e destacarei suas principais características.

O Inquérito Policial é um elemento estruturante de todo o processo (Kant de Lima, 1989). Segundo Misse (2010a, 2011), é um procedimento administrativo da Polícia Civil. Portanto, não regido pelos princípios jurídicos do contraditório e da ampla defesa. Portanto, de caráter inquisitorial. É realizado pela polícia, mas juridicamente orientado, pois coordenado por um delegado, que é um advogado com reconhecimento da OAB, e executado pelos agentes da Polícia Civil. Consiste basicamente na oitiva de testemunhas em cartório que não são transcritas, mas registradas na voz do policial, ou seja, não é registrado o que a testemunha disse, mas o que o policial ouviu, gerando registros sob a forma de “disse que”, “não sabe”, “perguntado respondeu que”.

Também existem diligências feitas pela polícia, e igualmente registradas na voz da polícia. Ao fim, o delegado produz um relato desses relatos no Relatório de Inquérito (ou Termo de Conclusão) e, caso exista indícios suficientes, aponta um indiciado. Essa forma de registro, colocando o discurso sempre no sujeito policial, é fundamental para compreender o poder estruturante no inquérito no processo, pois, ao esconder as perguntas e relatar as respostas sinteticamente, retira incoerências, indícios de incerteza, variações e os detalhes – podendo inclusive, omitir partes – da fala. Transforma um relato produzido por interpelações em um texto sintético e coerente sem interpelações, na voz de um agente que tem fé pública (COLLA, 2018).

O inquérito é encaminhado ao Ministério Público que, se considerar suficiente, apresenta uma denúncia. Se não considerar, o retorna à polícia para pedir mais diligências. Uma vez apresentada a denúncia, ela deve ser aceita ou não pelo juiz e, sendo aceita, dá início à fase judicial. Nesta, quem foi indiciado, agora é formalmente acusado e se torna réu. Sendo regida pelos princípios jurídicos do contraditório e da

ampla defesa, o réu deve constituir um advogado ou ser defendido pela Defensoria Pública, além de apresentar rol de testemunhas a serem ouvidas.

Essa fase consiste basicamente nas audiências de instrução, onde as testemunhas de acusação – normalmente as mesmas pessoas que depuseram no inquérito, por vezes com alguma adição – e defesas são interpeladas pelo Ministério Público, pela defesa e pelo Juiz. Como não se pode produzir provas sem defesa, as informações do inquérito – que tem status de indícios – devem ser conferidas nesses depoimentos, judicializadas, transformando-se em provas. As audiências são gravadas e transcritas na sua totalidade e literalidade para serem juntadas aos autos, ou seja, aparecem tanto as perguntas quanto as respostas de forma completa. Também fazem parte dessa fase processual manifestações escritas da acusação e da defesa, além da juntada de outros documentos que as partes julguem pertinentes de constarem no processo. Ao final, defesa e acusação apresentam suas alegações finais e o juiz profere uma sentença. A sentença do juiz pode absolver o réu ou levá-lo ao Tribunal do Júri, entendido pela nossa justiça como o legítimo julgador dos crimes contra a vida.

O tribunal do júri é composto por sete jurados (as) provenientes da sociedade civil, que votam por "íntima convicção" – categoria usada para diferenciar sua decisão da decisão do juiz togado, que deve decidir baseado na lei e embasar juridicamente sua decisão. As decisões são tomadas após um debate oral entre as partes – em que cada parte tem direito a defender sua tese e depois fazer uma réplica – em votação secreta onde a decisão se dá por qualquer maioria simples de 4 votos. Nos autos, são transcritos apenas os depoimentos e os quesitos votados, além da sentença e dosimetria da pena. Os debates orais, elemento central, não constam nos autos.

Sobre o Tribunal do Júri, cabem alguns apontamentos em vista da sua peculiaridade. A importância do caráter ritual da justiça já foi ressaltada em trabalhos clássicos, como em Bourdieu (1998) e Garapon (2000). Entretanto, o formato do Tribunal do Júri brasileiro é sui generis, como demonstram os trabalhos de Fachinetto (2012), Schritzmeyer (2012) e Lorea (2003). Os debates não precisam se ater aos autos, podendo acusação e defesa apresentar teses completamente distintas do que foi apresentado nas outras fases. Isso caracteriza uma grande descontinuidade do resto do processo, fazendo com que as duas primeiras fases tenham muita relação

entre si e tenham como objetivo levar ao júri e dar munição ao que será defendido como tese lá.

Como podemos perceber, a verdade do processo vai sendo produzida por um caminho sinuoso onde a lógica que rege todo o sistema é, segundo Kant de Lima (2010), a do contraditório. Para o autor, no processo brasileiro, não há fatos, apenas o confronto de versões de acusação e defesa, o que implica a intervenção de um terceiro, o juiz (ou os jurados do Tribunal do Júri), que tem o poder de escolher a tese vencedora.

ANALISANDO O CASO

O processo escolhido para a análise é o assassinato de uma jovem em sua casa em um bairro da zona sul da cidade, seu companheiro também foi baleado no evento. Apesar das dúvidas sobre a motivação e mesmo sobre a autoria, a cena do crime é relativamente consensual. Dessa forma, vou começar apresentando-a, pois facilitará a discussão do processo. Os aspectos que forem duvidosos serão omitidos ou indicados, pois essa apresentação não busca desvendar o crime, apenas apresentar a cena sobre a qual as disputas acontecem.

Por volta de uma hora da manhã, a vítima e seu companheiro estavam deitados na cama em seu quarto. Na casa havia mais quatro pessoas, todos menores de idade. Em um quarto, a filha da vítima, seu namorado e um amigo, e em outro, o filho da vítima (identificarei todos os personagens por seu papel no processo ou pela relação com a vítima). Um outro jovem, também menor de idade, chama no portão e pede para que abram e, por ser conhecido da família, o amigo dos filhos da vítima vai até o portão abrir. Nesse momento, entra o autor do homicídio e rende o amigo dos filhos. Aqui há uma discordância se havia apenas o autor e o jovem que chamou no portão, ou se o autor tinha três comparsas além do jovem. Uma vez rendido o amigo dos filhos, o autor entra no quarto da vítima e de seu companheiro gritando “perdeu, perdeu [nome do companheiro]” e descarrega a arma. A vítima é atingida e morre no local. Seu companheiro sobrevive, mas fica paraplégico.

No inquérito policial, todos os que estavam presentes na casa são ouvidos. Há também uma denúncia anônima indicando o responsável pelo ato. Entretanto, essa denúncia é só citada, pois não há ofício registrando-a. O depoimento mais importante é o do companheiro da vítima, pois ele diz que viu o rosto do atirador e nomeia o

indivíduo que ao fim do inquérito é indiciado e depois se torna réu. Explorando esse reconhecimento, tenta-se estabelecer uma relação entre os dois que justifique a agressão.

A primeira relação feita no inquérito é no próprio termo de declaração do companheiro da vítima. Este documento merece um comentário especial. Não é comum um processo de homicídio ter o depoimento de uma pessoa que foi agredida no mesmo ato e sobreviveu, portanto, esse é um caso bem raro. Em segundo lugar, o documento é formalmente diferente de todos os outros termos de declaração, pois é feito a mão e não tem a assinatura do declarante, apenas do policial. Considerando que o declarante tomou 14 tiros e ficou paraplégico, é plausível pensar que essa declaração foi tomada no hospital ou em condições que impediam o declarante de assinar e, por essa razão, tem essa forma incomum. Entretanto, não há nenhum outro documento explicando isso. O companheiro da vítima afirma categoricamente que viu o rosto do atirador e dá seu nome completo, e que não viu ninguém entrar na casa. Afirma que a vítima vinha sendo ameaçada por seu ex-marido, que se estava encarcerado por envolvimento no tráfico de drogas e que o autor de uma dessas ameaças seria o homem que deu os tiros, que em ocasião anterior teria dito que o mataria. Então dá uma série de informações sobre um outro personagem do processo, uma inquilina da vítima com quem vinham tendo desentendimento.

Esses três personagens – o atirador reconhecido, o ex-marido e a inquilina – aparecem no inquérito por vezes interligados, outras vezes independentes. Por vezes, o atirador é identificado como um parceiro de tráfico do ex-marido da vítima, por outras, como alguém próximo da inquilina. No depoimento do companheiro da vítima, ele diz que o ex-marido dela ligou para a inquilina para ela ir visitá-lo no presídio, mas não dá nenhuma outra informação sobre isso. O documento é bastante difícil de compreender, pois dá nomes e faz algumas ligações, mas não permite que se compreenda se o declarante contou uma história que ligava todos os nomes de forma mais coerente ou se ele deu informações soltas. Também não é possível compreender se ele foi questionado sobre os personagens ou citou eles por conta própria. É um documento que contém muitas informações, mas foi redigido – a mão, se cabe o reforço – de forma caótica. Cita também que o companheiro da vítima não conhece o nome citado na denúncia anônima.

Há um outro documento importante, um “relatório de local de homicídio”, que não é datado, mas parece ter sido produzido no dia do crime pela equipe que atendeu a ocorrência. Sem citar diretamente quem falou, relata o fato já citando o nome dado pelo companheiro da vítima como autor, citando-o como um “companheiro de tráfico” do ex-marido da vítima que teria cometido o crime a mando deste, que estava insatisfeito com o relacionamento da vítima com seu companheiro. Após fazer essa relação, cita que o companheiro da vítima falou no hospital o nome do autor e disse que ele teria cometido o crime a mando da locatária, que não queria devolver o imóvel. O relatório termina dizendo que os pais da vítima informaram o autor – o mesmo nomeado pelo companheiro da vítima – e que esse teria cometido o crime a mando da locatária, que teria brigado com o companheiro da vítima, pois estava tentando convencer a vítima a ficar com outro rapaz. Por esse motivo, o companheiro da vítima teria brigado com a locatária.

Os depoimentos, de forma geral, não informam nada diferente, apenas que houve ameaças e brigas entre os personagens já citados e relatam o que viram no dia, e ninguém viu nada além de reconhecerem o amigo dos filhos da vítima que foi quem chamou no portão para abrir. Há apenas um depoimento que se destaca: o do namorado da filha da vítima. Ele diz conhecer o homem citado como atirador, diz que ele já tinha ameaçado a vítima, mas fala também que não acredita que ele seja o atirador, pois o viu em uma cadeira de rodas poucos dias antes do acontecido e que ainda está nessa citação na data do depoimento – alguns dias depois do crime. Diz então que ele pode ser o mandante, mas não o atirador. Questionado, diz que o companheiro da vítima tinha inimigos, mas ele não sabe quem são. Cita também que ele tinha problemas com o ex-marido dela por conta do relacionamento.

O relatório de inquérito indicia o homem citado como atirador pelo companheiro da vítima, mas não indica motivação, alegando que essa é desconhecida. Cita os personagens que foram indicados como possíveis mandantes e dá um destaque ao depoimento do namorado da filha da vítima dizendo que o companheiro dela tinha problemas com o ex-marido por causa do relacionamento.

Apesar de um pouco caótico e com documentos incomuns, o inquérito chega a um nome e apresenta alternativas para a motivação do crime: 1) o ex-marido seria o mandante e a motivação seria o relacionamento da vítima com seu novo companheiro; 2) a inquilina seria a mandante, e a motivação poderia ser uma disputa por um imóvel

ou um problema direto com o companheiro da vítima e, como alternativa menos explorada; 3) algum problema relacionado ao tráfico de drogas, considerando que o indiciado é indicado como parceiro do ex marido – preso por tráfico – e o companheiro da vítima também teria envolvimento.

O enquadramento dos sujeitos envolvidos a partir de uma moldura do tráfico, nessa fase processual, se dá de maneira sutil. Ele não explica o crime prioritariamente, mas explica as relações entre os personagens. São abundantes as folhas de fichas criminais tanto do indiciado quanto da vítima e seu companheiro. Na hipótese do crime ter sido cometido a mando do ex-marido por não aceitar o novo relacionamento da vítima – hipótese que apareceu com mais robustez –, o tráfico de drogas não explica o crime, que seria um feminicídio por sentimento de posse, mas enquadra o mandante. O ex-marido manda um companheiro de crime matar pois, traficante que é, tem esse poder e usa desse repertório. O quadro normativo do tráfico enquadra o cenário da periferia onde, mesmo em um crime que tem a ver com relações de gênero, se vê relações do tráfico.

O indiciado é denunciado pelo homicídio e por corrupção de menor, por ter utilizado o amigo dos filhos da vítima para abrir o portão. Na denúncia, a motivação segue sendo desconhecida.

Nas audiências da fase judicial, todas essas linhas de explicação se desestabilizam. De forma geral, um grande assunto das audiências é o companheiro da vítima, mas não sua relação com ela. O tema é o seu passado, se ele era traficante, se tinha rixas com pessoas onde morava. O tema da inquilina praticamente some, sendo só apresentadas questões sobre quem é ela. O tema do ex-marido também desaparece, sendo apenas citado vez ou outra, mas não explorado, a não ser pela testemunha de defesa.

Dos depoimentos de acusação, é possível destacar o depoimento do filho da vítima. Ele agora apresenta uma nova versão, dizendo que o autor do homicídio seria o homem apontado na denúncia anônima no inquérito. Ele diz que essas informações foram dadas pela namorada deste que seria o autor dos disparos em conversa com a filha da vítima. A filha da vítima prestou depoimentos antes e não citou essa informação. Contou ainda que o companheiro da vítima tinha muitas dívidas com o tráfico e vivia sendo ameaçado onde morava. No depoimento do namorado da filha, ele confirma que viu o réu de cadeira de rodas pouco antes do crime. Outro

depoimento importante pela defesa é o da mãe do companheiro da vítima, que vai depor no lugar dele, pois ele está paraplégico e não teve como se locomover, e diz que não tem informações para dar, pois seu filho se recusa a falar do caso.

Pela defesa, uma testemunha foi apresentada. O rapaz diz conhecer o réu superficialmente, mas conta que no dia do crime estava na casa do homem citado como autor na denúncia anônima quando chegou o primo dele – que é o jovem que grita para abrir o portão na cena do crime – dizendo que o companheiro da vítima mataria o homem acusado na denúncia anônima. Relata que se retirou, mas sabe que o homem disse que mataria o companheiro da vítima antes que ele o matasse. A motivação da desavença entre eles é que o companheiro da vítima estaria dando drogas ao primo do homem acusado pela denúncia anônima. Ao ser perguntado sobre o homem da denúncia anônima, diz que ele foi assassinado. A testemunha é questionada pelo juiz sobre como pode manter amizade com pessoas assim, que matam e são envolvidas com drogas. A testemunha responde que foi colega de escola, que não era amigo, apenas conviviam, pois tinham amigos em comum.

No depoimento do réu, ele afirma que estava de cadeira de rodas na data, pois tinha sido baleado ao reagir a um assalto na saída de uma festa. Se diz inocente e diz que só soube do crime pois sua comadre alugava um imóvel da vítima, mas que não conhecia a vítima, apenas soube por uma namorada que teve que ela traia o marido enquanto ele estava preso. Foi questionado sobre seus longos antecedentes criminais e disse que esteve envolvido no tráfico durante muito tempo, mas agora não estava mais. Foi questionado se o companheiro da vítima era traficante e respondeu que conhecia ele porque ele era usuário, mas não traficante.

Ao final do processo, o juiz pronuncia o réu ao julgamento pelo Tribunal do Júri. Na sentença, diz que no inquérito policial existem suficientes indícios de autoria. O réu é pronunciado apenas pelo homicídio, sendo inocentado da acusação de corrupção de menor sob o argumento de que não há corrupção, pois o menor tem passagens pela polícia por envolvimento com drogas. A defesa recorre à instância superior onde o réu é impronunciado. O argumento é de que faltam provas contra ele na fase judicial e que no depoimento do companheiro da vítima ele diz que ouviu o primeiro tiro e viu o rosto do atirador, porém, ele tomou 14 tiros, o que gera dúvidas sobre o seu estado de consciência para reconhecer e fazer esse relato. Ainda haveria recursos, mas o réu é assassinado e o processo encerrado.

Na fase judicial, o enquadramento normativo pelo tráfico de drogas foi generalizado. As outras linhas de investigação foram praticamente ignoradas, e o grande foco das questões foi saber se o companheiro da vítima era traficante ou usuário, se tinha rixas onde morava, se na época do fato ainda estava envolvido com o mundo do crime ou se já tinha saído, como foi dito pela filha da vítima. Ele foi enquadrado como um participante da dinâmica do tráfico de drogas no seu território e, em grande parte dos depoimentos, as perguntas versaram mais sobre ele do que sobre o crime ou o réu. É importante destacar também como as perguntas feitas para as testemunhas as colocavam dentro dessa moldura, como alguém que deveria estar informado sobre quem era ou não traficante na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ficou demonstrado na leitura do processo, as representações apresentadas por Pimenta et al (2020) sobre as dinâmicas dos homicídios como um subproduto do tráfico de drogas que acabam por essencializar a periferia e seus moradores são muito presentes no processo. Entretanto, essa presença produziu enquadramentos específicos em cada uma das fases processuais.

No inquérito policial, com todas as suas características inquisitoriais, o crime foi enquadrado como um daqueles crimes não diretamente ligados a disputas do tráfico, mas subjacentes a ela. Das explicações possíveis, ganhou força aquela que encontrava uma motivação plausível – o ex-marido matando o atual companheiro – mas que era possibilitada pelo enquadramento do tráfico, afinal, a ligação entre o mandante e o executor seria de “parceiros no tráfico”, ainda que não exista nenhuma investigação para confirmar isso. O enquadramento está ali, há um mandante, um traficante encarcerado que manda matar e um executor, seu parceiro no tráfico. O que parece ficar fora do enquadramento é justamente o relacionamento entre a vítima e seu ex-marido, pouquíssimo explorado na investigação para além das informações ocasionais e rarefeitas de ameaça.

Mas o inquérito não indica uma motivação, então seria possível aprofundar as hipóteses na fase judicial, fora de um procedimento inquisitorial. Causa certa surpresa que seja depois do inquérito que se generalize o enquadramento do crime como um crime de tráfico. Não se fala na vítima, o processo não enluta ela nem como uma vítima inocente da própria dinâmica do tráfico. Não há menção ao fato de ela ter sido

morta dentro de casa junto de seus filhos adolescentes. A fase judicial não monta um processo sobre uma vida que foi violada, mas sobre um bandido, um traficante, e curiosamente esse bandido sequer é o réu na maior parte do tempo, mas o companheiro da vítima.

Analiticamente, o desfecho do caso importa menos do que observar como ao estabelecer a moldura normativa do tráfico sobre o caso, quem ficou no meio da cena foi o companheiro da vítima, enquanto a vítima e a sua vida perdida ficaram para fora, quase sem importância. Na hipótese do seu ex-marido ser o mandante, isso provavelmente não seria possível e, mesmo na obscura hipótese do problema com a inquilina, provavelmente não.

O que chama atenção no enquadramento do crime como um crime de tráfico é que no meio dele só foi possível surgir um bandido, o que indica a possibilidade futura de pensar relações com dimensões da sujeição criminal (MISSE, 2010b). A ideia descrita pelo autor de que o bandido seria um sujeito que é socialmente entendido como o portador do crime, alguém que vai sempre delinquir – e se ainda não o fez, existe a expectativa que o faça, o que justifica sua incriminação ou eliminação preventiva – e que as marcas dessa sujeição estão no corpo, na cor da pele, no pertencimento territorial, ganha contornos interessantes no processo. Como foi possível observar neste processo, diante de um crime cometido na periferia, com uma investigação duvidosa, onde todos os personagens têm antecedentes criminais, a não apreensão do sentido da perda da vida da vítima se deu no mesmo movimento que colocou no centro da cena sujeitos que apareceram e foram reconhecidos como bandidos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 1998.

BUTLER, Judith. **A vida psiquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017a.

_____. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2017b.

_____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2018.

COLLA, Juliano Lobato. **As histórias que eles contam e como eles contam as histórias: Produção de verdade em Inquéritos de homicídios de jovens em Porto Alegre/RS**. Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

FACHINETTO, Rochele Fellini. **Quando eles as matam e quando elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo tribunal do juri.** Porto Alegre. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita e NADAI, Larissa. Reflexões sobre burocracia e documentos: apresentação do dossiê. **CONFLUÊNCIAS | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**. vol. 17, n. 3., p. 7-13, 2015.
GARAPON, Antoaine. **Bem Julgar: Ensaio sobre o ritual judiciário**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

LOREA, Roberto. **Os Jurados "leigos": uma antropologia do Tribunal do Júri.** Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

LIMA, Roberto Kant de. Direito civis e direitos humanos: uma tradição judiciária pré republicana? **São Paulo em Perspectiva**, vol. 1, n. 18, p. 49-59, 2004.

_____. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico/**2009, vol. 35, n. 2, p. 25-51, 2010.

_____. **Da Inquirição ao Júri, do Trial by Jury à Plea Bargaining: Modelos Para a Produção da Verdade e a Negociação da Culpa em uma Perspectiva Comparada Brasil/Estados Unidos**. Rio de Janeiro. Tese concurso de professor titular em Antropologia. Universidade Federal Fluminense, 1995.

PIMENTA, Melissa de Mattos; FACHINETTO, Rochele Fellini; SCHABBACH, Letícia Maria; STUCKER, Paola; MICHELON, Giovana Lima; HILGERT Rafaela Demétrio. Dinâmicas dos homicídios em Porto Alegre: discursos e interpretações sobre a violência letal. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, vol. 14, n. 27, p.18-40, 2020.

MISSE, Michel. **O inquérito policial no Brasil: uma pesquisa epírica.** Rio de Janeiro: FENAPF: NECUV, 2010a.

_____ (org). Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, s/v., n.79, p. 15-38, 2010b.

_____. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. **Revista Sociedade e estado**, vol. 26, n. 1, p. 15-27, 2011.

SCHRITMEYER, Ana Lúcia Pastore. **Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri: ritual lúdico e teatralizado.** São Paulo. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2001.

* Artigo recebido em 02 de agosto de 2021,
aprovado em 02 de setembro de 2021.